

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS**

**A CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO CUBANA DE 1961 E A FORMAÇÃO DO
*HOMEM IDEAL***

HELTON ADRIANO DE SOUZA

**MARINGÁ
2025**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS

A CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO CUBANA DE 1961 E A FORMAÇÃO DO
HOMEM IDEAL

Tese apresentada por HELTON ADRIANO DE SOUZA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientador(a):

Prof^(a). Dr(a).: JOSÉ JOAQUIM PEREIRA MELO

Coorientador(a):

Prof^(a). Dr(a).: ROSANA VASCONCELOS VITO

MARINGÁ

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S729c Souza, Helton Adriano de
A campanha de alfabetização cubana de 1961 e a formação do homem ideal / Helton Adriano de Souza. -- Maringá, PR, 2025.
420 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo.
Coorientadora: Profa. Dra. Rosana Vasconcelos Vito.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. História da Educação. 2. Campanha de Alfabetização - Cuba (1961). 3. Revolução Cubana. 4. Educação e ideologia. 5. Educação - Cuba. I. Melo, José Joaquim Pereira, orient. II. Vito, Rosana Vasconcelos, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 370.97291

HELTON ADRIANO DE SOUZA

**A CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO CUBANA DE 1961 E A FORMAÇÃO DO
*HOMEM IDEAL***

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo (Orientador) – UEM

Prof. Dra. Rosana Vasconcelos Vito (Coorientadora) – UNIPAR
– Umuarama

Prof. Dra. Elisangela Alves dos Reis – UNIPAR – Umuarama

Prof. Dra. Ivanete Aparecida da Silva Santos – UNIALFA

Prof. Dra. Silvia Eliane de Oliveira Basso – IFPR – Umuarama

Prof. Dra. Simone Aparecida Martins – UEM – Umuarama

MARINGÁ, 28 de julho de 2025.

Dedico esta tese à minha amada esposa Kelly, ao meu filho Pedro e à minha filha Cecília, que são, em cada gesto, a razão do meu caminhar e a esperança que renova meu compromisso com a ciência e com o conhecimento.

Dedico também ao meu pai, Anésio de Souza, cuja inteligência intuitiva, criatividade expressiva e saberes forjados no trabalho duro e na simplicidade da vida me ensinaram que o conhecimento não habita apenas os livros, mas pulsa na experiência de quem constrói com as mãos e com a alma. Sua trajetória, marcada por limitações impostas pela pobreza e pela interrupção precoce dos estudos, é uma prova viva de que a dignidade do saber não está em diplomas, mas na capacidade de transformar o mundo à sua volta. Esta dedicatória é também um gesto de reparação, reconhecimento e amor.

AGRADECIMENTOS

Nos corredores da razão, onde há incertezas, mas também onde pulsa a fé de tantos corações, reconheço Deus como força invisível que move, ampara e conduz. A Ele, o princípio e o fim de todas as coisas, minha mais profunda gratidão.

A minha esposa Kelly, presença firme e ternura incansável, que suportou a casa e o espírito nos dias de ausência e silêncio. Ao Pedro e à Cecília, que me olham como herói sem saber das minhas fraquezas, dedico cada palavra, na esperança de que um dia encontrem, em Deus, nos livros e na vida, as próprias revoluções.

À memória da minha mãe, Alzira Garcia de Souza, que semeou amor, coragem e dignidade. Ao meu pai, Anésio de Souza, cuja inteligência sempre me ensinou com mãos calejadas a vida e suas implicações. Aos meus irmãos, Rosemary, Edson e Solange, por fazerem parte dessa travessia que marca a minha história.

Aos meus sogros, Ademar e Nilsa, minha gratidão mais terna e respeitosa. Foram presença firme e constante, oferecendo amparo nos dias difíceis e zelando incondicionalmente pela saúde e bem-estar da minha família. Com ternura e dedicação, cuidaram de Pedro e Cecília como se fossem seus, permitindo que Kelly e eu pudéssemos trilhar nossas jornadas acadêmicas e profissionais. Bem como, agradeço a todos os cunhados e sobrinhos que acolheram minhas ausências com compreensão.

Aos amigos do coração – Alberto e Nátali, Pricila e Emerson – por serem portos seguros nos dias de tempestade e sol.

Ao Professor Dr. José Joaquim Pereira Melo, meu orientador, cuja generosidade e rigor intelectual foram bússola e farol. À Professora Dra. Rosana Vasconcelos Vito, coorientadora e inspiração, minha admiração pela sensibilidade pedagógica e brilho humano. Aos membros da banca – Professoras Dras. Elisangela Alves dos Reis, Ivanete Aparecida da Silva Santos, Silvia Eliane de Oliveira Basso e Simone Aparecida Martins – pelas contribuições substanciais e pelo respeito ao meu caminho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – professores, coordenação, colaboradores – por manterem vivo um espaço de excelência e compromisso social.

À Helaine Patricia Ferreira, pela competência técnica, paciência e dedicação incansável na formatação e revisão deste trabalho que exigiram finais de semana e madrugadas, conduzidos sempre com rigor, presteza e generosidade.

Aos colegas do GETSPE – Grupo de Estudos Transformações Sociais e Pensamento Educacional – pela partilha crítica e pela construção coletiva de saberes.

Aos amigos e companheiros de trabalho da UNIPAR e da Rede Estadual de Educação do Paraná, em especial do Núcleo Regional de Educação de Umuarama, que acolheram minha jornada com apoio e empatia.

A todos que, direta ou indiretamente, sustentaram minha travessia com silêncio cúmplice, palavras exatas ou gestos inestimáveis – meu muito obrigado.

Uma nova geração nasce
(Guevara, 1965, p. 13).

SOUZA, Helton Adriano de. **A CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO CUBANA DE 1961 E A FORMAÇÃO DO *HOMEM IDEAL***. 420 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2025.

RESUMO

A presente tese investiga a Campanha Nacional de Alfabetização de 1961, em Cuba, com o objetivo de compreender de que modo os materiais pedagógicos utilizados nesse processo – especialmente o manual do alfabetizador “**Alfabetícemos**” e a cartilha do alfabetizando “**¡Venceremos!**” – contribuíram para a formação do *homem ideal* revolucionário, conforme delineado pelo projeto político da Revolução Cubana. A pesquisa parte da hipótese de que a alfabetização, naquele contexto, ultrapassou sua função pedagógica e foi mobilizada como estratégia central de conformação ideológica, voltada à produção de uma subjetividade alinhada aos princípios do socialismo cubano. A investigação utiliza o manual e a cartilha como fontes primárias que foram tomadas como materialidade dialética do processo histórico daquele contexto. Portanto, a metodologia utilizada para a sistematização dos argumentos históricos foi a análise de conteúdo de Bardin (1977), cuja aplicação sistemática e articulada constitui o ineditismo da pesquisa. Através da identificação de unidades de registro, categorias temáticas e inferências ideológicas, a análise demonstrou que os materiais da campanha operam simultaneamente como instrumentos de letramento e de inculcação simbólica de valores como disciplina, trabalho voluntário, patriotismo e vigilância. A tese confirma que a construção do sujeito alfabetizado foi conduzida por um projeto pedagógico que visava formar o *homem ideal* revolucionário, reafirmando a educação como prática social, política e ideológica. Ao problematizar os sentidos da alfabetização e evidenciar as contradições entre emancipação e conformação, o estudo contribui para o campo da história da educação, da pedagogia crítica e da análise discursiva de materiais didáticos em contextos de ruptura e transformação social.

Palavras-chave: História da Educação; Revolução Cubana; *Homem ideal*; Campanha de Alfabetização

SOUZA, Helton Adriano de. **THE 1961 CUBAN LITERACY CAMPAIGN AND THE FORMATION OF THE NEW MAN**. 420 f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringá. Advisor: José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2025.

ABSTRACT

This dissertation investigates the Cuban National Literacy Campaign of 1961 with the aim of understanding how the pedagogical materials used in the process – especially the teacher’s manual “*Alfabetecemos*” and the student primer “*¡Venceremos!*” – contributed to the formation of the ideal revolutionary man as outlined by the political project of the Cuban Revolution. The research is based on the hypothesis that literacy, in this context, exceeded its technical function and was mobilized as a central strategy for ideological formation, aiming to shape a subjectivity aligned with the principles of Cuban socialism. The study is grounded in historical-dialectical materialism and employs Bardin’s (1977) content analysis method, whose systematic and articulated application constitutes the originality of this research. Through the identification of recording units, thematic categories, and ideological inferences, the analysis demonstrates that the campaign materials operated simultaneously as tools of literacy and symbolic inculcation of values such as discipline, voluntary labor, patriotism, and vigilance. The findings confirm that the construction of the literate subject was guided by a pedagogical project designed to shape the ideal revolutionary man, reaffirming education as a social, political, and ideological practice. By problematizing the meanings of literacy and highlighting the contradictions between emancipation and conformity, this study contributes to the fields of the history of education, critical pedagogy, and the discursive analysis of educational materials in contexts of rupture and social transformation.

Keywords: History of Education; Cuban Revolution; Ideal Man; Literacy Campaign.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Companheiro alfabetizador	135
Figura 2 – Nossa Capa	137
Figura 3 – “!Venceremos!”	138
Figura 4 – Busca de palavras.....	161
Figura 5 – Inra.....	167
Figura 6 – Ejercicio A	168
Figura 7 – Facilitar o trabalho de alfabetização, trabalho do povo.....	177
Figura 8 – Hágaes comprender	178
Figura 9 – A docilida como projeto educativo	180
Figura 10 – Revolução como necessidade social.....	182
Figura 11 – Venceremos o analfabetismo?	188
Figura 12 – Hino dos maestros	189
Figura 13 – Letras e palavras para aprender	189
Figura 14 – Cuba Libre	190
Figura 15 – Las Milicias	191
Figura 16 – “¡Patria o Muerte !Venceremos!”	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eixos semânticos estruturantes do homem ideal (discurso de Castro, 1960).....	74
Quadro 2 – Eixos semânticos estruturantes do homem ideal (discurso de Guevara, 1965).....	78
Quadro 3 – Eixos semânticos estruturantes do homem ideal (discurso de Castro, 1960, 1967).....	85
Quadro 4 – Análise de conteúdo dos discursos de Fidel Castro e Che Guevara ...	144
Quadro 5 – Análise de conteúdo – Manual e Cartilha da Alfabetização (1961)	147
Quadro 6 – Categorias de análise e inferência crítica (Bardin, 1977).....	165
Quadro 7 – Diretriz pedagógica para o respeito mútuo	180
Quadro 8 – “ Alfabetecemos ”: Categorias temáticas da concepção pedagógica	183

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
CIA	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
EUA	Estados Unidos da América
GETSPE	Grupo de Estudos Transformações Sociais e Pensamento Educacional
IFE	Instituto de Filosofia e Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Cubano
PPE	Programa de Pós-Graduação em Educação
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO CUBANA DE 1959	27
2.1 Forças e tensões pré-revolucionárias: período colonial e neocolonial	28
2.2 Da ascensão à deposição política de Fulgencio Batista: as condições materiais para insurgência cubana	34
2.3 O processo revolucionário cubano e suas relações com a Campanha de Alfabetização de 1961	45
3 A EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA CUBANA E O PLEITO DE NOVA SOCIEDADE E DE NOVO HOMEM – O <i>HOMEM IDEAL</i>	63
3.1 Fundamentos revolucionários do <i>homem ideal</i> cubano.....	66
3.2 Parâmetros formativos do <i>homem ideal</i> para a Revolução Cubana	81
3.3 A Campanha de Alfabetização cubana de 1961: condição de liberdade ou ideologia política?.....	91
4.1 Educação na Revolução Cubana: entre a emancipação e a reprodução ideológica	115
4.2 O trabalho como práxis social e seus efeitos sobre a Campanha de Alfabetização Cubana de 1961	119
4.3 A ideologia como demanda política para a Campanha de Alfabetização de 1961.....	131
4.4 A transformação social como projeto político, econômico e cultural	139
5 O <i>HOMEM IDEAL</i>: CONTRIBUIÇÃO DAS CARTILHAS PARA FORMAÇÃO DO SUJEITO	154
5.1 O <i>homem ideal</i> : aspectos históricos, etimológicos, filosóficos e ontológicos	154
5.2 O <i>homem ideal</i> pelos materiais pedagógicos da Campanha de Alfabetização de 1961: as diferenças, os objetivos e a aplicabilidade dos manuais e das cartilhas.....	169
5.3 “ <i>Alfabetecemos</i> ”: a função pedagógica e Ideológica do manual diante do projeto de formação do <i>homem ideal</i> revolucionário	174
5.4 A cartilha “ <i>¡Venceremos!</i> ” e a codificação ideológica do letramento revolucionário.....	184
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	194

REFERÊNCIAS	205
ANEXOS	209
Anexo A – “Alfabetizamos”	210
Anexo B – “¡Venceremos!”	306

1 INTRODUÇÃO

O presente texto compõe os estudos realizados pelo Grupo de Estudos Transformações Sociais e Pensamento Educacional – GETSPE, vinculado à linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM).

O objetivo é a análise da importância/influência do manual de instruções dos alfabetizadores, intitulado “**Alfabetecemos**”, e da cartilha de alfabetização “**¡Venceremos!**” – da campanha de alfabetização cubana de 1961 – sobre a formação de *novo homem*, pleiteado pela Revolução Cubana iniciada no ano de 1959, portanto, o ano de 1961 é fundamental para estruturar os argumentos da tese, no entanto, o contexto histórico analisado se inicia nos fins do século XIX, onde investigou-se a trajetória de José Martí e seus efeitos sobre o levante revolucionário e se finda em meados da década de 1960, período que ocorreu a Campanha de Alfabetização.

Para se alcançar o objetivo descrito, foram delineados como objetivos específicos: examinar o contexto pré-revolucionário e revolucionário para compor os fundamentos concernentes sobre a revolução e a educação revolucionária; elucidar a importância da educação para a Revolução Cubana no âmbito da formação da sociedade revolucionária e de homem revolucionário cubano; analisar as implicações da Revolução Cubana diante do trabalho, da ideologia política e da transformação social do país; compreender e examinar a campanha de alfabetização, cotejando, dos conteúdos e do discurso das fontes primárias, o processo de formação do homem, por conseguinte, da sociedade cubana.

O interesse pelo tema tem origem na graduação em Geografia, especificamente por meio da disciplina de Geografia da América Latina que oportunizou leituras sobre Cuba, com ênfase em dados socioeconômicos, dentre eles, os índices educacionais. Em sala de aula, a contextualização de tais índices implicou o debate sobre a campanha de alfabetização de 1961, despertando a curiosidade sobre a estrutura e dinâmica da educação no país bem como sobre a relação entre a educação e o processo revolucionário.

A trajetória na rede pública da educação básica reforçou o interesse sobre a alfabetização e sobre os exemplos de redução e/ou erradicação do analfabetismo, uma vez que despertou a reflexão sobre as possibilidades de torná-los parâmetros

para a reorganização da estrutura educacional do Brasil, tanto quanto influenciando na prática pedagógica escolar.

Muito embora o projeto de pesquisa tenha sido definido apenas no transcorrer da disciplina de Tópicos Especiais em Educação I – Revoluções e Educação na América Latina, os debates e o referencial teórico contemplaram a Revolução Cubana e a campanha de alfabetização, destarte, permitiram o acesso ao manual do alfabetizador e à cartilha de alfabetização. O contato com tais documentos resultou no interesse que redefiniu a problemática da pesquisa logo mais apresentada.

Para uma compreensão mais aprofundada da trajetória desta pesquisa, é fundamental esmiuçar o objeto de estudo, analisando suas fontes, fundamentos teóricos e o percurso metodológico adotado. Iniciaremos pela identificação das fontes documentais que sustentam nossa investigação, destacando sua relevância e autenticidade. Em seguida, abordaremos os fundamentos teóricos que embasam a análise, explorando as principais correntes e conceitos que orientam a discussão. Por fim, descreveremos o percurso realizado ao longo da pesquisa, ressaltando os métodos empregados, as etapas enfrentadas e as reflexões que emergiram nesse processo. Essa abordagem detalhada nos permitirá não apenas elucidar as bases do nosso estudo, mas também contextualizar suas contribuições para o campo de conhecimento em questão.

O manual “**Alfabeticemos**” – fonte primária da investigação –, que foi elaborado e utilizado para instruir os recrutas alfabetizadores, contém 99 páginas, possui uma imagem de abertura em cada capítulo, que supõe e evidencia particularidades de cada tema a ser trabalhado, junto à imagem, uma epígrafe extraída de textos dos intelectuais e personalidades que influenciaram a Revolução, dentre eles, José Martí e o próprio Fidel Castro. Além disso, dispõe de um texto curto explicando o propósito do capítulo.

Já a cartilha de alfabetização “**¡Venceremos!**” –, outra fonte primária da investigação – possui 110 páginas, cada lição é igualmente inaugurada com uma imagem que faz alusão ao assunto e que se associa à realidade cotidiana do povo cubano, tanto campesina quanto operária. A complexidade das lições é gradativa, sendo que as primeiras trabalham a leitura e escrita das letras, avançando para palavras e depois frases. Possui atividades de decomposição das palavras em sílabas, evoluindo para textos que evidenciam algumas palavras. Há, ainda, atividades simples de completar, copiar e assinalar.

A Campanha de Alfabetização foi liderada pela Comissão Nacional de Alfabetização, composta por membros do Ministério da Educação e outras organizações sociais, com o objetivo de erradicar o analfabetismo em um ano. Essa iniciativa buscava a participação da população e de grupos organizados, refletindo uma proposta mais colaborativa em comparação com o governo anterior, que era autocrático. A comissão tinha quatro seções: técnica, propaganda, finanças e publicações, que atuavam em níveis nacional e municipal. A seção técnica cuidava do aspecto didático da campanha, incluindo a organização e análise de dados estatísticos e a elaboração de materiais didáticos, como a cartilha “**¡Venceremos!**” e o manual “**Alfabetícemos**”.

Diante desse percurso, reforça-se a concepção de “que o acesso à educação é uma das condições básicas para a construção de uma nova sociedade” (Poroloniczak, 2019, p. 28), compondo-se como um dos pilares necessários para a transformação social e totalmente alinhada as demandas da organização política, econômica, social e cultural.

A educação em Cuba é uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento da nação. Ela atua como um instrumento ideológico, ajudando a enfrentar problemas sociais ao longo da história e formando valores que fortalecem a identidade nacional. É também um compromisso do Estado, coordenando políticas educacionais com o desenvolvimento econômico e social, com o Ministério da Educação responsável por sua direção. Além disso, a demanda por alfabetização entre os cubanos reflete um clamor social, sendo utilizada pelos revolucionários como parte de seu plano de governo. É uma ação entendida como um pilar fundamental do projeto político, econômico e social de Cuba, frequentemente abordada nos discursos de Fidel Alejandro Castro Ruz (1926-2016) e Che Guevara de la Serna (1928-1967), que expressam as demandas da nova ordem na ilha e seu impacto nos processos formativos.

Diante disso, o presente estudo se concentra em dois discursos de Castro Ruz (1986): “A história me absolverá” (publicado em 1953) e seu pronunciamento na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1960, que marcou o início dos preparativos para a Campanha de Alfabetização, culminando na declaração de 1961 como o ano da educação em Cuba.

Além de Fidel Castro, Che Guevara também proferiu discursos que destacaram a transformação da nova sociedade e do “*novo homem*” pela revolução. O texto foca em dois discursos selecionados: um para a editora Marcha do Uruguai, em 1965, e outro na Assembleia Geral da ONU, em 1969, que serviram como instrumentos de luta contra o imperialismo e a exploração na América Latina. O programa revolucionário cubano, fundamentado no discurso “A história me absolverá”, visava a libertação política e econômica de Cuba do imperialismo norte-americano e a emancipação do povo cubano das opressões resultantes das tensões políticas (Castro Ruz, 1986).

Após a tomada do poder, o governo revolucionário cubano priorizou a melhoria das condições de vida da população, combatendo problemas como analfabetismo, prostituição, corrupção, discriminação racial, repressão, crise habitacional e desemprego. A reforma educacional e a alfabetização em massa foram estratégias fundamentais de Fidel Castro e seus aliados para estabelecer uma nova ordem em Cuba. Superar o analfabetismo era essencial para estruturar a classe trabalhadora e formar a consciência política e social do povo, utilizando a educação como um meio para combater a alienação coletiva e individual (Gillette, 1977).

Para isso, havia, entre os dissidentes, o consenso sobre a necessidade de rompimento com a velha ordem política e econômica, comandada pelo autoritarismo de Fulgencio Batista Zaldívar (1901-1973).

De acordo com o documento produzido pelo Editorial de Ciências Sociales no ano de 1981, intitulado “Cuba: territorio libre de analfabetismo”, “Antes de 1959, a política educacional em Cuba esteve voltada para defender os interesses capitalistas, mantendo os operários e camponeses no atraso e na incultura” (Cuba, 1981, p. 9, tradução nossa)¹.

Em 1953, apenas 55,6% da população em idade escolar frequentava a escola, com índices ainda mais baixos na zona rural (38,7%). Apenas 15% dos alunos continuavam seus estudos após a escola primária. O analfabetismo entre pessoas acima de dez anos aumentou de 20,8% em 1931 para 25,6% em 1953 e chegou a 33% em 1958 (Kolésnikov, 1983). Em contraste, de acordo com Ayerbe

¹ Leia-se, no original: “*antes de 1959 la política educacional en Cuba estuvo encaminada a defender los intereses capitalistas, manteniendo a los obreros y campesinos en el atraso y la incultura*” (Cuba, 1981, p. 9).

(2004) no final de 1961, a escolaridade infantil alcançou 100% para crianças de seis a doze anos, com um crescimento significativo no ensino primário (2,7 vezes), secundário (6,1 vezes) e universitário (5,5 vezes). Esses dados justificam a importância do estudo da experiência de alfabetização cubana, que possui características únicas e pode contribuir para a compreensão de propostas educacionais em outros contextos e para o debate sobre processos formativos históricos.

Diante disso, a pesquisa é justificada pela necessidade de entender a educação como um ato político, não neutro (Saviani, 2012). A história da educação cubana oferece insights para a análise de uma pedagogia crítica e transformadora que foi eficaz na erradicação do analfabetismo em Cuba (Rosa, 2019). Essa experiência influenciou os arranjos educacionais em diversos países, incluindo o Brasil, destacando a importância de debater o papel da educação na formação de uma nação.

Por tais motivos, problematiza-se: **Quais efeitos produziram as cartilhas da campanha de alfabetização cubana de 1961 sobre a formação do homem revolucionário? Qual consciência este homem deveria formar para corresponder às mudanças em curso? Quais foram os aspectos relevantes e contraditórios da estratégia de alfabetização e do material utilizado pela campanha?**

A hipótese inicial considera que a cartilha de alfabetização e o manual do alfabetizador foram fundamentais na formação do homem revolucionário, comparáveis à imprensa e aos meios de comunicação confiscados pelo governo durante a transição de poder de Fulgencio Batista para Fidel Castro. O poder ideológico da educação foi crucial para a aceitação do regime.

Embora esses materiais visassem promover a liberdade e conscientização sobre a nova ordem política e econômica, eles também expressavam os valores do regime e exaltavam Fidel Castro, limitando os aspectos libertários da educação. Assim, a educação continuou sendo um instrumento de controle das massas e um mecanismo regulador da consciência coletiva, incorporando os fundamentos da organização social cubana.

Essa ideia preliminar encontra sentido em Gillette (1977, p. 68), ao discutir os resultados da campanha de alfabetização, afirmando que “na pior das hipóteses, a educação para o comunismo está provavelmente mais próxima da doutrinação do

que a educação, e provavelmente produz cidadãos que se caracterizam mais pela docilidade do que pela consciência”.

Tanto quanto, outro fator que reverbera sobre a compreensão preliminar está relacionado com os agentes envolvidos com o processo de alfabetização e com os métodos utilizados, afinal, parte considerável dos alfabetizadores eram adolescentes e jovens que eram formados num curto intervalo em que recebiam treinamento para alfabetizar, para inserir-se na rotina das regiões conquistadas e para guerrilhar, caso fosse necessário.

Por tais pressupostos, reflete-se também: **Havia condições reais para uma ação pedagógica sistêmica e capaz de promover liberdade, emancipação e autonomia? A constituição do currículo e da abordagem pedagógica somada às condições materiais dos recrutas garantiam a qualidade e efetividade do ensino? Neste cenário prenhe de incertezas e recém posicionado numa nova ordem possibilitou a formação da consciência e dos fundamentos regime, sobretudo no que se refere à consciência coletiva?**

Para abordar as questões propostas, foi escolhida uma análise histórica que considera as condições materiais e contraditórias da vida. A História não é um agente ativo, mas sim o resultado das ações dos homens em busca de seus objetivos, conforme a perspectiva de Marx e Engels (2003). A atividade coletiva dos indivíduos reflete o movimento histórico vivido em Cuba durante a revolução liderada por Fidel Castro. Ao examinar as fontes e os fatos dessa época, o objetivo é recuperar as lutas, interesses e necessidades do período, entendendo a História como resultado da totalidade da produção da vida e buscando compreender os fundamentos do *homem ideal* para a Cuba revolucionária.

Vale ressaltar que “a preocupação maior não era com o bem estar da sociedade, mas o homem como indivíduo” (Vito, 2016, p. 20). No entanto, a Revolução Cubana buscou um “*homem ideal*” que promovesse a liberdade por meio da coletividade. A campanha de alfabetização foi escolhida como estratégia para alinhar e difundir o projeto político em implementação, enfatizando a necessidade de transformar os princípios e fins da ação humana coordenada para formar o homem revolucionário.

Para que esses argumentos sejam passíveis de análise e constatação, o manual do professor – “**Alfabetecemos**” – e a cartilha do aluno – “**¡Venceremos!**” – serão analisadas como fontes primárias, isso porque foram “fontes produzidas por

observadores ou participantes diretos dos fatos e cujos testemunhos seria supostamente fiéis à verdade” (Pereira Melo, 2010, p. 15). Nesse sentido, salientamos a importância das fontes históricas na pesquisa, destacando que elas não são a própria história, mas sim registros que fundamentam nosso conhecimento sobre ela.

A análise das fontes requer um tratamento cuidadoso e minucioso, considerando diversas variáveis durante a investigação. No campo da historiografia da educação, qualquer documento que ofereça informações sobre o passado educacional é considerado uma fonte (Saviani, 2004). As cartilhas, por exemplo, serão analisadas como documentos escolares importantes.

A investigação histórico-pedagógica depende de fatos e dados contidos nas fontes, e os pesquisadores devem interpretar essas informações para extrair seu significado. Assim, é crucial organizar e estruturar a pesquisa com evidências relevantes, mantendo cuidado na abordagem das fontes, que refletem as intenções e tensões dos indivíduos que as produziram.

As fontes históricas podem ser afetadas por erros, falsificações e interpretações imprecisas, exigindo uma escolha cuidadosa da metodologia para analisá-las. Essa metodologia é crucial para revelar as condições reais dos conceitos e debates que se tornam conhecimento transmitido entre gerações. O método deve permitir tratar, analisar e interpretar os documentos de maneira rigorosa, considerando suas múltiplas determinações (Evangelista, 2012). Assim, ratifica-se a importância de seguir etapas essenciais, como tratamento adequado e análise sistêmica, na produção historiográfica.

Assim, é importante analisar o que as fontes históricas ocultam (Evangelista, 2012), isso porque falam mais na ausência que na própria divulgação. Além do que revelam, sugerindo que o silêncio da fonte pode ser mais significativo. Para isso, é essencial reconhecer que a pesquisa histórica depende de fontes concretas e corretas, considerando três temporalidades: do tema, das fontes e do tempo presente.

É necessário identificar sinais e lacunas nos documentos, especialmente ao estudar a campanha de alfabetização, tratando as cartilhas como produtos de um contexto histórico complexo. O *corpus* documental se forma ao longo do tempo e deve ser selecionado para responder aos objetivos da pesquisa, visando entender a efetividade da campanha na formação do homem revolucionário cubano.

Outro ponto de atenção, refere-se a importância do diálogo com as fontes, os sujeitos, a História e a realidade para estruturar debates sobre as condições reais da vida (Quadros, 2008). Isso é fundamental para compreender o papel da educação e como ela é influenciada por contextos políticos, econômicos e sociais.

É essencial identificar as origens das fontes e reconhecer as tendências e influências que as ressignificaram. Além disso, o historiador deve evitar se submeter às fontes, pois estas não contêm a verdade absoluta (Pereira Melo, 2010).

Diante do exposto, é imprescindível revisitar estudos e obras sobre a Revolução Cubana e a Campanha de Alfabetização Cubana, destacando que a compreensão dos fatos históricos depende do contexto em que estão inseridos (Pereira Melo, 2010). É fundamental reconhecer que o que não é dito pode ser tão relevante quanto o que é explicitado, tornando a teoria essencial para o diálogo com fontes e evidências.

A educação, especialmente a revolucionária na campanha de alfabetização, é vista como parte da dinâmica social, onde os processos educacionais refletem as relações humanas. O passado é uma dimensão constante na consciência humana e influencia instituições e valores (Hobsbawm, 2013). Assim, discutir a formação do homem revolucionário cubano, moldado por essa campanha, evidencia como o passado condiciona ações e identidades.

A consciência humana atribui significado ao passado, enfatizando que a historiografia deve basear-se nas condições materiais e na ação humana ao longo da história, conforme Marx e Engels (2012). A reconstrução do passado histórico de Cuba, especialmente o período pré-revolucionário, é essencial para entender as mudanças e continuidades na ordem política durante a revolução.

A metodologia da investigação considera que a História surge de relações concretas e que a natureza humana se transforma ao longo do tempo. Além das influências políticas, econômicas e sociais, o processo de alfabetização é visto como parte de um movimento dialético contínuo, moldado pela dinâmica entre trabalho e capital (Marx; Engels, 2012), pois a alfabetização é comparada à alimentação, sendo vital para a manutenção da vida material e um ato histórico.

A História é um processo contínuo ligado ao nascimento do homem em sua realidade social e natural, onde o trabalho desempenha um papel central na transformação da natureza e de si mesmo. A atividade histórica é um movimento diário que busca alinhar a sociedade às necessidades humanas. O historiador tem a

função de organizar e interpretar o passado, revelando as divergências políticas entre classes sociais e as formas de resistência e práticas sociais de diferentes períodos. Ele deve estar ciente das três temporalidades envolvidas (do tema, das fontes e do tempo presente) e reconhecer que sempre haverá lacunas nas narrativas históricas. A complexidade do tema abordado sugere que a discussão sobre História nunca está completamente esgotada.

A originalidade da abordagem apresentada reside na aplicação da metodologia de análise do conteúdo (Bardin, 1977) para a compreensão das fontes como produtos de um tempo histórico e de diversos fatores, distinguindo aparência de essência na campanha de alfabetização cubana. A relação entre a campanha, os manuais e os discursos de Fidel Castro e Che Guevara revela um conjunto de fatos que devem ser investigados em suas determinações conjunturais e sua conexão com a educação, essenciais para a nova política e ideologia do movimento revolucionário.

O método de análise do conteúdo de Bardin (1977) é aplicado para classificar e categorizar as informações relevantes, estabelecendo categorias que conectam as unidades de análise em torno do conceito de revolução e formação do homem revolucionário cubano. As categorias emergem do contexto teórico e histórico, considerando a influência americana sobre Cuba e a luta pela consciência coletiva proposta por José Martí.

A análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), constitui-se como um método de investigação que visa compreender os significados latentes nos discursos, superando a aparência superficial dos enunciados e desvelando suas estruturas internas e seus sentidos ideológicos. Para tanto, Bardin (1977) propõe um percurso metodológico estruturado em três etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Os discursos dos líderes revolucionários defendiam a necessidade de criar um “*novo homem*” para a nova sociedade, enfatizando a transformação do homem explorado pelo imperialismo americano em um homem livre e socialista. Este homem era visto como um produto em constante evolução, necessitando de formação de consciência para alcançar mudanças significativas e se tornar um homem comunista.

A busca por formar o homem revolucionário cubano é apresentada como uma ideologia semelhante àquelas em outros regimes, especialmente no capitalismo. A

contradição surge nos fundamentos da teoria marxista, que se opõem à exploração do homem por outro homem, mas que na prática, sob arranjos governamentais, parece impor uma nova ideologia para substituir a anterior, servindo mais aos interesses dos líderes políticos do que à verdadeira liberdade.

Vale ressaltar a importância da descrição, organização e sistematização dos fatos na produção do conhecimento, mas esses elementos, por si só, não constituem conhecimento. Eles são essenciais para formar argumentos de forma rigorosa, permitindo a compreensão e a proposição de novas teses. O conhecimento não deve ser visto como uma verdade absoluta, pois é relativo e influenciado pelo contexto histórico. Isso significa que o conhecimento é datado, assim como as pessoas.

Além disso, os pressupostos teórico-metodológicos utilizados devem apoiar as formulações apresentadas no texto. Os argumentos e contra-argumentos não devem ser considerados como verdades definitivas, pois a aplicação do método realista nas ciências sociais oferece uma base sólida para conectar a representação das classes sociais com as narrativas literárias, que também são historicamente produzidas e recuperadas.

Diante disso, salienta-se a aplicação das categorias marxistas para analisar a superestrutura da aparência em relação ao objeto de estudo, que reflete a dinâmica política e econômica e sua influência na consciência humana. A pesquisa é documental e qualitativa, focando na formação do “*homem ideal*” cubano através da campanha de alfabetização, utilizando revisão bibliográfica como método. É importante realizar uma análise abrangente e criteriosa dos documentos, que inclui a história da revolução cubana e discursos de líderes da dissidência.

No presente trabalho, essas etapas foram utilizadas para analisar, de maneira sistemática, os discursos proferidos por Fidel Castro e Che Guevara, considerando a recorrência de categorias como trabalho, educação, ética, disciplina, docilidade e engajamento político.

Na etapa da pré-análise, os textos foram organizados e contextualizados segundo o período histórico da Revolução Cubana, especialmente os discursos de Castro na ONU (1960) e no funeral de Che Guevara, em 1967, bem como no texto “O socialismo e o homem em Cuba”, de autoria de Guevara (1965). Em seguida, na fase de exploração, identificaram-se unidades de registro e categorias temáticas

recorrentes, como homem novo, “educação como ferramenta de libertação”, “trabalho como elemento de formação revolucionária” e “exemplaridade moral”.

A etapa final do método, correspondente à inferência e à interpretação, consistiu na articulação entre os discursos revolucionários e os instrumentos pedagógicos da campanha de alfabetização – a cartilha “**¡Venceremos!**” e o manual “**Alfabetizemos**” –, cotejando os conteúdos didáticos com os fundamentos ideológicos da Revolução Cubana.

A análise contribuiu para pensarmos que tais materiais não apenas continham orientações técnicas e pedagógicas para o ensino da leitura e da escrita, mas também operavam como dispositivos ideológicos, veiculando valores e condutas desejadas para a formação do *homem ideal* cubano. Por meio da repetição de vocábulos, estruturação de exercícios e mensagens explícitas sobre a coletividade, a solidariedade e o papel do trabalho, os materiais didáticos reverberam os mesmos conteúdos presentes nos discursos dos líderes revolucionários.

Assim, a análise de conteúdo, ao ser aplicada de forma rigorosa, permitiu compreender como os instrumentos pedagógicos da Campanha de Alfabetização de 1961 contribuíram para a constituição de uma subjetividade revolucionária, moldando o imaginário político e educacional do novo sujeito cubano.

Fica evidente o quanto as categorias de análise mudam ao longo de um estudo, em um diálogo contínuo entre teoria e prática. Quando as análises começam a se repetir, indica que o conjunto de documentos está se esgotando. A análise do discurso das fontes primárias envolve tanto aspectos verbais quanto não verbais, conectando linguagem, sociedade e história. A ideologia é vista como a posição do sujeito em relação ao discurso, enquanto a história fornece o contexto.

O interdiscurso representa a memória coletiva e o intradiscurso é a estrutura do discurso em si. A interpretação é subjetiva e influenciada por fatores pessoais do pesquisador, tornando-a sempre parcial. Por fim, destaca-se que a compreensão de um documento requer reflexão e diálogo com a fonte, mediada pela perspectiva individual do intérprete (Bardin, 1977).

Logo, utilizando os fundamentos da pesquisa histórica com base em fonte documental bem como os fundamentos da análise de conteúdos e do discurso, considera-se ser possível o cotejamento dos fundamentos estruturantes da formação do *homem ideal*, o homem revolucionário cubano, através da análise do conteúdo do manual do alfabetizados “**Alfabetizemos**” e da cartilha do alfabetizando

“***¡Venceremos!***”, confirmando-se ou não a hipótese anteriormente levantada, o que exigiu a explicação, na segunda seção, dos aspectos históricos e filosóficos da educação cubana no contexto da revolução socialista (1950-1960) para compreender a sua influência sobre a ilha cubana e constatar se ela pode ser compreendida como mediadora da formação do homem revolucionário cubano.

A exposição das ideias baseia-se na produção histórica de Emir Sader (1985), Julio le Riverend (1980), Luis Fernando Ayerbe (2004) e Luiz Alberto Moniz Bandeira (2009). Bandeira (2009) estrutura a história da revolução com minúcias e detalhes bem como articula as questões internas e externas que influenciaram a dissidência, retomando o período colonial e o neocolonial, destacando as contribuições políticas e intelectuais de José Martí (1853-1895) e seus efeitos sobre o desejo de liberdade que acompanhou os revolucionários, sobretudo nos primeiros anos do levante.

Contribuindo, o historiador cubano Riverend (1980) possibilita o entendimento do contexto revolucionário na perspectiva de seu povo, descrevendo fatos que podem passar despercebidos pelos historiadores brasileiros. Assim como Ayerbe (2004) e Sader (1985), que permitem cotejar da história da Revolução Cubana reflexões sobre os embargos econômicos praticados pelos Estados Unidos da América como tentativa de manter sua influência política e seu poder econômico sobre a ilha. Embargos que influenciaram na aproximação entre Cuba e a Internacional Comunista, logo, entre o programa político e econômico revolucionário e a União Soviética.

A terceira seção aborda a recomposição dos fatos históricos relacionados à educação revolucionária, utilizando como base a produção teórica de Peroni (2000), que analisa o debate sobre a erradicação do analfabetismo anunciada por Fidel Castro em setembro de 1961. A autora sistematiza dados e apresenta relatos de cubanos entrevistados durante sua estadia em Cuba para o mestrado. Outro autor relevante é Gillette (1977), que analisa a situação educacional cubana antes e durante a revolução, descrevendo quatro estágios do desenvolvimento da política educacional: educação das massas, educação para o crescimento econômico, criação do *novo homem* e consolidação do *novo homem*. Juntos, Gillette (1977) e Peroni (2000) contextualizam a campanha de alfabetização de 1961 e descrevem a dinâmica relacionada à produção do manual e da cartilha de alfabetização.

Como Gillette (1977), Fernandes (1979) também aborda a economia e a sociedade cubana sob a perspectiva do comunismo, discutindo a nova sociedade e o *novo homem*, o que contribui para entender as relações entre os discursos de Fidel Castro e Che Guevara e o conteúdo do material de alfabetização. O debate foi estruturado em torno de quatro categorias: educação, trabalho, ideologia e transformação social, analisadas na quarta seção para facilitar sua aplicação metodológica na compreensão das ideias durante a investigação do discurso e do conteúdo nas fontes primárias. A última seção visa analisar o conteúdo e o discurso do manual “**Alfabetecemos**” e da cartilha “**¡Venceremos!**”, buscando responder à problemática da tese. Para isso, houve uma dedicação ao processo metodológico de cotejamento dos fatos, inferências, fundamentos e conceitos, além da escrita sobre o processo de alfabetização adotado pela campanha e seus efeitos na formação do *homem ideal*, o homem revolucionário cubano, entre 1959 e 1961.

Por fim, apresentamos as considerações finais deste estudo, nas quais sintetizamos os principais achados e reflexões decorrentes da pesquisa. Analisamos a relevância dos dados coletados e discutimos como eles corroboram ou desafiam as hipóteses iniciais. Além disso, destacamos as implicações teóricas e práticas dos resultados, evidenciando a importância de compreender as nuances históricas e sociais que permeiam o tema abordado. Essas considerações visam não apenas concluir o trabalho, mas também abrir espaço para futuras investigações e diálogos na área.

2 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO CUBANA DE 1959

A Revolução Cubana de 1959 é um marco histórico que transcende a simples luta por poder, refletindo as complexas interações entre colonialismo e neocolonialismo. Para entender suas raízes, é essencial investigar os contextos histórico e social que moldaram a ilha. Para compreender esse processo, serão produzidas reflexões a partir de dois objetivos: o primeiro é refletir sobre os contextos colonial e neocolonial de Cuba, a fim de compreender os efeitos das explorações hispânica e norte-americana sobre a ilha e sua influência no desejo de liberdade de seu povo.

Em continuidade, para alcançar o primeiro objetivo, será preciso sistematizar o processo histórico entorno da figura José Martí, intelectual cubano “precursor da resistência latino-americana” (Sader, 1985, p. 9). Isso porque, a liberdade necessária para a emancipação nacional, tornou-se o motivo da sua atuação política e da sua produção teórica, que por sua vez, tornou-se referência para seus pares e legado para os dissidentes revolucionários, anos mais tarde.

Tão imprescindível quanto, será refletir a trajetória de Fulgencio Batista até a Presidência do país no ano de 1952, a sua reaproximação e a conquista do apoio norte-americano, o seu perfil antidemocrático que desencadeou o descontentamento, a crise política e econômica durante seu governo.

Crise esta, que recaiu sobre o povo redirecionando os ideais de liberdade e a busca por outra alternativa de governo. Fato que propiciará as análises sobre as condições da ilha cubana em seu governo e evidenciará as bases do movimento revolucionário esclarecendo o afastamento do país em relação aos Estados Unidos da América (EUA) e a sua aproximação junto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Em seguida, os primeiros anos da Revolução Cubana serão retomados para aprofundar a compreensão de seus pilares constitutivos, dos elementos internos e externos que atravessaram seu transcorrer e que exigiu de Fidel Castro o reordenamento das suas propostas, redefinindo a relação entre Cuba e seus aliados externos. Partindo das ideias predominantes sobre os embargos e sanções praticados pelos EUA, a investigação preconizará os efeitos do reposicionamento da geopolítica cubana que convergiu na aliança com a URSS.

Encerrando a seção, a última subseção contemplará o papel e a importância da educação para os primeiros anos da Revolução Cubana. Percurso que demanda a contextualização da educação da ilha no movimento histórico de antes, durante e depois dos primeiros anos da revolução. A trajetória revisitará os principais fatos que explicam o plano governamental de Fidel Castro e sua relação com a declaração que instituiu 1960 como o ano da educação.

A subseção findará o debate sobre os motores da Campanha de Alfabetização, além de situar os fatos e os sujeitos integrantes da proposta educacional que se estendeu ao longo do ano, em etapas que transitaram entre a produção do manual e da cartilha, a escolha do método de ensino, o processo de recrutamento e formação dos alfabetizadores, contextualização das estratégias e abordagens utilizadas pelos alfabetizadores, sua relação com os alfabetizados e as lutas travadas com os contrarrevolucionários.

2.1 Forças e tensões pré-revolucionárias: período colonial e neocolonial

Para compreender o papel e a importância da educação para o movimento revolucionário que utilizou a Campanha de Alfabetização de 1960 como estratégia para a superação da dominação exercida sobre a ilha pelos americanos, este debate será estruturado a partir da produção teórica de Bandeira (2009), Fernandes (1979) e Sader (1985), cuja exposição das ideias permeia fatos que demonstram que as trajetórias políticas dos países da América Latina, foram historicamente marcadas por inúmeras crises políticas e econômicas que remontam o período colonial.

Na perspectiva do autor, Cuba, em especial, vivenciou essa conjuntura desde o fim do século XV com a chegada e domínio hispânico da ilha. Domínio marcado pela expropriação dos nativos, posse e exploração econômica da terra, dos recursos naturais, e do trabalho humano impondo a escravidão para seu povo. Portanto, essas intempéries tornaram-se alimento político e cultural capaz de emergir intelectuais como José Martí em Cuba, como também, nos demais países da América Latina.

A importância dessa retomada está no cotejamento de fatos que esclarecem as consequências da dominação hispânica e americana sobre Cuba e seu povo. Para então subsidiar a compreensão do movimento de exploração da ilha, suas causas e efeitos que desencadearam a pobreza, e outros problemas sociais e

econômicos, dentre eles, o analfabetismo e a precarização dos setores produtivos e da infraestrutura do país.

Mais de três séculos se passaram e, embora cientes de sua capacidade e influência, para o governo americano da época, “a presença da Espanha no Caribe, conservando ainda Cuba e Porto Rico como colônias, continuava, no entanto, a incomodar os EUA, cujo propósito de anexar aquelas ilhas nunca se desvanecera” (Bandeira, 2009, p. 28). Como efeito, os conflitos e articulações políticas e econômicas entre Espanha e os norte-americanos impunham dificuldades para a conquista da independência cubana.

Movidos pelo interesse de enfraquecer o domínio europeu na América, a liderança política americana investiu direta e indiretamente nas lutas pela independência dos países latino-americanos, dentre os quais, Cuba retomou no ano de 1895 seu projeto de independência. Contudo, nas palavras de Bandeira (2009, p. 28), o gigante americano não pretendia a liberdade das nações vizinhas, ao contrário, “esperava colher o fruto maduro depois que elas da Espanha se desprenderam”. No caso cubano, a estratégia gerou expectativas positivas para o governo americano, afinal, sabiam do apoio expressivo de segmentos sociais cubanos favoráveis à anexação. Tão logo, o governo americano passou a apoiar Cuba para depois reivindicar sua anexação.

Neste cenário, as tendências anexionistas ganharam força, defendendo que “a luta pela independência de Cuba, no mais das vezes, significava sua incorporação aos EUA” (Bandeira, 2009, p. 28). Entretanto, nem todos os cubanos e nem todos os americanos eram favoráveis à anexação do território cubano à América do Norte.

Sob essas condições, a luta armada contra o domínio de Madri no ano de 1895, ao contrário das expectativas do governo americano, revelou que os homens cubanos que a deflagraram, não carregavam consigo o interesse anexionista, distante disso, “queriam a mais completa independência de Cuba e repudiavam tanto o projeto de autonomia quanto a ideia de anexá-la aos EUA” (Bandeira, 2009, p. 30).

Compreende-se desse modo que a conjuntura histórica cubana, analisada a partir dos autores mencionados, revela um complexo movimento de contradições estruturais que indicam a persistência da dominação colonial e neocolonial. A expropriação dos meios de produção da vida, a imposição de uma lógica econômica

extrativista e a subalternização política da ilha não se restringem à violência da colonização hispânica, mas evidenciam o caráter estrutural da dependência nas relações latino-americanas.

A interpretação da história cubana, nesse sentido, requer apreender um processo em constante transformação. Neste processo, a luta de classes e a disputa pela soberania nacional manifestam-se no cerne das contradições sociais fundamentais. A ação revolucionária de 1895, ao confrontar a autonomia tutelada e o projeto de anexação como vias para a emancipação, pode ser compreendida como uma expressão da consciência histórica desenvolvida na práxis popular. Este movimento representa uma forma de resistência e, concomitantemente, a proposição de um projeto nacional autônomo, cujas concretizações posteriores se aprofundariam na Revolução de 1959.

Essa análise contribui para a compreensão dos movimentos de libertação, contrastando com perspectivas que os reduzem a insurgências regionais desprovidas de racionalidade política. A recusa ao projeto anexionista indica, portanto, uma consciência de classe nacional em formação, que encontrou no ideário de José Martí e, subsequentemente, nas lideranças revolucionárias do século XX, a expressão ideológica de um projeto emancipador com profundas raízes históricas.

Entretanto, embora a luta de José Martí pela liberdade tivesse inspirado os líderes da Revolução Cubana, é necessário evidenciar as tensões entre o ideário político por ele defendido e os fundamentos político-ideológicos que orientaram a Revolução de 1959.

Compreende-se que José Martí, situado historicamente no contexto das lutas de independência do século XIX, propunha um projeto de nação baseado na autodeterminação, na justiça social e na superação da dominação colonial, concebendo a liberdade como valor central e estruturante.

Portanto, sua concepção de liberdade, ainda que humanista e anticolonial, não se fundamentava nas categorias da Revolução Socialista, tampouco propunha a abolição da propriedade privada dos meios de produção, nem a ditadura do proletariado como via de transição para a nova sociedade, tão logo, como via de formação do *homem ideal* para a Revolução Cubana.

Ao contrário, sua visão conciliava a autonomia política com certa manutenção da ordem econômica liberal, sob um viés republicano. Já a Revolução Cubana,

como veremos adiante, em decorrência dos embargos econômicos norte-americanos, incorporou o marxismo-leninismo que fora radicalizado por suas lideranças, sobretudo, Fidel Castro e Che Guevara.

Tão logo, a dissidência cubana fundamentou-se em um projeto de ruptura com a ordem capitalista, visando à superação da lógica de classes, à coletivização dos meios de produção e à centralização do poder político como estratégia de enfrentamento ao imperialismo.

Essa diferença não anula a influência do intelectual José Martí sobre o processo revolucionário, mas explicita uma contradição fundamental: Ele tornou-se símbolo nacional e ético, enquanto a práxis revolucionária efetiva operou a partir de categorias e estratégias alheias ao seu pensamento original. A leitura crítica dessa relação evidencia como os processos históricos são marcados por permanências e rupturas, e como os símbolos do passado podem ser ressignificados à luz de novos projetos de transformação social.

Nesse quadro, a Campanha de Alfabetização de 1961 insere-se como um desdobramento da luta secular contra a opressão estrangeira e a reprodução das desigualdades sociais, pressupondo a transcendência de sua caracterização puramente pedagógica descontextualizada, quando comparada com a educação praticada na ilha no período colonial e neocolonial.

Ao recuperarmos as abordagens históricas do passado cubano, entende-se que o domínio espanhol durou até 1895, ano da derrota da Espanha por meio da intervenção militar americana que, após a assinatura do Tratado de Paris, passou a controlar política e militarmente Cuba e Porto Rico. Controle que durou para os cubanos até 1898 quando os norte-americanos estrategicamente reconheceram a independência da ilha.

A análise dialética desse processo de reconhecimento da independência revela uma contradição fundamental entre a forma e o conteúdo do ato político. Na superfície, o reconhecimento da independência aparentava corresponder a um gesto de respeito à soberania da ilha e ao direito à autodeterminação de seu povo. Contudo, no conteúdo concreto das relações políticas e econômicas, tal reconhecimento se deu como continuidade da dominação estrangeira, agora sob nova forma: a transição do domínio colonial espanhol para o domínio imperialista norte-americano.

O Tratado de Paris (1898), que formalizou a retirada da Espanha, consolidou, na prática, a subordinação de Cuba aos interesses estratégicos e econômicos dos Estados Unidos, institucionalizada posteriormente pela Emenda Platt (1901). Essa manobra política traduziu-se na preservação do controle estadunidense sobre os principais setores da economia cubana, sobre suas relações externas e sobre aspectos da organização política e militar da ilha.

Portanto, a contradição entre a aparência de um ato de libertação e o conteúdo de um novo pacto de dominação insere-se na lógica do imperialismo enquanto fase superior do capitalismo, em que a intervenção externa assume formas políticas legitimadas pelo discurso da liberdade, mas objetivamente articuladas à preservação das relações de dependência e exploração.

Essa leitura é essencial para compreender como a luta pela verdadeira independência de Cuba prosseguiu além de 1898, sendo reatualizada nas lutas sociais e nos projetos revolucionários do século XX, culminando no processo revolucionário de 1959, que buscou romper com os mecanismos de dominação herdados daquele contexto.

Embora Cuba tenha alcançado sua independência, rapidamente se tornou refém da política externa americana, que havia sido delineada décadas antes, em 1823, com a formulação da Doutrina Monroe. Este princípio, sintetizado no lema “a América para os americanos” (Bandeira, 2009), serviu como uma justificativa ideológica que legitimava e reforçava a interferência dos Estados Unidos na política econômica dos países latino-americanos. Segundo o autor, essa doutrina não apenas estabeleceu um marco para a intervenção americana, mas também criou um discurso que apresentava os Estados Unidos como os defensores dos interesses latino-americanos frente às potências europeias.

A Doutrina Monroe argumentava que a Europa possuía um conjunto de interesses exploratórios que ameaçavam a soberania e o desenvolvimento das nações americanas. Nesse contexto, os Estados Unidos se viam na posição de protetores e garantidores da autonomia dos países vizinhos, justificando assim intervenções militares e políticas quando consideravam necessário. Essa postura não apenas moldou as relações entre Cuba e os EUA, mas também teve repercussões profundas em toda a América Latina, perpetuando um ciclo de dependência e dominação que dificultou a verdadeira autonomia política e econômica das nações latino-americanas.

Baseados neste argumento, assoma-se que o protagonismo industrial dos EUA impulsionou a nação que se apresentava como grande produtora mundial de industrializados, dando seguimento ao seu projeto hegemônico. Tão logo, expondo a intencional necessidade de controle econômico sobre o novo mundo e obtendo, como resultado, “maior densidade econômica e a mais ampla dimensão política” (Bandeira, 2009, p. 25).

Para continuidade do projeto hegemônico, os EUA ampliaram a compra de matéria prima vinda dos países latino-americanos e intensificaram a venda de suas mercadorias na região. Jogada político-econômica que provocou a instabilidade das balanças comerciais dos países latino-americanos, acentuando a dependência dos produtos americanos, necessários para o abastecimento interno.

Com efeito, a situação se configurava ainda mais grave, afinal, a venda dos recursos naturais e agrícolas indispensáveis para os americanos representava para os países latinos o equilíbrio econômico das suas finanças, ou seja, os arranjos político-econômicos da época fizeram dos EUA o principal, quando não o único consumidor das commodities² latino-americanas.

O balanço do longo período de exploração e dominação imposto à Cuba, explicam as raízes da miséria sobre seu povo. Miséria que na época se assomou à violência, à exploração sexual, ao trabalho infantil, às péssimas condições de trabalho, ao tráfico humano, ao tráfico e ao consumo de drogas ilícitas.

Exploração e dominação responsável pela exposição da ilha cubana à especulação imobiliária, à precarização da sua infraestrutura, à exploração sem critérios regulatórios dos seus recursos naturais, a péssima qualidade das políticas sociais de saúde, habitação, educação e segurança pública.

Sob tais condições, o sofrimento que consumiu e fragilizou o povo, incitou sua revolta, produzindo um movimento de reação de busca por justiça. Movimento que ecoou sobre o consenso coletivo definindo necessidades gerais que se converteram em pautas sociais. Criaram-se, deste modo, as estratégias de resistência que encorajaram a luta, ou seja, foram dadas as condições materiais para uma possível transformação conjuntural.

² Commodities são produtos básicos, geralmente matérias-primas, que possuem características homogêneas e podem ser facilmente trocados entre mercados. Exemplos incluem petróleo, grãos e metais. Sua principal característica é a intercambialidade, permitindo que lotes da mesma commodity sejam trocados sem perda de valor (explicação do autor).

O entendimento dialético desse cenário, permite refletir sobre os mecanismos de dominação e exploração impostos pelos Estados Unidos sobre Cuba e outros países da América Latina não se limitaram à esfera econômica, mas engendraram contradições profundas que tensionaram o tecido social e político da ilha. A dependência econômica, sustentada por uma lógica de subordinação neocolonial, produziu não apenas instabilidade financeira, mas corroeu as possibilidades de soberania nacional.

Nesse contexto, as condições materiais de existência do povo cubano foram marcadas por múltiplas privações e violências, cuja origem se inscreve na estrutura de um sistema desigual e assimétrico. Essa contradição entre a retórica liberal de desenvolvimento e a realidade da dependência e da miséria operou como elemento propulsor da consciência social e da organização coletiva.

A miséria, portanto, não pode ser entendida como um dado natural ou circunstancial, mas como expressão de um antagonismo estrutural entre um modelo de desenvolvimento centrado no lucro externo e as necessidades básicas da população. A revolta que emergiu dessa situação constituiu-se em forma de resistência historicamente determinada, na qual o povo cubano passou a reconhecer-se como sujeito histórico de transformação.

Assim, ao denunciar e enfrentar as contradições do sistema vigente, as camadas populares, sobretudo aquelas futuramente organizadas sob a liderança do Movimento 26 de Julho, transformaram a indignação social em práxis revolucionária, criando as condições objetivas e subjetivas para a ruptura com a ordem estabelecida e para o projeto de edificação de uma nova sociedade.

2.2 Da ascensão à deposição política de Fulgencio Batista: as condições materiais para insurgência cubana

Os fatos sistematizados adiante, serão embasados nos mesmos autores da subseção anterior, juntamente com o debate produzido por Riverend (1980), que discute e detalha o esforço cubano para a conquista da liberdade e da autonomia, conseqüentemente, a luta travada contra o domínio político e econômico dos EUA, numa dinâmica histórica complexa e impregnada de arranjos contraditórios.

Arranjos históricos que desencadearam a ascensão de Fulgencio Batista, consolidaram seu posicionamento político, afetaram suas escolhas e definiram seu

perfil autoritário. Autoritarismo subsidiado pelo governo americano, que em troca, recompôs sua influência política e econômica sobre Cuba.

Mas, antes disso, importa retomar que as aspirações hegemônicas americana, em virtude da depressão econômica ocorrida entre 1890 e 1893³, direcionou os negócios dos setores empresariais para outras regiões, justificando o interesse dos americanos pelo novo mundo “pois se lhes afigurava que somente mercados externos poderiam absorver os excedentes cada vez maiores da sua produção” (Bandeira, 2009, p. 33).

Junto a esse fato, o país reconhecia que “não mais havia terra em abundância para atender à demanda de sua crescente população” (Bandeira, 2009, p. 33). Com base nestas constatações, o Congresso norte-americano, associando o fato com a declaração de guerra, aprovou a renúncia “a qualquer intenção de exercer soberania, jurisdição e controle sobre Cuba, salvo para o fim de pacificá-la” (Bandeira, 2009, p. 34).

Entende-se, desta forma, que a exceção sobre a pacificação foi o subterfúgio dos norte-americanos para manutenção do poder sobre a ilha, ou seja, a vitória americana na guerra Hispano-Americana chancelou seu caráter imperialista e lhe rendeu o domínio sobre o espólio colonial da Espanha.

A renúncia americana do exercício da soberania, jurisdição e controle em relação a Cuba, sofreu uma reviravolta no ano de 1901. Ano que o Congresso dos Estados Unidos aprovou a denominada Emenda Platt, redigida pelo gabinete do senador Orville H. Platt, cujo principal objetivo era limitar a soberania de Cuba e garantir a influência dos Estados Unidos sobre o país, mesmo após a sua independência.

Entre as principais cláusulas da emenda, destacavam-se: o reconhecimento de que os Estados Unidos tinham o direito de intervir nos assuntos internos de Cuba para proteger a vida, a propriedade e a liberdade dos cidadãos americanos residentes ou visitantes na ilha; a manutenção da base naval de Guantánamo pelos Estados Unidos, e; a restrição à capacidade de Cuba de celebrar tratados com outras nações.

³ Iniciada com a quebra do banco Baring Brothers, em Londres, que teve efeitos profundos na economia global, especialmente na América Latina, representou um primeiro sinal da fragilidade dos sistemas financeiros globais em face da expansão imperialista, afinal, foi marcada pelo aumento dos juros nos Estados Unidos e pelo endividamento externo dos países da América Latina. Este período foi chamado também de “A Década Perdida” por muitos países em desenvolvimento, dada a estagnação econômica, inflação e corte de investimentos sociais.

Para o povo, as condições impostas pela emenda, implicou na acusação da violação da soberania nacional cubana, além de gerar insatisfação popular e desencadear o ressentimento. Em paralelo, o nacionalismo entre os cubanos ressurgiu, mas foi abafado pelo “Tratado Permanente, que o presidente Tomás Estrada Palma, elevado em 1902 à presidência de Cuba, nominalmente independente, teve de afirmar” (Bandeira, 2009, p. 35) no mesmo ano de sua posse.

Tratado em que Cuba incorporou os termos da Emenda Platt proposta pelo Estados Unidos, formalizando, de certo modo, a subordinação de Cuba aos interesses dos Estados Unidos, mesmo após a nominal independência da ilha em 1902. Na ocasião, o presidente Palma (1835-1908), primeiro presidente de Cuba, foi tensionado a aceitar esses termos como condição para a retirada das tropas americanas e o reconhecimento da independência cubana pelos Estados Unidos.

Nas palavras de Sader (1985, p. 11) o êxito das estratégias de intervenção americana com o apoio e financiamento das campanhas políticas de partidos cubanos aliados ao governo americano, consolidou “o domínio norte-americano sobre a Ilha, reduzida a uma economia monocultora de exportação, onde o açúcar era complementado pelo tabaco, café e frutas cítricas, com um comércio de importação e exportação totalmente vinculado aos EUA”.

O autor deu ênfase a esse debate, explicando o que denominou de “uma neocolônia a 140 quilômetros”. Em sua perspectiva, a pressão econômica americana era tamanha que a mentalidade dos cubanos assumiu o axioma, segundo o qual, “sem cota, não há país”, ou seja, “sem a cota açucareira que os EUA compravam de Cuba, o país necessariamente sucumbiria” (Sader, 1985, p. 12).

Anos depois, durante a crise de 1929, a dependência cubana da cota açucareira americana era tamanha e foi reduzida pela metade no ano de 1933, em relação à década anterior. Segundo Sader (1985, p. 12), “as safras foram limitadas à metade do tempo, deixando 25% da população no mais absoluto desamparo, enquanto os salários voltavam aos níveis que tinham no começo do século”.

Isso posto, entende-se que a influência mundial e as tensões crescentes entre os norte-americanos e a Rússia, produziu efeitos significativos sobre a dinâmica histórica cubana. Efeitos tais inerentes às ações coordenadas da política econômica dos EUA para vigorar sua economia pujante e de supremacia mundial. Como resposta, no Leste europeu, a Rússia revidava e protagonizava a revolução socialista. Como recorda Bandeira (2009), Fernandes (1979) e Sader (1985), as

forças americanas voltavam-se para o combate da “avalanche revolucionária”, que se alastrava por vários países europeus.

Avalanche que se intensificou em 1919, quando o bolchevismo russo fundou a III Internacional ou Internacional Comunista. Ao ser abortada na Europa, a revolução social intensificou seus esforços sobre a Ásia, África e América Latina, produzindo instabilidades e ameaças ao domínio americano. Em um efeito dominó, os ressentimentos nacionais contra a dominação econômica imperialista, sobretudo da americana, no caso latino, agitaram os partidos políticos de esquerda e os debates sobre as estratégias para dar fim ao domínio das potências mundiais sobre seus países.

Concomitante a esse contexto e em um movimento dissonante, o fascismo na Itália e o nacional-socialismo alemão denunciavam tanto o imperialismo americano quanto o comunismo soviético. Embora o nazifascismo e o comunismo fossem esteios sociais antípodas, ao chegarem na América Latina, estremeceram as relações dos países da região com os EUA, além do mais, os latinos “passaram a exprimir as mesmas aspirações de independência econômica e desenvolvimento” (Bandeira, 2009, p. 47).

Aspirações que se intensificavam no caso de Cuba, isso porque, a Internacional Comunista passou a orientar os partidos alinhados do interior do país. Para Sader (1985), o principal argumento usado era que o capitalismo estava entrando em um terceiro período, por isso, defendia que a crise econômica e a instabilidade política eram oportunas para a América Latina “instigar levantes ou cooperar com outras forças de oposição, a fim de ganhar a hegemonia do movimento revolucionário, assim como acontecia em Cuba” (Bandeira, 2009, p. 57).

Na época, as tensões e instabilidades externas, propiciaram ao governo cubano do general Geraldo Machado (1925-1933) a prorrogação do seu mandato por mais seis anos, que foi concedida pelo Congresso. A resistência da opinião pública, somada com a terrível crise econômica, fez eclodir, no início da década de 1930, motins, greves e protestos dos mais variados tipos e com drásticos resultados.

Com a resposta do governo baseada na repressão, fuzilamento de estudantes e outros adversários, mesmo não conseguindo conter os atentados à bomba e outros atos de terror, foi aberto o precedente para que o presidente americano recém-eleito Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), em conformidade com a Ementa Platt, enviasse para a ilha o embaixador Benjamin Summer Welles (1933),

que ficou conhecido como “verdadeiro árbitro da situação em Cuba” (Bandeira, 2009, p. 59).

Sob este véu, a ascensão e queda de governos nesse período foram marcadas por golpes, resistência popular e tentativas de modernização do Estado. Em resposta, o Partido Comunista Cubano (PCC), fundado em 1925, emergiu como um ator fundamental na organização dos trabalhadores e na oposição a regimes autoritários, especialmente durante a ditadura de Geraldo Machado (1925-1933). No entanto, a repressão governamental e a fragmentação da oposição dificultaram a consolidação de um regime democrático estável, resultando na crescente influência de grupos revolucionários e de movimentos alinhados ao socialismo.

No ano de 1933, uma greve geral dos transportes liderada pelo Partido Comunista foi irrompida. Receando uma intervenção armada dos EUA, o partido retrocedeu e ordenou a volta ao trabalho, e, com efeito, o acordo com presidente Machado gerou o descrédito do partido, e os grevistas não obedeceram ao comando. A polícia secreta, sob as ordens do governo, reprimiu o povo com força armada, o Exército e a Marinha juntamente com o Corpo de Aviação, rebelaram-se, impondo a Machado, com o apoio da embaixada, a renúncia.

Indicado pelo embaixador Benjamin, Carlos Manuel de Céspedes y Quesada (1871-1939) assumiu o governo provisório ainda em 1933. A influência americana sobre essa questão inflamou no povo cubano o sentimento antiamericano. Apoiando-se em grandes mobilizações populares que reivindicavam um governo democrático, uma rebelião militar do principal quartel do país, o quartel de Columbia, mobilizou os escalões inferiores do Exército e da Marinha (Bandeira, 2009; Sader, 1985).

É nesse contexto que Fulgencio Batista, até então pouco conhecido e relevante para o cenário político cubano, surge como liderança política após encabeçar o “vitorioso golpe militar” (Sader, 1985, p. 13) iniciado em 1932. Como demonstra Sader (1985, p. 14), “Batista surgiu então como o homem forte do país. Reprimiu com violência as greves que se prolongaram, conseguiu prender e executar Guiteras⁴ antes que conseguisse embarcar para o exterior e retomar o plano de Martí e de Mella”.

⁴ Líder democrático que esteve ao lado de Batista durante o governo provisório de coalizão dirigido por Grau San Martín. Antonio Guiteras foi considerado traidor e promotor da desordem por patrocinar estudos de medidas de caráter social, passando a clandestinidade para tentar organizar uma luta insurrecional na região oriental do país em 1934, ano que Martín renunciava ao governo.

As ações conduzidas por Fulgencio Batista foram determinantes para que se reaproximasse dos EUA, que o considerou “um dirigente de confiança” (Sader, 1985, p. 14). Além do mais, sucessivos governos civis fracassados facilitaram a consolidação de Fulgencio Batista no poder.

Desse modo, a “União Revolucionária Comunista, nome sob o qual o partido comunista se legalizara, integrou a Coligação Social Democrática” (Bandeira, 2009, p. 77), e, por meio da instauração de uma Assembleia Constituinte em 1940, a derrota de Grau San Martín e a vitória de Fulgencio Batista foi oficializada.

Vale ressaltar que “Os direitos populares que foram plasmados na Constituição apenas como declarações teóricas” (Riverend, 1980, p. 106, tradução nossa)⁵. Isso posto, entende-se a mediação das lideranças políticas pelo viés unicamente burocrático, muito embora, capaz de criar, na época, “ilusões reformistas que lhes deram o apoio popular e lhes permitiram frear o movimento revolucionário.” (Riverend, 1980, p. 106, tradução nossa)⁶.

Visando esclarecer essa questão, torna-se oportuno retomar que as mediações políticas da época foram influenciadas pela coalizão dos partidos populares, tanto que:

Esta Constituição, progressista para a época, não contemplava uma verdadeira solução para os problemas fundamentais do país: latifúndio, desemprego, analfabetismo, dominação estrangeira e outros males que só foram erradicados com o triunfo da Revolução a partir de 1959, ao transformar radicalmente o sistema social vigente em Cuba até aquele momento (Riverend, 1980, p. 106, tradução nossa)⁷.

Diante do exposto, compreende-se que tais desfechos políticos associados às coalizações, exigiu das lideranças políticas o reconhecimento dos problemas fundamentais da classe trabalhadora, até porque, para garantir sua continuidade da ordem vigente, aplicaram-se medidas para ajustar as fraturas apresentadas pelo próprio sistema.

⁵ Leia-se, no original: “*los derechos populares que daron plasmados en la Constitución tan sólo como declaraciones teóricas*” (Riverend, 1980, p. 106).

⁶ Leia-se, no original: “*ilusiones reformistas que les dieran el apoyo popular y les permitieron frenar el movimiento revolucionario*” (Riverend, 1980, p. 106).

⁷ Leia-se, no original: “*Esta Constitución, progressista para la época, no contemplaba una verdadera solución a los problemas fundamentales del país: latifundismo, desempleo, analfabetismo dominación extranjera y otros males que sólo fueron erradicados con el triunfo de la Revolución a partir de 1959, al transformar radicalmente el sistema social imperante en Cuba hasta ese momento*” (Riverend, 1980, p. 106).

Nesse contexto, as forças e tensões no interior dos partidos políticos criaram uma oposição entre os democráticos. Sobre tais aspectos, Riverend (1980, p. 105, tradução nossa)⁸ destaca que

No ano de 1937, o movimento popular se reiniciou. A heroica guerra do povo espanhol contra o fascismo, as medidas progressistas do governo de Lázaro Cárdenas no México e a crescente ameaça do fascismo alemão contribuíram para reforçar as posições democráticas.

Estes movimentos políticos externos tiveram ressonância sobre a política interna de Cuba, com um desfecho até então improvável e contraditório, afinal, “paradoxalmente, Batista obtém o apoio do Partido Comunista, que a partir de 1938, seguindo as orientações da III Internacional, caracteriza a posição do seu governo em favor dos aliados como um claro sinal de antifascismo” (Ayerbe, 2004, p. 28).

Compreende-se, nesta linha, que o Partido Comunista – que fazia oposição ao fascismo por ser contrário aos seus princípios e valores – declarou apoio ao novo presidente, afinal, Batista também declarou sua oposição ao regime. Nota-se ainda que, na ocasião, a Internacional Comunista influenciou o partido, dizendo que o “inimigo principal” era o fascismo, sobretudo após a ascensão ao poder de Hitler, Mussolini e Franco na Europa.

Como já alertava Grau San Martín em 1940, a especulação, a corrupção, a inflação e o desgaste dos salários depreciaram a popularidade de Fulgencio Batista, transformando-o em um governo isolado. Assim, Grau San Martín triunfa, mas dá continuidade à impopularidade batistiana, repressão e corrupção, agregando uma intensa perseguição ao movimento sindical que havia se fortalecido diante da realidade experimentada pela classe trabalhadora.

Dentre as articulações de Grau San Martín, uma das mais importantes para esta análise foi a criação de uma estrutura sindical paralela, contrapondo-se e perseguindo os movimentos sindicais que haviam se fortalecido (Sader, 1985). O objetivo de tais sindicatos era perseguir comunistas e outros setores de esquerda. Com isso, associando-se ao contexto internacional do início da Guerra Fria (1947), os movimentos de esquerda, ao invés de perecerem, mediaram ações de resistência.

⁸ Leia-se, no original: “*En el año 1937 se reinició el movimiento popular. La heroica guerra del Pueblo español contra el fascismo, las medidas progresistas del Gobierno de Lázaro Cárdenas en México y la amenaza creciente del fascismo alemán, contribuyeron a reforzar las posiciones democráticas*” (Riverend, 1980, p. 105).

Substituindo Grau San Martín em 1948, seu opositor, o candidato do Partido Revolucionário Cubano – Autêntico (também conhecido como Partido Autêntico), Prío Socarrás (1903-1977), chegou ao poder. Todavia, seu governo representou continuidade à “velha política”. Entende-se, desse modo, que o Partido Comunista Cubano, desde 1944, aderiu ao nome de Partido Socialista Popular e sua política oportunista, inclusive participando do governo de Fulgencio Batista, fez Prío, cujo partido político tinha aliança com o Partido Socialista Popular, perder credibilidade.

Da mesma forma, o Partido Revolucionário Cubano (Autêntico), “após eleger Ramón Grau San Martín, em 1944, para substituir o coronel Batista na presidência da República, perdera o ímpeto reformista dos anos 30 e, envolvido pela corrupção, desgastam-se no exercício do poder” (Bandeira, 2009, p. 94).

Isso posto, cabe reforçar que “Os governos de Batista, 1940–1944, Ramón Grau San Martín, 1944–1948, e Carlos Prío, 1948–1952, caracterizaram-se por um alto grau de corrupção e especulou-se sem freio com a fome do povo durante a Segunda Guerra Mundial” (Riverend, 1980, p. 108, tradução nossa)⁹. Fato demonstrativo da persistência demagógica e incontestável capacidade de repressão da classe política, diante dos movimentos populares.

Assim, tanto a demagogia quanto a repressão foram subsidiárias da crise que se fazia dia a dia e pesava substancialmente sobre o povo cubano. Para Riverend (1980, p. 109, tradução nossa)¹⁰, “Durante os governos ‘autênticos’, foram perseguidos os estudantes, os jovens da classe média e o movimento operário” o que demonstrava a fragilidade da política e da democracia em Cuba.

No entanto, as perseguições e repressões não eram capazes de conter as inquietações sociais, embora as dificultassem, não impediam a organização de movimentos opositores. Tanto que, como resposta, Eduardo Chibás, passou a liderar uma dissidência que resultou na criação o *Partido del Pueblo Cubano* em março de 1947. Partido esse que se autodenominou ortodoxo, por se considerar genuinamente revolucionário, por representar e interpretar fielmente as ideais de José Martí.

⁹ Leia-se, no original: “los gobiernos de Batista, 1940-1944, Ramón Grau San Martín, 1944-1948, y Carlos Prío, 1948-1952, se caracterizaron por un alto grado de corrupción y se especuló sin freno con el Hambre del Pueblo durante la Segunda Guerra Mundial” (Riverend, 1980, p. 108).

¹⁰ Leia-se, no original: “durante los gobiernos ‘autênticos’ se persiguió a los estudiantes, a los jóvenes de clase media y al movimiento obrero” (Riverend, 1980, p. 109).

Corroborando com essa questão, fundamenta Sader (1985, p. 15), que “um programa político de combate à degradação econômica e moral a que se haviam entregue todos os governos da pseudo-república” era vigoroso alimento para o ímpeto de transformação do modo de produzir a vida dos cubanos.

Em consonância, Riverend (1980) considerou que essa conjuntura amadureceu a cultura dos líderes políticos cubanos, fato que reverberou nas ações posteriores dos militantes e, junto a eles, uma massa crítica era densamente estruturada.

A linha de frente dessa massa crítica era composta por celebridades e personalidades como o poeta Juan Marinello (1898-1977) (intelectual de inspiração martiniana), María Villar Buceta (1899-1977) (também poeta), Nicolás Guillén (1902-1989) (literário que incorpora os elementos negros na literatura cubana), Rubéns Martínez Villena (1899-1934), os artistas plásticos Eduardo Abela (1889-1965) e Víctor Manuel García Valdés (1897-1969) e os músicos Alejandro García Caturla (1906-1940) e Amadeo Roldán (1900-1939) e, por fim, o historiador Emilio Roig de Leuchsenring (1889-1964), em sua maioria, filhos de oligarcas, suficientemente abastados para frequentar a boemia parisiense e as universidades da França como, por exemplo, a Paris-Sorbonne.

A influência e a força intelectual à frente do partido foram capazes de mobilizar várias camadas populares, principalmente os estudantes universitários, “com as bandeiras da honestidade e do nacionalismo” (Bandeira, 2009, p. 94). Dentre eles o “ingresso do jovem estudante Fidel Castro para a ortodoxia” (Sader, 1985, p. 15) merece destaque. Outro fato relevantemente demarcado foi a breve passagem de Chibás por esse contexto:

Com seu estilo eloquente, Chibás agitava grandes setores do povo com palestras radiofônicas e comícios públicos, em que fazia denúncias concretas sobre os casos de corrupção do governo. Quando não conseguiu provas para certificar legalmente uma das denúncias que tinha feito, sentindo-se com a honra ofendida, Chibás se suicidou em pleno programa radiofônico, como protesto contra a situação do país, em plena campanha eleitoral, em que era o candidato favorito para a presidência da república (Sader, 1985, p. 16).

Compreende-se que o suicídio de Chibás beneficiou Fulgencio Batista, que até então seria derrotado nas eleições convocadas em 1952. Muito embora, com o apoio do governo norte-americano que, ao ver perigo na corrente do líder falecido,

no dia 10 de março de 1952, subsidiou o golpe militar que devolveu a presidência à Batista.

A partir de então, as propostas de governos democráticos e populares perdeu espaço e os dias da república passaram a ser contados regressivamente:

Era uma vez uma República. Tinha uma constituição, suas leis, suas liberdades; possuía presidente, congresso, tribunais; todo mundo podia reunir-se, associar-se, falar e escrever com inteira liberdade. O governo não satisfazia o povo, mas o povo podia substituí-lo. Existia uma opinião pública, respeitada e acatada, e todos os problemas de interesse coletivo eram discutidos livremente. Havia partidos políticos, horas de doutrinação pelo rádio, programas polêmicos de televisão, atos públicos, e o povo palpitava entusiasmado... Não. Não era um pesadelo. Tratava-se da triste e terrível realidade: um homem chamado Fulgencio Batista acabava de cometer o terrível crime que ninguém esperava (Castro Ruz, 1986, p. 81-82).

Os americanos apoiaram avidamente a oligarquia cubana dominante da época. Tanto que os latifundiários, a alta burguesia açucareira e a casta da burguesia comercial, despreziosa da diversificação e do desenvolvimento industrial do país, bem como de sua economia, foram os principais beneficiados com a volta de Fulgencio Batista ao governo. Como constata-se:

No final do século XIX, os Estados Unidos haviam invadido Cuba para preservar a 'ordem interna'. Em 1901, Cuba obteve a independência formal dos Estados Unidos, mas seu governo teve de assinar a chamada Emenda Platt, incluída na própria constituição cubana, na qual se reconhecia o direito norte-americano de controlar a política externa do país, assim como o direito de intervir 'para proteger a vida, a liberdade e os bens de seus concidadãos'. Além disso, a emenda concedia aos norte-americanos direitos para estabelecer a base militar de Guantánamo, que ainda subsiste. A Emenda Platt, em seu artigo terceiro, autorizava o governo dos EUA a intervir nos assuntos internos de Cuba; em seu artigo sétimo, estabelecia que o governo de Cuba venderia ou arrendaria aos EUA as terras necessárias para carvoarias e estações navais. Foi assim que Guantánamo ficou sob o controle dos EUA, situação que permanece até hoje (Mires, 1982, p. 283, tradução nossa)¹¹.

¹¹ Leia-se, no original: "*A fines del siglo XIX, Estados Unidos había invadido Cuba para preservar el 'orden interno'. En 1901, Cuba obtuvo la independencia formal de parte de Estados Unidos, pero su gobierno tuvo de suscribir la llamada Emmienda Platt, inscrita en la propia constitución cubana, en donde era reconocido el derecho norteamericano a controlar la política exterior del país, así como el derecho a intervenir 'para proteger la vida, la libertad y los bienes de sus conciudadanos. Además la enmienda otorgaba a los norteamericanos los derechos para establecer la base militar de Guantánamo, que todavía subsiste'. A Emenda Platt, em seu artigo terceiro, autorizava o governo dos EUA a intervir nos assuntos internos de Cuba; em seu artigo sétimo, estava estabelecido que o governo de Cuba venderá ou arrendará aos EUA as terras necessárias para carvoarias e estações navais. Foi assim que Guantánamo ficou sob o controle dos EUA, situação que permanece até hoje*" (Mires, 1982, p. 283).

Neste íterim, a formalização da independência cubana, condicionada pela Emenda Platt, representou a institucionalização de um novo estágio da dominação estrangeira sob a ilha. Sob a aparência jurídica de soberania nacional, preservou-se, em essência, a dependência política e econômica, agora assegurada pelos dispositivos legais que autorizavam a intervenção norte-americana e a cessão estratégica de territórios como Guantánamo.

Essa contradição entre forma e conteúdo reforça o entendimento do caráter imperialista da política dos Estados Unidos, que, ao mesmo tempo em que proclamava respeitar a autonomia cubana, consolidava mecanismos que perpetuavam sua tutela sobre a vida política, militar e econômica do país. A Emenda Platt, assim, ilustra como a liberdade formal pode coexistir com a dependência material, constituindo uma das raízes históricas das lutas revolucionárias do século XX em busca da plena autodeterminação.

Como resultado, “tanto econômica como politicamente, Cuba estava sob a tutela dos EUA, que controlavam seu comércio exterior – 70% das exportações e cerca de 70% das importações – bem como cerca de 40% de toda a produção de açúcar e a quinta parte das terras férteis” (Peroni, 2000, p. 13). Mesmo assim, o objetivo do embaixador Welles era encontrar uma saída amistosa, no entanto seu êxito foi momentâneo.

De acordo com a autora, a ausência de investimentos significativos em educação por parte dos governos cubanos aliados aos Estados Unidos, antes da Revolução de 1959, revela o desinteresse das elites dirigentes em promover o desenvolvimento cultural da população. Essa negligência estrutural tornou-se evidente nos dados de 1953, quando pouco mais da metade das crianças em idade escolar frequentava a escola, índice ainda mais crítico nas áreas rurais, onde menos de 40% estavam matriculadas (Peroni, 2000).

Entre aqueles que conseguiam ingressar no sistema educacional, apenas uma pequena parcela prosseguia os estudos além do ensino primário. A situação se agravava diante do avanço do analfabetismo: nas décadas de 1930 a 1950, a taxa de pessoas acima de dez anos que não sabiam ler nem escrever manteve-se elevada e, em alguns períodos, chegou a crescer. Esse quadro retrata o abandono do setor educacional como política pública, consolidando as desigualdades sociais e restringindo o acesso ao conhecimento à minoria privilegiada.

2.3 O processo revolucionário cubano e suas relações com a Campanha de Alfabetização de 1961

Quando falo de luta, entendo por povo a grande massa oprimida, à qual tudo prometem, enganam e atraíam; que aspira uma pátria melhor, mais digna e mais justa; que é movida por anseios ancestrais de justiça por haver sofrido, geração após geração, a injustiça e a zombaria; que, em todos os sentidos, almeja grandes e sábias transformações e está disposta a dar até a última gota de sangue para consegui-lo, quando acredita em alguma coisa ou em alguém, sobretudo quanto acredita suficientemente em si mesma (Castro Ruz, 1986, p. 41).

Começou uma nova etapa na história da pátria. Iniciava-se uma transformação total na vida do povo cubano. Esta revolução serviria como clarim que anunciava ao mundo uma nova etapa de libertação (Riverend, 1980, p. 119, tradução nossa)¹².

O período revolucionário cubano iniciado com a deposição de Fulgencio Batista e a tomada do poder por Fidel Castro em 1959, representou o “conjunto de processos de mobilização, organização e luta do povo, em condições históricas concretas, contra o poder instituído, pela construção de um novo poder político que dirija as transformações radicais das estruturas dominantes na sociedade” (Sader, 1985, p. 5).

Partindo-se desse pressuposto, a Revolução Cubana não deve ser estudada apenas como fruto imediato da mobilização popular, mas como a materialização de um projeto mais amplo, voltado à realização de transformações de caráter democrático, nacional e com orientação socialista, ainda que o caráter efetivamente socialista dos primeiros anos do processo revolucionário continue sendo objeto de debate na historiografia.

Essa complexidade interpretativa é evidenciada pela própria condição paradoxal da Revolução Cubana, frequentemente apontada na literatura como uma das experiências mais desafiadoras e controversas do pensamento histórico contemporâneo. De fato, considerando as condições materiais do país – marcado por sua reduzida dimensão territorial, economia essencialmente agrária, altos índices de analfabetismo e histórico de expropriações coloniais e neocoloniais –, não era previsível que uma revolução de base popular e protagonismo da classe trabalhadora viesse a eclodir com tal magnitude e alcance. Tão logo,

¹² Leia-se, no original: “Comenzó una nueva etapa en la historia de la patria. Se iniciaba una transformación total en la vida del Pueblo cubano. Esta revolución serviría de clarinada que anunciaba al mundo una nueva etapa de liberación” (Riverend, 1980, p. 119).

Se a revolução russa surpreendeu aos marxistas de quase todo o mundo, porque ocorreu onde não se esperava – na atrasada Rússia em lugar da Europa industrializada e, portanto, com classes operárias fortes –, a cubana não somente surgiu onde menos se esperava que existisse as condições para o socialismo – num país com pequena classe operária, ao contrário da Argentina, Chile, México, Uruguai e Brasil –, como nem foi dirigida por marxistas – socialista ou comunistas (Sader, 1985, p. 6-7).

Foi sob esse véu que o triunfo de Fidel Castro e seus aliados produziu inúmeros arranjos e desarranjos na geopolítica mundial na segunda metade do século XX. Como visto anteriormente, a Emenda Platt, aprovada no ano de 1901, impôs a Cuba a tutela econômica e militar dos EUA, com efeito, deu aos norte-americanos o direito de atuar com a instalação de postos militares e portos no país, tanto quanto lhes concedeu territórios e privilégios econômicos (Sader, 1985).

Outrossim, consolidou-se o “domínio norte-americano sobre a Ilha, reduzida a uma economia monocultora de exportação, onde o açúcar era complementado pelo tabaco, café e frutas cítricas, com um comércio de importação e exportação totalmente vinculado aos EUA” (Sader, 1985, p. 11). Entretanto, em um movimento opositor expressivo, a “ideologia democrática radical” (Sader, 1985, p. 17) de Fidel Castro e seus pares encontrou as condições reais para o levante.

É importante contextualizar que a militância de Fidel Castro foi consolidada por meio de sua trajetória política, fato que subsidiou suas habilidades de liderança. Militância esta, iniciada com a organização de uma expedição para lutar contra a ditadura de Trujillo em 1947, juntamente com sua participação na conferência anti-imperialista latino-americana de 1948, na condição de dirigente da Federação dos Estudantes Universitários de Cuba, seu ingresso na Juventude do Partido Ortodoxo de Eduardo Chibás e sua candidatura a deputado na eleição suprimida pelo golpe de Fulgencio Batista em 1952.

Consolidação e habilidades políticas estas que lhe permitiram o pronunciamento opositor ao Golpe de Estado. Na ocasião, Fidel Castro atuou junto ao tribunal competente para formalizar acusações contra Fulgencio Batista e os cúmplices deste. Como resultado, nas palavras de Castro Ruz (1986, p. 44),

Passaram os dias e passaram os meses. Que decepção! O acusado não era molestado, passeava pela república como um amo, o chamavam honrado senhor e general, tirou e pôs magistrados, e no dia da abertura dos tribunais se viu o réu sentado no lugar de honra, entre os augustos e veneráveis patriarcas da nossa justiça.

Nesse sentido, a manutenção do poder batistiano, que poderia desestimular, fortaleceu a trajetória ideológica de Fidel Castro e de inúmeros jovens que se uniram sob o comando dele. Mesmo assim, a crise econômica evoluiu no transcorrer da ditadura. Reativamente, o centenário do nascimento de José Martí, influenciou a retomada do “antigo plano militar de ataque ao quartel de Moncada, situado em Santiago de Cuba” (Sader, 1985, p. 19).

Neste mesmo sentido, tem-se que “a frustração e o desconcerto provocados pelo golpe de Estado dão lugar à forte convicção de que o retorno da normalidade democrática passa necessariamente pela derrubada do regime de Batista” (Ayerbe, 2004, p. 29). Por esse prisma, a resistência foi subsidiária da mobilização revolucionária, nutrindo entre eles a primeira experiência da dissidência: o assalto aos quartéis de Moncada e Bayamo, na província oriental.

Sob essa perspectiva, o movimento antiditatorial liderado por Fidel Castro em 1953 já contava com um contingente significativo de militantes e apoiadores, totalizando cerca de 1.200 pessoas. No desenvolvimento de sua estratégia, o plano militar articulado pelo grupo, que inicialmente recrutou 168 combatentes, visava a tomada do principal quartel do país, considerado um símbolo do poder instituído, a distribuição de armas ao povo e a ocupação de pontos estratégicos na cidade e no estado, com o objetivo de controlar a região oriental de Cuba.

Parte dessa ação incluía o uso de transmissões radiofônicas para explicar ao povo os propósitos do movimento e mobilizar o apoio popular. Apesar das precauções adotadas, o plano fracassou militarmente em função do armamento limitado e da falta de coordenação entre os três grupos envolvidos na operação.

O resultado foi um número expressivo de baixas entre os revolucionários, muitos deles mortos em combate, enquanto outros foram capturados ou forçados a se refugiar na Sierra Maestra, incluindo o próprio Fidel Castro. Esse desfecho não previsto marcou o início de uma guerra de guerrilha rural, que se consolidaria como a principal forma de luta nos anos seguintes.

Condenado, Fidel Castro pronunciou sua defesa no dia 16 de outubro de 1953. Seu discurso ficou conhecido como “A história me absolverá”. É sob tais circunstâncias que Fidel Castro expôs com detalhe os objetivos da ação insurrecional. Tanto quanto, “o documento também apresenta o programa de transformações políticas, sociais e econômicas que orientariam o governo posterior à derrubada de Batista” (Ayerbe, 2004, p. 30).

Usando o argumento de que “os soldados fazem parte do povo” (Ayerbe, 2004, p. 30), Fidel Castro passou a utilizar essa categoria para delimitar o campo dos opressores e oprimidos. De tal forma, denunciou a realidade do país que contava com

Seiscentos mil desempregados, quinhentos mil operários rurais ocupados apenas durante quatro meses do ano, quatrocentos mil trabalhadores industriais e braçais, cem mil pequenos agricultores, trinta mil professores dos diversos níveis de ensino, vinte mil pequenos comerciantes, dez mil jovens profissionais de nível universitário (Ayerbe, 2004, p. 31).

Baseando-se nessas condições, o programa de Moncada foi estruturado por um conjunto de cinco leis revolucionárias. Em síntese, o reconhecimento da Constituição de 1940 como lei fundamental do Estado; a lei de atribuições de terras aos camponeses; a lei de participação dos trabalhadores nas grandes empresas industriais, extrativas e comerciais; a participação dos colonos no lucro da cana-de-açúcar; e a lei do confisco de todos os bens pessoais e familiares obtidos com recursos públicos.

As referidas leis colocam na pauta do debate a relação entre capital e trabalho, ou seja, a questão da propriedade privada, de tal modo, tem-se que as transformações das formas de propriedade reluziriam sobre a produção da vida cubana como um todo. A distribuição de terras e a participação dos colonos sobre os lucros apontavam Cuba para os ideais socialistas.

Para Ayerbe (2004, p. 31), “passar-se-ia a uma segunda etapa de medidas vinculadas à reforma agrária, do sistema educacional e nacionalizações de empresas que prestam serviços públicos na área de telefonia e eletricidade”. Entretanto, autor afirma também que, “apesar dessa influência na economia do país, o documento produzido por Fidel Castro, não busca a confrontação com os Estados Unidos seus alvos principais são as oligarquias nacionais e o regime político que as representava” (Ayerbe, 2004, p. 34).

Um fato importante para esse debate foi o movimento em favor da anistia no ano de 1955, encabeçado pelos jovens cubanos simpatizantes dos rebeldes que tentaram tomar o Quartel Moncada. Sader (1985, p. 25) lembra que o “centro das medidas propostas pelo programa do Moncada era de caráter político – pelo restabelecimento da democracia no país – e social – combate ao desemprego, à

miséria, ao analfabetismo”. Com isso, os motores da pressão popular sobre Fulgencio Batista foram acionados.

A pressão popular conquistou a anistia para os moncadistas, incluindo Fidel Castro, que foi liberto no dia 15 de maio de 1955. Sua partida para o exílio no México lhe oportunizou orientar sua proposta sob dois pilares. O primeiro por meio do trabalho político com a propaganda da luta revolucionária contra Batista por meio da “unificação mais ampla possível dos cubanos no exterior” (Sader, 1985, p. 26). O segundo, por meio da preparação militar pela organização de um grupo de combatentes dispostos a retornar para Cuba e “promover uma nova ofensiva insurrecional” (Ayerbe, 2004, p. 34).

A organização do grupo de combatentes promoveu a aproximação de Fidel Castro com Che Guevara de la Serna e Camilo Cienfuegos Gorriarán (1932-1959). O primeiro, posteriormente chamado por seu líder de Che, nasceu em 14 de junho de 1928, em Rosário, Argentina, em uma família de classe média com tendências liberais. Desde cedo, demonstrou uma profunda inquietação intelectual e um espírito aventureiro, apesar de sua saúde frágil devido à asma. Sua juventude foi marcada pela leitura de autores marxistas e socialistas, despertando seu interesse pelas questões sociais (Ayerbe, 2004).

Após se graduar em medicina pela Universidade de Buenos Aires, Che Guevara embarcou em viagens transformadoras pela América Latina, sendo a mais notável a jornada de motocicleta em 1952. Essa experiência o expôs diretamente à pobreza, à exploração e à desigualdade social que assolavam o continente, impactando profundamente sua visão de mundo. Ao visitar minas, hospitais, favelas e zonas indígenas, Che Guevara testemunhou as injustiças estruturais e começou a amadurecer sua crítica ao imperialismo e ao capitalismo dependente (Ayerbe, 2004).

Sua radicalização política se intensificou na Guatemala, onde presenciou a queda do governo progressista de Jacobo Árbenz em 1954, resultado de uma intervenção apoiada pelos Estados Unidos. Esse evento consolidou sua convicção de que a luta armada e a solidariedade internacionalista eram necessárias para enfrentar as forças do imperialismo e alcançar a libertação dos povos latino-americanos (Ayerbe, 2004).

Em 1955, no México, o destino de Che Guevara se cruzou com o de Fidel Castro, um jovem revolucionário cubano exilado após o fracassado ataque ao Quartel Moncada. Identificando-se com os ideais de Fidel e convencido da urgência

da ação, Che Guevara uniu-se ao Movimento 26 de Julho. Tornou-se o médico do grupo e um de seus líderes, participando ativamente da preparação para a expedição que, em 1956, desembarcaria em Cuba a bordo do Granma, dando início à luta armada que culminaria na Revolução Cubana (Ayerbe, 2004).

Ressalta-se que inicialmente, quase anônimo e diluído pelo fluxo dos preparativos para a viagem a Cuba, o jovem argentino, que já havia militado no programa médico de Arbenz na Guatemala, levou “com sua mochila de médico temas para refletir sobre como obter a melhoria das condições de vida do povo da América Latina” (Sader, 1985, p. 28). O encontro de Che Guevara com Fidel Castro na casa da militante María Antonia fez florescerem entre eles a amizade e a confiança mútua. Fato que fortaleceu o propósito de Che Guevara de contribuir para a formação do homem revolucionário cubano (Ayerbe, 2004).

Tanto quanto, Camilo Cienfuegos foi muito ativo nesse processo inicial. Nascido em 6 de fevereiro de 1932, no humilde bairro de Lawton, em Havana, cresceu em um lar de imigrantes espanhóis de ideais libertários. Desde cedo, manifestou um espírito inquieto, solidário e criativo, traços que o acompanhariam até sua entrada definitiva na história revolucionária de Cuba.

Oriundo de uma família operária, Camilo Cienfuegos, como era chamado, vivenciou de perto as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora urbana nos anos que antecederam a ditadura de Fulgencio Batista. Dotado de grande carisma e sensibilidade social, iniciou sua formação artística na Escola Nacional de Belas Artes de San Alejandro, mas a realidade ao seu redor o impeliu a buscar algo mais profundo: a transformação da ordem social vigente (Ayerbe, 2004).

No início dos anos 1950, Camilo Cienfuegos migrou para os Estados Unidos em busca de trabalho e melhores oportunidades. Viveu como operário em Nova York e Chicago, enfrentando a dureza do cotidiano do imigrante latino, o que fortaleceu sua visão crítica sobre o imperialismo e a desigualdade.

Foi no México, em 1955, que o destino de Camilo Cienfuegos se entrelaçou ao de Fidel Castro. Lá, uniu-se ao grupo de exilados cubanos que se preparava para retornar à ilha com o objetivo de derrubar o regime de Fulgencio Batista. Sem grande formação militar, mas com coragem desmedida e espírito combativo, Camilo Cienfuegos rapidamente se destacou entre os guerrilheiros do Movimento 26 de Julho.

Camilo embarcou no Granma em dezembro de 1956, ao lado de Fidel Castro, Raúl Castro, Che Guevara e outros revolucionários. Seu nome passaria a figurar entre os mais respeitados da luta armada em Sierra Maestra, tornando-se símbolo de simplicidade, bravura e devoção à causa cubana (Ayerbe, 2004; Sader, 1985).

Destaca-se que Camilo Cienfuegos era “um jovem cubano de espírito rebelde e aventureiro que estava trabalhando no exílio para sobreviver quando soube do projeto de Fidel e seus companheiros” (Sader, 1985, p. 29). Morando nos EUA, juntou todas as suas economias e comprou sua passagem para o México e conseguiu ser incorporado “como último da lista dos expedicionários, na qualidade de combatente” (Sader, 1985, p. 29). Sendo assim, entende-se que os dois exemplos apresentados representam a consciência política dos jovens que integraram a expedição.

Por tais pressupostos, entende-se que a terceira etapa da luta insurrecional contra o regime de Fulgencio Batista estava associada à chegada dos expedicionários nas terras cubanas no dia 2 de dezembro de 1956. O desembarque aumentou o prestígio que Fidel Castro e seus companheiros tinham e o propagou “por todo o país como símbolo da resistência intransigente à ditadura, diferenciados completamente dos políticos tradicionais, corruptos e conciliadores” (Sader, 1985, p. 32-33).

Por tais aspectos, entre os elementos centrais para o êxito do movimento dissidente, destaca-se a habilidade política de Fidel Castro em articular um projeto unitário e abrangente, capaz de incorporar as principais demandas populares em um programa acessível e mobilizador para amplas parcelas da população. Esse aspecto se somou à percepção estratégica de que, embora o Movimento 26 de Julho já tivesse gerado impactos significativos sobre o proletariado urbano, seria indispensável estabelecer um vínculo direto com o campesinato.

Logo, a inserção no meio rural envolvia o convívio e a conquista da confiança dos camponeses, com vistas a integrá-los ativamente à luta revolucionária. Tal necessidade derivava tanto do histórico afastamento político dessas populações quanto da centralidade que a guerra de guerrilha assumia como forma de resistência, fazendo do campesinato o grupo social com maior potencial de mobilização para uma insurreição radical contra o regime de exploração sustentado pela ditadura de Fulgencio Batista.

Essa lógica de aproximação com os camponeses, resgatada por Sader (1985), revela não apenas os fundamentos estratégicos da revolução, mas também a articulação entre projeto político e prática educativa, na medida em que exigia a formação de uma consciência crítica sobre as condições reais de vida no campo e o papel dos sujeitos rurais no processo de transformação social.

Desse modo, o pleito de redemocratização do país e de justiça social demandava melhor compreensão do capitalismo primário exportador, ainda dominado pelos grandes monopólios norte-americanos. De fato, a política econômica reverberou na exploração sem limites da força de trabalho, no desemprego e na violência frequentemente presenciada nos latifúndios. Soma-se, ao contexto, a atuação arbitrária da polícia, sob os mandos dos oligarcas locais. Por tudo, havia entre os dissidentes a compreensão de que

[...] um novo tipo de relação orgânica começava a se estabelecer entre os grupos de jovens revolucionários e a massa proletária de Cuba, que iniciava a gestação de um processo que mais tarde passaria do programa democrático, popular e nacional de Moncada ao anti-imperialismo e o socialismo (Sader, 1985, p. 33).

Nesse sentido, o autor ascende a reflexão sobre as escolhas dos líderes revolucionários, do mesmo modo e reforçando esse entendimento, para Ayerbe (2004, p. 38), “ao referir-se ao estrato social dos insurgentes, ‘Che’ Guevara destaca que nenhum dos componentes do primeiro grupo que vieram no Granma¹³, que se

¹³ O Granma foi o iate que, em dezembro de 1956, transportou Fidel Castro, Che Guevara, Camilo Cienfuegos e outros 79 revolucionários de Tuxpan, no México, até a costa sul de Cuba. Esta embarcação de pouco mais de 18 metros de comprimento transcendeu sua materialidade, tornando-se um dos maiores símbolos da Revolução Cubana. Sua importância reside não apenas no risco da travessia, mas principalmente no que representou: o marco inicial da ofensiva armada destinada a derrubar a ditadura de Fulgencio Batista. Curiosamente, o nome Granma não foi escolhido pelos revolucionários. Era o nome original do iate, adquirido por Fidel e seus companheiros de um cidadão norte-americano. Em inglês, “Granma” significa “vovó”, uma peculiaridade histórica que não diminuiu a força simbólica do nome, que se consolidou como um emblema do movimento revolucionário. Posteriormente, a relevância do termo foi tamanha que ele foi adotado como nome oficial do jornal do Partido Comunista de Cuba. Conforme observado por Ayerbe (2004), Che Guevara destacou que nenhum dos combatentes que chegaram em Cuba a bordo do Granma possuía origem operária ou camponesa. Essa observação é crucial para compreender o perfil social inicial dos revolucionários: tratava-se, em sua maioria, de jovens provenientes da classe média urbana, incluindo estudantes, profissionais e intelectuais. No entanto, a experiência da convivência com os camponeses da Sierra Maestra – onde encontraram refúgio e organizaram a guerrilha – foi fundamental para que esses revolucionários desenvolvessem um profundo respeito e compreensão pela realidade do povo mais pobre, cujas condições de vida buscavam transformar. Em suma, o Granma simboliza não apenas o início físico da luta armada revolucionária, mas também o ponto de convergência entre as ideias revolucionárias urbanas e a realidade da Cuba rural profunda. Foi nesse encontro que a luta pela libertação nacional ganhou um impulso popular decisivo, moldando o curso da história cubana.

estabeleceu em Sierra Maestra, e aprenderam a respeitar o camponês e o operário, enquanto viviam com eles, veio de famílias operárias e camponesas”.

Conquanto, os argumentos do autor expressam a perspectiva de Che Guevara sobre os camponeses. Perspectiva que o fez admitindo a importância, para o êxito da revolução, de estreitar as relações e experimentar o modo de produção da vida do homem do campo.

Por isso, entende-se que Che Guevara, que já demonstrava interesse de influenciar uma revolução cujas bases seriam dadas pela produção da vida dos operários urbanos, adiante, incorporou ao seu conceito de *homem ideal*, as bases da organização social campesina.

Sob tais condições, a insurgência reordenou seus processos para que a força da guerrilha operasse uma atuação oposta das forças militares do regime de Fulgencio Batista. Como resposta à oposição,

Desde o seu início desenvolveu um trabalho político de propaganda revolucionária entre os camponeses da organização, mas também implementou uma relação de apoio às próprias atividades cotidianas dos trabalhadores, como a ajuda sanitária com orientação médica e o trabalho de alfabetização (Sader, 1985, p. 34).

Como se vê, havia um movimento gradativo de aproximação entre os guerrilheiros e os camponeses. Tanto que, tudo que era consumido era devidamente pago pelos soldados.

De tal modo, a guerrilha foi uma das principais estratégias utilizadas pelos revolucionários, por isso, eles se organizaram em grupos armados, como o Movimento 26 de Julho, quando estabeleceram suas bases nas montanhas de Sierra Maestra.

Por meio de emboscadas, ataques surpresa e táticas de guerrilha, eles conseguiram enfraquecer as forças do governo batistiano e ganhar apoio popular. Além da guerrilha, os revolucionários também se esforçaram para mobilizar a população em favor de sua causa.

Desse modo, realizaram campanhas de conscientização, distribuição de panfletos e até mesmo comícios e manifestações. Essas ações visavam despertar o sentimento de insatisfação popular em relação ao regime de Fulgencio Batista e angariar apoio para a causa revolucionária (Sader, 1985). Sabe-se também que as

estratégias dos revolucionários não se limitaram apenas à luta armada e à mobilização popular.

Eles também recorreram a ações radicais como ocupação e depredação de espaços públicos e sabotagens. Essas ações tinham como objetivos pressionar o governo, criar um clima de instabilidade e demonstrar a força do movimento revolucionário. Com o passar do tempo, a luta dos revolucionários foi ganhando cada vez mais espaço e apoio popular. A insatisfação da população aumentava diante dos escândalos de corrupção e pela repressão praticada pelo governo.

Com o êxito das estratégias populares, os revolucionários conquistaram a simpatia e o apoio de parte da sociedade cubana. Nas palavras de Sader (1985, p. 38), “A essa altura a guerrilha já dispunha de um amplo território sobre o qual exercia praticamente controle total”. Traçado seu itinerário, o Exército de Rebeldes – como eram chamados – se estenderam por parte considerável da Sierra Maestra, região onde Fidel Castro, em outubro de 1958, promulgou a Lei da Reforma Agrária.

Enquanto isso, como mostra Sader (1985), Che Guevara e Camilo Cienfuegos desciam em direção ao Ocidente. Duas missões lhes foram atribuídas: a primeira era unificar todos os pequenos grupos guerrilheiros que haviam surgido sob o impulso dos sucessos do Exército Rebelde; a segunda era dividir a ilha em duas, visando ao controle sobre a região oriental, possibilitando o ataque a Santiago de Cuba. A razão da segunda missão era transformar Santiago de Cuba na capital da nova Cuba liberta. Concomitante à ação de Fidel Castro e à de Che Guevara e Camilo Cienfuegos, Raúl Castro e Juan Almeida tratavam de avançar com suas colunas para conquistar a região oriental do país.

Dentre as ações imediatas dos dissidentes, Sader (1985) destaca a criação da Rádio Rebelde, por Che Guevara, antes da partida deste no dia 31 de agosto. Partida esta que demonstra, de certo modo, as dissonâncias no interior do movimento. Primeiramente, pelo fato de que Che Guevara estava insatisfeito com o rumo que a revolução cubana estava tomando, uma vez que havia diferenças ideológicas entre ele e Fidel Castro.

Enquanto Fidel Castro buscava uma abordagem mais pragmática e gradualista, Che Guevara defendia uma revolução imediata e radical. Este, por sua vez, estava em busca de espalhar a revolução para outros países latino-americanos, como forma de libertar o continente do imperialismo norte-americano.

Fato este que definiu seu desembarque na Bolívia, onde Che Guevara acreditava ser útil para iniciar uma revolução camponesa e posteriormente estender a luta armada para outros países vizinhos. No entanto, sua missão na Bolívia não foi bem-sucedida, e ele foi capturado e executado pelo exército boliviano.

Tangenciando as mediações políticas, entende-se que não houve intervenção direta de países ou organizações específicas no processo da partida de Che Guevara de Cuba. No entanto, é importante se mencionar que a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) estava monitorando de perto as atividades de dele e tinha interesse em neutralizá-lo, o que possivelmente influenciou indiretamente a decisão deste de deixar Cuba.

Assim como a Rádio Rebelde, outras ações imediatas, encampadas por Raul Castro, que aproveitou o controle praticamente total de que dispunha sobre seu território e “organizou hospitais, escolas, fábricas, cobrou impostos aos grandes proprietários rurais, formando assim um Estado em miniatura, como um verdadeiro poder dual, prefigurando assim o país liberado de alguns meses depois” (Sader, 1985, p. 39).

Contudo, o aparente sucesso das ações estratégicas revolucionárias não estavam livres de problemas. Deste modo, não se pode desperceber as tentativas de reação dos movimentos contrarrevolucionários. Nesta linha, Riverend (1980, p. 119, tradução nossa)¹⁴, recorda que

Uma manobra apoiada por oficiais do Exército e por um grupo de políticos burgueses tentou estabelecer um governo em Havana, onde o povo respondeu integralmente à ordem de greve geral lançada desde o Oriente pela Comandância do Exército Rebelde.

Tão logo o estabelecimento do governo rebelde em Santiago de Cuba, suas primeiras ações populistas impediram os movimentos opositores. Nas palavras de Riverend (1980, p. 119, tradução nossa)¹⁵, Desta vez não se pôde enganar o povo”.

Já no avanço das tropas de Che Guevara e de Camilo Cienfuegos, “Batista começou a mostrar sinais de desespero” (Sader, 1985, p. 39). As atuações políticas

¹⁴ Leia-se, no original: “*Una maniobra apoyada por oficiales del Ejército y por un grupo de políticos burgueses, pretendió establecer un gobierno en La Habana, donde el pueblo respondió en su totalidad a la consigna de huelga general lanzada desde Oriente por la Comandancia del Ejército Rebelde*” (Riverend, 1980, p. 119).

¹⁵ Leia-se, no original: “esta vez no se pudo engañar al pueblo” (Riverend, 1980, p. 119).

de Fulgencio Batista enfraqueceram ainda mais seu poder. Sader (1985) mostra que uma de suas últimas estratégias foi enviar um trem blindado para a região de cruzamento entre as cidades de Santa Clara e Santiago de Cuba. Tal região contava com o avanço da coluna de Che Guevara que interrompeu seu trajeto e o destruiu, ocasionando a morte do regime batistiano (Sader, 1985).

Concomitante à situação que envolvia o trem blindado, em Havana “os sinais típicos de fim de um poder surgiam inequivocamente” (Sader, 1985, p. 39). Havia matanças de presos políticos e suspeitos de traição, a passividade e falta de comando da polícia que esperava que seus rádios lhes dessem coordenadas e novidades mais concretas, ações de vandalismo, muitas delas promovidas por pessoas ligadas a Fulgencio Batista como forma de subversão da confiança que o povo atribuía ao exército rebelde.

Em 1º de janeiro de 1959, depois de uma série de batalhas e confrontos armados, Fidel Castro e seus guerrilheiros finalmente conseguiram derrubar o governo de Fulgencio Batista que se exilou na República Dominicana. A vitória revolucionária foi saudada com entusiasmo por muitos cubanos que ansiavam por mudanças políticas e sociais no país.

Começou uma nova etapa na história da pátria. Iniciava-se uma transformação total na vida do povo cubano. Esta revolução serviria como clarim que anunciava ao mundo uma nova etapa de libertação (Riverend, 1980, p. 119, tradução nossa)¹⁶.

Do ponto de vista internacional, é necessária a ênfase a uma das primeiras mediações diplomáticas de Fidel Castro. Já no dia 11 de janeiro de 1959, o novo líder da nação cubana, temendo o apoio dos Estados Unidos a uma contrarrevolução – que aconteceria em 1961 com a invasão da Baía dos Porcos –, viajou até ao país do então presidente Dwight D. Eisenhower e, no programa “Face the Nation”, da CBS, começou por explicar a revolução cubana aos norte-americanos.

Ainda no contexto internacional, Ayerbe (2004) acentua, em sua análise, o fim da Segunda Guerra Mundial e o interesse dos EUA de guardar o mundo livre contra

¹⁶ Leia-se, no original: “Comenzó una nueva etapa en la historia de la patria. Se iniciaba una transformación total en la vida del Pueblo cubano. Esta revolución serviría de clarinada que anunciaba al mundo una nueva etapa de Liberación” (Riverend, 1980, p. 119).

o avanço do comunismo na América Latina e no Caribe. Em suas palavras, havia, da parte norte-americana, o argumento do

Combate ao expansionismo soviético, que encontraria terreno favorável nas fragilidades do desenvolvimento da região, especialmente as que decorrem das fortes desigualdades sociais. O exemplo emblemático que sustenta esse tipo de preocupação é a Revolução Cubana, considerada fator catalisador de novos movimentos similares (Ayerbe, 2004, p. 45).

Nesse ínterim, a revolução cubana atraiu o temor do governo norte-americano, afinal, poderia ser o início de um efeito dominó oportuno para o levante de governos rebeldes nos demais países, pior ainda, uma onda perigosa de influência soviética se formava na região. Com efeito, a política externa dos EUA passou a repensar suas mediações exclusivamente intervencionistas (Ayerbe, 2004).

Enquanto isso, no interior da ilha, Riverend (1980) destaca que a revolução trazia novas possibilidades para o desenvolvimento do país e a construção de uma sociedade mais justa e feliz. Riverend (1980, p. 120, tradução nossa)¹⁷ evidencia cinco ações dos insurgentes nesse sentido:

A primeira coisa que fizeram as forças revolucionárias foi destruir o aparato militar e policial que havia servido à ditadura de Batista. [...] Também era necessário atender a muitas necessidades do povo. Por essa razão, foram aplicadas medidas que beneficiavam as massas trabalhadoras e pobres. Era preciso criar fontes de trabalho, dar emprego aos desempregados. [...] Os salários foram aumentados. [...] A revolução reduziu o aluguel das moradias, abaixou o preço de serviços como, por exemplo, a eletricidade, prestada por uma companhia imperialista que obtinha grandes lucros; também diminuiu o preço dos medicamentos. [...] Nesse sentido, era necessário tomar medidas destinadas a eliminar dos exploradores seu poder econômico e erradicar o desemprego, o analfabetismo e a falta de serviços médicos nas zonas rurais de Cuba.

A estratégia política dos revolucionários cubanos, ao colocar fim no aparato político-militar herdado de Fulgencio Batista, ao incentivar o desenvolvimento de

¹⁷ Leia-se, no original: “Lo primero que hicieron las fuerzas revolucionarias fue destruir el aparato militar y policiaco que había servido a la dictadura de Batista. [...] Había También que satisfacer muchas necesidades del Pueblo. Por esta razón se aplicaron medidas que beneficiaban a las masas trabajadoras y pobres. Era necesario crear fuentes de Trabajo, dar empleo a los desocupados. [...] Los salarios fueron aumentados. [...] La revolución redujo el alquiler de las viviendas, rebajó el precio de servicios como por ejemplo la electricidad, prestado por una compañía imperialista que obtenía grandes beneficios; También disminuyó el precio de las medicinas. [...] En este sentido era necesario tomar medidas encaminadas a eliminar a los explotadores su poder económico y a erradicar el desempleo, el analfabetismo y la falta de servicios médicos en los campos de Cuba” (Riverend, 1980, p. 120).

políticas sociais, inclusive através da erradicação do desemprego e do analfabetismo, do aumento dos salários e com os limites estabelecidos ao mercado externo, Fidel Castro sinalizou ao mundo os fundamentos da sua política de governo, fato que reverberou sobre a política externa dos Estados Unidos.

Paradoxalmente, em março de 1961, o presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy (1917-1963) apresentou seu programa de aliança para o progresso, cuja propaganda nacional americana veiculava como sendo um amplo plano cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina.

Sendo assim, entre os dez pontos que sintetizam seus objetivos, destaca-se o plano decenal de desenvolvimento, com destinação de recursos para “combater o analfabetismo, para melhorar a produtividade e o emprego da terra, para exterminar as doenças, para derrubar as estruturas arcaicas do sistema tributário e de posse da terra e para fornecer oportunidades educacionais” (Kennedy, 1964, p. 234 *apud* Ayerbe, 2004, p. 47).

Dois aspectos do programa são relevantes para esse debate. Em primeiro lugar, o estabelecimento de conexões por meio de um intermediário, ou seja, a mediação dos Estados Unidos para a manutenção das relações de poder. Nesse sentido, as forças políticas e econômicas externas e o receio da perda de influência fazem a grande nação hegemônica flexibilizar suas estruturas, incorrendo em uma pseudopolítica de bem-estar social.

O segundo aspecto diz respeito à plasticidade das relações internacionais. A ordem mundial bipolar demonstra essa premissa ao evidenciar que as estratégias de um sistema político-econômico geram respostas e contra-estratégias por parte do sistema opositor. Nesse contexto de tensões, os países latino-americanos viram oportunidades de reposicionamento, ao reconhecerem suas possibilidades frente às demandas internas e atuarem de forma mais assertiva em seus próprios interesses.

No caso específico de Cuba, essa conjuntura a levou a um ponto decisivo. Diante do antagonismo geopolítico característico da Guerra Fria, o país optou por alinhar-se à União Soviética. A contradição, porém, está no fato de que a própria atuação política dos Estados Unidos contribuiu significativamente para essa escolha. Os embargos e sanções impostos pelos norte-americanos à ilha acabaram por estimular o seu alinhamento com o bloco soviético.

Um marco dessa aproximação foi a Crise dos Mísseis (1962), que se tornou o episódio mais tenso da Guerra Fria. A descoberta da instalação de mísseis soviéticos em Cuba e a reação imediata dos Estados Unidos, impondo um bloqueio naval à ilha, quase levaram o mundo à beira de um conflito nuclear.

O desfecho da crise se deu de forma negociada. John Fitzgerald Kennedy e Nikita Serguêievitch Khrushchov chegam a um acordo que inclui a retirada dos foguetes do território cubano e o abandono dos objetivos de invasão da ilha por parte dos Estados Unidos (Ayerbe, 2004, p. 50).

Isso encerrando o impasse com um suspiro de alívio mundial – ainda que com desdobramentos internos complexos para o governo de Fidel Castro.

A forma como a crise foi solucionada gerou insatisfação popular dentro de Cuba. Muitos passaram a ver o governo revolucionário como cúmplice dos soviéticos, sobretudo porque o acordo foi firmado diretamente entre Kennedy e Nikita Serguêievitch Khrushchov (1894-1971), sem o protagonismo cubano. Ainda que Fidel Castro tenha tido participação ativa, as decisões finais escaparam de suas mãos, revelando uma continuidade da lógica de subordinação externa. Como destaca Ayerbe (2004, p. 51): “repete-se aqui a situação vivenciada pelos líderes da independência, que não puderam interferir nas discussões que definiam seu futuro como nação ‘soberana’”.

Essa tensão nas relações entre Cuba e os Estados Unidos intensificava-se devido à histórica dependência econômica da ilha, especialmente em relação ao setor açucareiro, que constituía a base de sustentação da economia cubana. Essa vinculação comercial restringia as possibilidades de Cuba adotar uma política verdadeiramente independente, uma vez que qualquer tentativa nesse sentido poderia pôr em risco o delicado equilíbrio das relações bilaterais, marcadas inicialmente por uma postura de tolerância calculada por parte dos Estados Unidos diante do novo governo revolucionário (Ayerbe, 2004).

Nesta linha de raciocínio, é possível a análise de que os Estados Unidos, naquele momento e num curto período, buscavam que uma imagem internacional de Cuba fosse moralizada, distanciando-se do estigma de paraíso da corrupção, do jogo, da prostituição e de outras práticas associadas aos regimes ditatoriais anteriores. A estratégia norte-americana consistia, portanto, em administrar esse intervalo, para em seguida, por meio de processos como a realização de eleições e

a concessão de empréstimos, reinstaurar mecanismos de influência e dependência econômica que pudessem enquadrar Cuba novamente na lógica de subordinação aos interesses imperialistas (Ayerbe, 2004).

No entanto, a cronologia dos fatos que fluíram sobre as expectativas dos norte-americanos no intervalo entre 1960 e 1962, demonstraram que:

Pressões dos Estados Unidos para restringir a venda de combustíveis a Cuba obrigam o país a recorrer ao fornecimento soviético de petróleo em junho de 1960, a Texaco nega-se a refinar o petróleo soviético. Posteriormente, A Esso e a Shell fazem o mesmo. Em Julho, o Governo dos Estados Unidos reduz a cota de importação de Açúcar cubano em 95%. Em agosto, o governo cubano nacionaliza as empresas estrangeiras e suas propriedades rurais. Em outubro, nacionaliza as empresas privadas nacionais. Em 3 de janeiro de 1961, os Estados Unidos rompem relações diplomáticas com Cuba quando no mesmo mês, Cuba assina acordos com a União Soviética de venda de cota açucareira a Preço Fixo, independentemente das flutuações do mercado internacional, e de importação de petróleo soviético. No dia 15 de abril de 1961, aviões dos Estados Unidos bombardeiam quartéis e aeroportos com a finalidade de destruir aviões cubanos. No dia 16 de abril, em concentração popular para velar as vítimas do bombardeio, Fidel Castro proclama, pela primeira vez, publicamente **o caráter socialista da Revolução Cubana**. No dia 17 de abril, produz-se a invasão da Baía dos Porcos. Em janeiro de 1962, Cuba é expulsa da OEA. Em fevereiro, os Estados Unidos decretam o bloqueio econômico do país, o que inclui a importação de produtos de origem cubana ou importados através de Cuba. Em março, estendem a proibição à importação de produtos fabricados em qualquer país, que contenham total ou parcialmente produtos de origem cubana. Em outubro, Kennedy impõe o bloqueio naval, em virtude da instalação de mísseis soviéticos no território do país (Ayerbe, 2004, p. 62, grifo nosso).

Assim, compreende-se que os países alinhados aos soviéticos, além das sanções e embargos do governo americano, tinham de lidar com os efeitos sobre a economia interna. Como apresentado também, os setores produtivos agiram junto ao governo americano na tentativa de conter a expansão soviética (Bandeira 2009; Fernandes, 1979).

É preciso lembrar, portanto, que os EUA eram os grandes exportadores, por exemplo, de combustível refinado para os cubanos (Ayerbe, 2004; Fernandes 1979). A escassez do produto gerou para o país problemas econômicos que estavam ligados à logística de transporte dos setores produtivos.

Além do mais, a redução quase total da cota de exportação de açúcar cubano, agravou exponencialmente a situação econômica cubana. Infere-se, por tais aspectos, que a estratégia americana era enfraquecer a economia cubana, dificultar a operação dos setores produtivos e escassear os bens de consumo necessários

para a rotina da ilha. Esperava-se, com isso, o enfraquecimento dos líderes revolucionários cubanos, descontentamento interno dos setores produtivos e da população em geral, conseqüentemente, o realinhamento de Cuba junto aos americanos (Bandeira, 2009).

De tal maneira, o entendimento que se tem é que a nacionalização das empresas estrangeiras estabelecidas em Cuba, praticada por Fidel Castro, era parte de seu projeto político, mas incidiu sobre a reação do governo americano que tratou de oficializar o fim das relações diplomáticas com Cuba.

Por fim, tem-se uma sucessão de fatos importantes e reveladores do contexto deslindado. Os acordos entre Cuba e os soviéticos foram assinados no mesmo mês e dias após o anúncio americano sobre o fim das relações diplomáticas com Cuba. Em abril do mesmo ano Fidel Castro declara o caráter socialista da Revolução Cubana pela primeira vez. Compreende-se que a trajetória dos ideais de liberdade inspirados por José Martí, encontram-se factualmente nesta época, com os ideais socialistas (Ayerbe, 2004).

Sendo assim, a compreensão da Revolução Cubana e, em particular, da Campanha de Alfabetização de 1961, necessita de uma análise que considere a tensão dialética entre duas matrizes político-ideológicas que, embora articuladas no projeto revolucionário, expressavam contradições internas: de um lado, a continuidade do ideário martiano, alicerçado nos valores da liberdade e da autodeterminação nacional; de outro, a orientação política de inspiração soviética, que conferia centralidade ao Estado forte, à coletivização dos meios de produção e à superação das desigualdades econômicas por meio do planejamento centralizado.

Essa confluência, longe de representar uma síntese harmoniosa, evidencia a contradição entre o projeto de liberdade política e as exigências estruturais de ruptura com a ordem capitalista, que implicavam, necessariamente, restrições a formas liberais tradicionais. A dialética do processo revela, portanto, que a luta por autonomia e soberania nacional em Cuba não poderia ser dissociada da luta pela igualdade econômica e pela construção de novas formas de organização do poder e da propriedade, tensionadas pelas condições concretas da luta de classes e pelas influências geopolíticas que moldaram o curso da revolução.

Portanto, a Campanha de Alfabetização se insere nesse movimento como prática pedagógica e política que expressa, simultaneamente, a busca pela emancipação cultural e a necessidade de produzir estruturas alinhadas ao novo

projeto societário em construção e como elas trabalhar para a formação do *homem ideal*, o homem revolucionário cubano.

3 A EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA CUBANA E O PLEITO DE NOVA SOCIEDADE E DE *NOVO HOMEM* – O *HOMEM IDEAL*

A análise da educação revolucionária cubana, no contexto da construção do *homem ideal* e da edificação de uma nova sociedade, demonstra a centralidade desse processo na conformação de uma consciência coletiva voltada à transformação social. Essa dimensão pedagógica da revolução não se restringiu à instrução formal, mas integrou-se ao projeto mais amplo de reconfiguração das relações sociais, políticas e culturais, articulando formação moral, técnica e ideológica.

O estudo que se inicia nesta seção busca compreender como a educação, entendida enquanto prática social e instrumento de luta, operou como elemento estruturante da Revolução Cubana, promovendo a superação de desigualdades históricas, a consolidação de um ideal coletivo e a conformação de sujeitos históricos alinhados ao novo projeto societário. Ancorada nas reflexões e nos discursos de Castro Ruz (1986) e em outros referenciais do pensamento crítico, esta análise procura apreender as implicações sociais, culturais e políticas desse processo educacional, cujo discursos de seus líderes, demonstrava comprometimento com a igualdade, a solidariedade e a emancipação humana.

Diante de tais aspectos, a luta por ideais compartilhados é um dos pilares fundamentais que une os seres humanos, transcende barreiras físicas e temporais (Castro Ruz, 1986). Em momentos de adversidade, a força da coletividade se revela ainda mais potente, mostrando que a conexão entre indivíduos vai além das circunstâncias. Nesse contexto, Castro Ruz (1986, p. 13) expressa de forma eloquente a essência dessa união:

Quando os homens têm um mesmo ideal, ninguém pode isolá-los, nem as paredes de um cárcere nem a terra dos cemitérios. A mesma lembrança, a mesma alma, a mesma ideia, a mesma consciência e o mesmo sentimento de dignidade alentam a todos.

A exploração econômica de Cuba pelos espanhóis no período colonial, o domínio imperialista neocolonial norte-americano, a atuação política e intelectual de José Martí para a conquista da libertação de Cuba, uma sucessão de governos oligarcas aliados da conjuntura política estabelecida pelos EUA bem como a

posterior ascensão política de Fulgencio Batista ao poder engendrando seu governo nos pilares do autoritarismo e da corrupção compõem o conjunto de fatos que marcaram o contexto pré-revolucionário.

Fatos estes que afetaram a produção da vida do homem cubano. Afinal,

A política econômica aventureira – conhecida como dos ‘gastos alegres’, que beneficiava apenas os capitalistas estrangeiros e um grupo de cubanos, assim como o governo corrupto do ditador – não podia resolver nenhum dos graves problemas existentes no país, apenas os agravou (Riverend, 1980, p. 115, tradução nossa)¹⁸.

Entende-se, neste contexto, que no período pré-revolucionário, Cuba enfrentava uma realidade marcada por profundas desigualdades e formas de exploração que atravessavam sua estrutura econômica e social. O turismo sexual, praticado em grande medida por estrangeiros, especialmente norte-americanos, a precarização do trabalho, o déficit habitacional, a fragilidade das políticas de saúde pública e o analfabetismo generalizado compunham um quadro de degradação social que expressava o caráter dependente e subordinado da economia cubana ao imperialismo.

Esses elementos não apenas ilustravam as contradições internas da sociedade cubana, mas conformaram, no movimento das lutas sociais, as condições materiais e subjetivas que impulsionaram o surgimento e a consolidação do movimento dissidente de 1959. Desse modo, os problemas estruturais da ordem anterior converteram-se em motores da resistência popular e criaram as bases para o processo de transformação social em curso, evidenciando a dialética entre opressão e emancipação que atravessou a trajetória revolucionária cubana.

Transformação social que se transpôs em muitas necessidades, mas evidenciam-se substancialmente duas: a nova sociedade e o *homem ideal* para viver nela. Necessidades que refletiram sobre as estratégias dos jovens revolucionários sob as bases ideológicas do discurso de seu líder:

O programa do novo governo baseou-se diretamente em *A história me absolverá* e suas ações dirigiu-se portanto prioritariamente a medidas tendentes à elevação do nível de vida do povo, à superação do

¹⁸ Leia-se, no original: “*La política económica aventureira – conocida como de los “gastos alegres”, que solo beneficiaba a los capitalistas extranjeros y a um grupo de cubanos, así como al corrompido gobiernos del dictador – no podía resolver ninguno de los graves problemas existentes en el país sino los agudizó*” (Riverend, 1980, p. 115).

analfabetismo, da prostituição, do jogo, da corrupção, da discriminação racial, da crise habitacional e do desemprego (Sader, 1985, p. 43).

Com efeito, foram desencadeadas inúmeras mediações, das quais se destacam três: a conquista da confiança e a adesão do povo cubano à revolução; a luta contrarrevolucionária; as ações para a conquista da liberdade política e econômica do país.

Por meio do programa “A História me Absolverá”, um conjunto de processos envolvendo a reforma agrária, a participação da classe operária nos rendimentos das indústrias, a estatização e controle de setores estratégicos e economicamente importantes para a economia do país, a punição rigorosa e severa sobre políticos corruptos e o desenvolvimento de políticas sociais desencadearam novos conjuntos, dentre eles: o reposicionamento de Cuba na geopolítica mundial; o reordenamento político e econômico interno do país; o reordenamento social, ou seja, a nova sociedade cubana.

Em relação ao primeiro, evidencia-se a pressão política e econômica dos EUA, sob a justificativa da expansão soviética sobre a América, seguida dos embargos econômicos sobre Cuba, conduzindo a aproximação da ilha com a União Soviética. Contextos que exerceram força e tensão sobre a proposta revolucionária, isso porque as influências filosóficas e teóricas do antigo intelectual José Martí passaram a dividir espaço com a ideologia socialista, como demonstrado na seção anterior.

Já o reordenamento político e econômico interno esteve diretamente vinculado ao mesmo programa. Entretanto, sobrepuja-se ainda o fluxo migratório dos cubanos contrários à revolução. “Como decorrência das rápidas e constantes mudanças políticas e econômicas dos três primeiros anos da revolução, deixaram o país 256 mil cubanos, que migram para os Estados Unidos, principalmente para a Flórida” (Ayerbe, 2004, p. 63).

Considerando que os emigrantes eram, em sua maioria, das camadas sociais abastadas da ilha, tal fato gerou, de certa forma, déficit de trabalhadores nas áreas tecnológicas e demandou articulações para a sua reposição. Ressalta-se também que a planificação econômica, inerente ao novo programa de governo, necessitava da adesão e cooperação da massa operária e campestre. Duas necessidades que incidiram diretamente sobre a educação, sobretudo no âmbito da formação da mão de obra.

Por fim, o reordenamento social estava diretamente associado com a produção da vida em uma nova ordem, conseqüentemente, houve mudanças significativas nas relações humanas e nos novos arranjos que se formaram: novos arranjos vinculados às transformações na dinâmica do trabalho, nas estruturas culturais e na organização da educação. Esta última reassume, nesse sentido, sua função social para a formação do *homem ideal* para os novos contextos político, econômico e social que a revolução criou.

Por tais conjuntos de fatos e processos, este texto tem a finalidade de elucidar a importância da educação para a Revolução Cubana no âmbito da formação de uma nova sociedade e do *homem ideal* cubano. Motivo este que delineou sua organização em três tópicos: 1) Fundamentos revolucionários do *homem ideal* cubano; 2) Parâmetros formativos do *homem ideal* para a Revolução Cubana; 3) A Campanha de Alfabetização Cubana de 1961: condições de liberdade ou ideologia política. No primeiro serão debatidos o pleito e os fundamentos revolucionários do *homem ideal*. Em seguida, busca-se compreender os parâmetros formativos do *homem ideal* cubano e, finalizando o capítulo, evidenciou-se a dinâmica histórica do projeto alfabetizador denominado, pelo governo cubano, de instrumento de liberdade.

3.1 Fundamentos revolucionários do *homem ideal* cubano

Ao recuperarmos o discurso que Fidel Castro proferido na ONU – Organização das Nações Unidas, no ano de 1960, as etapas aplicadas para o cotejamento e a sistematização da concepção de *sociedade* e do *homem ideal* cubano, foram: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos e interpretação dos resultados, e; 4) síntese das etapas aplicadas.

Na primeira etapa, houve a organização do material, com vistas a torná-lo operacional e permitindo a seleção deliberada do *corpus* do discurso. Infere-se que o discurso continha núcleos simbólicos que expressam o modelo de *sociedade* e do *homem ideal* pretendido pela revolução cubana, por meio de categorias como “trabalho”, “consciência crítica”, “educação”, “ética revolucionária” e “solidariedade coletiva”.

Logo, ao explorarmos o material, no momento da codificação e da decomposição do texto em unidades de registro e categorização, foram

selecionados trechos significativos do discurso que expressam valores, princípios ou diretrizes ideológicas relacionadas à formação humana desejada pela revolução.

Em seguida, durante a categorização temática, os fragmentos extraídos foram agrupados segundo categorias emergentes e/ou previamente definidas, sendo elas: a) educação libertadora; b) trabalho como práxis social; c) consciência nacional e crítica; d) ética revolucionária (antimercado e antissuborno), e; e) solidariedade e transformação social. Tão logo, seguiu-se o princípio de exclusão mútua das categorias, bem como o de homogeneidade interna e pertinência (Bardin, 1977), subsidiária da terceira etapa.

Sendo assim, avançando para a etapa três, ou seja, a etapa do tratamento dos resultados e interpretação, ou ainda o momento da inferência, houve a interpretação dos sentidos latentes das categorias, contextualizando-as no projeto político-educacional da Revolução Cubana.

Tão logo, a interpretação dos dados codificados permitiu o estabelecimento de relações entre os dados empíricos e os referenciais teóricos de Ayerbe (2004), Riverend (1980) e Sader (1985), ampliando a compreensão da função pedagógica do discurso e sistematizando em um quadro final analítico, sintetizando os eixos estruturantes do *homem ideal* para a revolução cubana.

A partir das unidades de registro do discurso, foi possível identificar os elementos simbólicos e ideológicos que fundamentam os revolucionários liderados por Fidel Castro, na concepção de homem necessário para a organização da vida social, política, econômica e cultural em curso. Tem-se que a primeira unidade temática do discurso pretendia a **dignidade nacional** como base ontológica do *homem ideal*.

Do ponto de vista da educação como alicerce da nova sociedade e da estruturação da consciência revolucionária, amplamente tematizada do discurso, Castro Ruz (1960, p. 15, tradução nossa)¹⁹ afirma que: “O Governo Revolucionário, em apenas 20 meses, criou 10.000 novas escolas [...]; nosso povo se propõe a travar sua grande batalha contra o analfabetismo [...], e Cuba será o primeiro país da América que [...] poderá dizer que não possui um único analfabeto”.

¹⁹ Leia-se, no original: “El Gobierno Revolucionario, en solo 20 meses, ha creado 10 000 nuevas escuelas [...]; nuestro pueblo se propone librar su gran batalla contra el analfabetismo [...], y Cuba será el primer país de América que [...] pueda decir que no tiene un solo analfabeto” (Castro Ruz, 1960, p. 15).

Neste sentido, a **educação libertadora e a consciência nacional**, tornam-se também categorias de análise, afinal, a alfabetização massiva é interpretada não apenas como direito social, mas como instrumento de emancipação e reeducação ideológica. O *homem ideal* era, portanto, aquele alfabetizado para “ler o mundo”, portanto, capaz de compreender criticamente seu lugar na sociedade e transformá-lo, o homem que possuía **consciência crítica**.

Por tais interesses, destacou Castro Ruz (1960, p. 15, tradução nossa)²⁰:

No próximo ano, nosso povo se propõe a travar sua grande batalha contra o analfabetismo, com a ambiciosa meta de ensinar a ler e escrever até o último analfabeto no próximo ano e, para esse fim, organizações de professores, de estudantes, de trabalhadores, ou seja, todo o povo, estão se preparando para uma intensa campanha. Cuba será o primeiro país da América que, ao final de alguns meses, poderá dizer que não possui um único analfabeto.

O uso da expressão “gran batalla” associa o processo de alfabetização à luta revolucionária, elevando-o ao estatuto simbólico de guerra libertadora. Essa linguagem bélica expressa que, para a Revolução Cubana, alfabetizar é um ato de enfrentamento contra a opressão histórica da ignorância – herança do colonialismo e da desigualdade social. É, portanto, uma ação de caráter político e moral.

Tanto quanto, a convocação de todo o povo²¹ aponta para uma pedagogia da corresponsabilidade. O sujeito revolucionário ideal não é passivo ou individualista, mas inserido numa lógica de solidariedade e mobilização permanente. Maestros, estudantes e trabalhadores são coautores da transformação nacional. Essa coletividade ativa e disciplinada é o arquétipo do homem novo cubano.

Logo, o interesse de “ensinar a ler e escrever até o último analfabeto” (tradução nossa)²², revela a ideia de universalização do saber como instrumento de dignidade nacional e emancipação política. Cuba, ao declarar-se o “primeiro país da

²⁰ Leia-se, no original: “*En el próximo año, nuestro pueblo se propone librar su gran batalla contra el analfabetismo, con la meta ambiciosa de enseñar a leer y escribir hasta el último analfabeto en el próximo año, y, con ese fin, organizaciones de maestros, de estudiantes, de trabajadores, es decir, todo el pueblo, están preparándose para una intensa campaña y Cuba será el primer país de América que a la vuelta de algunos meses pueda decir que no tiene un solo analfabeto*” (Castro Ruz, 1960, p. 15).

²¹ Leia-se, no original: “*todo el pueblo*”.

²² Leia-se, no original: “*enseñar a leer y escribir hasta el último analfabeto*”.

América sem analfabetos”, busca assumir o protagonismo moral e pedagógico no continente, redefinindo o que significa ser uma nação soberana e civilizada.

Logo, o *homem ideal* é o alfabetizado politicamente consciente, não apenas o letrado técnico. Por tais argumentos, entende-se que a Campanha de Alfabetização e suas mediações revelam a intenção formativa de um cidadão revolucionário, instruído, produtivo, solidário e disciplinado.

Corroborando com essa análise, outro trecho cotejado tomou como categorias de análise o autogoverno, a soberania e a **consciência crítica**: “Não nos dá vergonha ter que proclamá-lo, porque diante dessa vergonha está o orgulho de poder dizer: que hoje nenhuma embaixada governa nosso povo, que nosso povo é governado pelo povo” (Castro Ruz, 1960, p. 4, tradução nossa)²³.

Nota-se, portanto que o *homem ideal* cubano, na perspectiva dos líderes revolucionários cubanos, era aquele que governaria a si mesmo e romperia com qualquer tipo de dominação externa. No seu discurso na ONU, Castro Ruz (1960) apresenta o povo como agente da história e atribui à nova ordem revolucionária o caráter de apropriação popular de seu país – traço constitutivo da subjetividade revolucionária.

Outro fundamento cotejado do discurso foi o **trabalho como princípio de humanização**: “Nosso povo, que aprendeu nesta escola com os últimos acontecimentos internacionais, sabe que, na última hora, quando seu direito lhe foi negado [...], lhe resta o recurso supremo e o recurso heroico de resistir” (Castro Ruz, 1960, p. 14, tradução nossa)²⁴. Assim, o **trabalho como ferramenta de resistência e práxis social**, não aparece no discurso apenas como atividade produtiva, mas como resistência organizada, como *práxis* transformadora. Como também, a disposição ao sacrifício e à ação militante formavam a base moral do homem novo cubano, que luta consciente por sua libertação.

Do mesmo modo, ao afirmar que “Se trata de um povo governando um país; se trata de um povo inteiro firmemente unido e com uma grande consciência revolucionaria, defendendo seus direitos” (Castro Ruz, 1960, p. 32, tradução

²³ Leia-se, no original: “No nos da vergüenza tener que proclamarlo, porque frente a esa vergüenza está el orgullo de poder decir, ¡que hoy ninguna embajada gobierna nuestro pueblo, que a nuestro pueblo lo gobierna el pueblo!” (Castro Ruz, 1960, p. 4).

²⁴ Leia-se, no original: “Nuestro pueblo que ha aprendido en esta escuela de los últimos acontecimientos internacionales, sabe que a última hora, cuando su derecho ha sido negado [...], le queda el recurso supremo y el recurso heroico de resistir” (Castro Ruz, 1960, p. 14).

nossa)²⁵, o líder dissidente recém instituído adotou a estratégia de posicionar Cuba na geopolítica mundial como país autônomo cujo povo, historicamente oprimido pelo imperialismo colonial e o liberalismo contemporâneo, tornou-se a figura central do seu discurso.

O povo era, portanto, agente ativo do processo político e das práticas governamentais. Compreende-se que entre os aspectos fundamentais da nova sociedade, estavam a educação como instrumento de libertação e de formação da consciência nacional, bem como, o trabalho como princípio da humanização, portanto *práxis* social.

Seguindo o mesmo viés, o governo revolucionário e seu projeto de *homem ideal* necessitava desenvolver outras duas características da nova sociedade cubana: **a identidade coletiva e o espírito de unidade** convergente à luta por liberdade, e; a **consciência revolucionária** aparentemente generalizada em seu país. Tais características contribuem para pensar a contraposição entre a nova concepção política vigente no país e os movimentos contrarrevolucionários, naturais em todos os contextos de reformas governamentais.

Tanto quanto, contribuem para as análises sobre a necessidade de construir uma consciência coletiva baseada na liberdade, na governabilidade, na unidade, no espírito revolucionário e na defesa dos direitos. Neste viés, o êxito político da revolução, reivindicava, também da educação, a formação de um *novo homem* cubano, do *homem ideal* para uma nova sociedade. Possivelmente, uma das principais estratégias para a reforma almejada foi a Campanha de Alfabetização de 1961.

Em outro trecho, Castro Ruz (1960, p. 15, tradução nossa)²⁶ argumentou que: “[...] nosso povo que aprendeu nesta escola com os recentes eventos internacionais”. Como posto anteriormente, o governante cubano referia-se à dominação neocolonial e aos embargos políticos e econômicos praticados pelos Estados Unidos. De forma intencional e coesa, sinalizou para o mundo as condições vividas por seu país, que era similar à de muitos países da América Latina, África e parte considerável do sudeste da Ásia.

²⁵ Leia-se, no original: “*se trata de un pueblo gobernando un país; se trata de un pueblo entero firmemente unido y con una gran conciencia revolucionaria, defendiendo sus derechos*” (Castro Ruz, 1960, p. 32).

²⁶ Leia-se, no original, “[...] *nuestra gente que ha aprendido en esta escuela de los últimos acontecimientos internacionales*” (Castro Ruz, 1960, p. 15).

Tais inferências contribuem para outras duas reflexões. A primeira diz respeito a oportunidade de discursar para os governantes do mundo todo, aproveitando, possivelmente, para situar a aproximação de Cuba junto à União Soviética. Como afirma Sader (1985, p. 67), assim como no fim da década de 1950, entre os anos de 1961 e 1962, Cuba passou por um período de definição.

Na primeira vez, tratou-se de definir o caráter socialista da revolução. Agora se requeriam definições mais precisas: que tipo de socialismo, através de que tipo de aliança internacional, o que, por sua vez, significava uma série de definições também no plano interno.

Entende-se dessa forma que, mesmo conquistando a independência e pleiteando a liberdade, havia na ilha condições aparentes de interdependência, afinal, tinha que garantir suas relações comerciais e driblar os embargos americano. Em paralelo, tinha que promover o fortalecimento interno para continuidade dos objetivos revolucionários.

A segunda reflexão não exprime uma demanda da revolução cubana, mas interessa aos objetivos dessa pesquisa e ao campo educacional. Ao usar a expressão “aprender na escola dos acontecimentos recentes”, Castro Ruz (1960) evidencia que a conjuntura experienciada pelo povo cubano, ou seja, as demandas sociais, eram lições que deveriam produzir nos homens um tipo de ensinamento. Logo, a produção da vida era também matéria de ensino.

Sob tais demandas, compreende-se a necessidade de ensinar aos homens o modo de produção da vida sob as bases do novo regime, portanto, os processos formativos eram necessários do ponto de vista social e político. Neste viés, a Campanha de Alfabetização teve o objetivo de acabar com o analfabetismo, mais que isso, formar o *homem ideal* para uma Cuba revolucionária.

Mediante tais fundamentos, a análise dos conteúdos do discurso já mencionado é retomada no trecho onde Castro Ruz (1960) expressou o cuidado do seu governo com o povo e demonstrou interesse no desenvolvimento social de Cuba. Em suas palavras,

Cerca de 500 milhões de dólares foram recuperados dos políticos que haviam enriquecido durante a tirania. Cerca de 500 milhões de dólares, em bens e dinheiro, é o valor total do que foi recuperado dos políticos corruptos que vêm saqueando nosso país há sete anos. O investimento adequado na distribuição destes produtos, destas riquezas e destes recursos, é o que permite ao Governo Revolucionário, que ao mesmo tempo desenvolve um

plano de industrialização e incremento agrícola, possa construir casas, construir escolas, levar professores para os recônditos do nosso país e fornecer-lhes assistência médica, ou seja, levar à diante um programa de desenvolvimento social (Castro Ruz, 1960, p. 16, tradução nossa)²⁷.

Como se vê, ao dar ênfase ao dinheiro e aos bens recuperados, Castro Ruz (1960) expôs a corrupção praticada no governo de Fulgencio Batista e seus antecessores, bem como, esclareceu ao mundo e ao povo cubano as ações dissidentes, reivindicando credibilidade para o novo regime, manifestando a honestidade e o desejo de devolver aos cubanos o que haviam produzido através do trabalho, corrigindo a exploração e apontando para a redistribuição da riqueza nacional.

Tangenciando a **moral revolucionária e o anticonsumismo**, o líder revolucionário proferiu que “O capital financeiro imperialista é uma prostituta que não pode nos seduzir” (Castro Ruz, 1960, p. 2, tradução nossa)²⁸. O tema do capital financeiro e do imperialismo presentes nesse trecho, exprimem as categorias: moral revolucionária e a incorruptibilidade. Duas características necessárias para estruturar a nova sociedade e formar o *homem ideal* para compô-la.

Isso porque, Fidel Castro construiu a imagem do revolucionário incorruptível, que não se dobra ao capital nem à sedução dos valores do consumo e da sociedade burguesa. Há um elogio explícito à **ética austera e combativa**, ou seja, outros dois pilares da formação do *homem ideal*.

Tanto quanto, o **anticolonialismo** e a **memória histórica** foram expressos no trecho: “Cuba foi o último país da América a se livrar do colonialismo espanhol [...], teve que enfrentar sozinho, durante quase trinta anos, um dos exércitos considerados mais fortes da Europa” (Castro Ruz, 1960, p. 3, tradução nossa)²⁹.

²⁷ Leia-se, no original: “cerca de 500 millones de dólares fueron recuperados a los políticos que se habían enriquecido durante la tiranía. Cerca de 500 millones de dólares, en bienes y en efectivo, es el valor total de lo recuperado a los políticos corrompidos que durante siete años habían estado saqueando nuestro país. La inversión correcta de esos productos, de esas riquezas y de esos recursos, es lo que permite al Gobierno Revolucionario, que al mismo tiempo que desarrolla un plan de industrialización y de incrementación de nuestra agricultura, puede construir viviendas, construir escuelas, llevar los maestros hasta los últimos rincones de nuestro país y brindarles asistencia médica, es decir, llevar adelante un programa de desarrollo social” (Castro Ruz, 1960, p. 16).

²⁸ Leia-se, no original: “el capital financiero imperialista es una ramera que no puede seducirnos” (Castro Ruz, 1960, p. 2).

²⁹ Leia-se, no original: “Cuba fue el último país de América en librarse del coloniaje español [...], tuvo que enfrentarse solo, durante casi treinta años, con uno de los ejércitos considerados de los más fuertes de Europa” (Castro Ruz, 1960, p. 3).

O *homem ideal* cubano, para o governo revolucionário, era também, o produto de uma longa tradição de resistência. A memória da luta contra o colonialismo é utilizada como capital simbólico para legitimar a Revolução e formar uma identidade nacional baseada no heroísmo e na luta pela autodeterminação.

Outro aspecto a ser analisado nesse sentido, se faz presente no trecho que segue:

O mundo não tivera muitas razões para saber que Cuba existia. Para muitos era algo assim como um apêndice dos Estados Unidos da América. Inclusive, para muitos cidadãos deste país Cuba era uma colônia dos Estados Unidos. No mapa o não era; no mapa nós aparecíamos com uma cor diferente da cor dos Estados Unidos (Castro Ruz, 1960, p. 3, tradução nossa)³⁰.

Nota-se, portanto, que o autor faz uma crítica contundente à visão mundial em relação a ilha cubana, tanto quanto, denuncia os americanos pelas mediações políticas e econômicas que colocam Cuba numa condição de subserviência e evidencia a necessidade de seu país fortalecer sua identidade, bem como, chama a atenção dos chefes de Estados membros da ONU, quanto a autonomia do seu país (Castro Ruz, 1960).

Ao tratar sobre a **igualdade social** e a **solidariedade coletiva**, disse Castro Ruz (1960, p. 15, tradução nossa)³¹ que “As fortalezas militares mais importantes abrigam hoje dezenas de milhares de estudantes”. A conversão de espaços militares em espaços educativos simbolizou uma nova estrutura de valores. A formação do *homem ideal* implicou a superação da violência e a substituição da guerra pela solidariedade e pelo saber, afinal, a desmilitarização, solidariedade e transformação social estavam na pauta da liderança política no contexto da Revolução Cubana.

Por tais pressupostos e visando fundamentar as reflexões sistematizadas até o momento, recordamos que, segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo deve buscar os núcleos de sentido que se repetem ou que se associam de forma significativa ao objeto de estudo. No caso do discurso de Castro na ONU, em 1960,

³⁰ Leia-se, no original: “*El mundo no había tenido muchas razones para saber que Cuba existía. Para muchos era algo así como un apéndice de Estados Unidos. Incluso para muchos ciudadanos de este país Cuba era una colonia de Estados Unidos. En el mapa no lo era; en el mapa nosotros aparecíamos con un color distinto al color de Estados Unidos*” (Castro Ruz, 1960, p. 3).

³¹ Leia-se, no original: *las fortalezas militares más importantes albergan hoy decenas de miles de estudiantes*” (Castro Ruz, 1960, p. 15).

os seguintes eixos semânticos aparecem como estruturantes da imagem do *homem ideal* revolucionário.

Quadro 1 – Eixos semânticos estruturantes do *homem ideal* (discurso de Castro, 1960)

Eixo Estruturante	Indicadores no Discurso de Castro – 1960
Consciência crítica	Autonomia frente à dominação estrangeira
Trabalho como práxis	Sacrifício, resistência e reconstrução social
Educação libertadora	Erradicação do analfabetismo como revolução cultural
Ética revolucionária	Incorruptibilidade e anticapitalismo moral
Identidade histórica	Memória das lutas contra o colonialismo
Solidariedade coletiva	Reorganização dos espaços sociais com função educativa

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Como visto, o cotejamento dos eixos semânticos permitiu a identificação de uma construção simbólica do *homem ideal* cubano como sujeito disciplinado, mobilizável e plenamente inserido no projeto revolucionário. Expressões como “o povo cubano, com um grande derramamento de vidas e de sacrifícios, o retirou do poder” (Castro Ruz, 1960, p. 5, tradução nossa)³² e “nosso povo se propõe a travar sua grande batalha contra o analfabetismo” (Castro Ruz, 1960, p. 15, tradução nossa)³³ evidenciam a valorização de um povo obediente, disponível à ação coletiva e disposto ao sacrifício em nome de um ideal político.

Da mesma forma, ao afirmar que “Os jovens [...] estão sendo preparados para o trabalho produtivo” (Castro Ruz, 1960, p. 16, tradução nossa)³⁴ e que “Um povo, dizemos com orgulho, que está à altura do papel que está desempenhando neste momento, e da luta heroica que está travando” (Castro Ruz, 1960, p. 15, tradução nossa)³⁵. O autor sugere um modelo de cidadão estruturado na disciplina, na fidelidade à causa socialista e na prontidão para o enfrentamento das adversidades impostas tanto pelo passado colonial quanto pelas ameaças do imperialismo.

Novamente retomando os critérios da análise de conteúdo propostos por Bardin (1977), esses excertos revelam núcleos de sentido que compõem a imagem

³² Leia-se, no original: “*el pueblo cubano con un gran derroche de vidas y de sacrificios, lo lanzó del poder*” (Castro Ruz, 1960, p. 5).

³³ Leia-se, no original: “*nuestro pueblo se propone librar su gran batalla contra el analfabetismo*” (Castro Ruz, 1960, p. 15).

³⁴ Leia-se, no original: “*Los jóvenes [...] están siendo preparados para el trabajo productivo*” (Castro Ruz, 1960, p. 16).

³⁵ Leia-se, no original: “*un pueblo, lo decimos con orgullo, que está a la altura del rol que está jugando en este momento, y de la lucha heroica que está librando*” (Castro Ruz, 1960, p. 15).

do *homem ideal* para a Revolução Cubana: revolucionário, educado, politicamente consciente, solidário e demasiadamente orientado pela coletividade.

Ainda que a palavra docilidade costume ser associada à passividade, nesse contexto ela assume o sentido de disposição voluntária para a condução pedagógica do Estado revolucionário. Trata-se de uma docilidade ativa e crítica, que não submete o cidadão a um regime de obediência cega, mas o integra como agente consciente da transformação.

O *homem ideal* cubano, tal como delineado no discurso, é portanto aquele que se educa para servir ao povo, que se sacrifica em prol do bem comum e que acolhe a formação moral, política e produtiva promovida pelo Estado revolucionário. Tanto que, já no segundo ano da insurreição, declara-se 1961 como o ano da educação.

O Governo Revolucionário construiu, nesse breve período de tempo, 25.000 moradias nas zonas rurais e urbanas; 50 novos povoados estão surgindo neste momento em nosso país; as fortalezas militares mais importantes abrigam hoje dezenas de milhares de estudantes, e, no próximo ano, nosso povo se propõe a travar sua grande batalha contra o analfabetismo, com a ambiciosa meta de ensinar a ler e escrever até o último analfabeto no próximo ano. Para esse fim, organizações de professores, de estudantes, de trabalhadores, ou seja, todo o povo, estão se preparando para uma intensa campanha, e Cuba será o primeiro país da América que, ao final de alguns meses, poderá dizer que não possui um único analfabeto (Castro Ruz, 1960, p. 1, tradução nossa)³⁶.

Como posto, as palavras de Castro Ruz (1960) demonstram clareza conjuntural da realidade experienciada na ilha e, diante dela, descreve as mediações políticas em curso e indica as estratégias governamentais diante dos efeitos dos embargos econômicos sobre sua pátria. Tanto quanto faz menções sobre condições econômicas e sociais que a nação vivenciava em decorrência da herança exploratória e das acentuadas desigualdades socioeconômicas que tornavam ainda mais complexa sua tarefa de governar, evidenciando ainda a realidade escolar de Cuba.

³⁶ Leia-se, no original: “*El Gobierno Revolucionario ha construido, en ese breve período de tiempo, 25 000 viviendas en las zonas rurales y urbanas; 50 nuevos pueblos están surgiendo en este momento en nuestro país; las fortalezas militares más importantes albergan hoy decenas de miles de estudiantes, y, en el próximo año, nuestro pueblo se propone librar su gran batalla contra el analfabetismo, con la meta ambiciosa de enseñar a leer y escribir hasta el último analfabeto en el próximo año, y, con ese fin, organizaciones de maestros, de estudiantes, de trabajadores, es decir, todo el pueblo, están preparándose para una intensa campaña y Cuba será el primer país de América que a la vuelta de algunos meses pueda decir que no tiene un solo analfabeto*” (Castro Ruz, 1960, p. 1).

No transcorrer, discursou sobre a característica moral de docilidade, companheirismo e cooperação necessária aos maestros que eram convocados para o ofício do ensino, sobretudo para as abordagens iniciais diante das áreas recém-conquistadas. Os voluntários, nesse sentido, acompanhavam a brigada dissidente, sobretudo nas regiões mais isoladas, e formavam uma espécie de segundo pelotão, cujas mãos eram ocupadas: em uma com o material de alfabetização ainda em desenvolvimento e, na outra, com as armas para protegerem-se das emboscadas contrarrevolucionárias (Castro Ruz, 1960).

Pode-se considerar, com efeito, que os objetivos da Educação Revolucionária em Cuba estavam imbricados com a prática docente dos maestros, incidindo em suas concepções didático-pedagógicas, logo, sobre os conteúdos a serem transmitidos e as maneiras para ensiná-los. Com efeito, os maestros tinham um papel central diante do projeto político e econômico, tanto que, ao se referir à “grande batalha contra o analfabetismo” (Castro Ruz, 1960, p. 15, tradução nossa)³⁷, eram os maestros os protagonistas da batalha.

Da mesma forma, ao dizer que pretendia “um único analfabeto” (Castro Ruz, 1960, p. 15, tradução nossa)³⁸ em terras cubanas, atribuiu aos maestros uma meta ambiciosa. Conquanto, tornaram-se exemplos para seus alunos, modelos de docilidade, consciência coletiva, cooperação e militância para a conquista da liberdade. Com efeito, embora os soldados figurassem a força da conquista de territórios, as brigadas de alfabetização ocupavam o papel de orientar, responder as dúvidas e as inquietações, e ensinar para o povo a leitura e a escrita, ao passo que lhes ensinavam também o que era a Revolução como seria a vida a partir dela.

Outro aspecto importante nesse conjunto de fatos e como evidência do projeto de formação de uma nova sociedade, se deu anos mais tarde, em 1965, quando Che Guevara se posicionou publicamente e chancelou o pleito do *homem livre*, culto e miliciano por meio de seu discurso sobre o socialismo e o homem cubano para o Seminário Marcha de Montevideú (Rosa, 2019).

O texto de Guevara (1965) evidencia um esforço de construção ideológica do *homem ideal*, moldado pela vivência socialista e pela ruptura com a lógica mercantil do capitalismo. Logo no início, Guevara (1965, p. 10) afirma: “O homem realmente alcança sua plenitude quando trabalha voluntariamente para a sociedade”.

³⁷ Leia-se, no original: “*gran batalla contra el analfabetismo*” (Castro Ruz, 1960, p. 15).

³⁸ Leia-se, no original: “*un solo analfabeto*” (Castro Ruz, 1960, p. 15).

Entende-se que para Guevara (1965), o trabalho deixa de ser uma obrigação ou meio de sobrevivência, e passa a ser reordenado como produto da vida humana. O *homem ideal*, portanto, era aquele que agiria por consciência, movido pela ética revolucionária, contribuindo de forma desinteressada e militante para a transformação do coletivo.

Guevara (1965, p. 15) avança ao apontar que “a sociedade em sua totalidade deve converter-se em uma gigantesca escola”, indicando que a formação do *homem ideal* exigia uma pedagogia revolucionária ampla, cotidiana, que extrapolaria os limites da sala de aula. O sujeito ideal seria educado em todos os espaços e tempos da vida, sendo permanentemente interpelado a rever seus valores, práticas e finalidades. Nesse ponto, a análise de conteúdo permite perceber um núcleo de sentido latente: a educação como dimensão totalizante da vida sob o socialismo. Trata-se de uma concepção em que a prática social e a aprendizagem estão indissociavelmente ligadas à transformação ética do indivíduo.

Avançando em seu discurso, Guevara (1965, p. 19) argumentou: “Para construir o comunismo, simultaneamente devemos fazer o homem novo”. Essa sentença é central na articulação entre a ideologia e o processo formativo. O *homem ideal*, portanto, não foi uma consequência automática da revolução: ele foi projeto, foi intencionalidade, foi construção ativa.

Neste viés, a formação do novo sujeito, supostamente passou por um processo de autoeducação e disciplina ideológica que exigiu um novo tipo de consciência. Em termos de Bardin (1977), os eixos temáticos identificados são reforçados por repetições, metáforas e dicotomias (homem alienado *versus* homem novo), que estruturam o imaginário do projeto socialista cubano.

Sua educação é cada vez mais completa e não esquecemos sua integração com o trabalho desde os primeiros momentos. Nossos bolsistas fazem trabalho físico durante as férias ou simultaneamente com o estudo. O trabalho em certos casos é um prêmio, em outros um instrumento de educação, mas nunca um castigo. Uma nova geração nasce (Guevara, 1965, p. 21).

Deste modo, no trecho acima, Guevara (1965) sintetiza de forma precisa o ideal formativo do sujeito revolucionário cubano ao articular trabalho e educação como dimensões indissociáveis da construção do *homem ideal*. Ao afirmar que “o trabalho em certos casos é um prêmio, em outros um instrumento de educação, mas

nunca um castigo” (Guevara, 1965, p. 21), assim, ele demonstrou o desejo de rompimento com a tradição liberal-capitalista que naturalizava o trabalho como pena, fardo ou mero meio de sobrevivência.

Portanto, para ele, o trabalho no contexto revolucionário assumiu uma função pedagógica central, operando como mecanismo de integração social, de formação ética e de elevação da consciência política. A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), permitiu identificar nesse excerto o núcleo semântico de uma pedagogia da práxis: aprender e fazer eram movimentos complementares, e a educação plena requeria trabalho colaborativo.

Tão logo, na expressão “uma nova geração nasce” (Guevara, 1965, p. 21) indicou que o socialismo não apenas transformava estruturas econômicas, mas gerava um novo tipo humano, moldado desde cedo por experiências coletivas, laborais e educativas. Tratava-se, portanto, de um projeto civilizacional que ressignificava os sentidos da vida cotidiana, conferindo ao trabalho juvenil e escolar um valor formativo essencial à construção da nova ordem social.

O quadro a seguir sintetiza os principais eixos semânticos identificados na análise de conteúdo do discurso de Guevara, proferido em 1965, sobre “O socialismo e o homem em Cuba”. Por meio da codificação dos trechos destacados, foi possível evidenciar os fundamentos ideológicos e pedagógicos que estruturam a formação do *homem ideal* no contexto da revolução socialista, articulando trabalho, educação e consciência política como elementos constitutivos desse novo sujeito histórico.

Quadro 2 – Eixos semânticos estruturantes do *homem ideal* (discurso de Guevara, 1965)

Eixo Estruturante	Trecho do Discurso	Sentido Formativo
Trabalho voluntário e consciente	“O homem realmente alcança sua plenitude quando trabalha voluntariamente para a sociedade” (p. 10)	O trabalho é ressignificado como expressão ética e revolucionária
Educação integral e contínua	“A sociedade em sua totalidade deve converter-se em uma gigantesca escola” (p. 15)	A vida social é espaço permanente de formação
Autoformação revolucionária	“Para construir o comunismo, simultaneamente devemos fazer o homem novo” (p. 19)	A formação do homem é condição e finalidade do processo socialista

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Dessa forma, o quadro não apenas resume os eixos estruturantes do *homem ideal* proposto por Guevara (1965), mas também evidencia como esses elementos

se articulam pedagogicamente no interior do projeto revolucionário. Ao integrar trabalho, formação moral e consciência política, delineia-se um modelo de sujeito moldado pela práxis socialista e orientado para a superação das estruturas do passado capitalista-liberal.

Frente aos interesses, expressamente demarcados nos dois discursos apresentados, reflete-se sobre a educação como transmissora do modo de produzir a vida em um contexto de ruptura com uma velha, para instituição de uma nova ordem política, econômica, cultural e social.

Assim, pode-se afirmar que a educação foi uma ferramenta ideológica para o movimento revolucionário em Cuba. Tanto quanto, outros regimes outros regimes utilizaram a educação para tais finalidades. Por exemplo, as ideologias liberal e neoliberal, também utilizaram a educação para suas demandas (Rosa, 2019).

Pode-se afirmar, desta forma, que a educação foi uma importante ferramenta para o movimento e o governo cubano compreendeu o seu potencial formativo como instrumento de direção moral, cultural e política das massas. Por essa razão, a experiência cubana não deve ser lida como uma exceção histórica, mas como parte de um fenômeno mais amplo, no qual a escola e os dispositivos pedagógicos são mobilizados para sustentar projetos políticos.

As ideologias liberal e neoliberal também utilizaram a educação para finalidades análogas, embora com fundamentos distintos: enquanto a proposta cubana a orientava para a coletividade e a formação da consciência revolucionária, o liberalismo e o neoliberalismo a direcionaram para a consolidação de valores individualistas e para a manutenção das estruturas de mercado (Rosa, 2019).

Essa comparação reforça que a função ideológica da educação não reside apenas no conteúdo ensinado, mas na forma como o processo educativo foi organizado em cada contexto histórico. No caso cubano, a alfabetização e a escolarização de massa foram concebidas como bases da revolução cultural necessária à criação do novo sujeito – o *homem ideal* – cuja formação será examinada a seguir.

Portanto, entende-se que o processo formativo praticado na Campanha de Alfabetização de 1961 delineou os parâmetros intencionalmente definidos para a composição do *homem ideal* para Cuba. Parâmetros que são expressos em modelos criados pelas conjunturas política, econômica, social e cultural da nação.

Os termos destacados – educação libertadora, trabalho como práxis social, consciência nacional e crítica, ética revolucionária e solidariedade e transformação social – não apenas revelam os valores normativos da nova ordem revolucionária, mas expressam um projeto pedagógico de formação de subjetividades comprometidas com a coletividade, com o sacrifício pessoal e com a construção de uma nova hegemonia política e cultural.

A educação libertadora ocupa papel central como meio de superação da alienação e de acesso ao conhecimento crítico da realidade social. No entanto, ela não é apresentada como neutra ou universal, mas subordinada à lógica revolucionária, servindo à construção de uma consciência coletiva alinhada ao socialismo. A formação escolar, nesse sentido, ultrapassa a alfabetização técnica: ela visa modelar a subjetividade do novo sujeito histórico.

O trabalho como práxis social é outro eixo estruturante: trata-se da incorporação do trabalho não como alienação, mas como expressão de dignidade, engajamento e transformação da realidade. O trabalho aparece como instrumento pedagógico e como meio de realização humana, superando sua dimensão meramente produtiva para assumir valor ético e político.

Já a consciência nacional e crítica articula-se diretamente com a rejeição à dominação estrangeira e com a afirmação de uma identidade popular insurgente. O sujeito ideal é aquele que compreende sua história, reconhece as estruturas de opressão e assume seu papel na luta pela libertação nacional. Essa consciência é construída pedagogicamente como condição de pertencimento e de resistência.

A ética revolucionária, por sua vez, manifesta-se como um conjunto de valores contrários ao individualismo burguês, à corrupção e à lógica de mercado. O novo homem deve ser austero, íntegro e comprometido com a coletividade – valores que se projetam sobre a figura exemplar de Che Guevara, apresentada como arquétipo do revolucionário disciplinado e altruísta.

Não obstante, a solidariedade e transformação social representam a dimensão afetiva e política do novo projeto de sociedade: a solidariedade deixa de ser apenas uma virtude moral e passa a ser prática concreta de organização social, baseada na reciprocidade e na militância compartilhada. É por meio da solidariedade que se fortalece o pertencimento ao coletivo e se consolida a utopia de um futuro mais justo.

Assim, essas categorias, quando articuladas, compõem a espinha dorsal do *homem ideal* revolucionário: um sujeito educado, crítico, solidário, trabalhador, ético e comprometido com a transformação radical da sociedade. Trata-se de um modelo político-pedagógico que, ainda que represente avanços no combate à exclusão e ao analfabetismo, também evidencia contradições entre emancipação e conformação, entre liberdade e normatização.

3.2 Parâmetros formativos do *homem ideal* para a Revolução Cubana

Visando o exame analítico da educação enquanto prática social vinculada à conformação e reprodução de projetos políticos e econômicos, esta subseção analisa os parâmetros que orientaram a construção do *homem ideal* no contexto da Revolução Cubana. A análise dos discursos de Fidel Castro permite apreender como o projeto revolucionário mobilizou o plano simbólico-discursivo para delinear o *novo homem*, historicamente necessário à consolidação da nova ordem socialista.

Compreende-se assim que, longe de constituir um ideal homogêneo e isento de tensões, tal modelo de homem e de sociedade, expressa as contradições próprias de um processo de ruptura, no qual a necessidade de formação de uma nova consciência social se articula à preservação de certos valores tradicionais de disciplina, sacrifício e trabalho, enquanto nega os princípios individualistas herdados do regime anterior.

Valendo-se do método de análise de conteúdo de Bardin (1977) e do diálogo com os aportes teóricos de Ayerbe (2004) e Sader (1985), busca-se investigar como os discursos do período não apenas prescrevem condutas e valores, mas refletem os embates ideológicos e materiais inerentes ao processo de formação de uma nova subjetividade revolucionária em um contexto marcado por contradições entre autonomia nacional, dependência estrutural e projeto socialista.

Sendo assim, encontramos tais formulações nos discursos de Castro na ONU (1960) e no que foi proferido no funeral de Che Guevara, em 1967. Parte-se, portanto, da ideia de que ambos revelam as estratégias de enunciação pelas quais a educação, o trabalho, a disciplina e a ética são mobilizadas para instituir o tipo humano almejado pela revolução.

Como pode-se constatar, no funeral de Che Guevara, em 18 de outubro de 1967, Castro Ruz (1967, p. 1, tradução nossa)³⁹ discursou em homenagem ao fiel amigo dizendo:

Se quisermos expressar como aspiramos que sejam nossos combatentes revolucionários, nossos militantes, nossos homens, devemos dizer sem hesitação de qualquer espécie: Que sejam como o Che! Se quisermos expressar como queremos que sejam os homens das futuras gerações, devemos dizer: Que sejam como o Che! Se quisermos dizer como desejamos que nossos filhos sejam educados, devemos dizer sem hesitação: Queremos que sejam educados no espírito do Che! Se quisermos um modelo de homem, um modelo de homem que não pertence a este tempo, um modelo de homem que pertence ao futuro, de coração digo que esse modelo, sem uma única mancha em sua conduta, sem uma única mancha em sua atitude, sem uma única mancha em sua atuação, esse modelo é o Che! Se quisermos expressar como desejamos que sejam nossos filhos, devemos dizer com todo o coração de veementes revolucionários: Queremos que sejam como o Che!.

O trecho proferido por Castro Ruz (1967) situou seu conteúdo no pleito central da Revolução Cubana na definição de um modelo de *homem ideal*. Ao afirmar, de forma reiterada e enfática, que “Que sejam como o Che!”⁴⁰, o autor não apenas presta uma homenagem a um de seus principais aliados, mas institui um referencial normativo para a formação do *homem ideal* cubano.

Tais formulações permitem pensar como o projeto revolucionário mobilizou a linguagem e os símbolos para moldar subjetividades compatíveis com os valores do socialismo. Segundo Bardin (1977), a repetição é um recurso revelador da centralidade ideológica de um conteúdo, o que neste caso se traduz em um padrão comportamental a ser imitado.

Ao enunciar que “Queremos que se eduquem no espírito do Che!”⁴¹, Castro Ruz (1967) tornou explícita a dimensão pedagógica da revolução: não basta à

³⁹ Leia-se, no original: “*Si queremos expresar cómo aspiramos que sean nuestros combatientes revolucionarios, nuestros militantes, nuestros hombres, debemos decir sin vacilación de ninguna índole: ¡Que sean como el Che! Si queremos expresar cómo queremos que sean los hombres de las futuras generaciones, debemos decir: ¡Que sean como el Che! Si queremos decir cómo deseamos que se eduquen nuestros niños, debemos decir sin vacilación: ¡Queremos que se eduquen en el espíritu del Che! Si queremos un modelo de hombre, un modelo de hombre que no pertenece a este tiempo, un modelo de hombre que pertenece al futuro, ¡de corazón digo que ese modelo sin una sola mancha en su conducta, sin una sola mancha en su actitud, sin una sola mancha en su actuación, ese modelo es el Che! Si queremos expresar cómo deseamos que sean nuestros hijos, debemos decir con todo el corazón de vehementes revolucionarios: ¡Queremos que sean como el Che!*” (Castro Ruz, 1967, p. 1).

⁴⁰ Leia-se, no original: “*¡Que sean como el Che!*”. Essa frase geralmente expressa um desejo ou uma aspiração de que as pessoas sigam os ideais e a coragem de Ernesto “Che” Guevara.

⁴¹ Leia-se, no original: “*¡Queremos que se eduquen en el espíritu del Che!*”. Essa frase reflete o desejo de que a educação das pessoas seja inspirada pelos ideais e valores defendidos por Ernesto “Che” Guevara.

Revolução modificar as estruturas econômicas ou políticas; ela deve produzir um novo tipo humano, educado para a entrega total à causa coletiva. Esta enunciação contribui diretamente com a reflexão sobre a hipótese levantada nas primeiras linhas dessa tese de que o *homem ideal* cubano foi discursivamente constituído como sujeito moldável e educável, apto à mobilização, à disciplina e à incorporação da ética revolucionária.

A expressão de que Che Guevara “pertence ao futuro”⁴² reforça o caráter formativo dessa construção, oferecendo à juventude e às gerações posteriores não apenas um herói, mas um ideal a ser continuamente perseguido. O discurso, portanto, adquire função performativa e normativa, como afirmado nos objetivos deste trabalho: compreender como a linguagem oficial da Revolução atuou como prática formadora e legitimadora.

Além disso, ao comparar Che Guevara ao filho que todo revolucionário deseja, Fidel Castro transcende a esfera política e adentra o campo da subjetividade afetiva e familiar, sugerindo que a formação do *homem ideal* começa na infância, na educação moral cotidiana. Ratifica-se assim, que os discursos revolucionários não apenas descrevem o sujeito desejado, mas atuam na produção concreta de uma pedagogia política, capaz de organizar afetos, valores e condutas.

Tão logo, ao utilizar os discursos como fontes históricas e pedagógicas, torna-se possível compreender que o ideal de homem novo não foi uma abstração teórica, mas uma diretriz formativa mobilizada em todas as frentes – inclusive nas cerimônias públicas e nos rituais de luto político.

Já no discurso proferido por Fidel Castro na ONU, em 1960, utilizou uma retórica de combate à alienação, de exaltação da educação popular e de enaltecimento do povo como protagonista histórico da revolução. Durante a pré-análise – exploração e interpretação – do referido trecho, foram identificadas categorias como: consciência crítica, disciplina coletiva, disposição ao trabalho produtivo, e a docilidade no sentido de abertura à formação (Castro Ruz, 1960).

Ao retomarmos, por exemplo, o trecho onde disse que ““Todo o povo está se preparando para uma intensa campanha, e Cuba será o primeiro país da América que, daqui a alguns meses, poderá dizer que não possui um único analfabeto” (Castro Ruz, 1960, p. 15, tradução nossa)⁴³, compreende-se que a mobilização

⁴² Leia-se, no original: “*pertenece al futuro*”.

⁴³ Leia-se, no original: “*¡todo el pueblo, están preparándose para una intensa campaña y Cuba será el primer país de América que a la vuelta de algunos meses pueda decir que no tiene un solo analfabeto*” (Castro Ruz, 1960, p. 15).

massiva é tratada como virtude, sugerindo um sujeito educável e moldável pelo Estado revolucionário.

Essa retórica de engajamento coletivo está imersa em um projeto que visa a substituição das estruturas capitalistas por relações sociais de solidariedade e reciprocidade, em que a educação tem papel central. Centralidade que dá significado à educação cubana, ou seja, por isso foi alçada à condição de ferramenta estratégica para consolidar a autonomia nacional frente às ingerências externas.

O discurso retórico de engajamento coletivo que marcou este projeto educacional carrega consigo uma dualidade: ao mesmo tempo em que a educação foi erigida como instrumento estratégico de superação das estruturas capitalistas e de construção de novas relações sociais pautadas na solidariedade e na reciprocidade, ela operou sob as condições históricas concretas de um país que ainda se vê condicionado por heranças estruturais da ordem anterior e por pressões externas de natureza imperialista.

Essa centralidade atribuída à educação reflete, portanto, a tensão entre a intenção emancipadora do projeto revolucionário – que busca afirmar a autonomia nacional – e os limites impostos pela permanência de relações de dependência e pelo enfrentamento às ingerências externas. O caráter estratégico da educação, nesse contexto, materializa-se como forma e conteúdo da luta por soberania, evidenciando o movimento contraditório entre a negação da ordem estabelecida e a necessidade de dialogar e resistir às determinações materiais e políticas do entorno geopolítico hostil.

Conquanto, o *homem ideal* emergente desse discurso é aquele que compreende a função da educação como instrumento de emancipação e como dever patriótico. Trata-se de um sujeito coletivo, com forte adesão à disciplina e à docilidade formativa, não no sentido de submissão, mas de disponibilidade para a formação revolucionária. Tal indução é resultado da codificação dos conteúdos evidenciados no discurso, organizados em categorias de sentido que se repetem e se complementam (Bardin, 1977).

Já no discurso fúnebre a Che Guevara, Fidel Castro não apenas o homenageia, mais que isso, o consagra como modelo do sujeito revolucionário. O que possibilita-nos identificar, na análise do seu conteúdo, um apelo à exemplaridade ética e à coerência moral: um modelo de homem que não pertence a este tempo, um modelo de homem que pertence ao futuro.

A repetição expressiva da frase “Que sejam como Che” funciona como catequese laica, conformando um ideal de sujeito sem desvios de conduta, absolutamente disciplinado e guiado pela racionalidade revolucionária, logo, Che Guevara é tomado como arquétipo, ou seja, um modelo para o homem do futuro.

Mediante esse contexto, a figura de Che Guevara condensa a dimensão sacrificial e militante do projeto revolucionário cubano, revelando um *ethos* que transcende o utilitarismo burguês e inaugura uma ética da entrega total à causa popular. Tão logo, a projeção de Che Guevara como modelo para o *novo homem*, demonstra-nos a estratégia discursiva de permanência do ideário da revolução, essencial à pedagogia de massa voltada para a continuidade do projeto socialista.

Em decorrência desses pressupostos, assimila-se que, o discurso de 1967 consolida, por meio da figura de Che Guevara, o horizonte formativo da Revolução Cubana: o *novo homem* deve ser íntegro, austero, radicalmente comprometido com a coletividade e imune à corrupção moral. Trata-se, portanto, de uma cristalização simbólica que opera como referencial normativo para a análise de condutas, e que fundamenta a produção de cartilhas, campanhas educacionais e manuais de formação, como os que serão explorados nas seções seguintes.

Visando ratificar tais inferências, o quadro a seguir sistematiza e sintetiza a análise do conteúdo sobre o discurso de Fidel Castro proferido em 1960:

Quadro 3 – Eixos semânticos estruturantes do *homem ideal* (discurso de Castro, 1960, 1967)

Dimensão	Discurso da ONU (1960)	Discurso sobre Guevara (1967)
Modelo discursivo	Povo mobilizado, educável, patriótico	Guevara como arquétipo ideal, modelo absoluto
Eixo formativo	Alfabetização como batalha nacional	Ética revolucionária como guia da formação
Discurso pedagógico	Docilidade como abertura à formação	Exemplaridade como doutrina
Projeto político	Emancipação via educação popular	Permanência do mito revolucionário
Categoria dominante	Coletividade organizada	Integração moral total

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O quadro comparativo permite afirmar que os discursos de Castro Ruz (1960, 1967) desempenham papel estruturante na formação do imaginário revolucionário cubano. O discurso possui força performativa quando reiterado em diferentes contextos, configurando não apenas o modo de dizer, mas o modo de agir, sentir e formar.

As análises ora descritas são produto da compreensão formulada sobre o fato, portanto, assimila-se que elas contribuem para pensar em que medida a Revolução Cubana, mais que alfabetizar o povo, produziu discursivamente um novo tipo humano, orientado pela integração entre saber, fazer e ser – um homem que, nas palavras de Fidel Castro, “pertence ao futuro”.

Considerando outra perspectiva, para Fernandes (1979), a Revolução Cubana de 1959 não foi exceção e também criou seus mitos e suas figuras mitológicas. Nesse sentido, na proposta do autor, os mitos contribuem com a constituição da realidade histórica de processos como os de uma revolução. Sendo assim, entende-se que longe de representarem meras criações imaginárias ou desvios da razão, os mitos cumprem uma função concreta na construção da consciência coletiva e na legitimação simbólica do processo revolucionário.

No caso cubano, os mitos e as figuras mitológicas produzidas durante a Revolução de 1959 não apenas interpretaram a realidade, mas passaram a atuar como forças constitutivas dessa própria realidade, mediando as contradições entre projeto político, prática social e o imaginário popular na luta pela transformação estrutural da sociedade.

Deste modo, há um porquê dos mitos: eles são fatores e vetores de compensação psicológica e política, ou seja, tornam-se referência e modelo. Muito embora, como pesquisa histórica, entenda-se que “a atividade profissional do historiador é dismantelar essas mitologias, a menos que se contentem [...] em ser os servos dos ideólogos” (Hobsbawm, 2013, p. 47), ou seja, “temos de resistir à formação de mitos nacionais, étnicos e outros, no momento em que estão sendo formados (Hobsbawm, 2013, p. 23).

Mesmo assim, como esclarece Fernandes (1979, p. 144), “a pequena Cuba tinha de superar-se a si mesma para vencer o neocolonialismo, o veto norte-americano e as dúvidas que pairavam sobre a própria revolução”. Portanto, o desafio era produzir uma revolução para Cuba pelos cubanos, exigindo dos líderes contínuo esclarecimento de que “esta revolução não foi importada de nenhuma parte: é produto genuíno deste país” (Castro Ruz, 1965, p. 1).

Fernandes (1979) desenvolve a reflexão sobre o assunto, debatendo o papel da massa trabalhadora diante das mudanças políticas, econômicas e sociais relacionadas à revolução. Em suas palavras, “os únicos aliados certos, a massa dos trabalhadores livres e semilivres, careciam, também, de mais forte utopia e de um

ímpeto vigoroso de boa-fé ou de irredutibilidade na identificação com a utopia” (Fernandes, 1979, p. 143).

A carência de utopia e vigor direcionou a atuação dos dissidentes, afinal, lhes permitiu compreender que o alinhamento do povo cubano demandava o reconhecimento das “raízes psicológicas, culturais e políticas da aura de romantismo, que impregnou até a medula a revolução cubana, e o teor carismático impessoal e não-institucionalizável do seu humanismo incondicional” (Fernandes, 1979, p. 144).

Por isso, interroga-se: o povo cubano pleiteava conscientemente a transformação social da ordem capitalista para a socialista, ou reproduziam os passos dos mitos criados para o avanço da revolução? No entendimento de Fernandes (1979, p. 145, grifo nosso), “esperou-se deles [**dos líderes revolucionários**] o que não podiam fazer em Cuba e, da revolução cubana, o que ela não poderia ser”.

Desse modo, a atuação de Fidel Castro tornou-se ainda mais complexa, afinal, ele e seu grupo necessitavam construir “um a um, os vigamentos da nova ordem social” (Fernandes, 1979, p. 145). Isso porque, ao assumir os alicerces do socialismo – que era o seu nível histórico possível –, a revolução se deparou com um problema que teve de superar, ou seja, “era preciso fazer, simultaneamente, duas coisas vitais. Primeiro, a revolução deveria gerar a sua filosofia política: o núcleo das ideias que iria marcar o seu sentido histórico e, ao mesmo tempo, o seu potencial utópico” (Fernandes, 1979, p. 145).

Por tal entendimento, parece-nos possível delinear o paradoxo entre os ideais de liberdade política e econômica em relação ao neocolonialismo, oriundos da filosofia de Martí, e a luta pela ruptura das relações entre capital e trabalho burguês, objetivo central da teoria marxiana e prática política e econômica da Internacional Comunista.

A outra tarefa, como pressupõe Fernandes (1979, p. 145, grifo nosso), era “transferir estas ideias como aquilo que Karl Mannheim⁴⁴ designaria como **principia media**, para o terreno da efetivação, da formação de uma sociedade planejada em

⁴⁴ Karl Mannheim (1893-1947) foi um sociólogo húngaro-alemão, considerado um dos fundadores da sociologia do conhecimento. Seu pensamento destaca a relação entre saber e condição social, propondo que todo conhecimento está situado histórica e socialmente. Entre suas principais obras está “Ideologia e Utopia” (1929), na qual analisa como diferentes grupos sociais produzem interpretações da realidade conforme seus interesses históricos. Sua perspectiva é importante para compreender como ideologias são formadas, difundidas e naturalizadas, especialmente no campo da educação (Mannheim, 2003).

Cuba”. Por esse prisma, a necessidade de formação de um *homem ideal* para uma nova sociedade incidia sobre o programa político e econômico de Fidel Castro.

Entretanto, é necessário refletir sobre o que representa uma sociedade planificada. Se a intenção do autor foi discutir os efeitos da planificação econômica sobre a produção da vida, pode-se pensar que a autonomia do homem se conformaria com a planificação. Sendo assim, as atividades produtivas ganharam uma finalidade e, para alcançá-la, foram estruturadas as estratégias e estabelecidas as metas.

Partindo-se dessa ideia, pode-se pensar que a dissidência teve efeitos sobre os processos formativos das novas gerações que passaram a habitar e construir as relações humanas na ilha cubana. Fernandes (1979, p. 145) infere que o “plano reduz e, por fim, extingue o determinismo econômico”, deste modo, encontra-se sentido transitório no homem planificado, afinal, o pleito está nos saltos qualitativos que resultam no homem comunista.

Por esse prisma, a narrativa que se constrói reside no pensamento de que “a revolução socialista está ao alcance de todos os povos, sem distinções, e, no limite, o fator decisivo é a qualidade da consciência revolucionária e do comportamento revolucionário” (Fernandes, 1979, p. 146).

A qualidade da consciência é, por seu turno, interesse da educação. Conquanto, ao analisar a educação pelo viés do fim do monopólio cultural, combinada com a produção material, cuja finalidade é o fim do hiato histórico entre trabalho manual e trabalho intelectual bem como via para o desenvolvimento integral da personalidade, a qualidade da consciência resulta na emancipação (Bottomore, 2001).

A emancipação, por sua vez, representa o fim dos obstáculos à liberdade, destarte a educação tanto oportuniza a qualidade da consciência quanto produz nos homens a emancipação, ou seja, a liberdade plena (Bottomore, 2001).

Por tais inferências, reflete-se em que medida a educação revolucionária e a Campanha de Alfabetização de 1961 conseguiram, de fato, aproximar-se do ideal de formar o homem cubano consciente, emancipado e comprometido com o projeto socialista. Contudo, é preciso reconhecer que nenhuma campanha educativa, por mais ampla e bem organizada que seja, possui, isoladamente, o poder de criar um novo tipo de homem ou de transformar integralmente as consciências.

O processo formativo é sempre histórico, contraditório e sujeito às múltiplas determinações sociais, políticas e culturais que atravessam a realidade. Assim, mais do que afirmar a criação do *homem ideal* pela campanha, cabe problematizar em que medida e sob quais condições ela contribuiu para esse intento, e até que ponto o discurso revolucionário sobre o “novo homem” expressa uma utopia pedagógica e política mais do que uma realidade concreta.

Essa reflexão orienta as análises que se seguem, nas quais o manual dos maestros e a cartilha dos alfabetizandos serão examinados como instrumentos que buscaram materializar – ainda que parcialmente – o projeto de formação do *homem ideal* cubano.

De tal modo, se os revolucionários cubanos entendiam que, pela educação, “a transmissão das técnicas já adquiridas tem, sobretudo, a finalidade de oportunizar o aperfeiçoamento dessas técnicas através da iniciativa dos indivíduos” (Abbagnano, 2007, p. 306), pode-se pensar sobre a planificação econômica, ainda mais, a planificação do processo de alfabetização, ou seja, a eficácia do método de alfabetização adotado pela campanha e sua capacidade de promover as condições para o aperfeiçoamento das técnicas para a produção da vida por meio da iniciativa individual.

Afinal, o que vem “depois da conquista do poder pela vanguarda revolucionária, é a mutação revolucionária do homem e da sociedade” (Fernandes, 1979, p. 148). A mutação do homem é entendida como sua transformação, logo, pode-se inferir o papel das instituições revolucionárias diante da generalização do impulso da criação de um *homem ideal* para uma nova sociedade.

É nesse percurso que se dá o que Fernandes (1979) chamou de “última ambição revolucionária”. Por este autor, tal ambição residia na capacidade dos homens lerem o mundo, ou seja, “ver o homem liberado da alienação” (Fernandes, 1979, p. 149). Entretanto, assim como em outras conjunturas, os revolucionários tiveram que dispensar esforço e investimento para ensinar o homem cubano a ler a cartilha de alfabetização para, através dela, ler a realidade vivida. Nesse sentido,

A revolução teve de impor-se uma obra educacional de tão larga envergadura (embora restringisse seu campo de ataque principalmente aos níveis do ensino primário e do ensino médio), que seu êxito atraiu para Cuba o interesse de todo o mundo e o respeito dos especialistas em educação (Fernandes, 1979, p. 155).

Por tudo, compreende-se que a Campanha de Alfabetização Cubana de 1961 foi um projeto político, e, assim, uma política pública da Revolução Cubana voltada ao desenvolvimento social do seu povo. Tanto quanto, configurou uma necessidade social, afinal, estando os revolucionários e o povo em geral diante dos novos arranjos de produção econômica e de produção da vida social, era preciso aprender a lidar com eles.

Como o desenvolvimento econômico e social do país exige uma preparação educacional verdadeiramente massiva de todos os trabalhadores, o ano de 1961 foi dedicado à erradicação do analfabetismo no povo, tarefa para a qual foram mobilizados centenas de milhares de cubanos, jovens e idosos, homens e mulheres, que conseguiram o extraordinário êxito de reduzir o analfabetismo, em menos de nove meses, para apenas 4% da população (Riverend, 1980, p. 126, tradução nossa)⁴⁵.

Como identificado, a Campanha de Alfabetização de 1961, por meio de seus instrumentos pedagógicos – o manual do alfabetizador e a cartilha dos alunos –, representam uma das materialidades históricas intencionalmente produzidos para formar leitores e escritores, como também, sujeitos sociais dotados de consciência política, econômica, social e cultural, na perspectiva do movimento revolucionário e de suas influências.

A mobilização massiva de trabalhadores, jovens e idosos, homens e mulheres, que tornou possível reduzir drasticamente o analfabetismo em poucos meses, como aponta Riverend (1980), expressa mais do que um êxito técnico: revela a articulação entre educação e projeto de transformação social. Essa ação educativa massiva não operou no vazio, mas no seio de uma contradição fundamental: enquanto buscava formar uma nova consciência de classe alinhada ao ideal socialista, enfrentava os limites impostos pelas heranças da ordem anterior e pelas condições materiais da dependência estrutural.

Neste sentido, o modelo de *homem ideal* delineado pelos discursos e práticas da Revolução Cubana deve, portanto, ser compreendido como resultado de um processo dialético, em que o plano simbólico-discursivo e a ação concreta se

⁴⁵ Leia-se, no original: “Como quiera que el desarrollo económico y social del país exige una preparación educacional verdaderamente masiva de todos los trabajadores, el año 1961 fue dedicado a la erradicación del analfabetismo en el Pueblo, tarea para lo cual se movilizaron cientos de miles de cubanos jóvenes y viejo, hombres y mujeres, que lograron el extraordinario éxito de reducir el analfabetismo en menos de nueve meses a sólo un 4 por ciento de la población” (Riverend, 1980, p. 126).

interpenetram, mediando a luta pela superação da alienação e pela constituição de uma nova subjetividade revolucionária.

Ademais, ao focarmos nos discursos da ONU (Castro Ruz, 1960) e do funeral de Che Guevara, em 1967, identificou-se elementos centrais da construção simbólica do *homem ideal* cubano, revelando como os valores de disciplina, exemplaridade ética, solidariedade e mobilização coletiva foram enunciados como pilares de sua constituição. A figura do companheiro, em especial, foi demonstrada como arquétipo normativo, projetando sobre as gerações futuras um ideal de conduta política e moral que ultrapassa o presente e visasse a perenidade da revolução

Além disso, a articulação entre os discursos e os fundamentos teóricos nessa seção expressa, permitiram refletir que tais representações discursivas não são apenas retóricas, mas operam como diretrizes formativas do projeto revolucionário cubano. Ao reiterar os mesmos elementos em diferentes contextos, a Revolução Cubana constrói pedagogicamente uma identidade nacional voltada à superação do colonialismo, à justiça social e à realização de um modelo autônomo e original.

Tão logo, compreende-se que o discurso não apenas forma, mas conforma: ele delimita os contornos do sujeito desejado e oferece os parâmetros para a educação popular, para o trabalho planejado e para a organização social. Os discursos de Fidel Castro, portanto, não se esgotam em sua função política imediata; eles ganham densidade pedagógica e moldam os sentidos da educação como um projeto de nação, ou seja, a Campanha Nacional de Alfabetização de 1961 foi a principal política educacional que deu concretude à construção desse *homem ideal*, o homem revolucionário.

3.3 A Campanha de Alfabetização cubana de 1961: condição de liberdade ou ideologia política?

A Campanha de Alfabetização de 1961, juntamente com seus maestros alfabetizadores e seus materiais pedagógicos, foram essenciais na formação do *homem livre*. Tais ações foram estruturadas como projeto da Revolução Cubana, revelando não apenas a preocupação com a instrução elementar, mas, sobretudo, a intenção de conformar um o *homem ideal* cubano. Alinhada ao espírito de ruptura iniciado em 1959, a campanha buscou erradicar o analfabetismo como condição

para a plena participação na vida social, econômica e política da nova ordem revolucionária

Deste modo, influenciados pelos ideais de José Martí – que entendia a educação como instrumento de libertação nacional –, os líderes revolucionários, especialmente Fidel Castro e Che Guevara, conceberam a alfabetização como etapa estratégica na formação do povo, capaz de compreender a realidade e desenvolver qualitativamente a transformação social necessária para aquele contexto.

Nesse sentido, alfabetização não se limitava a um ato técnico de ensino da leitura e da escrita, mas assumia caráter político e civilizatório. Contudo, ao mesmo tempo em que a campanha representava uma conquista em termos de acesso ao conhecimento e inclusão social, ela também carregava, de forma intrínseca, a função de consolidar a nova identidade revolucionária e o modelo socialista cubano.

Conforme salientam os estudos de Ayerbe (2004) e Rosa (2023), a educação, nesse contexto, foi planejada como prática social de formação de consciências alinhadas ao projeto político vigente. Tal movimento revela uma contradição fundamental: a alfabetização operava simultaneamente como instrumento de emancipação e como vetor de difusão ideológica, ou seja, esta foi a dupla função da educação em sociedades em transformação, logo, em contextos como o cubano.

Assim, a campanha de 1961 configura-se como experiência histórica, pois articula, em tensão contraditória, os ideais de liberdade e a instituição de uma nova ideologia política. Da mesma forma, debate-se sobre a utilização da educação para reforço ideológico, bem como, a sua dimensão econômica e social produziu uma ampla mobilização, sobretudo educacional, capaz de alcançar todos os trabalhadores.

A alfabetização foi compreendida como condição indispensável para o desenvolvimento nacional e para a consolidação do novo modelo de sociedade. Nesse sentido, o ano de 1961 foi declarado o “Ano da Educação”, sendo inteiramente dedicado à erradicação do analfabetismo em Cuba. Centenas de milhares de cidadãos, dentre eles jovens e idosos, homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais, se engajaram voluntariamente na campanha, transformando o ato de ensinar e aprender em uma verdadeira cruzada política e moral.

Em menos de nove meses, o país reduziu o analfabetismo a cerca de 4% da população, resultado que expressou não apenas um êxito técnico, mas o triunfo

simbólico de uma pedagogia revolucionária voltada à formação de sujeitos conscientes de seu papel histórico no processo de transformação social (Riverend, 1980).

Nesse sentido, as ações práticas de cada etapa das ações pedagógicas da Campanha de Alfabetização possuíam finalidades possíveis de serem retomadas e debatidas. Até porque, o pronunciamento de Fidel Castro, no ano de 1960 na ONU configurou a fase dos preparativos da campanha: “A Campanha de Alfabetização, começou a ganhar forma quando o exército rebelde conquistou o poder, e a primeira ação a ser tomada foi a criação da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Fundamental em março de 1959” (Rosa, 2019, p. 90).

Não obstante, o projeto de alfabetização popular em curso, tomou como estratégia a criação de centros de estudos para a formação dos futuros maestros. Cabe ressaltar que havia editais espalhados pelo país que visavam regular o alistamento que rapidamente agrupou quase 3000 maestros voluntários que configuraram a vanguarda dos alfabetizadores da campanha (Rosa, 2019).

Por tratar-se de um alistamento voluntário, a experiência dos alistados diante da educação somou-se aos ideais revolucionários, afinal, eram professores que já demonstraram apreço pelo movimento, contribuindo, assim, para assumirem a tarefa de preparar as bases teóricas, metodológicas, pedagógicas e estruturais da campanha.

Corroborando com a análise, Peroni (2000) destaca que em outubro de 1960 aconteceu o Primeiro Congresso de Conselhos Municipais. Nele, os 900 delegados participantes decidiram pela ampliação da representação dos conselhos e preconizaram a incorporação das organizações de massa existentes.

Como resultado, definiu-se melhor o papel dos conselhos na campanha de alfabetização. A partir disso, elaboraram um mapa do analfabetismo, criaram às seções de finanças, técnica e de propaganda. Todas as seções passaram a articular e organizar centros de alfabetização (casas, sindicatos, cooperativas etc.). Segundo Peroni (2000, p. 33),

[...] é conveniente ressaltar que se, por um lado, a Campanha impulsionou a Revolução, ajudando na conquista de hegemonia para o processo revolucionário, por outro lado, é preciso ficar claro que ela não teria sido possível sem a prévia existência desse mesmo processo: participar da Campanha era participar da Revolução e o clima de mudanças que envolvia as pessoas motivava-as a essa participação.

Como explica a autora, embora utilizada com a finalidade de contribuir com a formação do homem novo, o programa de alfabetização da campanha foi subsidiado pelos princípios e fundamentos da revolução. Em sua dinâmica organizacional, “o trabalho da equipe técnica contou com a colaboração de ativistas políticos, técnicos e professores” (Peroni, 2000, p. 27), todos eles eram convocados como voluntários, por meio de editais específicos, e eram distribuídos entre as frentes de trabalho de acordo com a aptidão que demonstravam possuir.

Havia, também, um destacamento composto por monitores que tinham o papel de organizar as brigadas de alfabetização. Tais monitores tinham, desde o princípio, o papel de localizar os analfabetos, conseguir e preparar os alfabetizadores, organizar o núcleo de alfabetização e garantir a estabilidade desse núcleo.

A adesão voluntária configura, nesse sentido, o espírito colaborativo e o desejo de mudança que se espalhou entre a população, em grande parte, pela já aparente melhoria de vida resultante das políticas de desenvolvimento sociais. Evidenciam-se também, nesse sentido, as contribuições dos meios de comunicação que transmitiam as informações sobre a campanha e incentivavam a adesão da população à campanha (Peroni, 2000).

Noutra frente, a seção de finanças encarregou-se de “arrecadar e administrar os recursos colocados à disposição da Campanha. Contou com muitas doações da população em geral, dos sindicatos e organizações. Foram realizados eventos para coletar material” (Peroni, 2000, p. 27). Fato que resultou numa das críticas que se faziam à campanha – tanto internamente pelos contrarrevolucionários quanto externamente, sobretudo pelos veículos de comunicação norte-americano – e que envolvia os gastos com recursos materiais e humanos para a campanha, além de críticas rebatidas pela comissão de comunicação, reforçando a adesão voluntária e os resultados esperados, inclusive econômicos.

Em paralelo, a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Fundamental “analisou diversos métodos de alfabetização: silábico, palavras normais, global, ideográfico e o oracional, e selecionou um método composto” (Cuba, 1981, p. 11, tradução nossa)⁴⁶. Compreende-se, desse modo, que a escolha do método tem relação com um dos fundamentos da revolução, ou seja, uma revolução em Cuba,

⁴⁶ Leia-se, no original: “*analizó diversos métodos de alfabetización: silábico, palabras normales, global, ideográfico y el oracional, y seleccionó un método compuesto*” (Cuba, 1981, p. 11).

para Cuba e pelos cubanos, que demandava um método de alfabetização que, sim, partia de outros, no entanto constituía-se pela confluência deles, logo, um método próprio.

Rosa (2019) afirma que foram considerados maestros todos os jovens que atenderam aos apelos de Fidel Castro na batalha pela cultura. A idade dos jovens que se candidatavam para tornarem-se alfabetizadores variava entre os 12 e 16 anos. A escolarização da soma dos alfabetizadores era de “[...] 52% da escola primária, 32% da secundária básica, 5% do ensino universitário, 2% da Escola Normal, 2% das escolas comerciais, universidades e 3% dos 2% de magistério” (Pereira, 1989, p. 62).

Outro aspecto importante foi o alistamento. Os menores de idade tinham de apresentar uma declaração dos familiares que os autorizava a participar do treinamento. Para Gillette (1977), os motivos do alistamento transitavam entre o ímpeto revolucionário, o desejo de contribuir com a libertação da pátria, mas também ter acesso a oportunidades, inclusive acesso a políticas sociais e ascensão econômica.

Ademais, havia jovens de famílias e movimentos contrarrevolucionários que se infiltraram no treinamento para articular ações para a restituição da velha ordem. Sader (1985, p. 50) descreve que o

[...] ano de 1961 estava consagrado à educação. Os estudantes foram convocados para participar de uma gigantesca campanha de alfabetização por todo o país. Por um ano as aulas foram suspensas nas escolas e os alunos enviados para todos os rincões do país, munidos da cartilha de alfabetização e de um lampião, símbolos da campanha. A campanha visava não apenas acabar com o analfabetismo, mas também promover o intercâmbio entre os estudantes e o povo, mais especificamente com os camponeses, porque nas regiões rurais o índice de analfabetismo era muito maior. Esse contato por sua vez, permitirá aos jovens transformar sua consciência ideológica pela percepção direta das condições de vida e dos sentimentos dos trabalhadores do campo.

Nessa linha de pensamento, pode-se refletir sobre os ganhos para os jovens alfabetizadores. Dentre eles, o intercâmbio, a participação política, a responsabilidade da tarefa a desenvolver, a ampliação dos horizontes para a leitura da realidade do país. Entretanto, como destaca Rosa (2019), além da formação didática, matemática e psicológica, todos tinham de passar pelo treinamento militar, ou seja, em uma mão a arma, na outra a cartilha.

É oportuno então, pensar sobre os efeitos da hostilidade do treinamento militar sobre os alfabetizadores. Tratou-se, portanto, de uma missão arriscada que exigia coragem, afinal, formar o *homem ideal* em um contexto de reformas, despertou sentimentos e atitudes diversas. Alguns receberam com alegria o pelotão de maestros, outros sentiram-se ameaçados e alguns – num movimento contrarrevolucionário – os receberam com violência. Uma batalha cultural que usou também a educação visando uma transformação social. Embora com poucos meses de treinamento, jovens adolescentes atuaram num processo que pleiteou a emancipação do povo através do ensino, da alfabetização.

Neste íterim, a campanha impulsionou a Revolução “ajudando a conquista de hegemonia para o processo revolucionário” (Peroni, 2000, p. 33), ademais, espalhou pela ilha os parâmetros de coletividade e produziu, nas pessoas, noções de cooperação, perceptíveis na identidade do povo. Identidade que foi construída através de mediações políticas, dentre as quais, a campanha de alfabetização de 1961, cujos principais instrumentos formativos eram o manual “**Alfabeticemos**” e a cartilha “*¡Venceremos!*”.

Assim como Peroni (2000, p. 33), considera-se que os desdobramentos da campanha davam-se em duas etapas: a primeira de janeiro a abril de 1961, período de preparação da campanha, e a segunda de abril a setembro de 1961, “auge da Campanha, com a incorporação das brigadas ‘Conrado Benitez’, de estudantes, e ‘Pátria ou Morte’, de trabalhadores; e ainda a incorporação das organizações de massas que foi decisiva para envolver a sociedade civil”.

Por esse prisma, compreende-se a adesão gradativa do povo cubano à Campanha. Assim também, as ações ocorridas no seu interior foram gradativas. Como exemplo, as denominadas brigadas-piloto configuraram-se como projeto experimental e foram posicionadas tanto no campo quanto na cidade. A primeira, conhecida como “Caio Coco”, atuou na ilha de mesmo nome e foi composta por 11 pré-universitários. Sua missão era alfabetizar os carvoeiros que até então eram explorados por um patrão rico (Peroni, 2000).

Havia, nesse contexto, dois movimentos. O primeiro era conduzir a alfabetização juntamente com a Revolução, isso porque o processo dissidente não havia alcançado todos os recônditos da ilha. O outro era associar a alfabetização com a intervenção para o fim da exploração. Sobre o segundo, reflete-se que, além

de alfabetizadores, os brigadistas ocupavam-se com a denúncia da exploração e conscientização dos explorados.

Com o sucesso da missão por meio do consentimento dos carvoeiros, sua alfabetização e sua libertação da condição de explorados, a Comissão Nacional de Alfabetização organizou a brigada de estudantes, e os primeiros a responder a o chamado do líder Fidel Castro foram os “alfabetizadores populares” (Peroni, 2000, p. 34). Os recrutados recebiam curto treinamento por meio de cursos e seminários que lhes ensinavam sobre a cartilha e a sua aplicação. Além disso, participavam de reuniões periódicas, conduzidas pelos professores formadores que eram maestros mais experientes (Peroni, 2000).

Tem-se que, nessa mediação dos professores formadores, ocorreram a transferência dos procedimentos didático-pedagógicos, a formação técnica para a alfabetização, juntamente com o reforço político-ideológico, até porque nem todos os brigadistas tinham consolidados em sua consciência os fundamentos e o projeto revolucionários que deveriam disseminar.

Entende-se, nesse raciocínio, que o papel dos maestros formadores era ensinar os alfabetizadores para conduzir o processo de alfabetização nas regiões conquistadas, como também, formar uma massa crítica coesa, capaz de defender e inculcar em seus alunos o espírito da revolução e seus alicerces, ou seja, a campanha de alfabetização foi também um ato político.

Muito embora, compreende-se que o curto intervalo de formação obstaculizava as condições materiais para transmitir os fundamentos, princípios, fins e valores da Revolução. O brigadista nem sempre era, em si, um emancipado, portanto, promotor da emancipação. Como visto anteriormente, muitos buscavam ascensão e privilégios. A contradição, neste processo, reside no processo e no tempo de formação dos alfabetizadores, afinal, nem todos haviam conquistado aptidões para ensinar a ler e ensinar o que era a Revolução.

Por outro lado, as ações práticas do governo de Fidel Castro foram importantes para o êxito da Campanha de Alfabetização. Dentre as inúmeras mediações da parte do governo rebelde, acentua-se a nacionalização de escolas privadas em junho de 1961, sob a justificativa da igualdade de condições (Gillette,

1977) Logo, o acesso universal à educação foi uma das primeiras conquistas da revolução. Riverend (1980, p. 132, tradução nossa)⁴⁷ destaca que,

Finalmente, a construção de escolas, em especial as escolas secundárias básicas, os pré-universitários no campo e os politécnicos, além das escolas formadoras de professores, que se baseiam na aplicação consistente do princípio da integração do estudo com o trabalho produtivo, inspirada em ideias expostas por José Martí e, evidentemente, pelos fundadores do marxismo-leninismo, propõe como finalidade a formação da juventude por meio da participação ativa nas tarefas urgentes e fundamentais do desenvolvimento, na compreensão do esforço coletivo para alcançá-lo e do próprio papel de cada um nesse processo, bem como na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nas escolas, as quais são de educação geral, e não vocacionais ou técnicas.

Esse processo se deu a partir da implementação de políticas sociais para garantir o acesso à escola e a valorização do trabalho dos professores. Além disso, a criação do IFE – Instituto de Filosofia e Educação, foi fundamental para se formar uma nova geração de professores engajados politicamente na sociedade.

A educação representou, assim, um instrumento muito importante para a construção da identidade do homem revolucionário cubano. Os valores da solidariedade, da justiça social, das liberdades coletivas e do desenvolvimento social passaram a ser ensinados desde os primeiros anos de escolaridade e foram importantes para construir a consciência política na juventude cubana.

Apesar da propaganda anti-cubana no exterior, a Revolução proporcionou uma vida com mais dignidade social e política a todos do país (Riverend, 1980). Tão logo, compreende-se que:

Frente a tal conjuntura, com o triunfo da Revolução em janeiro de 1959, o novo governo baseou suas ações no documento já mencionado, (“A história me absolverá”), e sua ação se deu no sentido de priorizar a elevação do nível de vida do povo e a superação do analfabetismo, da prostituição, do jogo, da corrupção, da discriminação racial, da repressão, da crise habitacional e do desemprego. Ao mesmo tempo, visava construir uma nova estrutura de poder que estivesse de acordo com as mudanças estruturais necessárias no momento (Peroni, 2000, p. 16).

⁴⁷ Leia-se, no original: “*Finalmente la Construcción de escuelas, en especial las escuelas secundarias básicas y los pré-universitários en el campo y los politécnicos, además de las escuelas formadoras de maestros que se basan en la aplicación consecuente del principio de la integración consecuente del estudio y el Trabajo productivo, inspirado en ideas expuestas por José Martí y, desde luego, por los fundadores del marxismo-leninismo, se propone una finalidad de formación de la juventud mediante la participación activa en las tareas urgentes y básicas del desarrollo, en la comprensión del esfuerzo colectivo por lograrlo y de su propio papel en el mismo y en la aplicación práctica de los conocimientos que adquiere en las escuelas, las cuales son de educación general, no vocacionales o técnicas*” (Riverend, 1980, p. 132).

O papel da educação na formação da consciência revolucionária dos cubanos, era, entre outros, formar para a docilidade, para a coletividade, para a cooperação e para a militância, sobretudo no que tange à liberdade de Cuba e de seu povo. Além disso, foi a partir da educação que se despertou o espírito cooperativo entre cidadãos, o que foi vital para a legitimidade do governo diante da sociedade.

Reforçando essa análise, Peroni (2000, p. 35) descreve que “a brigada ‘Conrado Benitez’ contava com 105.664 brigadistas, sendo 54.953 do sexo feminino e 50.711 do sexo masculino”. A participação dos jovens na Campanha de Alfabetização demonstra a capacidade de articulação do movimento rebelde bem como a habilidade política de Fidel Castro e o poder de convencimento de seus discursos. Na mesma intensidade, revela o sofrimento do povo cubano, ávido por transformação diante da velha ordem.

Gillette (1977, p. 16) considera que “pode-se discordar, em parte ou no todo, da filosofia, da política e da estrutura de Cuba. Mas será loucura, ou mesmo pior, ignorar ou denegrir os dramáticos passos do Governo de Fidel Castro na via do desenvolvimento, incluindo o do sector da educação”.

Assim, pode-se entender que a educação é um dos instrumentos transformadores da sociedade, permitindo o acesso à formação política e cultural. O resultado foi uma nova consciência política e social que se desenvolveu a partir da consciência coletiva.

De tal modo, os esforços empreendidos por Cuba nas décadas que antecederam a Revolução de 1959 devem ser situados no contexto das lutas por emancipação, inicialmente contra o domínio colonial da Coroa hispânica e, posteriormente, contra as formas de subordinação política e econômica impostas pelo imperialismo norte-americano.

Nessa trajetória histórica, a análise da dinâmica educacional cubana oferece subsídios fundamentais para a compreensão das relações entre formação do *homem ideal* e os diferentes modelos de sociedade pretendidos, não apenas no contexto da Revolução Cubana, mas em qualquer processo histórico em que a educação se articule à luta pela redefinição das estruturas sociais.

É sob essa demanda que Gillette (1977) debate o vínculo entre a adaptação e a satisfação de que os homens e a sociedade necessitam para contrair a adesão a

uma transformação social. É assim que o autor destaca três atributos humanos que devem ser preenchidos:

1) sentido de identidade e de dignidade, consciência e satisfação pelo que é único na história do passado e do presente e perspectivas futuras relativas a si próprio e à sua comunidade; 2) a possibilidade actual e permanente de influenciar efectivamente, tanto a nível pessoal como colectivo, as principais decisões que afectam a vida de cada um como indivíduo e como membro de uma dada comunidade; 3) a possibilidade actual e permanente de dirigir as energias construtivas para um trabalho criativo que não prejudique os outros indivíduos ou a comunidade, e se revista, simultaneamente, de um interesse intrínseco e de um valor social. Um indivíduo ou sociedade gravemente deficientes no tocante a uma ou mais destas características podem ser definidos como alienados. A Cuba faltava-lhe qualquer destes três atributos (Gillette, 1977, p. 28-29).

No âmbito da identidade, destacada pelo autor, tem-se que a influência norte-americana e a opressão do regime batistiano ofuscavam qualquer aspiração de liberdade que o povo viesse a ter. Do mesmo modo, o povo não tinha qualquer perspectiva de participação nas decisões que definiam suas próprias vidas. Por fim, e não menos importante, “pode dizer-se que o ensino estimulava (e *preparava*) a alienação do trabalho” (Gillette, 1977, p. 30).

Sobremaneira, infere-se que “a educação pré-revolucionária em Cuba tanto reflectia como perpetuava uma estrutura social baseada no elitismo, uma mão de obra inadequada à modernização da economia e uma sociedade caracterizada pela alienação individual e colectiva” (Gillette, 1977, p. 30).

Compreende-se, desse modo, que a educação, os processos formativos, a construção das mentalidades e ainda mais a construção da consciência eram necessidades sociais, logo, necessidades do regime. O homem cubano – assim como qualquer homem de outros contextos –, em seu modo de produzir a vida, pode ser entendido como uma construção resultante das condições econômica, política, cultural e social de seu contexto.

Do ponto de vista dos objetivos educacionais da revolução, Gillette (1977), enfatiza que, no discurso “A história me absolverá”, Castro Ruz (1986) já apontava seus interesses de ampliação da oferta da educação no país. Assim como Guevara (1965) também acentuou, em seus discursos, nas aulas cotidianas que os soldados rebeldes recebiam em Sierra Maestra e que lhes ensinavam a ler e a escrever.

Compreende-se deste modo que o posicionamento das lideranças revolucionárias concebia a educação como instrumento indispensável na construção

de uma nova ordem social, e não como um fim em si mesma, mas articulando a elevação do nível cultural do povo ao projeto político de superação das estruturas de dominação e de formação do homem novo.

Entende-se, deste modo, que enquanto a educação se apresentava como meio de elevação cultural e emancipação do povo, atua também como instrumento para a produção de uma harmonia social conformada aos preceitos da nova ordem revolucionária. Tanto quanto, ao mesmo tempo em que combatia o analfabetismo e buscava integrar os sujeitos ao processo político, cumpria o papel de ajustar o *homem ideal* ao modelo estatizado dos meios de produção.

Da mesma forma, a educação promovia a assimilação da soberania de Fidel Castro como liderança central, além de instituir a apropriação coletiva do modo de produção da vida em curso, ou seja, esse movimento expressou também a articulação entre formação cultural, disciplinamento ideológico e a construção de uma nova estrutura social, política, econômica e cultural, necessária à consolidação da ordem socialista em gestação.

Logo na ascensão ao poder, o governo revolucionário explicitou dois grandes objetivos educacionais: “colocar a educação ao alcance de todos e transformá-la numa força para o desenvolvimento econômico” (Gillette, 1977, p. 33). Portanto, se considerarmos que “o desenvolvimento dos meios de produção determina uma mudança nas relações de produção” (Bottomore, 2001, p. 220). Deste modo, tem-se que a Campanha de Alfabetização foi planejada também para fins econômicos.

Da mesma forma, “a base econômica determina a superestrutura da consciência” (Bottomore, 2001, p. 220), ou seja, a base econômica do governo de Fidel Castro nos anos iniciais da Revolução atribuiu para a Campanha de Alfabetização de 1961 a missão de formar a superestrutura da consciência revolucionária. Isso posto, tem-se que existia entre os líderes revolucionários a consciência dos efeitos geopolíticos da dissidência, sobretudo, a respeito dos embargos que sofreriam e da necessidade de reorganização interna da produção econômica:

No programa inicial da revolução, que tem fortes semelhanças com o documento A história me absolverá, a medida mais radical quanto à mudança estrutural era a reforma agrária. No restante, previam-se ações direcionadas a melhorar as condições de vida do povo (aumentos salariais, direitos trabalhistas, diminuição dos aluguéis residenciais, etc.) ou

diversificar o perfil econômico do país, fortalecendo a industrialização (Ayerbe, 2004, p. 61).

No mesmo sentido, formar o homem para os processos produtivos associados a reestruturação das atividades industriais e agrícolas em curso, resultou no uso da educação para fins econômicos.

Entretanto, Gillette (1977, p. 33) pontua que, no ano de 1961, o governo revolucionário explicitou publicamente a sua orientação socialista, incidindo na “utilização da educação como meio de superar a alienação coletiva e individual”. No entanto, pode haver, sobre tal empenho, uma linha tênue entre o discurso e a prática, promovendo o que Lukács (1978) denominou de reificação, ou seja, o ápice da alienação.

Um fato importante para essa análise ocorreu no dia 1º de julho de 1961, “com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades educacionais a revolução nacionalizou todas as escolas privadas no país” (Gillette, 1977, p. 34). Esse fato também expõe sua contradição. Ao retomar a necessidade de se formar o *novo homem* bem como ao associar essa questão à demanda econômica já mencionada, existe a possibilidade de as escolas, por que não dizer da educação, serem utilizadas como “aparelho ideológico do Estado” (Althusser, 1980).

Outro aspecto a ser considerado é identificado em 1960, quando Cuba participou da conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO⁴⁸. Foi a primeira vez que a instituição tratou a educação como determinante para o desenvolvimento econômico, para além de constituir uma força cultural e social. Na ocasião, “o governo revolucionário cooperou de perto com a UNESCO, e talvez os políticos cubanos tenham recebido e assimilado este novo conceito de braços abertos” (Gillette, 1977, p. 36).

É importante se acentuar que, embora não se saiba o nível de influência desse novo conceito da UNESCO sobre a educação cubana, entretanto, as ações implementadas pelo governo revolucionário, associadas à educação, ganharam também, o sentido de tratar a educação como direito humano intrínseco, “mas também como um meio essencial ao fornecimento de mão de obra ao desenvolvimento (isto é, investimento em capital humano)” (Gillette, 1977, p. 36).

⁴⁸ A UNESCO é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Procura construir a paz através da cooperação internacional na Educação, nas Ciências e na Cultura. A Constituição da UNESCO foi adotada em Londres em 1945 e entrou em vigor em 1946 (Disponível em: <https://www.unesco.org/en/history>. Acesso em: 27 set. 2025).

A análise do conteúdo utilizado pelo governo revolucionário na campanha de alfabetização de 1961 através do manual “**Alfabetícemos**” e da cartilha “**¡Venceremos!**”, incidirá sobre o cotejamento dos fundamentos da liberdade pleiteada pelo projeto governamental. Afinal,

Ao estudar a Campanha de Alfabetização Cubana de 1961, erradicadora do analfabetismo na Ilha, constatei que ela foi fruto de um processo histórico no qual a elevação cultural caminhou sempre junto com as lutas anticolonialistas, antiescravagistas e antiimperialistas. Durante toda esta história de lutas a educação recebeu destaque como um aspecto importante no desenvolvimento de uma nova sociedade (Peroni, 2000, p. 10).

Entende-se que as ações coordenadas e implementadas pelo projeto revolucionário incorporaram a educação e redirecionaram seus fins e fundamentos para as demandas da liberdade do homem necessário para uma nova sociedade, ou seja, a sociedade socialista, isso porque “é pois claro que uma das tarefas principais da educação será inculcar nas jovens gerações novos valores morais” (Huteau; Lautrey, 1976, p. 195). No entanto, é pertinente se retomar que, “como marxistas, os cubanos não pensam que seja possível transformar o homem exclusivamente através das virtudes da educação” (Huteau; Lautrey, 1976, p. 194).

Entendidos os limites da educação, contudo, foi necessário se reestruturar as bases da oferta, do acesso e da qualidade da educação nacional, promovendo-se mediações voltadas à resolução dos problemas estruturais mais complexos, dentre eles, o analfabetismo generalizado, sobretudo entre jovens e adultos. Vale ressaltar que “até o triunfo da Revolução, a alfabetização de adultos sempre esteve presente. Ao triunfar a Revolução, essa ideia pôde materializar-se, culminando com a Campanha de 1961” (Peroni, 2000, p. 10).

A referida campanha estava diretamente relacionada com a luta insurrecional, centrada na guerrilha rural e que tinha o apoio do movimento urbano. Para Zotta (1976), a própria guerrilha era considerada um ato pedagógico. Tanto que, 80% dos soldados do exército rebelde eram analfabetos, ou seja, alfabetizá-los era uma necessidade, até porque, uma vez letrados, estariam também alinhados diante das demandas e determinações da revolução, portanto, seriam subsidiados e aptos para assimilar o papel político que ocupavam diante das funções desempenhadas (Peroni, 2000).

Além do mais, a alfabetização voltada para a população dos territórios ocupados, incluindo os trabalhadores rurais e seus filhos, possuía também um caráter político, na medida em que não apenas difundia as ideias da revolução, mas fortalecia a confiança da população nos guerrilheiros. Peroni (2000), ressalta ainda que os revolucionários não se limitavam ao discurso de que a educação seria prioridade no novo regime; ao contrário, já a colocavam em prática como parte de sua estratégia transformadora.

Nesse sentido, as mudanças no campo educacional foram significativas uma vez que, antes da Revolução, em 1959, a educação em Cuba era privatizada e diferenciada por classe social. As escolas particulares ofereciam uma educação elitizada para as classes mais abastadas e as escolas públicas eram precárias. Além disso, a educação se baseava fortemente no modelo norte-americano, visto que os Estados Unidos mantinham relações políticas e econômicas com o ditador Fulgencio Batista.

Contudo, com a chegada da Revolução em 1959, Fidel Castro e Che Guevara iniciaram o projeto de democratização da educação por meio da estatização das escolas, retirando-as das mãos das lideranças eclesiásticas e privadas, nacionalizando-as e tornando-as públicas em toda a extensão da palavra.

Isso posto, o projeto educacional do governo revolucionário abarcou uma série de reformas em todos os níveis de ensino, desde o jardim de infância até as universidades, e tinha como essência a ideia de que todos os cubanos, independentemente de sua origem social, eram iguais e tinham o direito a uma educação de qualidade.

Nessa linha de pensamento, a revolução trouxe a demanda de alfabetização para a campanha nacional de alfabetização, por meio da declaração de Fidel Castro de que, em 1961, se instituiu em Cuba o ano da educação. A campanha atingiu 2,3 milhões de pessoas (Cuba, 1981). Nesse processo, aqueles que saíram da alfabetização passaram a contribuir e fomentar uma mudança cultural ainda mais generalizada. A educação primária e a secundária foram transformadas e as universidades públicas foram criadas. O número total de estudantes em Cuba saltou de 99.000, em 1959, para mais de 1,9 milhão décadas depois (Peroni, 2000).

A revolução transformou completamente a educação em Cuba. O projeto educacional do governo implantou a educação para todos. O foco na alfabetização em massa e a universalização da educação trouxeram equidade para o sistema

educacional cubano. A ênfase na educação na Revolução Cubana permitiu ao país alcançar uma boa taxa de alfabetização e um sistema educacional de qualidade, que é pleito de muitos outros países.

Do ponto de vista histórico, o primeiro momento do projeto alfabetizador cubano da época foi marcado pela oferta da educação para aqueles que tiveram esse direito relegado historicamente. Por conseguinte, os esforços se concentraram na sistematização de uma proposta metodológica coesa para os revolucionários, incorporando dois pilares no processo de ensino: a experiência do aluno e o trabalho educativo vinculado ao momento histórico e ao contexto.

Ressalta-se, ainda, que outro aspecto metodológico, foi o uso da cartilha já mencionada, que foi elaborada pela Comissão Nacional de Alfabetização. Além de subsidiar os educadores, o manual “**Alfabeticemos**” lhes oferecia conteúdo reflexivo, oportunizando a ruptura com a ideologia liberal americana até então basilar da formação que haviam recebido nos bancos escolares e acadêmicos. Além disso, o “espírito” revolucionário influenciou na condução do processo de alfabetização, sobretudo nos âmbitos da disciplina, organização e controle que lhe eram inerentes.

A história da criação da cartilha “**Alfabeticemos**” demarca o empenho de muitos que lutaram para oferecer uma educação de qualidade para a população mais vulnerável. Elas perceberam que só por meio da educação seria possível promover a transformação social e o desenvolvimento humano.

Com efeito, é possível se reforçar a importância da educação e da alfabetização que nutriram e fortaleceram os indivíduos e a coletividade. Como visto, a oferta da alfabetização em massa, vinculada às condições reais dos educandos, foi elementar para subsidiar a revolução cultural. Entretanto, como mostra Peroni (2000), Cuba ainda se resignava a um quadro precário, resultante da dominação americana que assomava a prostituição, o jogo e toda espécie de corrupção e contravenção.

Nesse sentido a importância da educação e da alfabetização para a superação dos desafios econômicos, políticos, culturais e sociais cubano, tanto que o projeto educacional revolucionário permeou toda a dinâmica de instauração do regime socialista, ou seja, as medidas educacionais não foram concebidas como ações isoladas ou posteriores às transformações estruturais, mas ocorreram de modo simultâneo e com igual intensidade, reforçando o papel estratégico da educação na consolidação do novo modelo de sociedade.

Tomando-se essas bases, entende-se que a construção de uma nova sociedade tinha como centralidade a transformação do homem cubano, afinal, pleiteavam uma nação qualitativamente melhor em todos os aspectos, logo, “o instrumento maior dessa construção era o próprio homem e o investimento em sua formação era tarefa primordial” (Peroni, 2000, p. 17). Isso porque “a transformação das condições e as dos homens (da consciência do seu caráter, da sua moral) devem efectuar-se simultaneamente, uma relacionada com a outra uma a reforçar a outra, num processo de reciprocidade dialética” (Huteau; Lautrey, 1976, p. 194).

Para Huteau e Lautrey (1976), o projeto de educação e alfabetização cubano compõe o que denominaram de “pedagogia revolucionária”. Partindo desse pressuposto, os autores afirmam que o *novo homem* é o objetivo, portanto, produto dela, bem como defendem que “o objetivo da pedagogia revolucionária cubana é contribuir para formar o homem capaz de construir e antever a futura sociedade comunista, isto é, o <**novo homem**>” (Huteau; Lautrey, 1976, p. 193, grifo nosso).

De tal modo num cenário de desigualdade social e exclusão educacional onde apenas cerca de 50% das crianças cubanas em idade escolar frequentavam a escola antes da revolução, e os índices de analfabetismo superavam 20% da população, a alfabetização, era um dos maiores desafios sociais e políticos enfrentados pelo novo regime, tanto quanto, era uma das grandes justificativas para as ações do movimento dissidente (Ayerbe, 2004).

Entende-se, de tal modo, que a concepção educacional da Revolução esteve fortemente amparada na herança martiniana, mas também se alinhou ao modelo soviético de planificação da instrução (Ayerbe, 2004; Riverend, 1980). José Martí já havia afirmado que “ser culto é o único modo de ser livre” (Martí, 2016, p. 124, tradução nossa)⁴⁹, e essa premissa foi incorporada como lema da campanha de alfabetização. Entretanto, como destaca Rosa (2023), a campanha foi pensada dentro de uma racionalidade político-pedagógica organizada a partir da centralização estatal e da mobilização de milhares de jovens e trabalhadores como alfabetizadores voluntários, em moldes que lembram os planos quinquenais da União Soviética.

Essa articulação ideológica não implicava mera reprodução do modelo soviético, mas expressava a tentativa cubana de criar um socialismo pedagógico

⁴⁹ Leia-se, no original: “Ser culto es la única manera de ser libre” (Martí, 2016, p. 124).

próprio, ainda que inserido no campo geopolítico socialista. Ainda mais, de acordo com Fidel Castro, a alfabetização não era apenas um objetivo político ou um direito: era uma exigência da nova ordem revolucionária (Gillette, 1977).

Retomando seu discurso na ONU, em 1960, que o trabalho coletivo, o envolvimento massivo da população e a mobilização simbólica do Estado incidiam sobre a alfabetização. Por isso, a campanha foi um projeto de moldagem do novo cidadão. Como observa Baldi (2019, p. 634), a ideologia, no sentido marxista, opera como “consciência invertida da sociedade que se apresenta de modo invertido”, o que nos leva a problematizar até que ponto o conteúdo veiculado pela alfabetização promovia, de fato, a emancipação ou apenas reorganizava uma nova forma de consciência dirigida.

A Campanha de 1961, portanto, carrega em si o paradoxo entre libertação e doutrinação. Ao mesmo tempo em que erradicou o analfabetismo de maneira inédita na América Latina – fato que gerou reconhecimento da Unesco e de diversas nações –, também instaurou uma pedagogia política voltada para a incorporação dos valores do socialismo cubano.

Como sintetiza Codato (2016, p. 311), “a prática ideológica é uma prática social [...] que explica como uma determinada ideologia se torna dirigente e o seu discurso, o discurso dominante”. A campanha, então, revela um projeto de construção nacional em que a educação opera como fronteira entre a liberdade plena e a reprodução de um aparato ideológico estatal.

Compreende-se nesse contexto que a educação, em especial a alfabetização, é um importante instrumento de transformação social. Portanto, a alfabetização promovida pela Revolução Cubana foi concebida como um dos pilares fundamentais para a transformação social, assumindo uma função para além do ensino formal das letras e dos números.

A ideia martiniana de cultura como via de liberdade ressoou no discurso de Fidel Castro quando reforçou a centralidade da educação como meio de libertação popular ao afirmar que a Revolução não estaria completa enquanto persistisse um só analfabeto em Cuba (Ayerbe, 2004). A alfabetização, nesse projeto, não se restringia a uma prática escolar, mas operava como instrumento de acesso à cidadania socialista e de inserção ativa no novo modelo econômico e político.

Contudo, como aponta Rosa (2023), essa dimensão emancipatória da educação coexistia com a formação de uma nova mentalidade política e social,

alinhada às diretrizes do socialismo. A alfabetização visava não apenas a apropriação da linguagem escrita, mas também a internalização dos valores da coletividade, do trabalho voluntário, da solidariedade e da disciplina revolucionária.

Compreende-se que a prática pedagógica era, assim, simultaneamente libertadora e disciplinadora: enquanto garantia instrumentos básicos de leitura e interpretação do mundo, também orientava o olhar dos novos letrados para os objetivos da revolução socialista e para a defesa incondicional do Estado revolucionário, isto é, uma estrutura que, ao mesmo tempo em que ilumina novos horizontes de participação social, também condiciona a percepção da realidade conforme os interesses históricos da classe dirigente.

Tanto quanto em outras ordens políticas, econômicas, sociais e culturais, a educação na Revolução Cubana não foi neutra. Sua intencionalidade formativa deve ser lida à luz do conceito marxiano de ideologia, em que a luta contra a alienação exige não apenas o acesso ao saber formal, mas o enfrentamento das novas formas de controle simbólico (Pereira, 2016).

A campanha de alfabetização de 1961, nesse panorama, revela-se como projeto dialético de transformação social: de um lado, promoveu a democratização do saber e a superação concreta de uma das formas de exclusão social – o analfabetismo; de outro, contribuiu para a sedimentação de um imaginário coletivo alinhado ao novo projeto de sociedade.

Como sintetiza Codato (2016, p. 311), a prática ideológica é, em sua essência, “uma prática social que se entrelaça com a formação da hegemonia”. A alfabetização, assim, deve ser compreendida como um fenômeno de dupla natureza, que tanto abriu caminhos para a liberdade quanto conformou subjetividades comprometidas com a continuidade da Revolução.

Com efeito, entende-se a formação do *homem ideal* como um processo de mobilidade entre a liberdade e conformação com o novo modo de produção da vida, ou seja, que a nova sociedade foi forjada pelo trabalho e pela educação como instrumentos de transformação social: “uma nova geração nasce” (Guevara, 1965, p. 21).

A formação do *homem ideal*, nesse sentido, é concebida como uma construção histórica consciente: um sujeito que se educa para a solidariedade, para a coletividade e para a superação do individualismo burguês, tão criticado pelos líderes revolucionários. Trata-se, assim, de uma proposta pedagógica que

ultrapassa a esfera da técnica escolar para alcançar a formação ética e política dos cidadãos.

Entretanto, essa proposta de formação apresenta uma tensão interna relevante, já que, embora pretenda emancipar, carrega em seu bojo elementos de conformação ideológica, ou seja, como um processo em que a educação, ao mesmo tempo em que amplia a consciência, pode reproduzir representações que ocultam contradições sociais profundas.

Nesse sentido, a campanha, ao promover uma leitura do mundo centrada nos valores revolucionários e no socialismo cubano, reforçava uma determinada visão de mundo como única e legítima, limitando a pluralidade de interpretações e possíveis críticas internas. Vale recordar também, que tais condições se fazem presentes em outras dinâmicas históricas de mudanças de regimes e de transformações políticas e econômicas.

Fidel Castro, no discurso em homenagem a Che Guevara, ratifica essa perspectiva ao declarar: “Queremos que se eduquem no espírito do Che” (Castro Ruz, 1967, p. 1, tradução nossa)⁵⁰. Esse enunciado exemplifica a intenção revolucionária de moldar as novas gerações segundo um modelo pré-definido de conduta, moralidade e engajamento político.

Como observa Codato (2016), a prática ideológica, enquanto prática social produz discursos dominantes que se tornam referenciais hegemônicos na organização da sociedade. Assim, ainda que a alfabetização tenha aberto possibilidades reais de inserção social e cidadã, ela também operou como um dispositivo de consolidação do consenso em torno do projeto socialista, reforçando a legitimidade do novo Estado e seus princípios.

Ao cotejar as fontes e os discursos, identificamos a ideia de que a formação do *homem ideal* cubano, impulsionada pela campanha de alfabetização, manifestou-se como um fenômeno contraditório: foi simultaneamente uma condição de liberdade – ao proporcionar instrumentos de leitura e interpretação do mundo – e um processo de incorporação de uma identidade política dirigida, baseada nos valores e nas diretrizes da Revolução.

De tal modo, entende-se que existem limites e saltos qualitativos na proposta educacional como prática social transformadora na experiência cubana:

⁵⁰ Leia-se, no original: “Queremos que se eduquem no espírito do Che” (Castro Ruz, 1967, p. 1).

Se o homem integral – o oposto ao homem alienado – é o objetivo, a conscientização é o meio revolucionário de o atingir. Conscientização, conceito-chave da revolução, que foi pormenorizadamente interpretada como << amálgama de percepção, consciência, integridade e compromisso>>. A educação é considerada claramente como um instrumento importante (talvez o mais importante) para a disseminação da conscientização (Gillette, 1977, p. 40).

Assim entende-se a necessidade do debate sobre o objetivo da campanha de alfabetização. Uma vez considera-se que além de democratizar a educação, a campanha tornou-se um elemento propulsor do desenvolvimento humano, cujo objetivo era: “um ser humano integral e desalienado: um *novo homem socialista*” (Gillette, 1977, p. 40). Esse ideal formativo reverbera sobre a alfabetização, tornando-a prática pedagógica necessária para a emancipação dos alfabetizandos e estratégia fundamental de construção de uma nova conformação individual e coletiva, no caso cubano, comprometida com os valores da revolução socialista.

4 EDUCAÇÃO, TRABALHO, IDEOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: CATEGORIAS ESTRUTURANTES DA NOVA SOCIEDADE E DO *HOMEM IDEAL*, O HOMEM REVOLUCIONÁRIO CUBANO

A presente seção visa aprofundar a análise das quatro categorias de investigação que se mostraram estruturantes ao longo do percurso metodológico empreendido: educação, trabalho, ideologia e transformação social. Essas categorias, como demonstrado nas seções anteriores, articulam-se dialeticamente na conformação do *homem ideal* pleiteado pela Revolução Cubana e materializam-se na Campanha de Alfabetização de 1961 como instrumentos indispensáveis à construção de uma nova sociedade.

Neste sentido, a escolha por essas categorias resulta da capacidade explicativa que elas demonstram, ou seja, contribuem para compreender o processo revolucionário cubano não apenas como ruptura política e econômica, mas como projeto formativo de uma nova subjetividade coletiva, disciplinada, educada e integrada à lógica socialista.

Abordar essas categorias de forma articulada permite explorar como cada uma delas interage e se relaciona com o processo revolucionário cubano. A educação, o trabalho, a ideologia e a transformação social não são apenas elementos isolados, mas componentes interligados que ajudam a entender as dinâmicas de emancipação e reprodução ideológica presentes na campanha de alfabetização, revelando a complexidade do contexto social e cultural da época.

Esse exame é fundamental, uma vez que as categorias de análise eleitas atuam como mediadoras essenciais para o entendimento da centralidade da educação como mecanismo de transformação e de legitimação da nova ordem revolucionária, conforme se evidenciou no discurso político de Fidel Castro e Che Guevara, bem como nos materiais pedagógicos como o manual "**Alfabetecemos**" e a cartilha "**¡Venceremos!**".

A partir dessas fontes primárias, busca-se aprofundar a compreensão sobre os limites e as possibilidades do processo formativo cubano, averiguando até que ponto as práticas educativas se constituíram em vetores de emancipação humana ou, contraditoriamente, em instrumentos de conformação ideológica.

A análise sistemática dessas categorias visa avançar na interpretação da especificidade histórica cubana, uma vez que, ao fundamentar a escolha intencional

dessas categorias como estruturantes da pesquisa, retoma-se o entendimento de Bottomore (2001), que associa as categorias de análise do método aos fundamentos da dialética. Dessa forma, construímos um *corpus* teórico que tende a contribuir para a elucidação dos princípios, meios e fins da Campanha de Alfabetização.

Tais elucidações, quando associadas e articuladas com a análise dos conteúdos dos discursos de Fidel Castro e de Che Guevara, incidem no cotejamento substancial das características, da aparência e da essência do *homem ideal* cubano, o homem revolucionário, desejado pela dissidência e formado através do manual do alfabetizador e da cartilha de alfabetização do alfabetizando (Castro Ruz, 1960, 1967; Guevara, 1965).

Tão logo, as categorias reveladas pelo objeto da pesquisa, possuem a “característica dominante da lógica marxista, mas sua compreensão baseia-se na visão marxista das categorias tradicionais” (Bottomore, 2001, p. 218), ou seja, as quatro categorias mencionadas são essenciais para o arcabouço teórico-metodológicos, portanto, substrato para exposição das ideias.

Tão logo, as categorias reveladas pelo objeto da pesquisa – como trabalho, ideologia, sujeito, emancipação, educação – apresentam a característica dominante da lógica marxista, pois são apreendidas como totalidades dinâmicas, contraditórias e historicamente situadas. No entanto, sua compreensão nesta tese não deriva da abordagem tradicional, de viés ontológico ou metafísico, que considera as categorias como essências fixas e universais. Em vez disso, conforme Bottomore (2001), parte-se da visão marxista das categorias tradicionais, ou seja, da sua reconceituação histórica e dialética, que interpreta essas categorias como expressões do movimento real da sociedade.

Assim, a categoria “trabalho”, por exemplo, não é pensada em sua forma abstrata, mas como práxis social e fundamento ontológico do ser social; “educação” não é vista como transmissão neutra de saberes, mas como mediação ideológica da formação de sujeitos. Ao assumir esse ponto de vista, a análise do *homem ideal* revolucionário, conforme delineado pela Revolução Cubana, também se estrutura em torno dessas categorias em movimento, que expressam as contradições do processo histórico, social e educativo em que se inscrevem.

Não obstante, as referidas categorias serão utilizadas ao longo da última seção da pesquisa, portanto, as categorias simples “[...] são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter-se realizado sem ainda ter

posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas [...]” (Marx, 2011, p. 56).

Para Marx (2011), o conhecimento deve estar ligado à prática e à realidade social; caso contrário, corre-se o risco de perder de vista as condições reais que afetam as vidas das pessoas. Portanto, essa abordagem do autor enfatiza a importância de considerar o “sujeito real”, isto é, as pessoas em suas condições concretas e sociais, como fundamental para a compreensão das ideias e teorias. Assim, ao afirmar que esse sujeito “continua a existir em sua autonomia fora da cabeça”, o autor sugere que as ações e realidades das pessoas não podem ser reduzidas a meras abstrações teóricas. Isso significa que, para que qualquer teoria ou representação social tenha validade, ela deve estar enraizada nas experiências e na vida concreta das pessoas.

Por tais pressupostos, compreende-se que o advento da revolução cubana trouxe profundas mudanças na organização e na concepção de trabalho. Isso porque a distinção entre o trabalho reprodutivista capitalista e o trabalho ontológico marxiano – por consequência, incorporado pelo socialismo ideal – produz efeitos substanciais sobre as estratégias econômicas do programa “A história me absolverá” (Castro Ruz, 1986), ou mesmo sobre qualquer relação que elas tinham com a ideia de economia planificada. Logo, a campanha de alfabetização, como já situado, em sua primeira etapa, tinha a necessidade de subsidiar o homem cubano para o trabalho útil para a superação dos desafios econômicos do novo país.

O trabalho revela-se como a segunda categoria de análise que produz o movimento dialético do objeto. Isso posto, o conceito de trabalho deve ser estruturado em uma perspectiva ontológica, afinal, “a ontologia marxiana é, antes de mais nada, uma ontologia do ser social” (Netto, 2017, p. 184). Isso incide no fato de que “a determinação central da ontologia marxiana como especificamente referida ao ser social está na sua categoria **fundante**, a categoria de **práxis**, cuja pertinência é exclusiva aos indivíduos pertencentes ao gênero humano” (Netto, 2017, p. 184, grifos do autor).

Entende-se, portanto, a necessidade de aprofundarmos a concepção de *trabalho como práxis social*, logo, o deslindar do tema permitirá a aplicação do método em relação dialética com a categoria trabalho. Esta, por seu turno, engendra-se no conjunto de fatos e processos inerentes à revolução político-econômica como também à revolução educacional cubana.

No transcorrer da exposição das ideias da primeira seção, a pesquisa incorpora a segunda demanda. Trata-se do amálgama entre os processos da revolução cubana e as determinações que incidem sobre ela no âmbito da *ideologia*. Conseqüentemente, a categoria ideologia deve ser colocada na ordem do debate, afinal, produz efeitos sobre o objeto, tanto quanto o objeto lhe pressupõe suas leis constituintes.

Por tal prisma, toma-se a ideologia como pensamento filosófico para tratar de ideias, logo, o debate expõe as implicações que essa categoria de análise oferece ao paradoxo entre a liberdade e a formação do *homem ideal* contraposta ao método de alfabetização com base na leitura, escrita, assimilação e repetição de palavras, frases e depois textos intencionalmente produzidos para explicar a organização da vida social e coletiva numa nova ordem política, econômica e social intencionalmente criada pelo governo revolucionário.

Considerando esse contexto, busca-se identificar, compreender, analisar e refletir os aspectos de continuidade e de ruptura histórica entre os processos formativos aplicados na ilha cubana no contexto neocolonial com o domínio da política liberal dos Estados Unidos e os processos formativos adotados na Campanha de Alfabetização Cubana de 1961.

Nesse sentido, a ideologia pode ser entendida como um conjunto de ideias que sustentam a luta política, funcionando tanto como uma força contraditória de transformação quanto como um elemento que causa e influencia as mediações da dissidência revolucionária. Além disso, ela é fundamental para compreender a essência da Revolução, assim como os processos envolvidos na Campanha de Alfabetização de 1961, incluindo o manual "**Alfabetecemos**" e a cartilha "**¡Venceremos!**".

Tão importante quanto, é a força da categoria *transformação social*, entendida como resultado das contradições presentes nas relações sociais de produção. A partir das mudanças nas forças produtivas e nas relações de trabalho, surgem novas formas de organização social e de luta de classes. A transformação social, portanto, é um processo complexo e contraditório, marcado por conflitos e disputas entre interesses divergentes (Bottomore, 2001).

Por meio da análise dessa categoria, busca-se compreender as mudanças estruturais que ocorrem na sociedade cubana com a dissidência bem como, será necessária a análise do projeto de criação de uma nova sociedade, possível através

da formação do *homem ideal*. Assim, considera-se possível identificar as possibilidades de superação das contradições imanentes de todo o processo histórico diante da demanda de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com efeito, compreender essas categorias analíticas e saber utilizá-las para investigar a campanha de alfabetização de 1961 influenciará na coerência da análise de seus efeitos sobre a formação do *homem ideal*, o homem revolucionário cubano.

4.1 Educação na Revolução Cubana: entre a emancipação e a reprodução ideológica

A Revolução Cubana conferiu à educação um papel central na construção da nova ordem social, política e econômica. Inspirados pelos ideais de Martí, os líderes revolucionários, especialmente Fidel Castro e Che Guevara, incorporaram a alfabetização como parte estrutural da emancipação popular e da soberania nacional.

De acordo com Riverend (1980, p. 126), a educação era vista como “uma necessidade imperiosa do desenvolvimento econômico e social” e, portanto, foi tratada como prioridade máxima a partir de 1959. A erradicação do analfabetismo, nesse contexto, representava não apenas um objetivo educacional, mas uma exigência política e ética da revolução.

Entretanto, conforme problematiza Althusser (1980, p. 84-85), a escola, e particularmente a alfabetização, atua como um dos principais Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), pois nela “a ideologia dominante é reproduzida sob formas disfarçadas”. Assim, embora a campanha cubana de alfabetização de 1961 tenha promovido um avanço histórico na inclusão social, ela também se configurou como um processo de formação de consciências adaptadas ao projeto socialista cubano.

Tal como apontado nos discursos de Castro Ruz (1960) e Guevara (1965), o processo educativo deveria gerar sujeitos comprometidos com os princípios revolucionários, moldando, assim, uma nova identidade política coletiva. Tão logo, conforme discute Bottomore (2001), a formação da consciência de classe ocorre quando os membros de uma classe reconhecem seus interesses comuns e sua posição no processo produtivo, passando de uma existência “em si” para uma existência “para si”.

A campanha de alfabetização, o trabalho produtivo voluntário e a mobilização ideológica promovidos pelo Estado cubano tinham como objetivo principal essa passagem: transformar os sujeitos populares em agentes conscientes da revolução. Althusser (1980) contribuiu para pensar essa questão ao escrever que a educação é um dos principais aparelhos ideológicos de Estado, no qual os indivíduos são interpelados como sujeitos e formados para reproduzir as condições sociais e políticas dominantes.

Corroborando com essa ideia, Outhwaite e Bottomore (1996, p. 233), afirmam que a educação resulta de “um subconjunto de práticas que têm como resultado pretendido tipos particulares de formação”. Deste modo a Campanha de Alfabetização de 1961 pode ser estudada pelo viés das pretensões formativas com base na concepção de educação na Revolução Cubana. Portanto, a educação insere-se como elemento central do projeto de transformação social, operando simultaneamente como via de emancipação e instrumento de reprodução ideológica.

No entendimento do intelectual cubano, antecessor e influenciador de Fidel Castro e Che Guevara, José Martí, a educação popular, universal e articulada à luta por independência, era a chave para a constituição de uma sociedade autônoma, composta por homens e mulheres capazes de pensar por si e agir com consciência histórica. Martí (2007, p. 96) afirmava que “[quando] todos os homens souberem ler, todos os homens saberão votar e como a ignorância é a garantia dos extravios políticos, a consciência própria e o orgulho da independência garantem o bom exercício da liberdade”, associando, portanto, alfabetização e liberdade política como fundamentos inseparáveis do projeto republicano de sua época.

Por outro lado, no contexto da Revolução Cubana pós-1959, a educação passa a ser concebida também como uma ferramenta necessária para inferir na sociedade a ideologia defendida pelo governo. Dessa forma, embora tenha sido publicamente anunciada como um instrumento de emancipação popular, a educação também se configura como um meio de reprodução ideológica dentro da estrutura estatal, como ocorreu em Cuba nos contextos colonial e neocolonial. No entanto, uma clara diferença se destaca: o projeto educacional da revolução visava atender a todos, e não apenas à elite dominante da ilha.

Mesmo assim e embasados em Althusser (1980), entendemos que os aparelhos ideológicos de Estado – entre os quais a escola ocupa lugar de destaque – são responsáveis pela inculcação das ideias, valores e comportamentos

necessários à manutenção das condições de produção. Para o autor, a escola, ao ensinar conteúdos técnicos e normativos, contribui diretamente para que os indivíduos sejam preparados não apenas para o mundo do trabalho, mas também para aceitar a ordem social como natural.

No contexto cubano, a escola revolucionária passou a funcionar como um instrumento político-pedagógico voltado à formação do *homem ideal*, integrando o processo de alfabetização à produção de consciências alinhadas ao projeto revolucionário. Mensura-se, por tal modo, que a superação concreta do analfabetismo e ampliação do acesso ao saber inerente à prática educacional cubana da época, integravam também as estratégias de organização ideológica da nova sociedade, que necessitava de um *novo homem*, ou seja, o *homem ideal* revolucionário.

Essa concepção é perceptível no discurso de Fidel Castro, ao declarar que “[...] é que não se concebe uma revolução sem uma grande revolução também no campo da educação. Ou seja, revolução e educação são duas coisas quase sinônimas” (Cuba, 1961b, p. 113, tradução nossa)⁵¹, deixando claro que o projeto educacional cubano tinha a função de consolidar os ideais revolucionários no imaginário coletivo e no cotidiano da população.

Dessa forma, a educação na Revolução Cubana assumiu um caráter dialético: se por um lado liberta, ao promover o acesso universal ao conhecimento e à cultura, por outro, disciplina e organiza as subjetividades de acordo com a lógica do novo Estado socialista. Como analisa Rosa (2023), a alfabetização, ao ser contextualizada social e ideologicamente nos materiais didáticos como a cartilha “**¡Venceremos!**” e o manual “**Alfabetícemos**”, contribuiu para formar uma nova identidade cubana em consonância com os valores revolucionários, especialmente os encarnados na figura de Che Guevara.

Portanto, a concepção de educação da Revolução Cubana deve ser entendida não como um conceito unívoco, mas como um campo de tensões entre a liberdade e a ideologia. Ao mesmo tempo em que ampliava as condições de acesso à cidadania por meio da alfabetização, também produzia um tipo de sujeito moldado para atuar dentro da lógica revolucionária. O próprio discurso de Guevara (1965, p.

⁵¹ Leia-se, no original, “*es que no se concibe una revolución sin una gran revolución también en el campo de la educación. Es decir, que revolución y educación son dos cosas casi sinónimas*” (Cuba, 1961b, p. 113).

21) sobre o socialismo e o homem novo enfatizou que o trabalho e a educação formam os alicerces da nova consciência, sendo que “o trabalho voluntário” possui, além do valor econômico, um conteúdo moral e pedagógico.

Esse duplo movimento – entre emancipação e conformação ideológica – será examinado com mais profundidade nas subseções seguintes, nas quais as categorias estruturantes da nova sociedade cubana (Educação, Trabalho, Ideologia e Transformação Social) serão analisadas em cotejamento com os discursos dos líderes políticos e os materiais pedagógicos da campanha de alfabetização.

Nesse sentido, entende-se que os princípios revolucionários cubanos não apenas ampliaram o acesso à instrução, mas também moldaram a nova identidade coletiva segundo os valores do socialismo, articulando práticas educativas e políticas de forma inseparável. Essa intenção manifesta-se de forma concreta nos materiais didáticos produzidos para a campanha, como o manual “**Alfabeticemos**” e a cartilha “**¡Venceremos!**”.

Como exemplo, no manual, destaca-se a orientação aos alfabetizadores de que a missão não era apenas ensinar a ler e a escrever, mas também “formar cidadãos conscientes de seus deveres com a Revolução” (Cuba, 1961b, p. 3, tradução nossa)⁵². Já na cartilha “**¡Venceremos!**”, os exercícios de leitura frequentemente associam palavras e frases ao léxico da luta revolucionária, do trabalho coletivo e da resistência contra o imperialismo. Exemplos como “Revolução”, “Trabalho”, “Pátria”, “Fidel”, “Cuba livre” aparecem nas primeiras lições, evidenciando que o processo de alfabetização estava intrinsecamente ligado à formação de uma nova mentalidade nacional (Cuba, 1961b, p. 5-7, tradução nossa)⁵³.

Assim, ao mesmo tempo em que a educação possibilitou uma ampliação concreta das capacidades individuais e sociais dos sujeitos, ela também atuou como ferramenta de reprodução da ideologia revolucionária dominante. Como observa Rosa (2023, p. 45), a alfabetização em Cuba foi pensada como uma “prática social de formação da consciência revolucionária”, e não apenas como transmissão de habilidades técnicas.

⁵² Leia-se, no original: “*formar ciudadanos conscientes de sus deberes con la Revolución*” (Cuba, 1961b, p. 3).

⁵³ Leia-se, no original: “*Revolución*”, “*Trabajo*”, “*Patria*”, “*Fidel*”, “*Cuba libre*” (Cuba, 1961b, p. 5-7).

Logo, compreendemos ser possível identificar na análise dos conteúdos do manual e da cartilha, os núcleos temáticos que estruturaram o imaginário do *homem ideal* cubano: educação, trabalho, coletividade e fidelidade à Revolução. Dessa maneira, a alfabetização cubana configura-se como experiência historicamente situada na tensão entre a emancipação libertadora e a conformação ideológica dirigida.

4.2 O trabalho como práxis social e seus efeitos sobre a Campanha de Alfabetização Cubana de 1961

Em Marx (2011), o trabalho é compreendido não apenas como meio de subsistência ou atividade econômica, mas como um processo ontogenético de produção da existência humana – uma atividade que constitui o próprio sujeito histórico em sua relação com a natureza e com os outros homens. Nesse sentido, Bottomore (2001), em seu dicionário, aborda o trabalho como o processo pelo qual o ser humano, ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, medeia sua existência social.

Essa concepção supera a noção instrumental e reprodutivista de trabalho típica da lógica capitalista, ao reconhecer o trabalho como ato de criação consciente, que envolve intencionalidade, historicidade e sociabilidade. Portanto, o trabalho deixa de ser visto apenas como atividade física produtiva e passa a ser compreendido como práxis – uma ação transformadora da realidade que, ao modificar o mundo objetivo, simultaneamente transforma o próprio sujeito, como postula o pensamento marxista (Bottomore, 2001).

Ao assumir o trabalho como categoria ontológica e histórica, evidencia-se que ele não é um dado natural, mas um produto das relações sociais concretas. A epistemologia materialista, nesse sentido, determina que o conhecimento do trabalho seja construído na dialética entre a realidade objetiva e a ação subjetiva, entre o fazer e o refletir, entre o mundo e o sujeito transformador. É nesse ponto que o conceito de práxis adquire sua plena dimensão, conforme explicitado por Netto (2022) ao discutir o método de Marx, onde a práxis é compreendida como a atividade humana que transforma a realidade, e, ao fazê-lo, transforma também o próprio ser humano.

Deste modo, no caso cubano, a Revolução de 1959 e a subsequente Campanha Nacional de Alfabetização de 1961 são exemplos contundentes da aplicação do trabalho como práxis social. A alfabetização não foi vista meramente como uma técnica pedagógica, mas uma ação de transformação estrutural baseada na práxis. Conforme destacam Rosa, Amaral e Melo (2021, p. 5), “era necessário fazer de cada cubano um professor”, o que implicava também transformar cada alfabetizando em um novo sujeito da revolução. A alfabetização, nesse contexto, tornou-se um instrumento de mediação entre o saber e o fazer, entre a teoria e a prática, entre o sujeito e a coletividade.

A prática alfabetizadora revolucionária constituiu-se, assim, como trabalho no sentido pleno do materialismo histórico: mediação ontológica entre o sujeito e a realidade, processo de humanização e libertação (Bottomore, 2001). Ao mesmo tempo, foi também uma forma concreta de inserir os indivíduos nas novas exigências do mundo do trabalho socialista, que demandava sujeitos conscientes, críticos e engajados.

A formação do homem novo não se limita a uma mudança ideológica, mas pressupõe a transformação das condições materiais de existência. O trabalho, nessa perspectiva, é condição para o desenvolvimento integral do sujeito, e a alfabetização foi o primeiro passo para essa inserção crítica na totalidade social.

Portanto, ao analisar os discursos revolucionários sob a luz da análise de conteúdo (Bardin, 2011), evidencia-se que a concepção de trabalho como práxis social não é apenas retórica, mas constitui o cerne do projeto antropológico cubano (Rosa; Amaral; Melo, 2021). É nesse entrecruzamento entre teoria e prática, entre discurso e ação, entre saber e trabalho, que se materializa o projeto do socialismo cubano em sua fase inaugural.

Nesta mesma linha de raciocínio, evidencia-se, como exemplo, o fato de que o governo revolucionário cubano comutou os latifúndios pelas cooperativas, e, como decorrência, os camponeses tinham a possibilidade de cultivar as próprias terras e viver de forma digna na sociedade. Nesse sentido,

As cooperativas tinham eliminado a exploração do trabalhador pelos proprietários e pelos intermediários. Possibilitavam o aumento da produção agrícola, melhoravam as condições de vida dos camponeses e eliminavam para sempre a exploração do trabalhador camponês (Beisiegel, 2003, p. 36).

A cooperativa foi um tema trabalhado na cartilha “**¡Venceremos!**”, que possuía citações de Fidel Castro, Raúl Castro, entre outros. Tão logo, “[...] os conteúdos eram associados às mudanças que estariam sendo introduzidas nas condições de existência da população e às necessidades de afirmação e defesa do processo revolucionário” (Beisiegel, 2003, p. 37).

Infere-se, assim, que o objetivo da revolução era incluir boa parte da população na concretização e desenvolvimento do movimento revolucionário. Tanto que, no discurso proferido na ONU em 1960, Castro Ruz (1960) sintetiza os ideais da Revolução Cubana, entre os quais se destaca a vinculação entre a educação, o trabalho e a formação do novo cidadão. Ele proclama que o povo cubano defende:

O direito dos camponeses à terra; o direito do operário ao fruto do seu trabalho; o direito das crianças à educação; o direito dos enfermos à assistência médica e hospitalar; o direito dos jovens ao trabalho; o direito dos estudantes ao ensino livre, experimental e científico; o direito dos negros e dos indígenas à ‘plena dignidade humana’; o direito da mulher à igualdade civil, social e política; o direito do idoso a uma velhice segura; o direito dos intelectuais, artistas e cientistas de lutar, com suas obras, por um mundo melhor; o direito dos Estados à nacionalização dos monopólios imperialistas, resgatando assim as riquezas e os recursos nacionais; o direito dos países ao comércio livre com todos os povos do mundo; o direito das nações à sua plena soberania; o direito dos povos de converter suas fortalezas militares em escolas, e armar seus operários (Castro Ruz, 1960, p. 31, tradução nossa)⁵⁴.

Neste viés, a análise do conteúdo do excerto do discurso de Fidel Castro, revela um quadro categorial denso, fundamental para compreender o projeto do homem novo na Revolução Cubana (Castro Ruz, 1960). Mediante um processo de categorização temática, identificam-se eixos centrais que convergem para a construção de uma sociedade e de um sujeito revolucionário. O discurso não se limita a uma enumeração de direitos, mas os articula em uma rede semântica que delinea os pilares de um novo contrato social.

⁵⁴ Leia-se, no original: “*El derecho de los campesinos a la tierra; el derecho del obrero al fruto de su trabajo; el derecho de los niños a la educación; el derecho de los enfermos a la asistencia médica y hospitalaria; el derecho de los jóvenes al trabajo; el derecho de los estudiantes a la enseñanza libre, experimental y científica; el derecho de los negros y los indios a la 'dignidad plena del hombre'; el derecho de la mujer a la igualdad civil, social y política; el derecho del anciano a una vejez segura; el derecho de los intelectuales, artistas y científicos a luchar, con sus obras, por un mundo mejor; el derecho de los Estados a la nacionalización de los monopolios imperialistas, rescatando así las riquezas y recursos nacionales; el derecho de los países al comercio libre con todos los pueblos del mundo; el derecho de las naciones a su plena soberanía, el derecho de los pueblos a convertir sus fortalezas militares en escuelas, y armar a sus obreros*” (Castro Ruz, 1960, p. 31).

As categorias como “direito à educação” (para crianças e estudantes), “direito ao trabalho” (para jovens e operários), “direito à dignidade plena do homem” (para negros e índios) e “direito à igualdade” (para a mulher) emergem como manifestações de uma reestruturação profunda. A linguagem empregada, carregada de um apelo universalista e de uma visão de justiça social, sublinha a intencionalidade de uma transformação que abrange desde a condição material do indivíduo (terra, fruto do trabalho, saúde) até a sua dimensão mais subjetiva e coletiva (dignidade, liberdade, participação).

Nesse sentido, a Campanha de Alfabetização de 1961 insere-se como práxis indissociável das categorias citadas. A afirmação “o direito dos povos a converter suas fortalezas militares em escolas, e armar a seus operários” (Castro Ruz, 1960, p. 31, tradução nossa)⁵⁵ revela a síntese entre educação, trabalho e defesa revolucionária. A “fortaleza militar” convertida em “escola” simboliza a desmilitarização do Estado para o investimento em capital humano, enquanto o “armar operários” transcende o sentido bélico, remetendo à apropriação do conhecimento e a capacidade de agir na transformação social e na defesa dos ideais revolucionários.

O operário, agora com acesso à educação, é concebido como um sujeito ativo e consciente, capaz de construir e defender a nova sociedade. A junção dessas categorias materializa a aspiração de forjar um *homem ideal* que, ao ser educado e engajado no trabalho, torna-se agente da própria revolução e guardião de seus princípios, refletindo a visão de Guevara (1965) sobre o homem novo e a concepção de trabalho como práxis social que permeia esta tese.

Especificamente na cartilha “**!Venceremos**”, havia exercícios visando à alfabetização dos trabalhadores. Entre os elementos da realidade assim como do interesse dos trabalhadores trazidos por essa cartilha, estava a reforma agrária. Nesse sentido, a campanha de alfabetização cubana visava estabelecer o contato entre os setores separados da sociedade. Para tanto, o governo realocou professores urbanos para ambientes rurais, formando-os para se assemelharem aos camponeses com o fito de excluir as barreiras sociais. Nas palavras de Castro Ruz (1960, p. 14, tradução nossa)⁵⁶, “Vocês ensinarão e aprenderão”.

⁵⁵ Leia-se, no original: “*el derecho de los pueblos a convertir sus fortalezas militares en escuelas y armar a sus obreros*” (Castro Ruz, 1960, p. 31).

⁵⁶ Leia-se, no original: “*Ustedes enseñarán y aprenderán*” (Castro Ruz, 1960, p. 14).

Esse cenário foi respaldado no fato que os voluntários urbanos muitas vezes desconheciam as condições precárias de seus concidadãos rurais antes de tomarem parte na campanha de alfabetização. Nesse sentido, a campanha objetivava criar uma identidade coletiva, de unidade por meio de uma atitude de combate, coragem, inteligência e senso de consciência histórica, utilizando, para tanto, materiais educacionais politizados. Por tais motivos, mostrava-se necessária a unificação do estudo ao trabalho. O princípio do trabalho voluntário promoveria a aproximação entre o trabalhador “do escritório” e o operário. Juntos, seriam capazes de socializar as normas de conduta e os valores que possibilitariam “a aprendizagem da nova cultura do trabalho enquanto promotor de riqueza social e não individual” (Guevara, 1965, p. 9).

Importa refletir que o trabalho trata-se de uma forma ontológica da práxis. Implica a ação transformadora entre o sujeito e a natureza, a qual dá origem à realidade humanizadora, todavia o ser social não se limita ao trabalho, mas emprega a essencialidade deste para criar meios para a sua subsistência e sociabilidade.

Nesse sentido, uma práxis profissional e revolucionária é constituída por ações que visam intervir na realidade e nas determinações dadas da vida social. Por isso, articulando essa reflexão à campanha de alfabetização cubana, no âmbito do trabalho, conforme Peroni (2000), também era parte da formação dos professores voluntários um programa de agricultura.

A Campanha de Alfabetização tinha como objetivo promover uma práxis revolucionária, que articulava a compreensão da realidade social com a conscientização da importância de aprender a ler e escrever. Conforme Freire (1987, p. 13-14) afirma, “é exatamente esta unidade dialética que gera um atuar e um pensar certos na e sobre a realidade para transformá-la”.

Cabe relacionar, aqui, que a formação didática do professor cubano constitui-se na instrução de como utilizar e aplicar as lições da cartilha “*¡Venceremos!*” além de algumas noções de trabalho agrícola, visando ao acompanhamento, pelo professor, do trabalhador rural nas atividades destes.

Em relação ao trabalho agrícola que os professores deveriam realizar junto aos alunos, o manual “*Alfabeticemos*” trazia um alerta para os alfabetizadores. Ela enfatizava que essa tarefa exigiria muitos sacrifícios, uma vez que a maioria dos educadores era oriunda da cidade e atuaria em áreas remotas e de difícil acesso.

O alfabetizador, nesse sentido, deveria se sentir orgulhoso, segundo Fidel Castro enfatizava o sentimento de orgulho, por parte do alfabetizador, pelo fato de contribuir para elevar a consciência política do povo, oportunizando a este refletir e expressar a sua realidade por meio da palavra escrita (Cuba, 1961a).

A alfabetização matemática, trazida pelas cartilhas, se mostrava essencial para a superação do velho sistema, no qual o trabalhador vendia sua força de trabalho, pelo sistema de empresas do povo e para o povo. Diante da crise estabelecida pelo regime batistiano, o novo plano de governo sustentado nos pilares da revolução incidia sobre a retomada do crescimento econômico da ilha, ou seja, era necessário produzir mais e se organizar.

A formação do professor para a alfabetização matemática, naquele período, voltava-se para a necessidade de desenvolver a economia da nação. Nas lições da cartilha, podem-se identificar orientações destinadas aos professores, por exemplo, sugestões para debater com os alunos acerca da indústria açucareira e a forma como o povo naquele ano cortava toda a cana, ou seja, produzia mais.

No manual, havia menções a essa necessidade no Tema VIII das orientações revolucionárias: “[...] Esses são os três deveres fundamentais que, no campo econômico, a classe operária possui e que o Comandante Guevara indica: **POUPAR, PRODUZIR E SE ORGANIZAR**” (Cuba, 1961a, p. 37, tradução nossa)⁵⁷.

Nesse sentido, jungido ao conhecimento matemático se encontrava o objetivo de conscientizá-los da necessidade de mostrar um compromisso histórico com a pátria visando à transformação desta em sujeito e não objeto de sua economia, a fim de contemplar o seu pleno desenvolvimento e não somente a sua modernização.

Ainda, no Tema VIII do manual, “A Industrialização”, explicava-se ao professor que o governo revolucionário tinha como meta a criação de muitas indústrias e a transformação de Cuba um país altamente industrializado, o que propiciaria trabalho e levaria o povo a experimentar prosperidade e ao mesmo tempo felicidade. Para que, de fato, isso se concretizasse, trazia o manual:

Os operários, por sua vez, têm que cumprir uma tarefa importante na batalha da industrialização. Os operários precisam compreender que, ao trabalhar nas empresas do Estado, não estão trabalhando para um patrão que os explora e contra o qual devem lutar para obter alguns centavos de

⁵⁷ Leia-se, no original: “[...] *Esos son los tres deberes fundamentales que en el campo económico tiene la clase obrera y que el Comandante Guevara le señala: AHORRAR, PRODUCIR Y ORGANIZARSE*” (Cuba, 1961a, p. 37).

aumento salarial. Eles precisam entender que, ao trabalhar nas empresas do Estado, estão trabalhando para o benefício da pátria e para garantir que, num futuro próximo, outros operários também tenham a oportunidade de encontrar trabalho. Por isso, hoje o operário deve dar o máximo. Ele precisa se esforçar para produzir mais, para que o Estado possa investir essas riquezas produzidas pelos operários na criação de novas indústrias. Por isso, hoje o operário deve poupar mais para evitar gastos inúteis e, além disso, deve se organizar para poder render mais à Revolução. (Cuba, 1961a, p. 37, tradução nossa)⁵⁸.

Dessa forma, infere-se que, tanto no âmbito material – ao produzir mais para o benefício de toda a nação – quanto no espiritual – ao evitar gastos desnecessários e individuais – a mensagem para o professor é clara: há uma urgência em se esforçar ao máximo em seu trabalho e em evitar despesas supérfluas, a fim de concretizar a industrialização de Cuba. Daí o professor receber uma formação matemática que trazia noções de economia e ao mesmo tempo internalizava o novo conhecimento econômico e social imprescindível para o desenvolvimento de uma consciência revolucionária.

No item “Trabalhadores e Camponeses”, ao professor era definido que os trabalhadores se tratava daqueles cujos salários advinham da venda seu trabalho às indústrias e que os camponeses eram aqueles que cultivavam a terra (Cuba, 1961a). Ou seja, de acordo com as orientações sistematizadas no manual, eram eles os setores mais humildes do país anterior à revolução. A exploração desses trabalhadores se dava por meio de salários miseráveis e da venda, por preços muito baixos, dos produtos da terra pelos camponeses, o que enriquecia uma minoria privilegiada de cubanos e algumas empresas estrangeiras (Cuba, 1961a). Por outro lado, a realidade da revolução estava em assegurar o trabalho sem exploração e dar terra e bem-estar aos camponeses por meio da Reforma Agrária (Cuba, 1961a).

Ainda, no Tema III, “A terra é nossa”, era evidenciado que Cuba (1961a) possuía terras férteis, mares repletos de peixes, minerais diversos, dessa forma, o potencial para superação de qualquer dificuldade se encontrava, então, nas mãos do

⁵⁸ *Los obreros, por su parte, tienen que rendir una importante tarea en la batalla de la industrialización. Los obreros tienen que comprender que al trabajar en las empresas del Estado no están trabajando para un patrón que los explota y contra el cual tienen que luchar para sacarle unos centavos de aumento en salarios. Tienen que comprender que al trabajar en las empresas del Estado están trabajando para el beneficio de la patria y para lograr que en un futuro cercano otros obreros tengan también oportunidad de hallar trabajo. Por eso el obrero tiene hoy que rendir el máximo. Tiene que esforzarse por producir más, para que el Estado pueda invertir esas riquezas que los obreros producen en crear nuevas industrias. Por eso el obrero tiene hoy que ahorrar más para evitar los gastos inútiles y tiene además que organizarse para poder rendir más a la Revolución* (Cuba, 1961a, p. 37).

povo. Agregado a isso, nos temas como “O direito à moradia”, “A saúde” e “A recreação popular”, buscava-se conscientizar o professor de todas as melhorias que estavam surgindo no país e deixar implícita a necessidade de amor à revolução objetivando a consolidação daquelas (Cuba, 1961a).

No Tema “As cooperativas”, deixava-se claro ao professor os procedimentos tomados pelo governo revolucionário para solução do problema dos trabalhadores agrícolas que ficavam desempregados boa parte do ano e se encontravam em condições miseráveis. A ênfase nesse manual quanto a essa temática estava no argumento de que, ao se cultivar a terra coletivamente, produzia-se muito mais com menos esforço e tornava possível a utilização de métodos mais modernos de cultivo. Já na temática sobre “O comércio internacional” a ênfase também estava na relevância e nos benefícios do trabalho em grupo, mas, naquele momento, em nível internacional (Cuba, 1961a).

Ainda mais, ao aplicarmos o método de Bardin (2011) de análise dos conteúdos no manual do alfabetizador da “GRAN Campaña”, será possível o cotejamento de trechos tais como:

Camarada alfabetizador, uma das metas mais ambiciosas que o Governo Revolucionário se propôs é a erradicação do analfabetismo em 1961, 'Año da Educação'. Com isso, pretende-se incorporar quase um terço da nossa população à compreensão do processo revolucionário e à sua rápida evolução, assim como aumentar a produção por meio de uma maior capacitação cultural e técnica (Cuba, 1961a, p. 5, tradução nossa)⁵⁹.

Deste modo, compreende-se que aplicando a perspectiva da análise de Conteúdo de Bardin (2011), o trecho em questão do manual, identifica-se uma unidade de registro que ajuda a compreender a multifacetada intencionalidade da Campanha. Tão logo, na etapa de pré-análise, identifica-se que o texto, dirigido diretamente ao “Compañero alfabetizador”, estabelece um tom de convocação e engajamento, posicionando a erradicação do analfabetismo como uma meta clara, ambiciosa e coletiva do “Gobierno Revolucionario”. A exploração do material, por meio da categorização temática, permite desvelar as conexões axiológicas e pragmáticas entre educação, ideologia e desenvolvimento.

⁵⁹ Leia-se, no original: “*Compañero alfabetizador Una de las metas más ambiciosas que se ha propuesto el Gobierno Revolucionario es la erradicación del analfabetismo en 1961, 'Año de la Educación'. Con ello se propone incorporar a casi la tercera parte de nuestra población a la comprensión del proceso revolucionario y a su rápida evolución, así como incrementar la producción por medio de una mayor capacitación cultural y técnica*” (Cuba, 1961a, p. 5).

Portanto, ao se aprofundar na categorização das ideias veiculadas, emergem três eixos interconectados: a) erradicação do analfabetismo como objetivo central, não meramente pedagógico, mas com implicações sociais amplas (“incorporar quase um terço da nossa população”)⁶⁰; b) a compreensão e evolução do processo revolucionário, indicando uma dimensão de formação política e ideológica (“compreensão do processo revolucionário e da sua rápida evolução”)⁶¹; e c) o incremento da produção por meio de capacitação cultural e técnica, revelando o vínculo direto da educação com a economia e o trabalho (“aumentar a produção por meio de uma maior capacitação cultural e técnica”)⁶².

A inferência desses dados textuais permite argumentar que a alfabetização, nesse contexto, é concebida como uma práxis, ou seja, uma ação transformadora que atua em múltiplas dimensões: emancipa o indivíduo ao capacitá-lo cultural e tecnicamente, mas também o integra e disciplina à lógica de construção da nova sociedade socialista, onde o trabalho produtivo e o alinhamento ideológico são pilares para o progresso revolucionário. Este trecho, portanto, demonstra a educação como um vetor estratégico para a transformação social e econômica, ao mesmo tempo em que consolida a formação de uma nova subjetividade alinhada aos desígnios do Estado revolucionário.

Da mesma forma, o trecho: “E tornei-me professor, que é tornar-me criador. JOSÉ MARTÍ” (Cuba, 1961a, p. 4, tradução nossa)⁶³, a análise de conteúdo nos permite contextualizar que a citação de José Martí, presente no manual, é crucial pois permite explorar as complexas nuances e até as tensões entre o legado martiano e a ideologia socialista da Revolução Cubana.

Nota-se, portanto, que o trecho citado revela o movimento de correlação entre a liberdade da ilha cubana em relação ao domínio americano presente na produção intelectual José Martí e os ideais socialistas. Por tais aspectos, a contradição Ideológica reside na unidade de registro que, à primeira vista, parece coadunar-se perfeitamente com os ideais emancipatórios da Campanha de Alfabetização.

Conquanto, numa pré-análise, a citação de José Martí, figura importante do período neocolonial cubano e influenciador de Fidel Castro e seus dissidentes na

⁶⁰ Leia-se, no original: “*incorporar a casi la tercera parte de nuestra población*”.

⁶¹ Leia-se, no original: “*comprensión del proceso revolucionario y a su rápida evolución*”.

⁶² Leia-se, no original: “*incrementar la producción por medio de una mayor capacitación cultural y técnica*”.

⁶³ Leia-se, no original: “*me hice maestro, que es hacerme creador. JOSE MARTÍ*” (Cuba, 1961a, p. 4).

Revolução, confere autoridade e legitimidade histórica ao projeto educacional. A exploração do material revela que o termo “criador” está intrinsecamente ligado à ideia de transformação e autoria, não apenas no ato de ensinar, mas no de forjar uma nova realidade. A categorização inicial aponta para o ideal de um sujeito ativo, que, ao se tornar mestre (e, por extensão, ao ser alfabetizado), participa da construção de um novo mundo. Essa dimensão criadora e autônoma do indivíduo é central para a retórica revolucionária de emancipação.

No entanto, a inferência a partir da análise de conteúdo, quando confrontada com o contexto ideológico mais amplo da Revolução Cubana de 1961, desvela um movimento contraditório significativo. José Martí, em sua essência, era um pensador liberal e nacionalista que defendia a independência de Cuba da Espanha e a formação de uma república soberana, baseada na liberdade individual, na justiça social e na dignidade humana, mas dentro de uma concepção democrático-liberal e anti-imperialista (Rocha, 2019; Ribeiro Filho, 2021).

Embora suas ideias sobre “povo” e “nação” possam ser vistas como precursoras de um projeto popular, a fundação de um Estado socialista inspirado no marxismo-leninismo apresenta diferenças significativas. Esse modelo inclui a socialização dos meios de produção, o papel central do Partido Comunista e a formação de um homem novo, ideal cubano moldado por uma ideologia hegemônica. Em contraste, os princípios martinianos defendem uma república que busca o bem de todos, sem restringir as liberdades políticas plurais ou suprimir a propriedade privada de forma generalizada.

A citação de Martí é, portanto, utilizada pela Revolução Cubana em um processo de resignificação ideológica. A figura do “maestro/criador” martiniano, que em seu contexto original evocava a construção de uma nação livre e autônoma em um sentido democrático e liberal, é cooptada pela retórica socialista para legitimar a formação de um homem engajado no trabalho coletivo e alinhado aos princípios do novo Estado. Há uma apropriação seletiva do legado de Martí: exalta-se sua dimensão anti-imperialista, nacionalista e sua visão de um povo educado, mas omite-se ou reinterpreta-se a sua defesa da liberdade individual e de expressão, bem como as bases econômicas de uma sociedade não-socialista.

Entende-se, dessa forma, que essa manobra ideológica não é “neutra”; ela visa a construir um consenso em torno do novo regime, vinculando-o a um passado heróico e legitimador, ao mesmo tempo em que reorienta o sentido da “criação” e da

“liberdade” para os moldes da práxis socialista, onde o indivíduo “criador” é aquele que contribui para o projeto coletivo do Estado revolucionário.

A contradição reside, portanto, na tensão entre a matriz ideológica liberal-nacionalista do intelectual e a apropriação e reinterpretação de seus ideais por um regime de caráter socialista, que busca forjar uma nova subjetividade em conformidade com suas próprias exigências políticas e econômicas. Sendo assim, no âmbito ideológico, é fundamental reconhecer que a história e a ideologia são campos de disputa e reinterpretação.

Os argumentos apresentados até o presente momento visam fornecer uma análise que observe essas tensões sem emitir um julgamento de valor sobre qual ideologia é “superior” ou “correta”, mas sim explicitando a forma como os discursos operam para construir significados e legitimar projetos.

Do ponto de vista político e ideológico, a contradição entre Martí e o socialismo cubano reside na dialética entre a liberdade individual e a liberdade coletiva, e entre o nacionalismo anti-imperialista e o internacionalismo proletário que se consolida na fase socialista.

Na perspectiva de Martí (liberal-nacionalista), era preciso formar uma república cubana genuinamente soberana, livre de tutelas externas (espanhola e, posteriormente, norte-americana). Sua visão de “liberdade” incluía a autonomia do indivíduo, a dignidade, a participação cívica em uma democracia republicana e o acesso à educação para todos, como pilares de uma sociedade justa. Ele apontava a “criação” do homem novo como um processo de autoemancipação em um contexto de pluralidade e busca por justiça social dentro de um sistema liberal-democrático, ainda que progressista para sua época. Não há em seu pensamento um projeto de abolição da propriedade privada ou de centralização estatal dos meios de produção nos moldes do socialismo real.

Já na perspectiva da Revolução Cubana, o socialismo cubano, especialmente pós-1961, buscou a soberania não apenas política, mas econômica e social, através da socialização dos meios de produção e da construção de um Estado centralizado. A “liberdade” e a “criação” são redefinidas no contexto da coletividade e da contribuição para o projeto revolucionário.

O *homem ideal*, ou seja, o homem novo é forjado para ser um sujeito disciplinado, consciente da sua história e engajado na construção do socialismo, onde o trabalho é a base da consciência e da ética revolucionária. A ideologia torna-

se, então, não apenas um conjunto de ideias, mas um aparelho de Estado (Althusser, 1980) que busca homogeneizar consciências para o projeto coletivo.

A contradição é, portanto, a apropriação e reinterpretação de um ícone nacionalista e liberal por um regime socialista para legitimar suas próprias bases, sem que haja uma completa correspondência entre os princípios fundantes de ambas as ideologias. O trecho de Martí evoca um passado de luta e um ideal de dignidade. No entanto, seu significado prático na campanha de alfabetização é ressignificado para se alinhar aos imperativos do socialismo cubano. A educação passa a focar na produção e na consciência revolucionária, onde a “criação” representa a construção coletiva da nova sociedade socialista, em vez da livre expressão individual no sentido liberal.

Ademais, há na fonte primária um conteúdo implícito no vocabulário e na orientação. O manual contém uma seção com um vocabulário que inclui termos como “Cooperativa”, “Operario”, “Campesino”, “Producción”, “Reforma Agraria”, “Socialismo”, “Trabajo Voluntario”, “Unidad”, entre outros (Cuba, 1961a, p. 89-94, tradução nossa)⁶⁴. Estes termos, frequentemente associados a aulas e exercícios, direcionam o conteúdo da alfabetização para a realidade e os valores revolucionários⁶⁵.

Com base nos argumentos apresentados, entende-se que, para a Revolução Cubana e para a Campanha de Alfabetização de 1961, o trabalho transcendeu a mera atividade econômica ou meio de subsistência. Ele se tornou uma categoria ontológica central na formação do ser social, conforme a perspectiva socialista da dissidência. Demonstrou-se que, para os líderes revolucionários, o trabalho foi concebido e implementado como práxis – uma ação transformadora da realidade que, ao modificar o mundo objetivo, simultaneamente forja um novo sujeito.

Outrossim, essa compreensão foi sustentada pela análise de documentos basilares da Revolução, como os discursos de Fidel Castro e o ensaio de Che Guevara sobre o homem novo, ou seja, o *homem ideal*, bem como os materiais didáticos da Campanha de Alfabetização, a cartilha “**¡Venceremos!**” e o manual “**Alfabetecemos**”. A alfabetização, nesse contexto, revelou-se como um instrumento

⁶⁴ Leia-se, no original: “Cooperativa”, “Operario”, “Campesino”, “Producción”, “Reforma Agraria”, “Socialismo”, “Trabajo Voluntario”, “Unidad” (Cuba, 1961a, p. 89-94).

⁶⁵ Vocabulário que será analisado com minúcias na próxima seção da tese.

estratégico para a inserção do indivíduo na nova lógica produtiva e social, operando como um motor de conscientização e engajamento.

Contudo, a análise da apropriação da figura de José Martí nesses materiais também evidenciou a complexidade dessa práxis, revelando um movimento de ressignificação ideológica que, embora evoque a autonomia, direciona a formação do homem novo, o *homem ideal*, para os imperativos do Estado socialista. É precisamente nesse entrecruzamento entre a ação transformadora e a construção de subjetividades que a dimensão ideológica da revolução cubana se manifesta.

4.3 A ideologia como demanda política para a Campanha de Alfabetização de 1961

A realização de um projeto societal tão abrangente como o cubano não se limitou à dimensão da práxis econômica e educacional; ela é indissociável de um arcabouço ideológico que não apenas orienta as ações políticas, mas também molda as percepções e os valores dos sujeitos. Logo, compreende-se a ideologia como uma força motriz e estruturante, examinando sua natureza epistemológica e ontológica no campo das ciências sociais e, posteriormente, contextualizando seus fundamentos na Revolução Cubana de 1959 e na Campanha de Alfabetização de 1961.

Por tais fundamentos, a categoria de ideologia revela-se multifacetada e historicamente controversa, demandando uma abordagem que contemple tanto sua dimensão epistemológica – como sistema de ideias e representações – quanto sua dimensão ontológica – como fenômeno enraizado na existência social.

No pensamento materialista histórico, a ideologia, em sua acepção clássica, é frequentemente associada a um fenômeno de falsa consciência, um conjunto de ideias que mascara as contradições sociais e as relações de dominação, servindo aos interesses da classe dominante. Contudo, essa visão negativa evoluiu para uma compreensão mais complexa, que reconhece a ideologia não apenas como ilusão, mas como um sistema de ideias e valores que organiza a experiência social e orienta a ação política.

Para confirmar tais argumentos, Bottomore (2001) afirma que a ideologia abrange o estudo dos sistemas de pensamento, os sistemas de crenças e valores, os sistemas de representações e as atitudes mentais que são características de uma

sociedade ou de uma classe social. A ideologia, nesse sentido, não é apenas um reflexo passivo da base material, mas um elemento ativo na reprodução das relações sociais de produção.

Corroborando essa perspectiva, Outhwaite e Bottomore (1996), ampliam o escopo ao tratar a ideologia como um conjunto de ideias, crenças e doutrinas que fornecem parâmetros para a ação política e social, influenciando o comportamento dos indivíduos e dos grupos. Essa abordagem desloca o foco da *falsa consciência* para o papel funcional da ideologia na coesão social e na mobilização política, reconhecendo sua capacidade de integrar e motivar os agentes sociais em torno de um projeto comum, ainda que esse projeto possa conter elementos de dominação.

Seguindo a mesma linha, Bobbio (1998, p. 574-577) considerou a ideologia como um conceito central para a compreensão da política, ressaltando sua função de “orientar e motivar a ação dos indivíduos” e de “legitimar o poder” (verbetes “Ideologia” e “Legitimação”). O autor destaca também, a ambiguidade do termo, que pode tanto se referir a um sistema de ideias que busca a transformação social (ideologia em sentido positivo ou forte, como projeto político) quanto a um conjunto de ideias que oculta a realidade para manter o *status quo* (ideologia em sentido negativo ou fraco, como falsa consciência).

Do ponto de vista ontológico, a ideologia não se restringe ao plano das ideias puras, mas está materialmente enraizada nas práticas sociais e nas instituições. Althusser (1980) avança nessa compreensão ao postular que a ideologia existe em aparelhos materiais, dentre os quais estão a escola como AIE, que inculcam suas representações e valores através de práticas rituais, agindo sobre os indivíduos como sujeitos e interpelando-os em suas funções sociais.

Sobremaneira, essa materialidade da ideologia, que se manifesta na escola, na família, nos meios de comunicação, demonstra que ela não é apenas um sistema de pensamento, mas uma força real que estrutura as relações sociais e orienta a práxis. Por isso, é uma categoria que se constitui como fundamento da política instituída durante a Revolução Cubana.

Portanto, a Revolução de 1959, em sua trajetória de construção do socialismo, edificou uma ideologia política com fundamentos profundamente enraizados em sua história e em seu projeto de transformação social. A análise das fontes primárias e secundárias permite identificar como essa ideologia, enquanto demanda política, mobilizou a sociedade cubana em torno de objetivos coletivos.

Por assim afirmar, um dos pilares dessa ideologia é o nacionalismo revolucionário e anti-imperialista, fortemente influenciado pelo legado de José Martí. Como ressaltado por Ayerbe (2004), a Revolução Cubana se nutre de uma tradição de luta pela soberania nacional, que remonta ao século XIX. A figura de Martí, embora de inspiração liberal, foi ressignificada para se alinhar ao discurso socialista, focando em sua dimensão anti-imperialista e na sua visão de um povo educado e digno.

Assim, tanto a educação como a Campanha de Alfabetização, foram ideologicamente apresentadas como um caminho para a plena soberania nacional e para a emancipação do povo, combatendo a dependência cultural e econômica. Além disso, a ideologia política cubana se sustenta na construção de uma sociedade socialista que visa superar as desigualdades sociais e econômicas do capitalismo.

Nesta linha, Peroni (2000), ao analisar a Campanha de Alfabetização, demonstra que a erradicação do analfabetismo não era um fim em si, mas um meio para a formação de um novo tipo de cidadão, engajado no trabalho voluntário e na construção coletiva do socialismo. A “capacitação cultural e técnica” almejada, como visto no manual “**Alfabeticemos**” (Cuba, 1961a, p. 5, tradução nossa)⁶⁶, visava ao “incremento da produção” e à “compreensão do processo revolucionário”, elementos cruciais para a materialização da utopia socialista.

Essa dimensão da ideologia está em estreita sintonia com o conceito de homem novo de Guevara (1965), que pressupõe um sujeito com uma nova consciência moral, solidária e dedicada ao bem comum, forjada na práxis revolucionária. Conquanto, a ideologia cubana é uma demanda política constante, manifestada nos discursos e nas práticas do Estado. A própria existência de campanhas massivas como a de alfabetização demonstra a intencionalidade de disseminar e internalizar os valores revolucionários na população.

Mediante tais pressupostos, Rosa (2023) corrobora com suas análises sobre a alfabetização, que ao ser contextualizada social e ideologicamente nos materiais didáticos como a cartilha “**¡Venceremos!**” e o manual “**Alfabeticemos**”, contribuiu para formar uma nova identidade cubana e latino-americana em consonância com os valores revolucionários. Portanto, a ideologia não é apenas um pano de fundo,

⁶⁶ Leia-se, no original: “*capacitación cultural y técnica*” (Cuba, 1961a, p. 5).

mas um componente ativo que organiza a ação política, legitima o poder e interpela os indivíduos, transformando-os em sujeitos ativos do projeto revolucionário.

No que se refere a ideologia e à campanha de alfabetização cubana, “seus objetivos e sua própria metodologia estavam profundamente inseridos no processo revolucionário” (Peroni, 2000, p.100). Ademais, “a continuidade do processo revolucionário pressupunha a conquista de hegemonia no interior da sociedade cubana. A campanha teve um papel fundamental na consecução dessa hegemonia” (Peroni, 2000, p.100). A pesquisadora discute que esse processo ocorreu, por um lado, por meio da formação de quadros revolucionários. O papel desses quadros era propagar o ideário revolucionário por todo o país e despertar na população o amor pela revolução.

Acrescenta a autora:

Foi o caso, principalmente, dos mestres voluntários, cujo treinamento, ao mesmo tempo em que os preparava para assumir tarefas ligadas à educação, era igualmente treinamento de quadros para a Revolução. São indicadores desse fato tanto os valores perpassados, que chamamos de “currículo oculto”, que se expressam via ideias e atitudes de como aprender a viver no coletivo, a prescindir, a incorporar a nova disciplina, bem como as condições materiais do acampamento, que eram quase as mesmas do exército rebelde (Peroni, 2000, p. 100).

Os temas abordados no manual “**Alfabetecemos**” e na cartilha “**¡Venceremos!**” visavam mostrar aos alfabetizandos a importância de relacionar seu cotidiano com o contexto social e as transformações estruturais em andamento. O objetivo era proporcionar uma melhor compreensão da realidade, capacitando-os a participar de forma mais efetiva do processo social.

Nesse sentido, as cartilhas objetivaram a formação de novos valores que se mostrassem pertinentes ao projeto de uma sociedade mais justa. “A Campanha era parte da Revolução, as pessoas envolviam-se na Campanha com o intuito de participar da Revolução” (Peroni, 2000, p. 19). Tanto quanto, em consonância à esse contexto, a análise de conteúdo (Bardin, 2011), subsidia a compreensão do conjuntos de fatos que compõem a materialização da ideologia na Campanha de Alfabetização de 1961.

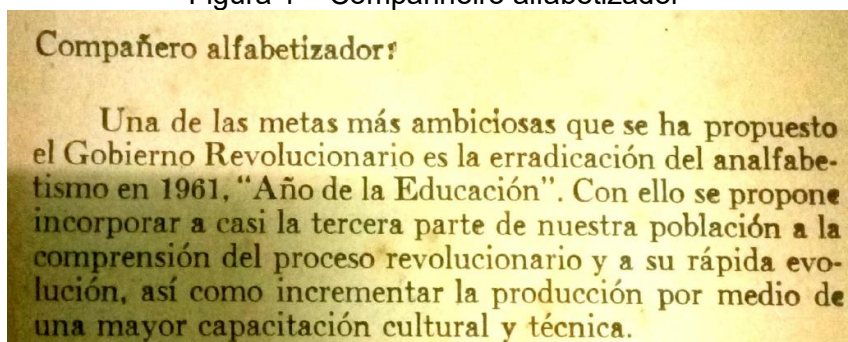
Os argumentos apresentados nesta subseção contribuíram para pensar a natureza multifacetada da ideologia, compreendida não apenas como um sistema de ideias, mas como uma força material e política que orienta a práxis e legitima o

poder do Estado revolucionário. A Campanha de Alfabetização, nesse sentido, emerge como estratégia, responsável por inculcar os valores e comportamentos necessários à nova ordem, tanto quanto, via pela qual os revolucionários avançaram no processo formativo do *novo homem*, ou seja, o *homem ideal* cubano.

Para aprofundar essa compreensão, a aplicação da “Análise de conteúdo” de Bardin (2011) aos materiais didáticos – o “**Alfabetícemos**” (Cuba, 1961a) e a cartilha “**¡Venceremos!**” (Cuba, 1961b) – torna-se imperativa para desvelar as estratégias de comunicação e as mensagens subjacentes que visam a formação de uma nova subjetividade. A hipótese central de que a campanha foi simultaneamente um movimento de emancipação e de reprodução ideológica encontrou nesses documentos um campo fértil de evidências.

A exploração do material desses documentos revelou também, uma profusão de elementos que transcendem o mero ensino das letras e números, direcionando-se para a formação de uma consciência ideologicamente engajada. No Manual para el Alfabetizador, a própria introdução delinea ou antecipa a intencionalidade política:

Figura 1 – Companheiro alfabetizador



Fonte: Cuba (1961a, p. 5)⁶⁷.

Este trecho, a priori analisado, demonstra que a alfabetização tem um propósito explícito de integração política (“compreensão do processo revolucionário”)

⁶⁷ Leia-se, no original: “*Compañero alfabetizador: Una de las metas más ambiciosas que se ha propuesto el Gobierno Revolucionario es la erradicación del analfabetismo en 1961, 'Año de la Educación'. Con ello se propone incorporar a casi la tercera parte de nuestra población a la comprensión del proceso revolucionario y a su rápida evolución, así como incrementar la producción por medio de una mayor capacitación cultural y técnica*” (Cuba, 1961a, p. 5). “Companheiro alfabetizador: Uma das metas mais ambiciosas que o Governo Revolucionário propôs é a erradicação do analfabetismo em 1961, ‘Ano da Educação’. Com isso, busca-se incorporar quase a terça parte de nossa população à compreensão do processo revolucionário e de sua rápida evolução, bem como aumentar a produção por meio de uma maior capacitação cultural e técnica” (Cuba, 1961a, p. 5, tradução nossa).

e econômica (“incrementar a produção”)⁶⁸. A “capacitação cultural e técnica” é, portanto, um meio para alinhar o indivíduo ao projeto estatal. A categorização dos conteúdos do manual também revela um vocabulário geral (Cuba, 1961a) repleto de termos como “Cooperativa”, “Operário”, “Socialismo”, “Reforma Agrária”, “Trabalho Voluntário”, “Unidade” e “Vigilância Coletiva Revolucionária”⁶⁹, que não são apenas conceitos pedagógicos, mas eixos ideológicos da nova sociedade.

A cartilha “**¡Venceremos!**”, por sua vez, materializa essa demanda ideológica no próprio processo de ensino-aprendizagem. A descrição de sua portada (“NOSSA CAPA”)⁷⁰ explicita a união de diversos segmentos sociais – “exército rebelde, milícias, camponeses, operários, profissionais, estudantes, mulheres, crianças, brancos e negros”⁷¹ – em uma luta comum: “por vencer o analfabetismo”⁷² e na “defesa da nossa Pátria”⁷³ (Cuba, 1961b, p. 2, traduções nossas).

Essa demanda ideológica se materializa tanto no plano simbólico quanto no pedagógico. No plano simbólico, a composição visual e textual da portada opera como representação da totalidade social sob o signo da Revolução: os diferentes grupos aparecem unificados pela bandeira cubana, eliminando distinções de classe, raça e gênero, o que traduz, graficamente, o ideal de coletividade e igualdade proclamado pelo regime.

No plano pedagógico, o próprio ato de alfabetizar é concebido como participação política – o aprendizado da leitura e da escrita é apresentado como dever patriótico e como meio de inserção ativa na defesa da pátria. Assim, o design da capa e a linguagem empregada não apenas introduzem o alfabetizando no universo da palavra escrita, mas o inserem, desde o primeiro contato com o material, na lógica do engajamento revolucionário, transformando o letramento em gesto de adesão simbólica à nova ordem socialista.

⁶⁸ Leia-se, no original: “*incrementar la producción*”.

⁶⁹ Leia-se, no original: “*Cooperativa*”, “*Operario*”, “*Socialismo*”, “*Reforma Agraria*”, “*Trabajo Voluntario*”, “*Unidad*” e “*Vigilancia Colectiva Revolucionaria*”.

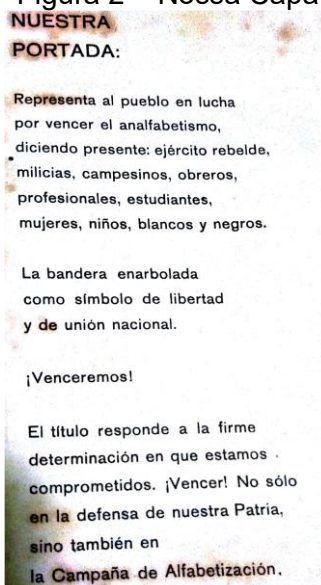
⁷⁰ Leia-se, no original: “*NUUESTRA PORTADA*”.

⁷¹ Leia-se, no original: “*ejército rebelde, milicias, campesinos, obreros, profesionales, estudiantes, mujeres, niños, blancos y negros*”.

⁷² Leia-se, no original: “*por vencer o analfabetismo*”.

⁷³ Leia-se, no original: “*NUUESTRA PORTADA*”.

Figura 2 – Nossa Capa



Fonte: Cuba (1961a, p. 2)⁷⁴.

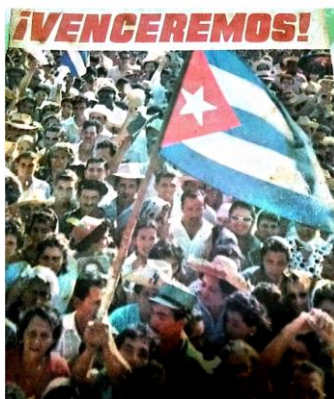
A palavra “**¡Venceremos!**”, que intitula a cartilha, não é apenas um verbo, mas um slogan carregado de simbolismo revolucionário. Sob a ótica semântica, o termo adquire valor performativo e coletivo: não designa uma ação isolada, mas convoca o sujeito à participação num projeto comum. O verbo, no tempo futuro e na forma plural (“nós venceremos”), rompe a estrutura gramatical da enunciação individual para instaurar um discurso de unidade, esperança e inevitabilidade da vitória.

Em termos pragmáticos, o enunciado funciona como palavra de ordem e como promessa política – o ato de ler e pronunciar “**¡Venceremos!**” implica, simultaneamente, o aprendizado da língua e a adesão simbólica ao ideal revolucionário. Por isso, o título cumpre uma função persuasiva e pedagógica: ele sintetiza, em uma única expressão, o horizonte utópico do projeto socialista e transforma o próprio processo de alfabetização em ato de luta e superação. Assim, a cartilha começa e se encerra sob o signo da vitória coletiva, reafirmando que o

⁷⁴ Leia-se, no original: “*Nuestra Portada: Representa al pueblo en lucha por vencer el analfabetismo, diciendo presente: ejército rebelde, milicias, campesinos, obreros, profesionales, estudiantes, mujeres, niños, blancos y negros. La bandera enarbolada como símbolo de libertad y de unión nacional. ¡Venceremos! El título responde a la firme determinación. ¡Vencer! No sólo en la defensa de nuestra Patria, sino también en la Campaña de Alfabetización*” (Cuba, 1961a, p. 2). “Nossa Capa: Representa o povo em luta para vencer o analfabetismo, dizendo “presente”: exército rebelde, milícias, camponeses, operários, profissionais, estudantes, mulheres, crianças, brancos e negros. A bandeira erguida como símbolo de liberdade e de união nacional. **¡Venceremos!** O título expressa a firme determinação: **Vencer!** Não apenas na defesa de nossa Pátria, mas também na Campanha de Alfabetização” (Cuba, 1961a, p. 2, tradução nossa).

saber, o trabalho e a consciência política são os instrumentos pelos quais o povo cubano “vence” o analfabetismo e constrói a nova sociedade.

Figura 3 – “!Venceremos!”



Fonte: Cuba (1961a, capa).

A inferência a partir desses dados indica que o ato de aprender a ler e escrever é contextualizado como uma contribuição direta à construção e à defesa da Revolução.

Segundo a análise de Peroni (2000, p. 100), o currículo presente nos materiais e na formação dos mestres voluntários inculcava valores como “aprender a viver no coletivo, a prescindir, a incorporar a nova disciplina”, transformando a própria experiência pedagógica em um ritual de engajamento ideológico.

Essa materialidade da ideologia, veiculada pelos materiais e pela metodologia da Campanha de Alfabetização, é fundamental para compreender os fundamentos da ideologia política da Revolução Cubana. Ayerbe (2004) destaca que a Revolução se sustentou em um profundo sentimento nacionalista e anti-imperialista, que, embora remeta a figuras como José Martí, foi reinterpretado para se coadunar com a via socialista. A educação, nesse sentido, é mobilizada como uma ferramenta de soberania e de combate à dependência.

Para Riverend (1980), a educação corroborou como a Revolução desde seus primórdios, diante da busca pela reestruturação das bases sociais e econômicas da ilha cubana, ainda mais, a ideologia serviu para legitimar e impulsionar essas transformações.

Neste prisma, a Campanha de Alfabetização, ao instruir o povo na leitura e escrita de um mundo permeado por novos valores e conceitos (coletividade, trabalho, produção socialista, defesa da pátria), agiu como um poderoso catalisador

para a formação de uma nova identidade cubana e latino-americana em consonância com os valores revolucionários, como apontado por Rosa (2023). Assim, a ideologia, operando em seus aparelhos materiais, não apenas dissemina ideias. Mas, efetivamente interpela os indivíduos, transformando-os em sujeitos que atuam e se reconhecem dentro do projeto revolucionário.

Em linhas gerais, essa instrumentalização da educação para fins ideológicos, como apontado por Peroni (2000) e Rosa (2023), é a prova de que a ideologia operou como uma demanda política concreta, essencial para a conquista da hegemonia e para a moldagem do homem novo que Guevara (1965) idealizou, portanto, construído do *homem ideal* cubano revolucionário.

4.4 A transformação social como projeto político, econômico e cultural

A intersecção entre educação, ideologia e práxis do trabalho converge para a reconfiguração da sociedade cubana, visando a edificação de uma nova ordem e, concomitantemente, à formação do *homem ideal* – um sujeito revolucionário indispensável à organização e sustentação da vida social socialista. Para tanto, este debate será sustentado por um referencial teórico, que abarcará as contribuições de autores como Cañadell (2022) e Nunes (1998) no que concerne às teorias da educação e transformação social, bem como as reflexões de Moreira (2011) e Nascimento e Favoreto (2022) sobre as teorias da transformação social e seu vínculo com a educação.

O aprofundamento conceitual da categoria transformação social será amparada nas obras de Bobbio (1998), Bottomore (2001) e Outhwaite e Bottomore (1996) que fornecerão as bases epistemológicas e ontológicas para a compreensão da transformação social em suas múltiplas dimensões, com a educação sendo discutida como o principal catalisador para a concretização desse ambicioso projeto de mudança estrutural em Cuba.

Por tal viés, a transformação social, enquanto categoria analítica fundamental nas ciências sociais transcende a ideia de mudanças para se firmar como um conceito que abarca tanto as dinâmicas inerentes à evolução das sociedades quanto as ações deliberadas que visam à reconfiguração de suas estruturas. Epistemologicamente, a compreensão da transformação social implica o

reconhecimento de que as sociedades não são estáticas, mas processos em constante devir, sujeitas a rupturas, continuidades e reajustes.

Do ponto de vista ontológico, a transformação social remete à própria natureza da existência social, marcada pela historicidade e pela capacidade humana de intervir e moldar sua realidade. Essa categoria, portanto, é central para a análise de fenômenos que implicam a passagem de um estado social a outro, seja por vias revolucionárias ou reformistas.

Para cancelar as inferências acima, Bottomore (2001) oferece uma base para compreender a transformação social a partir de uma perspectiva dialética. Embora não haja um verbete específico intitulado “Transformação Social” na sua obra, o conceito perpassa discussões sobre “Revolução”, “Modo de Produção”, “Classes Sociais” e “Práxis”. A transformação social, nesse arcabouço, é inerente ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, impulsionada pelas contradições de classe.

A revolução é apresentada como o momento de ruptura qualitativa, no qual a estrutura social é radicalmente alterada. Se tomarmos como análise o verbete “Revolução”, do Dicionário do Pensamento Marxista de Bottomore (2001), identificamos que as teorias sociais, sobretudo marxistas propõem que as forças produtivas se desenvolvem no interior das relações de produção, mas quando estas se tornam um obstáculo ao seu desenvolvimento, produz-se uma época de revolução social. Isso denota que a transformação social é um processo histórico e, em determinados momentos, revolucionário, que resulta da dinâmica interna das sociedades e da luta de classes.

Corroborando com essa perspectiva, Outhwaite e Bottomore (1996), no “Dicionário do pensamento social do século XX”, abordam a transformação social de forma mais abrangente, reconhecendo sua ocorrência por diversas vias, não apenas a revolucionária. O conceito perpassa verbetes como “Modernização”, “Desenvolvimento” e “Mudança Social”. Logo, a transformação social é ali entendida como um processo de mudança estrutural profunda, que afeta as instituições, os valores e as práticas sociais.

Embora Outhwaite e Bottomore (1996) não apresente uma única citação direta condensada para o conceito de “transformação social” de forma isolada, a análise de seus verbetes correlatos permite inferir que a transformação social é

compreendida como o rearranjo complexo das estruturas e das relações sociais, com impactos duradouros nas dimensões política, econômica e cultural.

Ao visitarmos o “Dicionário de política” de Bobbio (1998), identificamos que ao discutir a “mudança social” e o próprio conceito de “política”, oferece elementos para compreender a transformação social como um projeto consciente e direcionado. Bobbio (1998) deslinda o verbete “Mudança Social” e analisa as diferentes teorias da mudança, destacando a distinção entre evolução e revolução. Para o autor, a transformação social pode ser resultado de processos graduais, mas também de rupturas abruptas e intencionais, impulsionadas pela ação política.

Por conseguinte, a política, nesse sentido, não é apenas um reflexo das estruturas sociais, mas um agente ativo na sua modificação, conferindo à transformação social a natureza de um projeto que envolve a escolha de fins e meios. Deste modo, associando tais fundamentos à Revolução Cubana de 1959, temos nela a constituição de um exemplo paradigmático de um projeto de transformação social em suas dimensões política, econômica e cultural, em consonância com as abordagens acima mencionadas.

Com base nos fundamentos históricos de Ayerbe (2004), afirma-se que a Revolução não se restringiu a uma simples mudança de governo, mas representou uma ruptura profunda com o *status quo* pré-revolucionário, caracterizado pela dependência externa e pelas profundas desigualdades sociais. A ascensão de Fidel Castro e do Movimento 26 de Julho ao poder, detalhada por Santos e Silva (2019) e Wasserman (2007) em seus estudos historiográficos sobre a Revolução Cubana, marcou o início de uma reconfiguração radical das estruturas do país.

Politicamente, a transformação social em Cuba implicou a instauração de um Estado socialista de partido único, com a centralização do poder e a reorientação das relações internacionais para o alinhamento com o bloco socialista. Economicamente, a nacionalização das empresas, a reforma agrária e a coletivização dos meios de produção, como discutido por Ayerbe (2004) e implicitamente nos materiais da Campanha de Alfabetização (Cuba, 1961a, p. 5, tradução nossa)⁷⁵ ao mencionar “incrementar a produção”, visaram à construção de uma nova base material para a sociedade, superando as relações de exploração capitalista.

⁷⁵ Leia-se, no original: “*incrementar la producción*” (Cuba, 1961a, p. 5).

Assim, do ponto de vista da cultura, a transformação social manifestou-se na redefinição dos valores, na promoção da educação universal e na formação de um homem novo, ou seja, o *homem ideal* cubano, tal como proposto por Guevara (1965) e materializado nas práticas pedagógicas da Campanha de Alfabetização.

Não obstante, a própria Campanha, como argumentado por Peroni (2000) e Rosa (2023), foi um instrumento deliberado para disseminar a ideologia revolucionária e forjar uma nova identidade nacional. Portanto, a transformação social cubana é o resultado de um projeto holístico, em que a educação, a ideologia e o trabalho se articulam para promover uma reestruturação profunda da sociedade e a formação de um novo sujeito histórico.

Em continuidade ao apresentando, ao retomarmos a análise dos discursos de Fidel Castro e Che Guevara, à luz da metodologia de “Análise de conteúdo” proposta por Bardin (2011), é possível identificarmos os sentidos do projeto revolucionário cubano de transformação social. Aplicando o método temático, observam-se unidades de registro, categorias e indicadores que revelam a práxis discursiva como parte fundamental da construção da subjetividade revolucionária e da nova ordem socialista, bem como suas incidências sobre o *homem ideal* cubano, o homem revolucionário.

A partir da coleta e categorização das mensagens mais frequentes e significativas nos discursos, emergem núcleos semânticos que configuram a transformação social não apenas como meta do processo revolucionário, mas como meio pedagógico, cultural e político. A análise dialética desses conteúdos permite compreender a contradição entre o velho e o novo regime, entre a lógica da dominação imperialista e o projeto de emancipação do sujeito histórico.

Em seu discurso de 1961, Fidel Castro assevera: “Esta é a Revolução Socialista e Democrática dos humildes, com os humildes e para os humildes. E por esta Revolução dos humildes, com os humildes e para os humildes, estamos dispostos a dar a vida” (Castro Ruz, 1961b, p. 12, tradução nossa)⁷⁶. Essa enunciação manifesta a luta de classes como vetor transformador, evidenciando a centralidade dos sujeitos marginalizados na refundação do pacto social.

⁷⁶ Leia-se, no original: “Esta es la Revolución Socialista y Democrática de los humildes, con los humildes y para los humildes. Y por esta Revolución de los humildes, con los humildes y para los humildes, estamos dispuestos a dar la vida” (Castro Ruz, 1961b, p. 12).

Ao afirmar que “as massas populares tomaram consciência de seus direitos” (Castro Ruz, 1961b, p. 10, tradução nossa)⁷⁷, o dirigente revolucionário a concepção de cidadania, deslocando-a do campo normativo para o campo da ação transformadora. Assim, a ideologia revolucionária articula-se à educação política das massas, condição indispensável à práxis transformadora.

Guevara (1965, p. 12), por sua vez, explicita o vínculo entre o processo revolucionário e a formação do novo sujeito ao dizer: “O homem realmente novo é aquele que está disposto a sacrificar sua vida para que a Revolução triunfe. [...] Ele está em constante processo de autotransformação”. A práxis pedagógica revolucionária, portanto, não apenas emancipa, mas transforma ontologicamente o ser humano.

As contradições evidenciam-se nos enfrentamentos ao modelo capitalista: “Queremos o pão, mas também queremos a dignidade. Não basta alimentar o povo, é preciso dar-lhe a consciência de seu valor como homem” (Guevara, 1965, p. 14). Aqui, o discurso contradiz o materialismo vulgar, reiterando que a transformação social implica a superação simultânea das carências materiais e da alienação subjetiva.

A revolução, por essa ótica, é duplamente transformadora: reformula as estruturas econômicas e institui uma nova pedagogia social. É nesse sentido que Bardin (2011) contribui, pois, do ponto de vista metodológico, permite extrair dos discursos os conteúdos latentes que articulam ideologia, educação e trabalho como fundamentos da nova ordem cubana.

Essa análise reafirma a hipótese de que o projeto revolucionário cubano institui a educação como eixo estruturante da transformação social. Os discursos, analisados segundo Bardin (2011), apoiam a compreensão de que a alfabetização, o trabalho e a cultura política são dimensões interligadas de um mesmo movimento histórico voltado para a superação das formas de dominação e alienação.

A Revolução Cubana, portanto, conforme revelado pelos discursos, não é apenas uma ruptura política, mas a emergência de um novo *ethos*. Um *ethos* em que a palavra, o trabalho e a educação convergem para a formação de um sujeito histórico transformador, legitimando, com isso, o projeto político, econômico e cultural da nova Cuba socialista. Portanto, a sistematização dos fragmentos

⁷⁷ Leia-se, no original: “*las masas populares tomaron conciencia de sus derechos*” (Castro Ruz, 1961b, p. 10).

discursivos apresentados pode ser visualizada no quadro a seguir, construído com base nos princípios da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), especialmente a técnica de categorização temática.

Quadro 4 – Análise de conteúdo dos discursos de Fidel Castro e Che Guevara

Discurso	Trecho literal	Unidade de Registro	Categoria Temática	Indicador de Sentido
Fidel Castro (Castro Ruz, 1960)	“O subdesenvolvimento dos nossos povos [...] é o resultado da colonização [...]”	Colonialismo e subdesenvolvimento	Crítica ao imperialismo	Ruptura com estruturas de dominação global
Fidel Castro (Cuba, 1961b)	“Esta é a Revolução Socialista e Democrática dos humildes, com os humildes e para os humildes [...]”	Revolução dos humildes	Luta de classes	Transformação social como emancipação dos marginalizados
	“As massas populares tomaram consciência de seus direitos [...]”	Consciência dos direitos	Educação política das massas	Cidadania ativa como práxis
Che Guevara (Guevara, 1965)	“Queremos o pão, mas também queremos a dignidade [...] dar-lhe a consciência de seu valor como homem”	Consciência e dignidade	Educação emancipatória	Superação da alienação subjetiva e material
	“Não aspiramos apenas a construir fábricas, mas também a forjar homens novos [...]”	Homem novo	Formação ética e política	Educação integral voltada à sustentação do socialismo
Che Guevara (Guevara, 1965)	“O homem realmente novo é aquele que está disposto a sacrificar sua vida [...] está em constante processo de autotransformação”	Autotransformação revolucionária	Formação do sujeito revolucionário	Sujeito histórico em constante formação revolucionária

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Como se observa, o quadro organiza, em cinco colunas, os principais discursos de Fidel Castro Ruz (1960, 1961b.) e Che Guevara (1965) destacando os **trechos literais** mais significativos, as **unidades de registro** extraídas, suas respectivas **categorias temáticas** e os **indicadores de sentido** que emergem das formulações ideológicas e políticas desses autores-revolucionários. A leitura e

análise feita de forma analítica, considerando cada trecho como um enunciado que expressa não apenas uma posição política, mas uma **práxis discursiva inserida na luta pela hegemonia e pela formação do novo sujeito histórico**.

Assim, as unidades de registro são sínteses conceituais dos fragmentos selecionados e servem como pontos de ancoragem para a definição das categorias – tais como “luta de classes”, “educação política das massas” e “formação ética e política” – que permitem compreender como os discursos atuam na mediação entre a infraestrutura material e a superestrutura ideológica da Revolução Cubana.

Já os indicadores de sentido orientam a análise dialética, ao evidenciarem as contradições entre o modelo capitalista e o projeto socialista, reiterando a hipótese geral da tese: de que a transformação social cubana se efetiva por meio da articulação entre educação, ideologia e trabalho como instrumentos de reorganização estrutural da sociedade.

Partindo de tais pressupostos, a Campanha de Alfabetização de 1961, enquanto ação fundante da Revolução Cubana, revela-se como um processo pedagógico de mediação dialética entre a superestrutura ideológica e as transformações estruturais da sociedade. Ainda mais, a aplicação da Análise de Conteúdo aos documentos pedagógicos da Campanha – identificado no Manual del Alfabetizador e na Cartilla Alfabetizadora – coteja-se fragmentos que expressam de maneira sistêmica o pleito revolucionário por uma nova ordem social.

Um exemplo emblemático encontra-se no manual *Alfabetizemos*, onde lê-se: “O povo aprende a ler para defender a Revolução” (Cuba, 1961b, p. 7, tradução nossa)⁷⁸. Tal formulação condensa a fusão entre alfabetização e militância, sugerindo que o processo de aprender a ler não se restringe ao domínio técnico da linguagem, mas se associa diretamente à construção de uma subjetividade revolucionária. A unidade de registro “aprender para defender a Revolução” foi, portanto, categorizada como “alfabetização como prática emancipadora”, sendo o indicador de sentido vinculado à produção de consciência política.

⁷⁸ Leia-se, no original: “*El pueblo aprende a leer para defender la Revolución*” (Cuba, 1961b, p. 7).

Compreende-se, neste viés, que no manual, o conteúdo vai além ao afirmar: “Nossa tarefa não é apenas ensinar a ler e escrever, mas ensinar a pensar como revolucionários” (Cuba, 1961a, p. 12, tradução nossa)⁷⁹. Tal afirmação explicita a concepção de alfabetização como formação ontológica. A contradição entre o ensino conteudista tradicional e a formação político-ideológica é superada pela fusão entre o domínio técnico e a práxis política, forjando o novo sujeito histórico. Essa unidade de registro, “ensinar a pensar como revolucionário”, conduz à categoria “formação político-ideológica”, cujo indicador de sentido aponta para a “produção do homem novo”.

Outro trecho do Manual que revela com nitidez o lugar político do educador é: “O alfabetizador é um soldado da Revolução” (Cuba, 1961a, p. 4, tradução nossa)⁸⁰. Ao posicionar o alfabetizador como sujeito militante, esse enunciado transforma o ato de ensinar em missão histórica. A categoria extraída, “educador militante”, traduz-se no indicador “revolução pedagógica como pilar da transformação social”, que se articula à hipótese central desta tese: de que **a transformação estrutural da sociedade cubana foi mediada pela reconfiguração da cultura política e da práxis educativa, portanto, o manual e a cartilha foram esses mecanismos.**

Por fim, a assertiva “Cada letra que ensinamos é um golpe ao analfabetismo e uma vitória do socialismo” (Cuba, 1961a, p. 16, tradução nossa)⁸¹ articula o conteúdo linguístico ao engajamento ideológico. Cada signo passa a ser compreendido como instrumento de luta, superando a alienação da linguagem.

Essa compreensão dialética permite situar a alfabetização como ato insurgente, capaz de deslocar o sujeito de uma posição passiva para uma posição ativa na luta de classes. Com base nessas interpretações, elaborou-se o quadro analítico a seguir, que sintetiza os conteúdos extraídos dos documentos históricos da Campanha, categorizando-os segundo a metodologia de Bardin (2011).

⁷⁹ Leia-se, no original: “*El Nuestra tarea no es solo enseñar a leer y escribir, sino enseñar a pensar como revolucionarios*” (Cuba, 1961b, p. 12).

⁸⁰ Leia-se, no original: “*El alfabetizador es un soldado de la Revolución*” (Cuba, 1961a, p. 4).

⁸¹ Leia-se, no original: “*Cada letra que enseñamos es un golpe al analfabetismo y una victoria del socialismo*” (Cuba, 1961a, p. 16).

Quadro 5 – Análise de conteúdo – Manual e Cartilha da Alfabetização (1961)

Fonte	Trecho literal	Unidade de Registro	Categoria Temática	Indicador de Sentido
Cartilla Alfabetizadora (1961)	O povo aprende a ler para defender a Revolução ⁸²	Aprender para defender a Revolução	Alfabetização como prática emancipadora	Consciência política do alfabetizando
Manual del Alfabetizador (1961)	Nossa tarefa não é apenas ensinar a ler e escrever, mas ensinar a pensar como revolucionários ⁸³	Ensinar a pensar como revolucionário	Formação político-ideológica	Produção do homem novo
	O alfabetizador é um soldado da Revolução ⁸⁴	Alfabetizador como soldado	Educador militante	Revolução pedagógica como práxis
	Cada letra que ensinamos é um golpe no analfabetismo e uma vitória do socialismo ⁸⁵	Letras como armas do socialismo	Pedagogia como instrumento de luta	Educação como instrumento de transformação estrutural

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Diante do exposto, os discursos de Fidel Castro e Che Guevara são tomados como expressões da transformação social revolucionária e a compreensão lógica de tais inferências necessitam da articulação junto às diretrizes programáticas e pedagógicas instituídas nos documentos da Campanha de Alfabetização de 1961.

Nesse sentido, o quadro analítico 5 demonstra como os discursos fundacionais se materializaram em orientações concretas, como aquelas delineadas por Pérez-Cruz (2011), que sistematiza quatro direções estratégicas basilares para o processo alfabetizador revolucionário. A partir dessa transição, evidencia-se que os conteúdos das cartilhas, dos manuais e das práticas pedagógicas desenvolvidas nos campos e cidades de Cuba não apenas reiteravam a dimensão política da educação, mas a operacionalizavam como mediação entre cultura, economia e ideologia socialista.

É neste ponto que o projeto educacional cubano ultrapassa a dimensão da instrução técnica e adentra a esfera da formação de um novo tipo de sujeito histórico: o homem novo, o *homem ideal* cubano, comprometido com os princípios

⁸² Leia-se, no original: “*El pueblo aprende a leer para defender la Revolución*”.

⁸³ Leia-se, no original: “*Nuestra tarea no es solo enseñar a leer y escribir, sino enseñar a pensar como revolucionarios*”

⁸⁴ Leia-se, no original: “*El alfabetizador es un soldado de la Revolución*”

⁸⁵ Leia-se, no original: “*Cada letra que enseñamos es un golpe al analfabetismo y una victoria del socialismo*”.

coletivos, com a superação da divisão social do trabalho e com a ruptura das estruturas de dominação da velha ordem.

Assim, ao aproximar a análise dos conteúdos pedagógicos das formulações estratégicas apontadas por Pérez (2011), reforça-se a hipótese central de que a alfabetização em Cuba constituiu-se como instrumento privilegiado de transformação estrutural, articulando educação, trabalho, cultura e política em um único e coeso projeto civilizatório.

Como se percebe, Pérez (2011, p. 10) referência a delimitação de quatro direções estratégicas básicas na primeira etapa da campanha de alfabetização revolucionária de Cuba:

- 1) Liquidar o sistema corrupto de gestão educacional neocolonial; 2) Trabalhar ativa e criativamente para construir a base do novo sistema de educação popular; 3) Destruir as inúmeras barreiras que impunham uma seleção classista e racista no acesso à educação; 4) Construir um poderoso movimento educacional de massa.

No âmbito das cartilhas da campanha de alfabetização cubana encontravam-se a racionalidade econômica e a racionalidade política que se mostravam estreitamente interligadas. A criação da cartilha “*¡Venceremos!*”, por exemplo, foi um evento educacional que apresentava dimensões política, econômica e social múltiplas, e os temas selecionados se caracterizavam por sua orientação revolucionária.

Quando Fidel Castro pontuou que revolução e educação estabeleciam uma relação sinonímica, deu ênfase ao fato de que somente uma revolução, ao transverter seus quadros político, econômico e social, seria capaz de tornar o homem livre da ignorância advinda do analfabetismo. No contexto cubano de 1961 era mister oportunizar aos cubanos um novo ideal de cultura, conhecimento, trabalho, política e educação.

Nesse viés, o manual “*Alfabetecemos*” explica e orienta o professor a internalizar os novos ideais revolucionários de cultura, conhecimento, trabalho, política, educação e defesa militar, conhecimentos estes que deveriam ser adquiridos pelos alfabetizandos, colocando-se, assim, em prática, a harmonização entre o trabalho e o estudo. Esse princípio configurou-se como a base para que a nova sociedade fosse construída, e, a partir dele, adviriam os novos conhecimentos necessários para se abolir a velha divisão social do trabalho e edificar a Cuba socialista.

Nesse sentido, a pedagogia revolucionária cubana, por meio de sua campanha de alfabetização, corroborou a divulgação dos princípios do trabalho produtivo e ou voluntário, da formação ideológica e política, das atividades culturais e mesmo da educação física.

Ao defender o trabalho voluntário, Guevara (1965) visava romper com o princípio capitalista de divisão social do trabalho, eliminando o trabalho dividido por classes e fazendo com que com o tempo o homem cubano tivesse domínio da técnica e da ciência, da produção e de como seria elaborado conceitualmente um produto. Nesse sentido, defendia Guevara (1965, p. 76):

para preparar o caminho em direção a uma nova etapa da sociedade, onde não existirão as classes e, portanto, não poderá haver diferença alguma entre trabalhador manual e trabalhador intelectual, entre operário e camponês.

Do ponto de vista econômico, o princípio do trabalho voluntário, enfatizado pelas cartilhas, serviria para abrandar os reveses enfrentados por Cuba com a evasão de boa parte dos técnicos influenciados pelos movimentos contrarrevolucionários e pelo bloqueio econômico dos Estados Unidos.

De acordo com Huteau e Lautrey (1976), a formação cultural e ideológica desempenha papel fundamental na educação moral que se fazia necessária para que o modo de produção comunista se desenvolvesse. Segundo os autores, os cubanos “põem claramente uma cultura popular, assente no coletivismo, à cultura burguesa repassada de individualismo” (Huteau; Lautrey, 1976, p. 210).

No âmbito cultural, a campanha de alfabetização cubana de 1961 visava à formação de artistas que se mostrassem comprovadamente revolucionários, objetivando a ampliação do campo da cultura revolucionária, o que implicaria o papel da arte como uma arma da revolução. Essa demanda restaria clara no discurso de Castro Ruz (1961a, p. 30, tradução nossa)⁸⁶:

⁸⁶ Leia-se, no original: “*La Revolución no puede pretender sofocar el arte o la cultura, cuando uno de los objetivos y propósitos fundamentales de la Revolución es desarrollar el arte y la cultura, precisamente para que el arte y la cultura puedan convertirse en una verdadera herencia del pueblo. Y así como deseamos una vida mejor para las personas en el ámbito material, queremos una vida mejor para las personas también en el ámbito espiritual; queremos una vida mejor para las personas en el ámbito cultural. Y así como la Revolución se preocupa por el desarrollo de condiciones y fuerzas que permitan a las personas satisfacer todas sus necesidades materiales, también queremos desarrollar las condiciones que permitan a las personas satisfacer todas sus necesidades culturales*” (Castro Ruz, 1961a, p. 30).

A Revolução não pode pretender sufocar a arte ou a cultura, quando um dos objetivos e um dos propósitos fundamentais da Revolução é desenvolver a arte e a cultura, precisamente para que a arte e a cultura possam se tornar uma verdadeira herança do povo. E assim como desejamos uma vida melhor para as pessoas na ordem material, queremos uma vida melhor para as pessoas também na ordem espiritual, queremos uma vida melhor para as pessoas na ordem cultural. E assim como a Revolução está preocupada com o desenvolvimento de condições e forças que permitam às pessoas satisfazer todas as suas necessidades materiais, também queremos desenvolver as condições que permitam às pessoas satisfazer todas as suas necessidades culturais.

Nesse sentido, Castro Ruz (1961a) conclamava os artistas e intelectuais cubanos não revolucionários a entender que, na revolução, teriam um espaço para trabalhar e criar, além da liberdade de expressar seu espírito criativo. Isso corrobora a ideia de que as produções artísticas e culturais deveriam refletir a política da revolução, em contraste com a cultura burguesa, que permitia que apenas certos indivíduos se destacassem. Nesse sentido, para os líderes revolucionários, atingir esses objetivos implicaria encontrar as raízes da “cultura nacional e latinoamericana, ponto de partida para a assimilação crítica da cultura universal” (Huteau; Lautrey, 1976, p. 264).

Na cartilha “**¡Venceremos!**”, a presença do enunciado de José Martí, “Saber ler é saber andar. Saber escrever é saber subir” (Cuba, 1961b, p.110, tradução nossa)⁸⁷ deixava claro que saber ler possibilitaria uma independência, por, sua vez, saber subir se relacionava a prosperar, enfatizando assim a importância da propagação da cultura.

Em consonância aos projetos da campanha de alfabetização cubana de 1961, a imprensa teve um papel significativo pela rotina de veiculação de programas de rádio de 15 a 45 minutos com repetição de até 15 vezes ao dia, divulgando conhecimentos de higiene, saúde, problemas do setor agropecuário e outros inerentes à arte e literatura (Peroni, 2000).

Corroboravam, também, diversas atividades paralelas à alfabetização como a realização de visitas a parques, peças de teatro, cinemas e praias. Nesse sentido, resta claro que a campanha de alfabetização cubana, por meio de suas cartilhas, proclamava cultura como instrumento para a formação do caráter moral e ideológico do *novo homem*.

⁸⁷ Leia-se, no original: “*Saber leer es saber caminar. Saber escribir es saber subir*” (Cuba, 1961b, p.110).

Infere-se, portanto, uma demanda da campanha estava em investir na formação teórico, didática, política e ideológica do professor alfabetizador, responsável por formar ideologicamente as novas gerações. Assim, todo guerrilheiro desempenharia a função dupla de ser um combatente e um organizador social, um propagador de cultura, um formador de opinião, o que remete à ideia de que tanto o governo revolucionário quanto o indivíduo deveriam estar cientes de seu dever social.

Em paralelo, era evidente a necessidade de se desenvolver estratégias políticas para demitologizar a hierarquização e criar estratégias motivadoras vistas como justas, trazendo o indivíduo para a coletividade. Além disso, teve início, em Cuba, o debate acerca da necessidade de superação da divisão social do trabalho e da emancipação humana, e mostrou-se necessário o rompimento com os valores da velha sociedade cubana em relação aos princípios que diziam respeito ao trabalho, ao latifúndio e à propriedade privada, à educação, à cultura e à desvalorização da mulher.

No viés do projeto econômico, o intuito era a propagação das cooperativas, esteando, assim, a relevância da Reforma Agrária, que “muda a estrutura agrária do país. Dá a terra a quem nela trabalha e erradica o latifúndio” (Cuba, 1961a, p. 89, tradução nossa)⁸⁸, desviando-se, dessa forma, dos princípios burgueses de latifúndio e adotando o sistema de cooperativa agrária. Os trabalhadores residentes nas terras confiscadas pelo governo revolucionário pertencentes então ao Estado cubano formavam as cooperativas, passando a receber salários três vezes maiores e a participar dos lucros quando estes surgissem. Isso significou o rompimento do princípio de propriedade privada em Cuba. Combinando estudo e trabalho, as casas dos camponeses foram construídas próximas às cooperativas e às escolas. Tudo isso corroborado pelo manual “**Alfabeticemos**”, que trazia temáticas como “As Cooperativas”; “A Terra é Nossa”; “Operários e Camponeses”⁸⁹, entre outras.

A questão das motivações da Campanha como uma experiência e continuidade pode ser vista a partir da integração de duas dimensões. As motivações histórico-culturais da campanha de alfabetização se desdobraram em nível social como parte do processo histórico cubano, e as motivações histórico-

⁸⁸ Leia-se, no original: “*cambia la estructura agraria del país. Da la tierra a quien la trabaja y erradica el latifundio*” (Cuba, 1961a, p. 89).

⁸⁹ Leia-se, no original: “*Las Cooperativas*”; “*La Tierra es Nuestra*”; “*Obreros y Campesinos*”.

políticas se desenvolveram no movimento de libertação nacional em suas forças de vanguarda nacionalistas, socialistas e/ou marxistas.

As motivações histórico-culturais da campanha de alfabetização se desdobraram em nível social como parte do longo processo de constituição da identidade cubana. Elas se enraízam nas lutas por independência e na valorização da cultura nacional como elemento de resistência ao colonialismo. Desde José Martí, a educação fora concebida como expressão da dignidade do povo e como via de emancipação moral e intelectual. Assim, a Campanha de 1961 retomou essa herança, convertendo a alfabetização em instrumento de reconstrução simbólica da nação: ensinar a ler e a escrever equivalia a devolver ao povo o direito à palavra, à memória e à participação na vida pública.

As motivações histórico-políticas, por sua vez, emergem do contexto da Revolução Cubana e da necessidade de consolidar um novo Estado e uma nova consciência social. Vinculada ao projeto socialista em formação, a alfabetização foi organizada como estratégia de integração das massas ao programa político revolucionário. Ao mesmo tempo em que combatia o analfabetismo herdado da era batistiana, a campanha difundia os valores de solidariedade, disciplina e trabalho coletivo, articulando-se às metas econômicas e ideológicas do novo regime. A educação, portanto, assumiu dupla função: reconstruir a nação culturalmente e garantir sua coesão política, transformando o povo em protagonista do processo histórico.

A presente subseção visou demonstrar que a transformação social projetada pela Revolução Cubana não se deu como um processo espontâneo ou meramente conjuntural, mas como resultado de uma intencionalidade política e pedagógica profundamente articulada a um programa revolucionário que unificava cultura, economia, trabalho e ideologia.

A análise dos discursos fundantes da revolução, cotejados com os materiais pedagógicos da Campanha de Alfabetização de 1961 à luz da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977), evidenciou a existência de um projeto formativo totalizante, voltado à constituição de uma nova ordem social e, com ela, de um novo sujeito histórico.

Tanto quanto, o manual e a cartilha utilizados durante a campanha, ao incorporarem princípios como o trabalho voluntário, a coletivização, o rompimento com a lógica burguesa da propriedade privada e a superação da divisão social do

trabalho, se mostraram instrumentos que não apenas ensinaram a ler e escrever, mas também a pensar, agir e sentir segundo os imperativos da revolução.

A educação, nesse sentido, foi elevada à condição de mediação histórica entre a velha sociedade e o projeto socialista que se pretendia edificar. Constatou-se, portanto, que a alfabetização foi, simultaneamente, um ato político, pedagógico e econômico, integrando o indivíduo ao novo pacto civilizatório proposto pela revolução.

5 O *HOMEM IDEAL*: CONTRIBUIÇÃO DAS CARTILHAS PARA FORMAÇÃO DO SUJEITO

A última seção da presente tese tem por objetivo identificar e cotejar os fundamentos constituintes do *homem ideal* para a Revolução Cubana, tal como se materializam no conteúdo do manual dos maestros alfabetizadores “**Alfabetizemos**” e na cartilha de alfabetização “**¡Venceremos!**” utilizados na Campanha de Alfabetização de 1961.

Entende-se que nos discursos de Fidel Castro e Che Guevara encontram-se os fundamentos constituintes do *homem ideal* para a nova conjuntura política, econômica, social e cultural cubana imanente da revolução. Fundamentos transpostos de forma sistemática e intencional nos materiais pedagógicos produzidos no âmbito da Revolução.

Neste sentido, a abordagem foi ancorada na análise de conteúdo (Bardin, 1977) e articulada ao referencial teórico de Cuba (1981), Gillette (1977) e Riverend (1980) possibilitando um exame crítico das categorias – educação, trabalho, ideologia e transformação social – e de como estas são operadas nos materiais didáticos para conformar o modelo de homem revolucionário desejado pela Revolução Cubana.

Tem-se, neste sentido, a compreensão do processo formativo revolucionário, suas mediações e contradições, ao cotejar os conteúdos das cartilhas e do manual com os princípios expressos nos discursos oficiais e nas diretrizes da campanha. Para tanto, serão localizadas e interpretadas às unidades de sentido que expressam os valores e atributos do *homem ideal* cubano, articulando o sentido educativo à função político-ideológica da alfabetização no contexto da Revolução.

5.1 O *homem ideal*: aspectos históricos, etimológicos, filosóficos e ontológicos

O conceito de *homem ideal* é uma construção que se transforma ao longo do tempo e varia conforme as particularidades de cada sociedade. Essa ideia não é estática; ela é moldada por diversos fatores, incluindo as condições sociais, culturais, econômicas e políticas do momento histórico em questão. Portanto, para compreender o que constitui o *homem ideal* em uma determinada sociedade, é fundamental considerar o contexto em que ele está inserido (Gilles, 1983).

A concepção de *homem ideal* é um tema que requer uma análise crítico-reflexiva aprofundada, pois se trata de um conceito subjetivo e dinâmico, moldado pelas transformações históricas e culturais da humanidade. Desde a Antiguidade, diversas correntes filosóficas, como o estoicismo, as tradições grega e romana, entre outras, ofereceram visões sobre o que constitui esse ideal, refletindo as demandas sociais e éticas de seus tempos (Brun, 1986).

O estoicismo, por exemplo, enfatizava virtudes como a razão, a autocontenção e a capacidade de enfrentar adversidades com serenidade. Para os estoicos, o *homem ideal* era aquele que cultivava a sabedoria e se esforçava para viver em harmonia com a natureza e a razão universal. Essa perspectiva destaca a importância da formação moral e do desenvolvimento pessoal em um mundo repleto de desafios (Brun, 1986).

De maneira similar, as filosofias grega e romana abordavam a noção de areté, ou excelência, que englobava tanto aspectos éticos quanto intelectuais. O *homem ideal* nessas culturas era visto como um cidadão ativo e virtuoso, comprometido com o bem comum e a participação na vida pública (Vito, 2016). Essa visão exigia uma educação abrangente que preparasse os indivíduos para atender às necessidades sociais de sua época.

À medida que as sociedades evoluíram ao longo dos séculos, o conceito também passou por reinterpretações significativas. Movimentos sociais, mudanças econômicas e inovações tecnológicas influenciaram as expectativas em relação ao que se considera desejável ou exemplar em um indivíduo. Assim, essa fluidez do *ideal humano* revela não apenas a complexidade das interações entre cultura e comportamento, mas também a necessidade contínua de adaptação às realidades contemporâneas.

É nessa perspectiva que precisamos refletir sobre o papel fundamental na construção dessa concepção, exercido pelos governos, visto que as políticas públicas, os programas educacionais e as campanhas sociais podem moldar comportamentos e valores específicos entre os cidadãos, por meio de direcionamentos educacionais.

A concepção de *homem ideal*, no campo da filosofia, é marcada por uma longa tradição de debates entre ontologia, ética e política. Para Abbagnano (2007), o ideal não se refere apenas a uma perfeição abstrata, mas àquilo que estabelece um modelo normativo de ser humano, guiado por finalidades determinadas histórica e

culturalmente. Esse ideal não é fixo, mas dialético: responde às contradições de seu tempo e expressa a busca pela superação das limitações concretas da existência.

No campo do pensamento social, segundo a tradição do pensamento social, o ideal de homem é inseparável da estrutura material da sociedade. O ser humano se define pelas relações sociais nas quais está inserido, sobretudo pela centralidade do trabalho como práxis transformadora. Assim, o *homem ideal* não é aquele que se realiza isoladamente, mas aquele que se constitui na coletividade e pela transformação revolucionária de seu meio (Outhwaite; Bottomore, 1996).

No caso cubano, o ideal de homem revolucionário delineado nos discursos de Fidel Castro e Che Guevara estavam ligados à formação de uma nova orientação ética, ou seja, a ética socialista. Em suas intervenções, como no discurso de 1960 e de 1965, Guevara (1965) reitera que o *novo homem* deve ser altruísta, combativo, disciplinado e devotado à coletividade.

Esse *homem ideal* é fruto de um projeto pedagógico-político que recusa o individualismo burguês e se ancora numa cultura do sacrifício e da militância. A Revolução Cubana, portanto, não se limita a modificar estruturas econômicas, mas empreende um processo de formação humana radical, no qual a subjetividade é moldada por novas práticas de solidariedade e pertencimento à causa socialista, conforme o *ethos* revolucionário.

Contudo, o seu processo de formação foi atravessado por contradições inerentes ao próprio movimento histórico da Revolução. Enquanto propunha a emancipação por meio da educação e da cultura, o regime revolucionário também consolidava mecanismos de controle ideológico, como se observa na uniformização de discursos nos materiais didáticos da Campanha de Alfabetização de 1961.

De tal modo, a figura do alfabetizador, exaltada como herói da pátria, e o conteúdo das cartilhas – imbuídos de mensagens patrióticas e anti-imperialistas – ilustram uma tensão entre emancipação e doutrinação. A alfabetização, nesse contexto, era simultaneamente instrumento de liberdade e veículo de reprodução de um projeto ideológico centralizado, como aponta Peroni (2000), ao evidenciar que a formação crítica do sujeito era limitada pela unilateralidade dos conteúdos.

Essa ambivalência não anula os méritos da Revolução, mas convida à análise dialética do processo histórico. O *homem ideal* cubano, ainda que concebido como agente consciente da transformação social, era forjado num cenário em que a liberdade era compreendida como adesão incondicional ao projeto revolucionário.

A liberdade de pensamento coexistia com a exigência de lealdade política; a formação crítica coexistia com a vigilância ideológica. Assim, a Revolução Cubana revela, em sua complexidade, um ideal de homem profundamente comprometido com a justiça social e a superação das opressões históricas, mas simultaneamente condicionado pelas contradições de um projeto político que, ao tentar libertar, também normatiza, conduz e limita.

No que tange o conceito de *homem ideal*, sob a perspectiva ontológica e histórica, o conceito está vinculado à totalidade das condições materiais de existência e à prática social concreta (Bottomore, 2001). O “ideal” não se apresenta como uma abstração metafísica, mas como uma projeção histórica possível, fundada nas contradições reais do modo de produção capitalista e na possibilidade de sua superação pela práxis revolucionária.

O homem não é concebido como um ente fixo, mas como sujeito histórico, constituído na e pela mediação do trabalho e das relações sociais que o envolvem. Nessa perspectiva, o *homem ideal* é aquele que alcança sua realização plena por meio da apropriação coletiva dos meios de produção e da emancipação do fetichismo das mercadorias, que o aliena de sua essência social e produtiva.

No contexto da Revolução Cubana, a construção do homem novo – expressão frequentemente mobilizada por Fidel Castro e Che Guevara – se inscreve nessa tradição crítica e transformadora. Guevara defendeu, por exemplo, que o homem novo deve internalizar os valores do coletivo, da solidariedade e da entrega consciente ao projeto revolucionário. No entanto, essa concepção comporta tensões.

De um lado, a superação da alienação capitalista se torna possível pela articulação entre trabalho, educação e ideologia, como revela a Campanha de Alfabetização de 1961. Por outro lado, a idealização de um tipo humano modelado pela moral revolucionária pode incorrer em práticas normativas e autoritárias, comprometendo o princípio da autodeterminação subjetiva e histórica dos sujeitos, ainda que com vistas à construção de uma nova ordem social.

Assim, a dialética do *homem ideal* em Cuba não pode ser reduzida à narrativa unilateral da revolução. A campanha de alfabetização, por exemplo, desempenhou papel essencial na conformação simbólica e material dessa nova ordem social. Todavia, ao instrumentalizar a educação como via de adesão política e ideológica ao projeto socialista, impôs limites à pluralidade e à autonomia dos indivíduos.

A proposta de um *homem ideal* revolucionário – trabalhador, solidário, letrado e comprometido com a coletividade – revela, portanto, uma tensão constitutiva: entre emancipação e normatização, entre liberdade e disciplina, entre utopia transformadora e aparato ideológico de Estado.

Isto posto, ressalta-se que o conceito de *homem ideal* em Cuba foi influenciado por uma luta contínua por liberdade e justiça social. A independência, conquistada após longos anos de luta contra o colonialismo espanhol, estabeleceu as bases para um novo ideal que se desvia das influências externas e busca a construção de uma identidade nacional autêntica (Pérez-Galdós, 1988).

A partir dessa reflexão, podemos destacar o pensamento de José Martí, como figura central na formação desse ideal. Ele defendia um homem que fosse não apenas patriota, mas também educado e comprometido com os valores de solidariedade e justiça. Esses princípios se tornaram fundamentais para os líderes revolucionários que buscavam moldar a sociedade cubana após 1959.

O *homem ideal* descrito aqui é aquele que não busca apenas seu próprio bem-estar, mas que se compromete com o progresso coletivo. Essa visão está profundamente enraizada na ideia de que o indivíduo deve ser um agente ativo na transformação social. Assim, a concepção do *homem ideal* cubano não é isolada; ela reflete as necessidades e expectativas da sociedade em um momento histórico específico. Após décadas de desigualdade e opressão, havia uma demanda por um novo tipo de cidadão que pudesse contribuir para um futuro mais justo (Pérez-Galdós, 1988).

Os líderes políticos da Revolução entendiam que a formação do *novo homem* era crucial para garantir a sustentabilidade das mudanças sociais. Assim, a educação passou a ser vista como um pilar fundamental para moldar cidadãos comprometidos com os princípios revolucionários, capazes de superar desafios e construir uma sociedade mais equitativa (Pérez-Galdós, 1988).

O *homem ideal* é frequentemente uma construção social que reflete os valores e aspirações de uma comunidade. Para compreender melhor essa ideia, precisamos refletir sobre a importância da educação para a superação da alienação, tendo em vista a formação do *homem ideal* em detrimento da necessidade social.

A elaboração teórica acerca do *novo homem* cubano encontra em Che Guevara e em seus intérpretes, como Gillette (1977), uma formulação que ultrapassa as reformas materiais ou institucionais e adentra o campo da

transformação ontológica, por exemplo, em seu discurso intitulado “O socialismo e o homem em Cuba”, pronunciado em 1965, Guevara enfatizou que “para construir o comunismo, paralelamente à base material tem que se fazer um homem novo” (Guevara, 1965, p. 5).

Compreende-se que a revolução, ao propor a construção do comunismo, não poderia prescindir da formação simultânea de uma nova base econômica e de sujeitos capazes de sustentar tal projeto. A descrição do *novo homem*, nesse contexto, está diretamente vinculada à necessidade de produzir uma identidade nacional enraizada na coletividade, no pertencimento ativo e na consciência histórica.

Gillette (1977) observa que, ao romper com a lógica reformista e abandonar o desejo de aproximação com o modelo norte-americano, a Revolução Cubana passou a projetar um ser humano para além das conquistas materiais. Trata-se da busca por um sujeito livre da alienação, que não apenas usufrua de melhores condições de vida, mas que atue de forma consciente, crítica e integrada à transformação social.

Nesse processo, o cidadão cubano deveria não só viver melhor, mas ser melhor, segundo os parâmetros da ética socialista. O *novo homem* é, portanto, simultaneamente produto e agente do processo revolucionário. Esse ideal subjetivo, exigiu uma ruptura com os valores do individualismo liberal e com o modelo burguês de progresso.

Por seu turno, o novo sujeito revolucionário deveria ser construído como um ser dotado de consciência política, engajamento coletivo e adesão voluntária aos ideais do socialismo. A mudança na base econômica da sociedade é indissociável da reconfiguração dos valores, afetos e práticas sociais que moldam o comportamento dos indivíduos. A pedagogia revolucionária, nesse sentido, torna-se elemento fundamental da práxis de transformação.

Observa-se, neste contexto, a dimensão vivencial da transformação: o *novo homem* emerge como aquele que aprendeu a ler, a contar, a escrever, a pensar e a sorrir – atributos que, juntos, revelam uma nova concepção de humanidade. A posse de um trabalho digno e o acesso a uma existência ativa, criadora e partilhada simbolizam não apenas conquistas sociais, mas a materialização dos hábitos revolucionários, expressos na produção da vida social e coletiva. A formação desse *homem ideal*, como demonstra a análise de Gillette (1977), é o eixo condutor do

projeto cubano de ruptura com a velha ordem e edificação de uma nova sociabilidade.

Entretanto, é possível identificar uma contradição intrínseca ao ideal do homem livre da alienação proposto por Guevara (1965) quando confrontado com os instrumentos utilizados para sua formação, notadamente a Campanha de Alfabetização de 1961.

Como exemplo, na cartilha “*¡Venceremos!*”, é possível observar a presença explícita de conteúdos com forte caráter ideológico, evidenciando a função político-pedagógica do processo de alfabetização. Logo nas páginas iniciais, onde o vocabulário utilizado para o ensino da leitura inclui palavras como “**Revolución**”, “**miliciano**”, “**patria**” e “**Fidel**”, associadas diretamente ao léxico político da Revolução Cubana.

A repetição sistemática dos nomes e das imagens de Fidel, Camilo e Raúl nas lições iniciais da cartilha evidencia o processo de personalização da Revolução, no qual o líder se converte em símbolo pedagógico e moral. Sob a ótica da análise de conteúdo (Bardin, 1977), a recorrência desses signos linguísticos e imagéticos não é aleatória: ela cumpre uma função de ancoragem ideológica, conferindo à figura do líder um estatuto de referência ética e cognitiva. No plano semântico, a palavra “Fidel” transcende a designação pessoal e assume valor metonímico da própria Revolução, operando como signo de legitimidade e unidade.

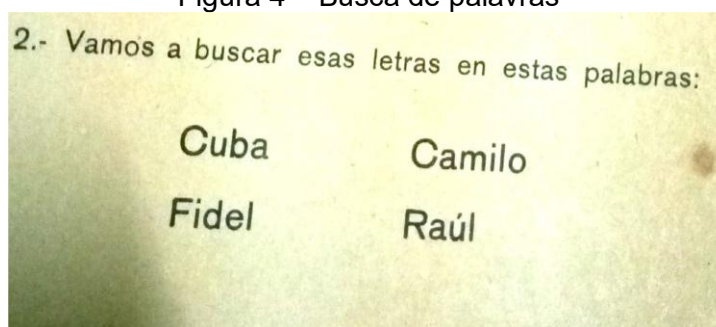
Do ponto de vista sociopolítico, esse movimento corresponde ao que Hobsbawm (2013) denomina de “mitificação dos fundadores”, processo em que o carisma individual é convertido em pedagogia coletiva. O culto ao líder, nesse contexto, não se limita à veneração simbólica, mas constitui um dispositivo formativo: educar significava também aprender a identificar-se com o exemplo moral do dirigente, reproduzindo em escala popular a disciplina, a coragem e a entrega que lhe eram atribuídas. Essa estratégia discursiva reforça a centralidade do líder como mediador entre o povo e a Revolução, transformando sua imagem em paradigma de conduta e, ao mesmo tempo, em instrumento de coesão política e afetiva.

Por essa via, a cartilha “*¡Venceremos!*” não apenas alfabetiza, mas socializa valores e afetos revolucionários, fundindo a aprendizagem da palavra escrita com a internalização do modelo de liderança carismática. A repetição de “Fidel” nas primeiras lições, por exemplo, atua como ritual linguístico de pertencimento, no qual

a pronúncia do nome se torna ato de lealdade. A alfabetização, assim, se confunde com a liturgia política, e o líder deixa de ser apenas um indivíduo histórico para se tornar emblema semântico da própria Revolução, garantindo a continuidade simbólica entre o Estado, o povo e a utopia socialista.

Como pode-se observar na imagem abaixo, extraída da cartilha, havia um interesse político, de alfabetizar para o reforço ideológico, inclusive para inculcar nos alfabetizados o nome dos líderes revolucionários:

Figura 4 – Busca de palavras



Fonte: Cuba (1961b, p. 4)⁹⁰.

A Figura 4, extraída da cartilha “**¡Venceremos!**”, ao apresentar o exercício demonstra que a proposta pedagógica, aparentemente simples, revela uma estratégia intencional de alfabetização profundamente entrelaçada com a ideologia revolucionária. Do ponto de vista da análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), identifica-se aqui uma **unidade de registro simbólica** que privilegia nomes de líderes revolucionários (Fidel, Camilo, Raúl) e o próprio nome do país (Cuba), formando um campo semântico carregado de sentido político e identitário.

Tanto quanto em outros contextos político-econômico-sociais, a escolha desses vocábulos pelos organizadores da Campanha de Alfabetização, não ocorre de forma neutra, ou seja, todos eles remetem à cúpula dirigente da Revolução Cubana. Ao introduzir essas palavras como base do aprendizado inicial da leitura, o material didático não apenas ensina fonemas ou grafias, mas associa imediatamente o processo de letramento à interiorização de símbolos do regime.

Trata-se, portanto, de uma prática educativa que funde alfabetização com formação ideológica. Esse tipo de estratégia expressa o que Althusser (1980)

⁹⁰ Leia-se, no original: “*Vamos a buscar esas letras en estas palabras: Cuba, Difel, Camilo, Raúl*” (Cuba, 1961b, p. 4). “*Vamos buscar essas letras nessas palavras: Cuba, Difel, Camilo, Raúl*” (Cuba, 1961b, p. 4, tradução nossa).

chamou de **aparelho ideológico de Estado** no qual a escola – neste caso, representada pela campanha de alfabetização – age como mediadora da reprodução dos valores políticos dominantes.

O cidadão alfabetizado não apenas aprende a ler, mas aprende a **ler o mundo** sob a ótica do projeto revolucionário. Assim, a cartilha “**¡Venceremos!**” se apresenta como instrumento de letramento e, também de conformação de subjetividades para a construção do homem novo cubano.

Logo, entende-se que ao mesmo tempo ensinou-se o código linguístico, há uma imersão do alfabetizando nos valores, símbolos e personagens centrais do projeto revolucionário. Essa prática pedagógica revela a intencionalidade de formar, simultaneamente, sujeitos letrados e ideologicamente alinhados ao novo regime, confirmando a função da educação como meio de construção da consciência coletiva e de legitimação da nova ordem político-social.

A alfabetização, assim, não é neutra: ela constitui-se como um espaço de difusão dos ideais revolucionários, em que a linguagem se torna instrumento de pertencimento, mobilização e fidelização ao projeto cubano. Entende-se que, embora o projeto buscasse libertar o sujeito da alienação imposta pelo analfabetismo e pela opressão capitalista, o conteúdo pedagógico utilizado nos materiais de ensino – como a cartilha “**¡Venceremos**” e o manual “**Alfabetecemos**” – estava profundamente imbricado com os princípios e valores da própria revolução.

Ao mesmo tempo em que se alfabetizava, transmitia-se também uma visão de mundo alinhada à ideologia revolucionária, fazendo com que o processo de emancipação se desse mediante uma nova forma de inserção ideológica. Ou seja, o homem alfabetizado tornava-se também um agente de reprodução dos valores da revolução, o que tensiona a concepção de desalienação ao evidenciar que, em lugar de uma libertação plena, havia uma reconfiguração dos marcos ideológicos de pertencimento e identidade.

Sendo assim, o *homem ideal* delineado pelo governo revolucionário se caracteriza como aquele sujeito plenamente integrado ao processo, consciente de seu papel histórico, disciplinado, produtivo e, sobretudo, leal ao novo Estado socialista. Conquanto, aquele que se colocava em oposição a tais atributos, advindo de movimentos contrarrevolucionários ou se opondo ao processo de transformação promovido pela revolução, não era reconhecido como parte legítima desse novo sujeito histórico (Gillette, 1977).

O homem contrarrevolucionário – representado por setores que resistiam ao coletivismo, ao planejamento estatal e à pedagogia da militância – era, portanto, a antítese da subjetividade promovida pela nova ordem social. Essa oposição se manifestou de forma explícita durante a Campanha Nacional de Alfabetização de 1961.

De acordo com o projeto político da época e em consonância com as estratégias dos líderes revolucionários, a alfabetização era promotora do engajamento com os valores do regime. A cartilha do alfabetizando e o manual do alfabetizador propuseram a luta contra o imperialismo e adesão ao modelo revolucionário.

Dessa forma, aqueles que assumiam posturas críticas ou refratárias à revolução – os chamados contrarrevolucionários – encontravam barreiras ideológicas e sociais para sua participação no processo educativo. Como analisa Rosa (2023), os sujeitos que se recusavam a reconhecer a legitimidade do novo projeto político eram frequentemente excluídos dos espaços de aprendizagem ou estigmatizados como inimigos da pátria.

Os próprios relatos contidos em documentos como o de Poroloniczak (2019) demonstram que os alfabetizadores (maestros voluntários) enfrentavam tensões significativas ao atuar em zonas rurais e periféricas, onde o apoio à revolução nem sempre era consensual. Nessas regiões, os professores tinham de lidar com resistências abertas de camponeses, ex-batistianos e pequenos proprietários contrários à reforma agrária, os quais viam na alfabetização uma tentativa de doutrinação.

Em alguns casos, houve recusa direta à presença dos brigadistas, ameaças e até expulsões. Embora oficialmente o acesso à alfabetização fosse universal, na prática, a oposição política ao regime colocava esses sujeitos à margem do processo, criando uma exclusão que não era formal, mas concreta e ideológica.

Assim, o projeto cubano de educação popular carregava em si uma contradição estruturante: o homem que não se deixava moldar pela lógica do coletivo, que não se submetia ao trabalho voluntário e à ética da entrega total ao socialismo, era considerado um resquício da velha ordem.

Essa negação prática do direito à educação revela alguns dos limites da Revolução no âmbito da pluralidade política e à construção de uma cidadania baseada na divergência. Em nome da formação do homem novo, criou-se um

modelo normativo que excluía a complexidade real do povo cubano e impôs, em muitos casos, a pedagogia da conformação em detrimento da verdadeira emancipação.

Por outro prisma, segundo Gillette (1977), ao perceberem que os jovens alfabetizadores estavam associados à promoção da imagem positiva da revolução, os grupos contrarrevolucionários passaram a persegui-los e ameaçá-los diretamente, incluindo os camponeses que aceitavam ser alfabetizados.

Essa violência pode ser exemplificada através de um dos marcos simbólicos daquele contexto: o assassinato do jovem negro Conrado Benítez, de apenas 15 anos, que resultou na transformação das brigadas de alfabetização em símbolo de resistência revolucionária. Tais ações indicam que, para o regime, o homem que se opunha à alfabetização politicamente orientada não integrava o ideal de sujeito transformador.

Quanto aos obstáculos impostos pelos contrarrevolucionários e a repressão, entende-se que a presença de grupos armados contrários ao regime – especialmente nas zonas montanhosas e periféricas – dificultou não apenas o trabalho pedagógico dos voluntários, mas colocou em risco a própria segurança de quem aderiu à campanha (Gillette, 1977). Essa tensão evidenciava que o projeto educacional estava inserido em um campo de disputa ideológica, no qual o *homem idealizado* pela Revolução entrava em choque com sujeitos que recusavam a lógica da nova ordem.

Tanto quanto, na relação entre contrarrevolução e acesso à alfabetização, podemos evidenciar que os desafios logísticos, pedagógicos e ideológicos limitaram esse alcance (Gillette, 1977) da Campanha que, embora tivesse como objetivo alcançar toda a população, independentemente de posição política, teve que lidar também com os opositores ao regime.

Tão logo, a proposta educacional, baseada em um modelo tradicional e, em certos aspectos, ainda autoritário, entrava em contradição com o princípio da universalização crítica, o que reforçava a exclusão dos sujeitos que não aderiam plenamente ao regime revolucionário. A campanha enfrentou não apenas desafios materiais, mas também a oposição ativa de forças que compreendiam a alfabetização como instrumento de hegemonia política (Gillette, 1977).

A repressão e o medo impostos por esses grupos resultaram na retirada de muitos voluntários e no isolamento dos camponeses que buscavam aprender.

Assim, mesmo quando o acesso formal à alfabetização era garantido, o contexto de violência simbólica e material atuava como força impeditiva, revelando os limites da emancipação pretendida pelo projeto revolucionário.

Visando corroborar com tais análises, o quadro que segue demonstra cada uma das etapas da análise do conteúdo aplicada sobre o manual do alfabetizador e a cartilha do alfabetizando:

Quadro 6 – Categorias de análise e inferência crítica (Bardin, 1977)

Categoria de Análise (Bardin, 1977)	Trecho da Cartilha/Manual	Elementos Observáveis	Inferência Crítica (Bardin, 1977)
Formação ideológica	“Ajude-o a compreender que este é o melhor momento para aprender a ler e escrever... ajudará com seu esforço a aumentar a produção [...]” (Cuba, 1961a, p. 11, tradução nossa) ⁹¹	Alfabetização vinculada ao dever cívico e à produção nacional.	A mensagem visa formar sujeitos engajados com o desenvolvimento nacional e ideologicamente alinhados.
Disciplina e docilidade	“Cada cubano um miliciano. Um miliciano vigilante e disciplinado” (Cuba, 1961b, p. 73, tradução nossa) ⁹²	Obediência e vigilância como virtudes formativas.	A docilidade é representada como disciplina necessária à manutenção da ordem revolucionária.
Identidade revolucionária	“O médico luta junto ao povo” (Cuba, 1961b, p. 59, tradução nossa) ⁹³	Profissionais como sujeitos políticos integrados ao povo.	A figura do profissional é reconstruída como parte da militância popular.
Integração produtiva	“Esta campanha é labor de todo o povo [...] ainda que os alfabetizadores analfabetos tenham que fazer muitos sacrifícios” (Cuba, 1961a, p. 5, tradução nossa) ⁹⁴	Valorização do sacrifício e da entrega à causa coletiva.	A disposição ao sacrifício reforça o ideal de abnegação como valor formativo do 'homem novo'.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A leitura e reflexão sobre o quadro reforçam a compreensão da análise de conteúdo das cartilhas “**¡Venceremos!**” e “**Alfabetecemos**”, à luz do método de Bardin (1977), permite identificar quatro categorias temáticas centrais na formação do *homem ideal* cubano: formação ideológica, disciplina e docilidade, identidade revolucionária e integração produtiva. Cada uma dessas categorias está associada a

⁹¹ Leia-se, no original: “Ayúdalo a comprender que este es el mejor momento para aprender a leer y escribir... ayudará con su esfuerzo a aumentar la producción [...]” (Cuba, 1961a, p. 11).

⁹² Leia-se, no original: “Cada cubano, un miliciano. Un miliciano vigilante y disciplinado” (Cuba, 1961b, p. 73).

⁹³ Leia-se, no original: “El médico lucha junto al pueblo” (Cuba, 1961b, p. 59).

⁹⁴ Leia-se, no original: “Esta campaña es labor de todo el pueblo [...] aunque los alfabetizadores analfabetos tengan que hacer muchos sacrificios” (Cuba, 1961a, p. 5).

práticas discursivas e pedagógicas que moldam a subjetividade do alfabetizando conforme os valores revolucionários.

No campo da formação ideológica, a repetição de termos como “Pátria”, “Revolução”, “Fidel” e “trabalhador” reforça a consciência nacional e o patriotismo. Um exemplo está no manual **“Alfabeticemos”**, quando se afirma: “Ajude-o a compreender que este é o melhor momento para aprender a ler e escrever [...] ajudando com seu esforço a aumentar a produção [...]” (Cuba, 1961a, p. 11, tradução nossa)⁹⁵. A alfabetização é, portanto, apresentada como ato de compromisso patriótico.

Na categoria da disciplina e docilidade, a cartilha **“¡Venceremos”** afirma: “Cada cubano um miliciano. Um miliciano vigilante e disciplinado” (Cuba, 1961b, p. 73, tradução nossa)⁹⁶. Esse enunciado associa diretamente o sujeito ideal à obediência e à vigilância, construindo uma identidade guiada por comandos e orientações hierárquicas.

Quanto à identidade revolucionária, a presença de figuras como “milicianos”, “médicos”, “camponeses” e “operários” é recorrente. Um exemplo marcante está na cartilha **“¡Venceremos”**: “O médico luta junto ao povo” (Cuba, 1961b, p. 59, tradução nossa)⁹⁷. Isso indica que mesmo as profissões ditas técnicas são reconfiguradas em chave militante, reforçando a participação ativa na causa socialista.

Por fim, no campo da integração produtiva, a alfabetização é vinculada à função social do trabalho. O manual **“Alfabeticemos”** afirma que “a campanha é trabalho de todo o povo [...] mesmo que os alfabetizadores tenham de fazer muitos sacrifícios” (Cuba, 1961a, p. 5, tradução nossa)⁹⁸. A abnegação e o sacrifício são tratados como virtudes revolucionárias.

Esses conteúdos, quando examinados à luz da metodologia de Bardin (1977), revelam-se como unidades de registro selecionadas para transmitir um conteúdo ideológico específico. As escolhas lexicais, as imagens mobilizadas e as instruções presentes nos materiais didáticos não apenas ensinam a ler, mas moldam a forma

⁹⁵ Leia-se, no original: “Ayúdelo a comprender que este es el mejor momento para aprender a leer y escribir [...] ayudando con su esfuerzo a aumentar la producción [...]” (Cuba, 1961a, p. 11).

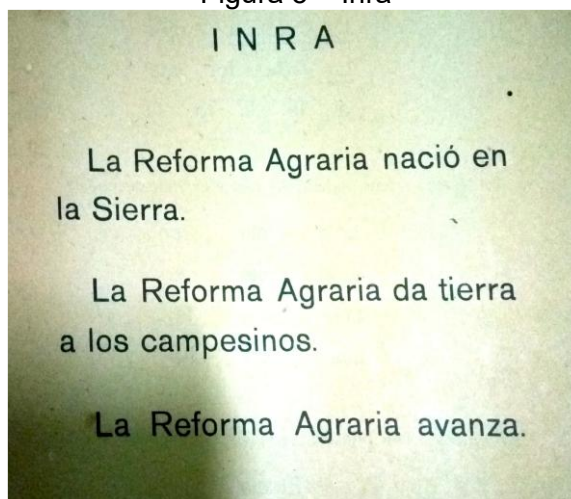
⁹⁶ Leia-se, no original: “Cada cubano, un miliciano. Un miliciano vigilante y disciplinado” (Cuba, 1961b, p. 73).

⁹⁷ Leia-se, no original: “milicianos”, “médicos”, “campesinos” y “obreros” [...] “El médico lucha junto al pueblo” (Cuba, 1961b, p. 59).

⁹⁸ Leia-se, no original: “la campaña es trabajo de todo el pueblo [...] aunque los alfabetizadores tengan que hacer muchos sacrificios” (Cuba, 1961a, p. 5).

como se lê o mundo. A análise categorial aplicada permite agrupar os enunciados segundo temas recorrentes, que, em conjunto, compõem a estrutura de significação do projeto pedagógico-político cubano. Como amostragem, destaca-se a seguir o texto de apoio recordado da cartilha “**¡Venceremos**”.

Figura 5 – Inra

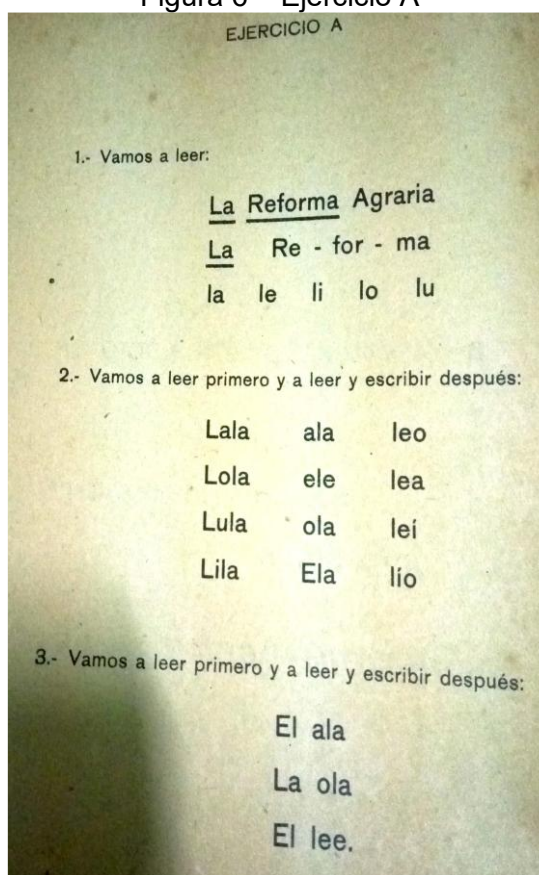


Fonte: Cuba (1961b, p. 10)⁹⁹.

Na sequência temos o reforço do texto, cuja a imagem podemos apreciar:

⁹⁹ Leia-se, no original: “*INRA. La Reforma Agraria nació en la Sierra. La Reforma Agraria da tierra a los campesinos. Reforma Agraria avanza*” (Cuba, 1961b, p. 10). “*INRA. A Reforma Agrária nasceu na Serra. A Reforma Agrária dá terra aos camponeses. A Reforma Agrária avança*” (Cuba, 1961b, p. 10, tradução nossa).

Figura 6 – Ejercicio A



Fonte: Cuba (1961b, p. 11)¹⁰⁰.

Partindo do pressuposto da Reforma Agrária como um dos sustentáculos da Revolução Cubana, o tema intencionalmente escolhido para o texto de apoio é reforçado no exercício de alfabetização. Evidenciando, assim, o uso do processo de alfabetização para libertar o *homem ideal* do analfabetismo, tanto quanto para inculcar em seu espírito a ideologia e o modelo político em curso.

Por tais fatos, as consequências desse contexto para o projeto de formação do *homem ideal* são múltiplas. A alfabetização foi transformada em um ato político-pedagógico voltado à conformação de sujeitos alinhados aos princípios revolucionários.

Promoveu-se a internalização de valores como obediência, disciplina, sacrifício e vigilância, convertendo o ato de aprender a ler e escrever em ferramenta

¹⁰⁰ Leia-se, no original: “**EJERCICIO A.** 1. – *Vamos a leer: La Reforma Agraria. La Re – for – ma. la le li lo lu.* 2. – *Vamos a leer primero y a leer y escribir después: Lala ala leo. Lola ele lea. Lula ola lei. Lila Ela lio.* 3. – *Vamos a leer primer y a leer y escribir después: El ala. La ola. El lee.*” (Cuba, 1961b, p. 11). “**EXERCÍCIO A.** 1– *Vamos ler: A Reforma Agrária. A Re – for – ma. la le li lo lu.* 2. – *Vamos ler primeiro e depois ler e escrever: Lala ala leo. Lola ele leia. Lula ola li. Lila Ela liou.* 3. *Vamos ler primeiro e depois ler e escrever: A asa. A onda. Ele lê*” (Cuba, 1961b, p. 11, tradução nossa).

de adesão ideológica e militância. O conteúdo educacional deixou de ser neutro, tornando-se instrumento de modelagem humana.

Segundo Bardin (1977), a inferência é o momento da análise em que se busca compreender aquilo que está implícito na mensagem. No caso cubano, as inferências revelam que, ao mesmo tempo em que se promoveu uma política de inclusão pela educação, construiu-se uma pedagogia normativa que limitava a pluralidade e a autodeterminação subjetiva. A alfabetização foi, portanto, simultaneamente prática de libertação e mecanismo de incorporação ideológica, compondo uma das estratégias centrais na formação do homem novo cubano, o *homem ideal*, o homem revolucionário.

Por tais aspectos, afirma-se que a Campanha Nacional de Alfabetização de Cuba, realizada em 1961, foi mais do que um projeto educacional de erradicação do analfabetismo; ela constituiu um instrumento estratégico de formação ideológica e política voltado à construção do homem novo, ou seja, o *homem ideal* revolucionário. Homem intencional e ontologicamente formado para corresponder com as demandas da produção da vida, como proposto por líderes revolucionários. Nesse processo, a alfabetização assumiu simultaneamente funções emancipadoras e normativas, revelando contradições entre liberdade e doutrinação no interior do projeto revolucionário.

5.2 O *homem ideal* pelos materiais pedagógicos da Campanha de Alfabetização de 1961: as diferenças, os objetivos e a aplicabilidade dos manuais e das cartilhas

A compreensão da formação do *homem ideal* revolucionário cubano, no contexto da Campanha Nacional de Alfabetização de 1961 é produto do conteúdo discursivo dos materiais e do alcance de toda a sua estrutura pedagógica. Torna-se imprescindível, portanto, distinguir conceitualmente os dois principais instrumentos didáticos utilizados na campanha: o manual do alfabetizador e a cartilha do alfabetizando.

Embora ambos compartilhem o objetivo comum de servir de material pedagógico contribuinte da erradicação do analfabetismo em Cuba e ampliar a consciência social, suas funções, seus formatos e suas finalidades pedagógicas são distintas. O manual, tradicionalmente voltado ao educador, tem como objetivo

orientar metodologicamente a prática de ensino, prescrevendo condutas, estratégias e fundamentos teóricos da ação pedagógica. Já a cartilha, foi destinada ao alfabetizando, organiza o conteúdo de aprendizagem de forma gradual, visual e repetitiva, priorizando a assimilação de símbolos linguísticos (Peroni, 2000).

Por tal contexto, os conceitos de manual e cartilha, no âmbito educacional, contribuem para pensar os aspectos sociais, políticos, ideológicos e formativos do alfabetizador como agente de transmissão do conhecimento e agente de transformação social.

Logo, para descrevermos as estruturas, objetivos e fins específicos do manual "**Alfabetecemos**", precisamos associá-lo aos alfabetizadores e suas necessidades humanas. Além do mais, contextualizar sua aplicabilidade durante a campanha cubana, problematizando seus limites, potencialidades e articulações ideológicas, contribui para pensar os principais fundamentos do *homem ideal* cubano.

A análise crítica dos materiais como instrumentos formativos não apenas do letramento, mas da subjetividade política dos homens alfabetizados, chancela a sua utilização como fonte primária desta tese. Compreende-se, nesse sentido que os manuais e cartilhas foram utilizados como mecanismos históricos de produção e utilização de materiais didáticos como instrumentos padronizados e estruturantes da alfabetização (Poroloniczak, 2019).

O material didático, especialmente as cartilhas, comunicam uma visão de mundo normatizada, o que pode ser identificado na crítica que se faz à estrutura das lições que se tornam textos artificiais, montados para finalidades específicas, que não correspondem à linguagem dos alunos, levando-os a desacreditar de sua própria oralidade e submetê-los a um modelo único de discurso escolar (Mendonça, 2007).

Compreende-se, deste modo, que a comunicação e a disseminação de informações são fundamentais em diversos contextos educacionais e profissionais. Entre os instrumentos utilizados para essa finalidade, podemos destacar as cartilhas e os manuais. Esse esclarecimento relativo as diferenças se fazem necessário para compreendermos a aplicabilidade desses materiais e como foram utilizados na formação do *homem ideal* cubano (Poroloniczak, 2019).

As cartilhas são documentos educativos que se caracterizam por seu formato simples e acessível. Geralmente, são utilizadas para transmitir informações de

maneira clara, visando a educação básica e a conscientização da população. Seu formato geralmente inclui ilustrações e uma linguagem simplificada, o que facilita a compreensão dos conceitos apresentados. Esta organização é particularmente eficaz em contextos de alfabetização, onde o objetivo principal é ensinar habilidades fundamentais de leitura, escrita e noções básicas de matemática.

A cartilha é um tipo de publicação, da qual podemos caracterizá-la como um livro que ensina os primeiros rudimentos de leitura, associando-a diretamente ao contexto da alfabetização. No entanto, essa aceção não abrange a totalidade do que entendemos por cartilha no âmbito da comunicação pública contemporânea.

A palavra cartilha, que vem de cartinha, remonta, por seu turno, às situações mais corriqueiras e frequentes: até o século XIX, boa parte (muitas vezes a maioria) dos textos escritos que as crianças traziam de casa para utilizá-los na escola como materiais de ensino de leitura eram manuscritos: dentre esses, as cartas, certidões, relatos de viagens. Muitos dos meninos e meninas que, em Portugal, aprenderam a ler, inicialmente o fizeram mediante a leituras de cartinhas¹⁰¹.

Uma interpretação mais alinhada com o uso atual da palavra é encontrada nos dicionários que definem cartilha como “padrão de comportamento ou maneira de ser” e também como um “compêndio elementar ou rudimentos de arte, ciência ou doutrina”¹⁰². É essa segunda aceção que nos interessa, pois nosso foco está na cartilha enquanto uma ferramenta de comunicação, frequentemente utilizada em campanhas de conscientização e disseminação de informações relevantes para a sociedade.

Neste contexto, a cartilha se apresenta como uma publicação de formato pequeno, geralmente composta por poucas páginas e projetada para distribuição gratuita. Seu principal objetivo é informar públicos que podem não estar habituados à leitura ou que buscam compreender temas complexos de maneira acessível. As cartilhas são elaboradas com uma linguagem simples e direta, utilizando recursos visuais que facilitam a compreensão do conteúdo abordado.

As características das cartilhas as tornam particularmente eficazes em ações educativas e informativas, especialmente em áreas como saúde pública, meio ambiente e direitos sociais. Ao serem distribuídas em locais estratégicos, como

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/cartilhas>. Acesso em: 24 jun. 2025.

¹⁰² Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cartilha/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

escolas, centros comunitários e eventos públicos, as cartilhas têm o potencial de alcançar uma audiência diversificada, promovendo o engajamento e a conscientização em torno de questões sociais importantes.

Ao analisarmos o conceito de cartilha sob essa nova perspectiva, percebemos sua relevância no cenário atual da comunicação pública. Ao se distanciar da acepção tradicional ligada à alfabetização e se afirmar como um compêndio acessível sobre temas sociais relevantes, a cartilha se estabelece como uma ferramenta poderosa para informar e mobilizar comunidades.

As cartilhas também desempenham um papel importante na divulgação de informações sobre temas diversos, pois são direcionadas a públicos variados, incluindo crianças, adultos e populações em situação de vulnerabilidade, elas podem ser utilizadas na promoção da inclusão social e do acesso ao conhecimento. Nesse sentido, o uso de cartilhas sempre foi amplamente observado em escolas, programas de alfabetização e campanhas educativas, onde sua função era facilitar a assimilação do conteúdo por parte dos leitores.

No final do século XIX, a leitura se tornou uma ferramenta essencial para a educação cívica e moral. Os livros didáticos eram vistos como a “essência do ensino”, de acordo com as crenças educacionais daquele período (Stamatto, 1998). Nesse cenário, as cartilhas tinham um papel vital na formação do cidadão, atuando como instrumentos que não apenas ensinavam a ler, mas também moldavam valores e comportamentos sociais.

Os textos das cartilhas frequentemente abordavam aspectos relacionados à família, à escola e à pátria. A família era apresentada como microcosmos isolado da realidade social e econômica mais ampla, promovendo uma visão idealizada das relações familiares que ignorava as complexidades do contexto social. Essa abordagem contribuía para a formação de indivíduos que se viam como subordinados às autoridades públicas, desprovidos de uma visão crítica ou participativa do mundo ao seu redor.

Entretanto, é importante notar que as informações sobre as cartilhas entre os séculos XIX e XX são esparsas. A escassez de registros históricos dificulta uma análise mais aprofundada sobre como esses materiais eram produzidos e distribuídos, além de limitar nossa compreensão sobre sua influência real na educação cívica da época. Apesar disso, é inegável que as cartilhas

desempenharam um papel significativo na formação da cidadania ao promover valores que reforçavam a hierarquia social e o conformismo.

Na contemporaneidade, a cartilha se apresenta como uma publicação de formato pequeno, geralmente composta por poucas páginas e projetada para distribuição gratuita. Seu principal objetivo é informar públicos que podem não estar habituados à leitura ou que buscam compreender temas complexos de maneira acessível. As cartilhas são elaboradas com uma linguagem simples e direta, utilizando recursos visuais que facilitam a compreensão do conteúdo abordado.

Por outro lado, os manuais são documentos mais extensos e detalhados que tiveram (e ainda tem!) o objetivo de fornecer orientações práticas sobre a execução de tarefas específicas ou a compreensão de processos complexos. Esses materiais poderiam ser técnicos ou informativos e eram elaborados para atender às necessidades de treinamento e capacitação em diversas áreas profissionais.

Pode-se afirmar que os manuais vinculam-se à gestão de processos na medida em que seu conteúdo atinge a organização em ação, podendo afetar também a estrutura como um todo. Trata-se de instrumentos que explicam o como fazer, ou seja, ensinam a fazer o trabalho (Alvarez, 1991, p. 37).

Os manuais ofereciam instruções passo a passo que permitem aos usuários executar atividades com precisão. Eles serviam como referência completa para solucionar dúvidas ou orientar ações em situações específicas, sendo especialmente úteis em ambientes profissionais onde procedimentos padronizados são essenciais. O público-alvo dos manuais tende a ser mais especializado, geralmente composto por pessoas que possuíam algum conhecimento prévio ou formação na área abordada.

Os manuais didáticos evoluem em função dos programas, mas não somente em decorrência desse fator: “a edição escolar forjou hábitos de trabalho, dispositivos didáticos, expectativas e exigências que os professores colocam em prática (Paulilo, 2012, p. 181).

Em suma, enquanto as cartilhas se destacam pela sua capacidade de educar e informar de forma acessível a um público amplo, os manuais se sobressaem no fornecimento de orientações práticas para públicos especializados. Ambos os materiais desempenham papéis cruciais nos processos educativos e na capacitação

profissional, sendo fundamentais para a promoção do conhecimento em diferentes contextos sociais.

É com esse esclarecimento que compreendemos a denominação de cartilha e/ou manuais para referir-se aos documentos normativos que instruíram a formação do *homem ideal* cubano na década de 1960.

5.3 “Alfabeticemos”: a função pedagógica e Ideológica do manual diante do projeto de formação do *homem ideal* revolucionário

Por tudo que foi sistematizado, entende-se o manual “**Alfabeticemos**” como instrumento pedagógico da Revolução Cubana. Muito embora, compreendê-lo em sua totalidade, demanda uma análise para além de seu conteúdo técnico. Ao considerar os fundamentos filosóficos e políticos da Revolução que adotou a aplicação da tradição martiniana de educação para a emancipação do povo cubano e incorporou a ela os fundamentos da experiência socialista em curso, concluímos que o manual foi elaborado como um artefato didático que, ao mesmo tempo que combateu a alienação, também organizou e normatizou práticas, valores e comportamentos.

Para constatar tais argumentos, é necessário demonstrar como os conteúdos, orientações metodológicas e escolhas lexicais do manual confirmam a hipótese de que a educação, especialmente no contexto da campanha de alfabetização de 1961, foi mobilizada como estratégia de formação do *homem ideal* revolucionário, moldando uma subjetividade compatível com os princípios do socialismo cubano (Gillette, 1977).

Portanto, reafirmando as relações entre os discursos analisados e a Campanha de Alfabetização de 1961, tanto quanto entre esta, seus materiais didáticos e os fundamentos do *homem ideal* revolucionário, entende-se que o manual do alfabetizador – “**Alfabeticemos**” e a cartilha do alfabetizando – “**¡Venceremos!**”, foram documentos-chave na demonstração empírica e material do projeto revolucionário e sua necessidade de subsidiar aquela geração.

Portanto, não é demais ratificar a educação como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano e social em todas as conjunturas e contextos possíveis de serem historicamente investigados, especialmente em contextos de opressão e alienação. Ao mesmo tempo, é comum a utilização de seus fins e métodos como via de esperança e transformação (Freire, 1967).

Por sua vez, a alienação que é caracterizada pelo distanciamento e pela incapacidade do indivíduo de compreender a sua realidade social, encontra na educação e em seus métodos, as condições materiais capazes de inculcar nas novas gerações um tipo de ideologia, ou seja, a transmissão do modo de produção da vida entre as gerações é uma das vias de acesso ao conhecimento e à formação crítica (Freire, 2005), tanto quanto, mecanismo de conformação às estruturas políticas e econômicas de cada contexto.

Sendo assim, no contexto que antecedeu a Revolução Cubana iniciada em 1959, tanto os fundamentos e postulados, quanto a liderança de José Martí, ilustraram como a educação pode servir como instrumento antagônico entre a luta contra a alienação pelo ideal de liberdade e a necessidade de formar homens adequados/ideais capazes de corresponderem às transformações e às demandas sociais em curso.

Como identificado, o intelectual e líder político cubano acreditava que a emancipação do povo cubano dependia da construção de uma sociedade educada e consciente, capaz de se libertar das amarras da ignorância e da opressão colonial. Durante sua atuação política, a educação emergiu como ferramenta essencial para superar a alienação social e política que permeava a sociedade cubana do final do século XIX. Ele defendeu uma educação integral que promovesse não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o desenvolvimento moral e cívico dos indivíduos (Pérez-Galdós, 1988).

José Martí entendia que a alienação resultava da falta de acesso à informação e ao conhecimento crítico, limitando a capacidade do povo de questionar sua realidade e lutar por seus direitos. Sua proposta educacional visava formar cidadãos conscientes, reflexivos e ativos, capazes de participar na construção de uma nova sociedade livre e justa. Para ele, a educação deveria ser acessível a todos, independentemente de classe social ou origem, respondendo diretamente à exclusão enfrentada por muitos cubanos sob o domínio colonial espanhol (Pérez-Galdós, 1988).

Além disso, a atuação de José Martí promoveu a educação como meio de cultivar valores éticos e cívicos. Através da formação moral, buscava-se não apenas educar intelectualmente, mas também formar cidadãos comprometidos com o bem-estar coletivo, criando uma sociedade mais coesa na luta por liberdade e justiça. Essa visão inspirou líderes revolucionários que moldaram a sociedade cubana após 1959, fazendo da educação uma estratégia central para transformação social.

Por conseguinte, uma das principais tarefas da educação foi suportar e/ou superar as contradições presentes nas relações sociais por meio da prática social (Cury, 1986). Isso incide sobre o ensino, cuja tarefa fundamental foi capacitar o educando e fornecer-lhe as ferramentas teóricas necessárias para que ele fosse capaz de analisar criticamente seu contexto político, econômico e educacional em uma determinada conjuntura.

Como exemplo, a análise do conteúdo do manual do alfabetizador articulada aos estudos de autores como Peroni (2000), Poroloniczak (2019) e Rosa (2023), permitiu identificar sua dupla função: pedagógica e formativa. Pedagógica porque oferecia diretrizes didáticas práticas aos brigadistas voluntários, muitos dos quais sem formação docente, orientando a aplicação dos conteúdos da cartilha “**¡Venceremos!**”.

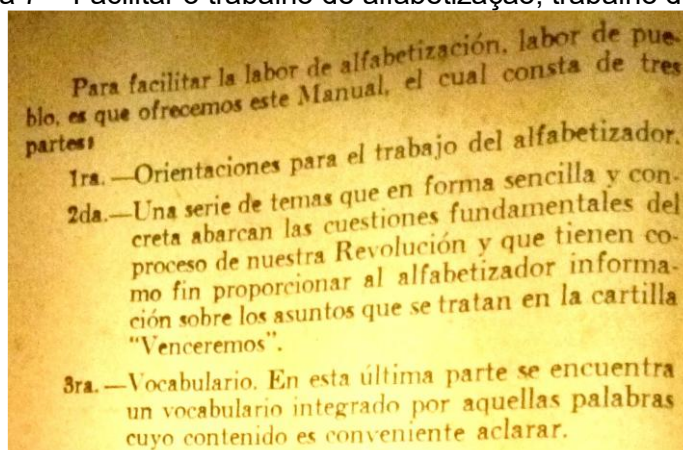
Por outro, estabelecia sistematicamente os fundamentos morais, sociais e políticos que deveriam ser cultivados no processo de alfabetização. O conteúdo do manual, como demonstrado por Peroni (2000), amalgamava-se aos princípios da revolução socialista, destacando temas como o trabalho, o patriotismo, o papel da coletividade e a vigilância ideológica, sempre alinhados com os interesses do novo Estado cubano que emergia.

A leitura das orientações presentes no manual indica que os alfabetizadores não eram apenas incentivadores da leitura e da escrita. Cabia também a eles instigar nos educandos a admiração e a lealdade aos líderes revolucionários, a internalização dos valores do socialismo e a aceitação do sacrifício pessoal em nome da coletividade. Poroloniczak (2019) e Rosa (2023) reforçaram que tais diretrizes transformaram o manual em ferramenta de mediação entre a pedagogia da libertação e a disciplina da doutrinação.

Desse modo, o manual representou um dos principais dispositivos do aparato educativo da Revolução Cubana, operando de forma intencional na constituição de um novo *habitus* político-social comprometido com as mudanças que estavam acontecendo. Como identificado, a função pedagógica do manual se expressa logo nas páginas iniciais, onde é destacado que o objetivo do material era “facilitar o trabalho de alfabetização, trabalho do povo” (Cuba, 1961a, p. 6, tradução nossa)¹⁰³, organizando-se em três partes: orientações ao alfabetizador, fundamentos temáticos da Revolução e vocabulário politicamente orientado:

¹⁰³ Leia-se, no original: “*facilitar a labor de alfabetización, labor de pueblo*” (Cuba, 1961a, p. 6).

Figura 7 – Facilitar o trabalho de alfabetização, trabalho do povo



Fonte: Cuba (1961a, p. 6)¹⁰⁴.

Ao analisarmos o conteúdo deste trecho, identificamos que condensa em poucas palavras o sentido pedagógico e ideológico atribuído à campanha de alfabetização. A alfabetização, neste enunciado, não é apresentada como direito individual, mas como tarefa coletiva, nacional e revolucionária. Essa expressão pode ser compreendida como uma unidade de registro simbólica que revela um campo semântico orientado pela coletividade, pela militância e pela noção de serviço ao projeto socialista (Bardin, 1977).

Ao qualificar a alfabetização como "trabalho do povo"¹⁰⁵, o manual inaugura um discurso em que a educação básica se torna indissociável da mobilização política, legitimando a ação educativa como instrumento da revolução. Essa formulação, entretanto, não está isenta de contradições, além do mais, a prática pedagógica é apresentada como libertadora e popular, mas o conteúdo subjacente do enunciado carrega a exigência de adesão e engajamento com o regime, transformando o alfabetizador em agente de conformação ideológica.

¹⁰⁴ Leia-se, no original: "**Para facilitar la labor de alfabetización, labor de pueblo, es que ofrecemos este Manual, el cual consta de três partes:** 1ra. – Orientaciones para el trabajo del alfabetizador. 2da. – Una serie de temas que en forma sencilla y concreta abarcan las cuestiones fundamentales del proceso de nuestra Revolución y que tienen como fin proporcionar al alfabetizador información sobre los asuntos que se tratan en la cartilla "Venceremos". 3ra. – Vocabulo. En esta parte se encuentra un vocabulario integrado por aquellas palabras cuyo contenido es aclarar" (Cuba, 1961a, p. 6). "**Para facilitar o trabalho de alfabetização, trabalho do povo, é que oferecemos este Manual, o qual consta de três partes:** 1ª – Orientações para o trabalho do alfabetizador. 2ª – Uma série de temas que, de forma simples e concreta, abrangem as questões fundamentais do processo de nossa Revolução e que têm como objetivo fornecer ao alfabetizador informações sobre os assuntos tratados na cartilha "Venceremos". 3ª – Vocabulário. Nesta parte encontra-se um vocabulário integrado por aquelas palavras cujo conteúdo é esclarecer" (Cuba, 1961a, p. 6, tradução nossa).

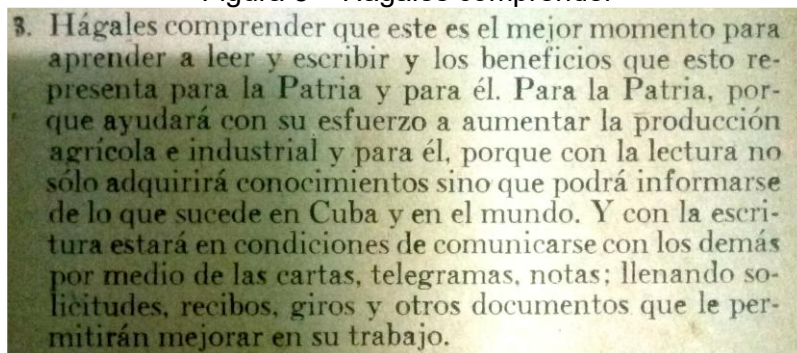
¹⁰⁵ Leia-se, no original: "labor de pueblo".

Assim, a análise do enunciado evidencia uma pedagogia simultaneamente comprometida com a justiça social e com a reprodução simbólica da ordem revolucionária, tornando a alfabetização uma prática de pertencimento e também de vigilância (Rosa, 2023), ou seja, escolha da expressão utilizada pelos formuladores do manual, reforça a sua função pedagógica.

Entretanto, o mesmo trecho inaugura a aplicação de um vocabulário carregado de sentido em relação ao direito individual e o dever coletivo, portanto, uma tarefa de mobilização nacional em nome da construção do socialismo. Trata-se de uma mensagem codificada com intencionalidade política, indicando que a sua linguagem não é neutra, mas estruturada para refletir-se em comportamentos, afetos e identidades compatíveis com o projeto.

Outro trecho que exemplifica a tensão entre orientação pedagógica e doutrinação ideológica, encontra-se nas instruções dadas ao educador na seção “Orientaciones para o alfabetizador”¹⁰⁶, onde se afirma: “Faça-os compreender que este é o melhor momento para aprender a ler e a escrever e os benefícios que isso representa para a Pátria e para ele” (Cuba, 1961a, p. 11, tradução nossa)¹⁰⁷.

Figura 8 – Hágales comprender



Fonte: Cuba (1961a, p. 4)¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Leia-se, no original: “Orientaciones para el alfabetizador”.

¹⁰⁷ Leia-se, no original: “Hágales comprender que este es el mejor momento para aprender a leer y escribir y los beneficios que esto representa para la Patria y para él” (Cuba, 1961a, p. 11).

¹⁰⁸ Leia-se, no original: “3. Hágales comprender que este es el mejor momento para aprender a leer y escribir y los beneficios que esto representa para la Patria y para él. Para la Patria, porque ayudará con su esfuerzo a aumentar la producción agrícola e industrial y para él, porque con la lectura no sólo adquirirá conocimientos sino que podrá informarse de lo que sucede en Cuba y en el mundo. Y con la escritura estará en condiciones de comunicarse con los demás por medio de las cartas, telegramas, notas; llenando solicitudes, recibos, giros y otros documentos que le permitirán mejorar en su trabajo” (Cuba, 1961a, p. 4). “Faça-os compreender que este é o melhor momento para aprender a ler e escrever e os benefícios que isso representa para a Pátria e para ele. Para a Pátria, porque ajudará, com seu esforço, a aumentar a produção agrícola e industrial; e para ele, porque com a leitura não só adquirirá conhecimentos, mas também poderá informar-se sobre o que acontece em Cuba e no mundo. E com a escrita estará em condições de comunicar-se com os outros por meio de cartas, telegramas, bilhetes; preenchendo requerimentos, recibos, ordens de pagamento e outros documentos que permitirão melhorar seu trabalho” (Cuba, 1961a, p. 4, tradução nossa).

Essa diretriz, à primeira vista, insere-se no campo da motivação pedagógica, cuja função era orientar o alfabetizador a sensibilizar o aluno quanto à importância do conhecimento. No entanto, ao se aplicar a análise de conteúdo, torna-se também uma unidade de registro. A ênfase não recai sobre a autonomia do sujeito ou sobre o direito universal à educação, mas sobre os benefícios para a pátria, isto é, sobre a utilidade do alfabetizado para os interesses do Estado revolucionário.

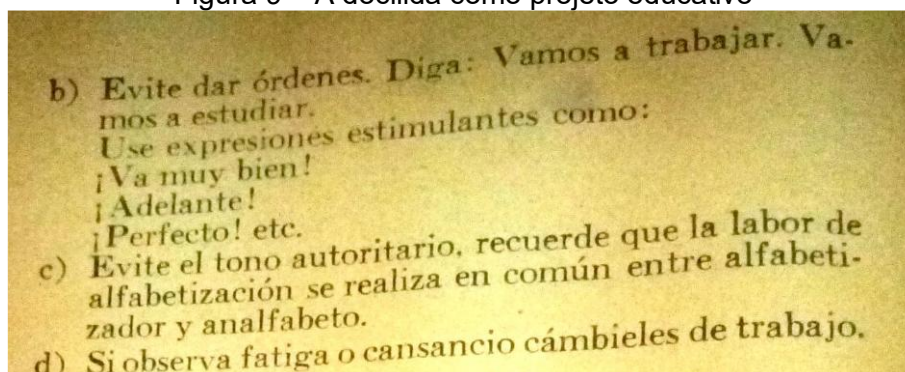
Do ponto de vista dialético, a contradição torna-se evidente: ao mesmo tempo em que se promoveu a alfabetização como meio de superação da ignorância e da alienação – como defenderia Freire (2005), ao associar o letramento à libertação do sujeito –, o enunciado desloca o centro da experiência educativa do indivíduo para o coletivo, e deste para a estrutura política vigente. O valor da aprendizagem reside menos na emancipação do educando e mais na sua incorporação à lógica produtiva e patriótica do novo regime.

Embora a leitura e a escrita foram valorizadas, não por si mesmas ou pela ampliação da consciência crítica, mas por sua utilidade em fazer com que o indivíduo “seja útil à Pátria” – como se o próprio ato de alfabetizar devesse servir, prioritariamente, à manutenção do projeto político em curso.

Outra contradição estrutural permeou os materiais da Campanha: o sujeito é convocado a aprender para ser livre, mas apenas dentro dos limites da fidelidade ao regime. A pedagogia da libertação, nesse contexto, é reconfigurada como pedagogia do engajamento disciplinado.

Avançando na análise do conteúdo do manual, outro trecho dá significado à função pedagógica do manual:

Figura 9 – A docilida como projeto educativo



Fonte: Cuba (1961a, p. 12)¹⁰⁹.

Entende-se desse modo a fase de pré-análise (Bardin, 1977) possibilita contextualizar o trecho pertence à seção de orientações metodológicas e comportamentais dirigidas ao alfabetizador. Ele faz parte de um conjunto de instruções que visam à condução da prática educativa durante a Campanha de Alfabetização de 1961, articulando a dimensão relacional, emocional e didática.

Sendo assim, as unidades de registros classificadas foram: “Evite dar ordens”; “Use expressões estimulantes”; “Evite o tom autoritário”; “Realiza-se em conjunto”; “Altere a atividade deles”¹¹⁰. Tais unidades foram organizadas no quadro que segue:

Quadro 7 – Diretriz pedagógica para o respeito mútuo

Categoria	Subcategoria	Indicação no trecho
Relação pedagógica	Horizontalidade, respeito ao outro	“realiza-se em conjunto”, “evite o tom autoritário” ¹¹¹
Motivação afetiva	Estímulo positivo, acolhimento	“¡Muito bem!”, “Perfeito!”, “Avante!” ¹¹²
Cuidado com o corpo	Ritmo, fadiga, atenção humanizada	“Se observar fadiga [...] altere a atividade deles” ¹¹³

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Diante do tratamento dos dados e inferência (Bardin, 1977), este trecho revela uma diretriz pedagógica baseada no respeito mútuo, na horizontalidade entre

¹⁰⁹ Leia-se, no original: “b) Evite dar órdenes. Diga: Vamos a trabajar. Vamos a estudiar. Use expresiones estimulantes como: ¡Va muy bien! ¡Adelante! ¡Perfecto! Etc. c) Evite el tono autoritario, recuerde que la labor de alfabetización se realiza en común entre alfabetizador y analfabeto. d) Si observa fatiga o cansancio cámbieles de trabajo” (Cuba, 1961a, p. 12). “b) Evite dar ordens. Diga: Vamos trabalhar. Vamos estudar. Use expressões estimulantes como: Muito bem! Avante! Perfeito! Etc. c) Evite o tom autoritário; lembre-se de que o trabalho de alfabetização é realizado em conjunto entre alfabetizador e analfabeto. d) Se observar fadiga ou cansaço, altere a atividade deles” (Cuba, 1961a, p. 12, tradução nossa).

¹¹⁰ Leia-se, no original: “Evite dar órdenes”; “Use expresiones estimulantes”; “Evite el tono autoritario”; “Se realiza en común”; “Cámbieles de trabajo”.

¹¹¹ Leia-se, no original: “se realiza en común”, “evite el tono autoritario”.

¹¹² Leia-se, no original: “¡Va muy bien!”, “¡Perfecto!”, “¡Adelante!”.

¹¹³ Leia-se, no original: “Si observa fatiga [...] cámbieles de trabajo”.

alfabetizador e alfabetizando e no estímulo positivo como método de engajamento. A orientação explícita de evitar ordens e tons autoritários sugere uma ruptura com práticas tradicionais, transmissivas e verticais, propondo uma educação afetiva e cooperativa.

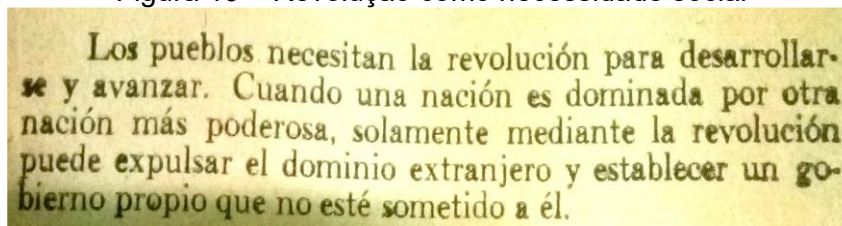
No entanto, ao aplicar a análise crítica contextual, compreende-se maior complexidade entre a forma pedagógica e o conteúdo ideológico maior do projeto. Embora o manual promova uma prática respeitosa, sensível e participativa, essa pedagogia está inserida em um sistema de formação que requer assimilação do ideal de sujeito revolucionário. Ou seja, o afeto e o respeito no processo não anulam a presença de um fim político central: formar um cidadão leal ao projeto socialista.

Essa tensão entre libertação metodológica e orientação ideológica reforça a hipótese a ideia de que naquele contexto aplicou-se uma pedagogia que se apresenta como democrática e emancipadora, mas que, no plano simbólico e formativo, foi orientada por uma lógica de normatização da subjetividade. Conforme apontou Guevara (1965), o educador foi visto como militante da revolução, logo, educar era uma missão política.

Sendo assim, o trecho evidencia um cuidado metodológico alinhado a uma perspectiva educacional humanista. Contudo, quando inserido no conjunto do projeto político-pedagógico da Revolução Cubana, esse cuidado relacional atua como instrumento para alcançar um objetivo mais amplo: formar um sujeito identificado, afetivamente e ideologicamente, com o *ethos* socialista. Assim, a linguagem da escuta e do acolhimento coexiste com a condução silenciosa da consciência coletiva – um dos mecanismos mais aplicado em qualquer pedagogia ideológica.

A segunda parte do manual contempla as orientações revolucionárias que deveriam subsidiar o trabalho dos alfabetizadores. Logo no início, cotejamos o seguinte trecho:

Figura 10 – Revolução como necessidade social



Los pueblos necesitan la revolución para desarrollarse y avanzar. Cuando una nación es dominada por otra nación más poderosa, solamente mediante la revolución puede expulsar el dominio extranjero y establecer un gobierno propio que no esté sometido a él.

Fonte: Cuba (1961a, p. 23)¹¹⁴.

Logo na pré-análise, consideramos que o enunciado está inserido num manual que formou alfabetizadores cuja missão era livrar Cuba do analfabetismo, ou seja, eram conteúdos explicativos que reverberavam sobre a prática alfabetizadora. Sendo assim, a mensagem explicitamente política, com conteúdo de teor ideológico, voltada à formação de uma consciência revolucionária, produziu efeitos sobre o ato de ensinar. Compreende-se assim que compõe uma unidade de registro simbólica que articula alfabetização e pertencimento político-ideológico.

Expressões como “os povos precisam da revolução”, “somente mediante a revolução”, “expulsar o domínio estrangeiro” e “estabelecer um governo próprio”¹¹⁵ representam núcleos discursivos articuladores e estruturados que representam a mensagem de formação político-ideológica própria da revolução. Organizadas dentro de categorias temáticas claramente identificáveis, demonstram que o enunciado “los pueblos necesitan la revolución” corresponde à categoria da formação do *homem ideal*, sobretudo, ao inculcar a ideia de que a consciência revolucionária é condição para o progresso coletivo.

Do mesmo modo, ao analisarmos a expressão “somente mediante a revolução”¹¹⁶ consideramos sua correspondência à categoria de legitimidade da revolução, pois restringe as alternativas de emancipação política a uma única via: a insurreição. Por sua vez, os segmentos “expulsar o domínio estrangeiro”¹¹⁷ e

¹¹⁴ Leia-se, no original: “*Los pueblos necesitan la revolución para desarrollarse y avanzar. Cuando una nación es dominada por otra nación más poderosa, solamente mediante la revolución puede expulsar el dominio extranjero y establecer un gobierno propio que no esté sometido a él*” (Cuba, 1961a, p. 23). “Os povos precisam da revolução para se desenvolver e avançar. Quando uma nação é dominada por outra nação mais poderosa, somente mediante a revolução é possível expulsar o domínio estrangeiro e estabelecer um governo próprio que não esteja submetido a ele” (Cuba, 1961a, p. 23, tradução nossa).

¹¹⁵ Leia-se, no original: “*los pueblos necesitan la revolución*”, “*solamente mediante la revolución*”, “*expulsar el dominio extranjero*” e “*establecer un gobierno propio*”.

¹¹⁶ Leia-se, no original: “*solamente mediante la revolución*”.

¹¹⁷ Leia-se, no original: “*expulsar el dominio extranjero*”.

“estabelecer um governo próprio”¹¹⁸ integram a categoria de ideologia política, pois reforçam temas como o anticolonialismo, o nacionalismo e a autodeterminação dos povos.

Assim, a estrutura linguística do trecho demonstra que o conteúdo pedagógico é utilizado como meio de reforço de uma narrativa revolucionária em andamento e em consonância com o projeto de formação de um sujeito alinhado ao socialismo cubano. Tais análises estão sintetizadas no quadro que segue:

Quadro 8 – “*Alfabeticemos*”: Categorias temáticas da concepção pedagógica

Categoria de sentido	Subcategorias semânticas	Elementos evidenciados no trecho
Ideologia política	Nacionalismo, anticolonialismo, autodeterminação	“expulsar el dominio extranjero”, “gobierno próprio” ¹¹⁹
Legitimidade da revolução	Revolução como única via de soberania	“somente mediante a revolução” ¹²⁰
Formação do <i>homem ideal</i>	Consciência crítica anticolonial	“os povos precisam da revolução” ¹²¹

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ao analisar em que medida o trecho do manual expressa a carga ideológica explícita para o desenvolvimento e a soberania cubana, refletimos que ao propor a revolução como condição necessária para o progresso. Logo, o conteúdo pedagógico – designado à ler e compreender um texto – está intrinsecamente fundido à função política: formar sujeitos que reconheçam a Revolução Cubana como uma resposta legítima e necessária ao imperialismo.

Com isso, o uso da expressão “somente mediante a revolução”¹²² pressupõe o papel totalizante a ser anunciado, ou seja, para uma nação historicamente dominada, não há outro caminho possível de emancipação, senão uma revolução. Com efeito, tem-se uma comunicação codificada, nos termos de Bardin (1977), orientada por um projeto de convencimento. Como resultado, o conteúdo oculta a pluralidade de caminhos possíveis e reforça o binarismo: povo oprimido *versus* dominação estrangeira (Ayerbe, 2004).

Conquanto, o trecho cotejado, em vez de propor a leitura como caminho para a liberdade de pensamento e para a diversidade de interpretações, norteia a

¹¹⁸ Leia-se, no original: “*establecer un gobierno propio*”.

¹¹⁹ Leia-se, no origina: “*expulsar el dominio extranjero*”, “*gobierno próprio*”.

¹²⁰ Leia-se, no origina: “*solamente mediante la revolución*”.

¹²¹ Leia-se, no origina: “*los pueblos necesitan la revolución*”.

¹²² Leia-se, no original: “*solamente mediante la revolución*”.

compreensão da organização da vida social e coletiva numa perspectiva unilateral e heroica da revolução, ou seja, a formação crítica foi condicionada para que o homem interpretasse a realidade pela prisma da resistência, da luta de classes e da soberania revolucionária.

Essa lógica, na análise produzida, se articula diretamente com o discurso de Fidel Castro na ONU (Castro Ruz, 1960), quando o líder cubano apresentou a Revolução como única via legítima para a autodeterminação da ilha frente à ingerência dos Estados Unidos. Assim, o conteúdo do manual reforça essa narrativa no espaço pedagógico, fundindo política e letramento.

Considera-se, neste viés, que ao ser empregada como instrumento de orientação ideológica, a linguagem e seu conteúdo compõe seu aspecto prescritivo (Bardin, 1977). É o que identificamos neste excerto ora analisado: a alfabetização foi um vetor de convencimento político, quando deveria ser uma mediação de acesso ao conhecimento.

Considera-se desta forma que a Campanha de Alfabetização de 1961, analisada pelo viés do conteúdo presente no manual produzido para formar os brigadistas alfabetizadores, o manual “**Alfabetecemos**”, instruiu uma prática pedagógica onde a alfabetização, ao formar leitores, formou o *homem ideal*, o homem revolucionário cubano, capaz de ler a história sob a ótica da revolução, naturalizando-a como única via para a liberdade da ilha cubana e de povo oprimido.

5.4 A cartilha “*¡Venceremos!*” e a codificação ideológica do letramento revolucionário

A cartilha “**¡Venceremos!**”, produzida no contexto da Campanha Nacional de Alfabetização de 1961, configura-se como uma fonte de compreensão da articulação entre alfabetização e formação do *homem ideal* no interior do projeto revolucionário cubano. Longe de se limitar à função técnica de ensino do código linguístico (Mendonça, 2007), a cartilha assume, como destaca Peroni (2000), o papel de dispositivo pedagógico padronizado, estruturado para organizar a aprendizagem de forma sequencial, repetitiva e funcional, segundo uma lógica didática acessível às massas populares.

No entanto, o material também opera como meio de inculcação simbólica, ao introduzir um vocabulário politicamente orientado e proposições normativas sobre o

papel do cidadão na Revolução (Peroni, 2000; Poroloniczak, 2019). Para analisar seu conteúdo, recorre-se à metodologia de Bardin (1977), especialmente à identificação de unidades de registro e categorias temáticas que permitem identificar e refletir, por trás da linguagem aparentemente neutra, mensagens codificadas e com intencionalidade política.

Os discursos visuais e verbais da cartilha serão, assim, examinados com vistas a compreender como o letramento promovido foi instrumentalizado como estratégia de formação de uma nova subjetividade: o *homem ideal* revolucionário. Para tanto, essa análise se organiza em cinco eixos: (1) a cartilha como dispositivo pedagógico e político; (2) o léxico político-revolucionário como campo de formação; (3) a representação textual e imagética do sujeito revolucionário; (4) a tensão entre doutrinação e emancipação; e (5) a síntese da função formativa da cartilha como instrumento de mediação entre alfabetização e consciência histórica.

Compreende-se, do ponto de vista pedagógico e políticos, que a cartilha representa um recurso didático tradicionalmente utilizado em métodos sintético-analíticos, organizando o conteúdo em progressões graduais e padronizadas, com vocabulário controlado e repetição de estruturas linguísticas elementares (Mendonça, 2007).

Esse modelo, historicamente marcado por sua funcionalidade, visa garantir que o sujeito em processo de alfabetização assimile os símbolos da linguagem escrita por meio da prática reiterada e do reconhecimento visual, o que lhe confere um caráter pragmático e disciplinador.

No contexto cubano de 1961, essa estrutura funcional da cartilha se associou à intencionalidade política da Revolução. Peroni (2000) observa que os conteúdos da “***¡Venceremos!***” foram organizados não apenas para promover a alfabetização, mas também para conduzir o alfabetizando à assimilação de valores, símbolos e práticas identificadas com necessidade revolucionária.

Como resultado, ela torna-se um instrumento pedagógico que opera simultaneamente como meio de instrução e como mecanismo de formação do *homem ideal*. Essa dupla função materializa uma das contradições centrais do processo analisado: enquanto o discurso pedagógico apela à acessibilidade, à democratização do saber e à superação do analfabetismo, a organização do conteúdo promove, sob forma didática, uma leitura unívoca da realidade social, alinhada aos interesses da Revolução.

Neste íterim, é possível o desvelamento dessa estrutura ao propor que a análise de conteúdo identifique as “unidades de registro” e seus respectivos campos semânticos, permitindo a inferência de intencionalidades subjacentes às escolhas lexicais e temáticas (Bardin, 1977).

Tão logo, ao aplicar essa metodologia ao *corpus* da cartilha, verifica-se que expressões como “miliciano”, “pátria”, “Revolução”, “Fidel” e “trabalho voluntário” não são escolhas neutras, mas indexadores de uma concepção de sujeito que se pretende formar: disciplinado, produtivo e leal ao Estado revolucionário.

Neste contexto, é possível argumentar que a cartilha, ao mesmo tempo em que alfabetiza, modela a consciência do sujeito, reforçando um padrão de comportamento e de leitura do mundo. De tal modo, afirma-se a tese da pesquisa: o projeto da Campanha de Alfabetização visava à construção do *homem ideal* revolucionário, além do mais, este primeiro eixo de análise contribui para confirmá-la.

A síntese parcial construída até o momento, é a de que a cartilha “**¡Venceremos!**” não pode ser compreendida apenas como um instrumento de letramento, mas como um mecanismo de conformação pedagógica e política, que opera na intersecção entre o ensinar a ler e o ensinar o que se deve ver ao ler. Sua aplicabilidade, portanto, reside justamente na capacidade de converter o ato de alfabetizar em prática social e, ao mesmo tempo, em meio de reprodução simbólica de um projeto de poder.

Pelo prisma da análise do lexical, afirma-se que a eleição do vocabulário reportado ao alfabetizando, está inserida em um projeto formativo orientado pelos princípios da soberania nacional, da justiça social, da igualdade entre os cidadãos, da valorização do trabalho como fundamento da dignidade humana e da luta contra todas as formas de dominação estrangeira.

Palavras como “miliciano”, “Revolução”, “Fidel” e “pátria” foram recorrentemente escritas e organizadas de maneira a promover, simultaneamente, o domínio da leitura e a incorporação dos símbolos e atributos políticos. Essas expressões, ao constituírem unidades de registro (Bardin, 1977), integram categorias temáticas relacionadas à consciência política, ao pertencimento nacional e à mobilização social. O vocabulário ensinado, portanto, foi também um instrumento de formação da nova ordem em curso e formação do novo modo de produção da vida.

Gillette (1977) demonstra que os materiais da campanha foram concebidos para consolidar uma nova visão conjuntural de mundo compatível com os objetivos do governo de Fidel. A seleção lexical presente na cartilha operou como mecanismo de substituição simbólica: em lugar da linguagem cotidiana desvinculada da luta social, insere-se um repertório ancorado em figuras, práticas e valores dissidentes. O aprendizado da leitura tornou-se, nesse processo, simultaneamente apropriação do código linguístico e assimilação da lógica do novo regime político.

Diante destes pressupostos, a análise dialética evidencia a contradição estrutural entre alfabetização para a liberdade e a emancipação e a alfabetização como fio condutor do direcionamento ideológico. A promessa de emancipação por meio da leitura convive com a condução da consciência a partir de uma narrativa única, pautada na lealdade à Revolução e à nação. A leitura do mundo, mediada por esse léxico, passa a ser regulada pelo que deve ser visto e dito no interior do campo político cubano.

As frases-modelo da cartilha – como “Fidel luta”¹²³ ou “O miliciano cuida”¹²⁴ – cumprem simultaneamente funções fonéticas e semânticas. Combinam estruturas sintáticas simples com enunciados que reforçam práticas de vigilância, combate, disciplina e coletividade. A intencionalidade formativa, portanto, não se expressa apenas no conteúdo lexical isolado, mas na montagem didática que integra linguagem e ideologia.

Essa constatação contribui para confirmar a hipótese de que a cartilha “**¡Venceremos!**”, em sua dimensão lexical, atuou como mediadora da formação do *homem ideal* revolucionário, conduzindo o alfabetizando a uma prática de leitura alinhada ao projeto político da Revolução Cubana. A síntese parcial que se impõe neste ponto é que o léxico não apenas comunica conteúdos, mas organiza modos de pensar, de agir e de pertencer, funcionando como tecnologia pedagógica orientada à construção de uma subjetividade politicamente comprometida.

A cartilha “**¡Venceremos!**” apresenta uma série de frases e imagens que, ao mesmo tempo em que cumprem objetivos pedagógicos elementares – como o reconhecimento de fonemas, sílabas e estruturas gramaticais básicas –, constituem uma narrativa formativa orientada à construção de um modelo normativo de sujeito, ou seja, o modelo de *homens ideal* para Cuba, ou seja, conforme demonstram os

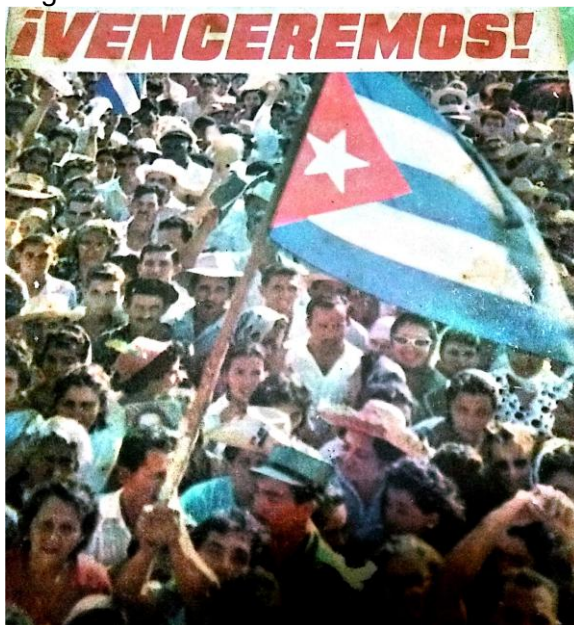
¹²³ Leia-se, no original: “*Fidel lucha*”.

¹²⁴ Leia-se, no original: “*El miliciano cuida*”.

discursos oficiais dos líderes revolucionários e os estudos históricos, o *homem ideal* revolucionário: alfabetizado, produtivo, disciplinado, nacionalista e engajado com os valores da nova ordem socialista (Gillette, 1977).

Logo na capa de apresentação da cartilha, observa-se a imagem simbólica do povo com bandeiras cubanas:

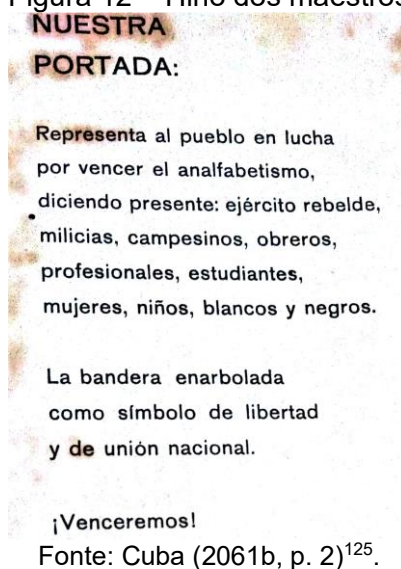
Figura 11 – Venceremos o analfabetismo?



Fonte: Cuba (2061b – Capa).

A capa de abertura da cartilha apresenta uma composição verbal e gráfica que sintetiza a perspectiva integradora da Revolução quanto aos sujeitos envolvidos na campanha, enfatizando sua pluralidade social, política e étnica.

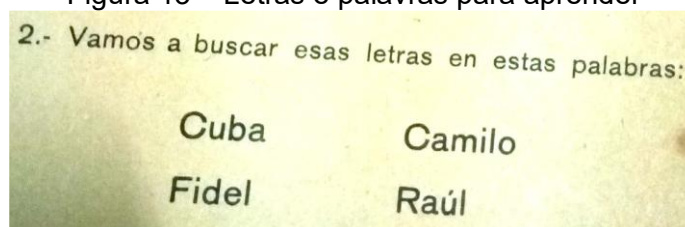
Figura 12 – Hino dos maestros



A unidade de registro “povo em luta”¹²⁶ revela uma codificação da sociedade ideal sob o signo da mobilização unificada. Na etapa de codificação da análise de conteúdo (Bardin, 1977), tal frase remete à categoria “identidade revolucionária”, enquanto a bandeira simboliza visualmente a unidade entre os diferentes segmentos sociais sob a liderança da Revolução.

Ainda nas páginas iniciais, o vocabulário utilizado para ensinar as vogais apresenta os nomes “Cuba”, “Fidel”, “Raúl” e “Camilo” como unidades léxicas básicas:

Figura 13 – Letras e palavras para aprender



Fonte: Cuba (1961b, p. 4)¹²⁷.

¹²⁵ Leia-se, no original: “Representa al pueblo en lucha por vencer el analfabetismo [...] ejército rebelde, milicias, campesinos, obreros, profesionales, estudiantes, mujeres, niños, blancos y negros” (Cuba, 1961b, p. 2). “Representa o povo em luta para vencer o analfabetismo [...] exército rebelde, milícias, camponeses, operários, profissionais, estudantes, mulheres, crianças, brancos e negros” (Cuba, 1961b, p. 2, tradução nossa).

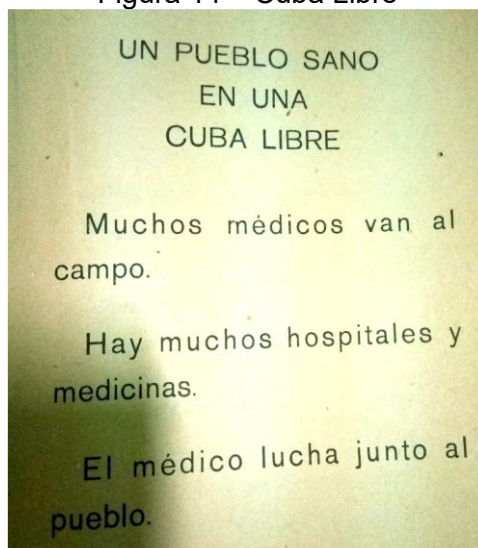
¹²⁶ Leia-se, no original: “pueblo en lucha”.

¹²⁷ Leia-se, no original: “Vamos a buscar esas letras en estas palabras: Cuba, Difel, Camilo, Raúl” (Cuba, 1961b, p. 4). “Vamos buscar essas letras nessas palavras: Cuba, Difel, Camilo, Raúl” (Cuba, 1961b, p. 4, tradução nossa).

Essas escolhas lexicais evidenciam, segundo Bardin (1977), uma mensagem codificada com intencionalidade política: o léxico ensinado não apenas alfabetiza, mas organiza os referenciais do mundo social e político do alfabetizando. Gillette (1977) reforça que a Revolução incorporou esses materiais como instrumento de difusão simbólica, inserindo nos sujeitos uma nova gramática da cidadania revolucionária.

Outro trecho expressivo observa-se na figura abaixo:

Figura 14 – Cuba Libre

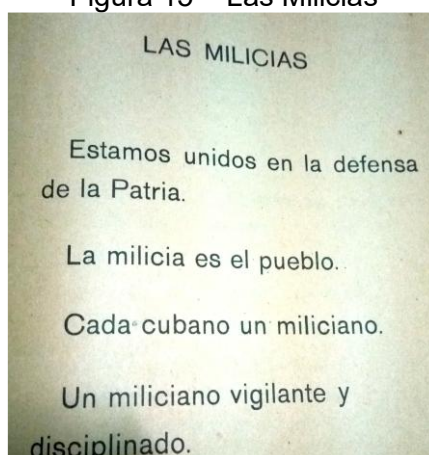


Fonte: Cuba (1961b, p. 59)¹²⁸.

Na codificação proposta por Bardin (1977), trata-se de uma unidade que conjuga identidade profissional e engajamento político. O ideal de médico não é mais o técnico neutro, mas o agente comprometido com a transformação social. A categoria “integração produtiva” aparece aqui associada à valorização dos serviços públicos e à reformulação da ética profissional em moldes socialistas.

¹²⁸ Leia-se, no original: “*El médico lucha junto al pueblo*” (Cuba, 1961b, p. 59). “O médico luta junto ao povo” (Cuba, 1961b, p. 59, tradução nossa).

Figura 15 – Las Milicias



Fonte: Cuba (1961b, p. 73)¹²⁹.

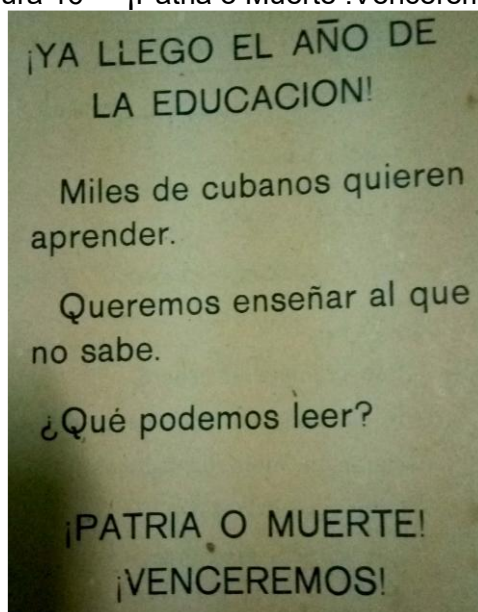
O conteúdo, repetitivo e normativo, reforça o ideal de docilidade, vigilância e disciplina como virtudes. A codificação aqui sinaliza para a categoria “disciplina e docilidade”, essencial para a incorporação dos valores revolucionários. Bardin (1977) propõe que mensagens com esse grau de redundância e repetição cumprem uma função de interiorização de normas. Gillette (1977) pontua que tais mecanismos foram centrais para moldar o sujeito útil à estabilidade e à expansão do projeto político.

Contudo, a análise dialética revela contradições importantes. Se, por um lado, a cartilha exalta o trabalhador, o camponês, o miliciano e o médico como exemplos de homens transformados pela Revolução, por outro, a ausência de sujeitos divergentes ou questionadores indica um modelo homogêneo e idealizado de cidadão.

A pluralidade política, condição da liberdade crítica, é substituída pela lealdade e pela conformidade. Isso se expressa, por exemplo na figura que segue:

¹²⁹ Leia-se, no original: “*La milicia es el pueblo. Cada cubano un miliciano. Un miliciano vigilante y disciplinado*” (Cuba, 1961b, p. 73). “A milícia é o povo. Cada cubano, um miliciano. Um miliciano vigilante e disciplinado” (Cuba, 1961b, p. 73, tradução nossa).

Figura 16 – “¡Patria o Muerte !Venceremos!”



Fonte: Cuba (1961b, p. 102)¹³⁰.

A polaridade enunciada na frase desdobra a síntese revolucionária numa lógica dual de exclusão: quem não vence, morre; quem não é pátria, é inimigo. Assim, na etapa de inferência (Bardin, 1977), constata-se que as frases e imagens da cartilha transmitem, de forma reiterada, os valores de luta, disciplina, coletividade, vigilância, integração produtiva e identidade revolucionária.

Essa codificação simbólica está alinhada com os objetivos de formação do *homem ideal* defendidos por Fidel Castro e Che Guevara e documentados por Gillette (1977), mas também revela as limitações desse modelo na medida em que suprimiu o dissenso e conduziu o processo de alfabetização à internalização de um padrão normativo de cidadania.

Por tais evidências, confirmando a hipótese desta pesquisa, os materiais da campanha atuaram não apenas como ferramentas de letramento, mas como instrumentos de formação subjetiva orientada à adesão ao modo de produção da vida naquele contextos de estruturação de uma nova ordem política, social econômica.

Dessa forma, as frases e imagens da cartilha “**¡Venceremos!**” operaram como dispositivos “**pedago-ideológicos**” que, embora promoveram a inclusão social pelo ensino da leitura, o fizeram mediando a consciência do alfabetizando por uma estrutura narrativa fechada. A síntese que decorre desta análise é que o projeto de

¹³⁰ Leia-se, no original: “PATRIA O MUERTE! ¡VENCEREMOS!” (Cuba, 1961b, p. 102). “PÁTRIA OU MORTE! VENCEREMOS!” (Cuba, 1961b, p. 102, tradução nossa).

formação do *homem ideal*, tal como inscrito nos materiais da Campanha de 1961, articula-se a uma concepção de liberdade que se confunde com conformidade, e de cidadania que se realiza pela obediência ativa ao pleito revolucionário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese partiu do objetivo de compreender de que forma os materiais pedagógicos utilizados na Campanha de Alfabetização de 1961, em Cuba, contribuíram para a formação do *homem ideal* revolucionário, conforme delineado pelo projeto político da Revolução Cubana. Tal problemática foi construída a partir da hipótese de que a alfabetização, naquele contexto histórico, ultrapassou os limites de uma prática meramente técnica de letramento, assumindo o papel de instrumento estratégico de formação ideológica e de conformação de subjetividades alinhadas ao *ethos* revolucionário.

A análise crítica dos discursos de Fidel Castro, do manual do alfabetizador “**Alfabetecemos**” e da cartilha do alfabetizando “**¡Venceremos!**” demonstrou que esses documentos não apenas orientavam a prática educativa, mas promoviam a interiorização de uma visão de mundo voltada à disciplina, ao patriotismo, à coletividade e ao engajamento político. A alfabetização, nesse sentido, foi concebida como uma etapa fundamental do processo revolucionário, na medida em que possibilitou à nova ordem socialista moldar o sujeito que deveria sustentar e expandir seus princípios.

Assim, ao longo do percurso analítico, confirmou-se que os conteúdos dos materiais didáticos utilizados na campanha estavam pautados em categorias políticas e morais que ultrapassavam a simples aprendizagem da leitura e da escrita. A construção do *homem ideal* cubano – alfabetizado, produtivo, combativo e leal à Revolução – foi sendo operada por meio de enunciados, imagens e estruturas textuais cuja função era formar um novo tipo de consciência histórica e social. Dessa forma, a hipótese levantada na introdução da tese encontra respaldo nos dados analisados e nas contradições explicitadas: a alfabetização foi mobilizada como mecanismo central de consolidação do novo sujeito revolucionário.

A investigação desenvolvida nesta tese foi orientada pelos fundamentos das teorias sociais, compreendendo a educação como uma prática social inserida nas relações de produção e dominação. A escolha desse referencial teórico permitiu não apenas interpretar os materiais da Campanha de Alfabetização de 1961 como instrumentos pedagógicos, mas também situá-los como mediações históricas da luta ideológica empreendida pela Revolução Cubana na constituição de sua hegemonia.

A opção metodológica central foi a aplicação da análise de conteúdo conforme os parâmetros definidos por Bardin (1977), especialmente nas etapas de pré-análise, codificação e inferência. Essa metodologia revelou-se fecunda para desvelar as intenções latentes presentes nos materiais pedagógicos, possibilitando identificar as unidades de registro – palavras, frases, imagens – que, repetidas e organizadas sistematicamente, codificavam uma narrativa unilateral de mundo, centrada na fidelidade ao projeto revolucionário. Com base nessa abordagem, foi possível agrupar tais unidades em categorias temáticas que expressam o ideal de sujeito defendido pelo regime: disciplina, vigilância, coletividade, engajamento e trabalho produtivo.

Ao articular a análise de conteúdo com os fundamentos da crítica materialista, a pesquisa buscou superar leituras descritivas ou pedagógicas da cartilha e do manual, evidenciando-os como dispositivos de construção da subjetividade revolucionária. Essa síntese metodológica permitiu tratar os documentos não apenas como fontes ilustrativas, mas como objetos de análise em sua densidade histórica, política e simbólica.

Em um campo de estudos historicamente consolidado, no qual a Revolução Cubana, a Campanha de Alfabetização de 1961 e os discursos de Fidel Castro e Che Guevara já foram amplamente abordados sob distintas perspectivas, a presente tese apresenta um elemento distintivo: a aplicação rigorosa e sistemática da análise de conteúdo de Bardin (1977) aos materiais pedagógicos da campanha, especialmente à cartilha “**¡Venceremos!**” e ao manual “**Alfabetecemos**”. O ineditismo reside não apenas na escolha do *corpus*, mas na forma como ele foi analisado: como dispositivo estruturante da formação de subjetividades dentro de um processo político-pedagógico de reconfiguração social.

Ao mobilizar a metodologia de Bardin (1977), combinada aos fundamentos das teorias sociais, a pesquisa promoveu uma leitura crítica que ultrapassa o conteúdo literal dos materiais e adentra suas estruturas simbólicas. Identificaram-se, com base em evidências documentais, os padrões lexicais, visuais e discursivos que operaram como mecanismos de formação ideológica e de modelagem do *homem ideal* cubano. Essa perspectiva permitiu reconhecer a campanha não apenas como uma ação de combate ao analfabetismo, mas como uma tecnologia estatal de produção de subjetividades revolucionárias.

Ainda que existam estudos que tematizam separadamente a alfabetização, os discursos revolucionários ou os aspectos simbólicos do processo educacional cubano, são raras as abordagens que analisam detalhadamente os materiais pedagógicos por meio de um método de interpretação textual e política articulado com uma teoria crítica da educação. Nesse sentido, esta tese oferece uma contribuição inédita ao demonstrar que os materiais impressos da campanha foram, em si mesmos, expressões e ferramentas de um projeto hegemônico de formação do sujeito revolucionário.

A análise da cartilha “**¡Venceremos!**” e do manual “**Alfabetecemos**” evidenciou a função pedagógica e, simultaneamente, ideológica desses materiais no interior do projeto educacional da Revolução Cubana. Ambos os documentos foram produzidos com o intuito declarado de erradicar o analfabetismo e ampliar o acesso à leitura e à escrita; contudo, seu conteúdo, linguagem e estrutura revelam que estavam imbricados em um processo mais amplo de reorganização simbólica da sociedade e de conformação da consciência dos alfabetizados.

O manual do alfabetizador operava como guia metodológico, prescrevendo não apenas as etapas do processo de ensino, mas também o comportamento do educador, o tom das abordagens e o tipo de relação que deveria ser estabelecida com o alfabetizando. Ao mesmo tempo em que sugeria práticas pedagógicas respeitadas e colaborativas, orientava o educador a transmitir conteúdos com alto grau de orientação ideológica. O alfabetizador era concebido como agente político da Revolução, portador de uma missão cívica e histórica, e não apenas como um mediador do saber técnico.

A cartilha “**¡Venceremos!**”, destinada diretamente ao alfabetizando, apresentava vocabulário altamente selecionado, estruturado em torno de temas e figuras centrais da Revolução: “Fidel”, “miliciano”, “pátria”, “trabalho”, “camponês”. As imagens reforçavam tais representações, organizando visualmente o conteúdo político. A repetição de palavras e frases com carga semântica vinculada ao discurso revolucionário evidenciava uma estratégia de interiorização de valores por meio do próprio processo de letramento. Dessa forma, a alfabetização não era apenas um fim, mas um meio para produzir um sujeito letrado e ideologicamente alinhado.

Assim, os materiais didáticos analisados cumprem um duplo papel: por um lado, ampliam o acesso ao saber e reconhecem a importância da educação como direito; por outro, operam como vetores da homogeneização simbólica. Essa

ambiguidade revela a natureza contraditória do processo pedagógico revolucionário, que se apresenta como libertador ao mesmo tempo em que normatiza.

A leitura crítica dos materiais pedagógicos da Campanha Nacional de Alfabetização de 1961, aliada à análise dos discursos revolucionários, permitiu identificar com clareza os contornos do projeto de formação do *homem ideal* cubano. Esse ideal, formulado principalmente por meio das intervenções de Fidel Castro e Che Guevara, expressa-se na figura de um sujeito novo, moldado pelas exigências da coletividade socialista: alfabetizado, disciplinado, trabalhador, vigilante, combativo e profundamente comprometido com os valores da Revolução

A construção dessa subjetividade não se deu de forma abstrata, mas foi operada materialmente por meio de dispositivos educacionais como o manual e a cartilha. A escolha dos vocábulos, a composição das imagens, a organização das frases e a seleção das temáticas indicam um esforço deliberado para inculcar uma ética revolucionária baseada no trabalho voluntário, na defesa da pátria, na vigilância contra o inimigo externo e interno, e na conformidade com os princípios coletivos. Esse modelo de sujeito não é apenas o resultado da aprendizagem técnica, mas a síntese de uma identidade política desejada e promovida pelo Estado.

A categoria *homem ideal*, portanto, revelou-se central para a análise empreendida nesta pesquisa, pois permitiu articular o conteúdo educativo com os fundamentos do projeto histórico-político da Revolução. Não se trata apenas de um ideal abstrato, mas de uma imagem construída e reforçada por meio de instrumentos pedagógicos e estratégias discursivas. O alfabetizando não é concebido apenas como aquele que domina o código escrito, mas como aquele que adere, com convicção, ao projeto revolucionário e assume o lugar simbólico e produtivo que lhe é atribuído pela nova ordem.

Com isso, a alfabetização transcende sua função instrumental e assume papel constitutivo na formação de um novo tipo de sujeito histórico: aquele que, ao aprender a ler e escrever, internaliza também os sentidos, os valores e os deveres impostos por um projeto político-pedagógico totalizante.

A análise dos materiais e discursos da Campanha Nacional de Alfabetização de 1961, à luz dos fundamentos das teorias sociais, demonstrou que o processo de formação do *homem ideal* revolucionário não foi isento de contradições. Essas contradições não se apresentaram apenas entre diferentes discursos, mas foram

identificadas no interior dos próprios materiais pedagógicos, cujos conteúdos articulavam, de maneira tensa, promessas de emancipação e práticas de conformação.

De um lado, os materiais defendem a alfabetização como um instrumento de superação da exclusão social e de valorização da dignidade humana por meio do saber. Ao incluir camponeses, trabalhadores, mulheres e pessoas historicamente marginalizadas, a campanha se constituiu como um marco na democratização do acesso à linguagem escrita. O letramento foi apresentado como uma via de libertação – condição para o exercício da cidadania e da participação consciente na nova sociedade em construção.

De outro lado, essa mesma alfabetização foi conduzida por um vocabulário padronizado, por imagens e frases repetitivas, por comandos explícitos e implícitos que estruturavam uma única leitura possível da realidade: aquela conforme ao regime revolucionário. A leitura crítica do mundo, tal como defendida por concepções emancipatórias de educação, foi substituída por uma leitura dirigida, cujo eixo semântico era o combate ao inimigo, a exaltação da pátria e a lealdade ao novo Estado.

Essa tensão revela a contradição fundamental do processo formativo analisado: ao mesmo tempo em que libertava os sujeitos da ignorância técnica, os conduzia à adesão a um sistema de valores únicos. A emancipação pelo saber coexistia com a condução da consciência; a abertura ao conhecimento convivía com o fechamento interpretativo. Como aponta Gillette (1977), a campanha operou como espaço de redefinição simbólica e de substituição das referências culturais anteriores por novos códigos orientados politicamente.

Tais contradições não invalidam os avanços conquistados, mas demandam uma leitura crítica e contextualizada. A análise dialética permitiu, justamente, reconhecer essas ambivalências como constituintes de todo processo educacional situado historicamente – especialmente em contextos de ruptura, como o da Revolução Cubana. A alfabetização, nesse caso, foi simultaneamente prática de inserção social e de regulação ideológica.

A Campanha de Alfabetização de 1961, promovida logo após a vitória da Revolução Cubana, consolidou-se como um marco histórico e pedagógico de alcance internacional. Sua execução, em menos de um ano, mobilizando centenas de milhares de voluntários e alfabetizando mais de 700 mil pessoas, representa não

apenas uma façanha logística e educacional, mas uma inflexão histórica no papel da educação como instrumento de reorganização social e política.

No plano histórico, a campanha significou a afirmação do novo Estado revolucionário enquanto força promotora da justiça social, da inclusão e da soberania nacional. O sucesso quantitativo da alfabetização foi amplamente celebrado como símbolo da capacidade da Revolução de transformar rapidamente a realidade de um povo historicamente marcado pela exclusão. A escola e os materiais pedagógicos tornaram-se, nesse processo, vetores de legitimação do regime e de difusão dos valores do socialismo cubano.

Do ponto de vista pedagógico, a campanha alterou os parâmetros tradicionais da educação formal. Ao levar a alfabetização para zonas rurais, montanhosas e periféricas, ao colocar jovens e estudantes como protagonistas do processo educativo, e ao associar o ato de ensinar a uma missão patriótica, a Revolução redefiniu a relação entre sujeito, saber e prática social. O alfabetizador não era apenas um professor; era um militante. O alfabetizando não era apenas um aprendiz; era um sujeito convocado à transformação.

No entanto, como demonstrado ao longo desta tese, o caráter inovador da campanha também apresentou limites. A centralização ideológica, a padronização dos materiais e a condução do processo formativo por uma narrativa única evidenciam a complexidade do fenômeno. O marco pedagógico da campanha, embora histórico, carrega consigo as marcas das tensões entre liberdade e direção, entre pluralidade e hegemonia.

Reconhecer a campanha como marco histórico e pedagógico, portanto, exige compreender sua dupla natureza: como prática de inclusão social sem precedentes e como ferramenta de consolidação de um projeto de poder. É nesse entrelaçamento entre pedagogia e política que reside sua potência e, ao mesmo tempo, seus limites.

Esta pesquisa contribui de forma significativa para o campo dos estudos sobre educação, ideologia e formação de subjetividades ao propor uma leitura crítica dos materiais pedagógicos da Campanha de Alfabetização de 1961 em Cuba. Ao tratar a cartilha “**¡Venceremos!**” e o manual “**Alfabetícemos**” como fontes primárias e objetos de análise, a tese reafirma a importância de considerar os documentos pedagógicos não apenas como instrumentos de ensino, mas como mediadores simbólicos de projetos políticos e culturais.

Nesse sentido, a investigação amplia o debate sobre o papel da educação como prática de poder, articulando as dimensões técnica, ética, política e ideológica do ato educativo. A análise desenvolvida revelou que os materiais didáticos da campanha foram constituídos por estruturas lexicais e imagéticas altamente codificadas, cuja função não era apenas alfabetizar, mas moldar o pensamento, o comportamento e a identidade dos sujeitos alfabetizados.

A aplicação do método de análise de conteúdo de Bardin (1977), ancorada nos fundamentos das teorias sociais, reafirma a importância de abordagens metodológicas que possibilitem acessar as dimensões latentes dos discursos educacionais, permitiram a identificação de unidades de registro, categorias temáticas e inferências ideológicas nos materiais da campanha não apenas confirmou a hipótese da tese, mas forneceu uma ferramenta analítica que pode ser aplicada a outros contextos históricos e educacionais.

Outra contribuição importante reside na valorização do conceito de *homem ideal* como categoria analítica capaz de sintetizar a articulação entre educação, subjetividade e hegemonia. Ao utilizar essa chave interpretativa, a tese buscou uma leitura que integra forma e conteúdo, política e pedagogia, estrutura e sujeito.

Tanto quanto, a pesquisa contribui para os estudos latino-americanos ao recolocar em debate a experiência cubana não como modelo a ser replicado, mas como campo fecundo de análise das potências e dos limites da educação como via de transformação social. A crítica aqui desenvolvida é, portanto, uma afirmação do valor da educação – não como neutralidade, mas como disputa de sentidos.

Apesar das contribuições apresentadas, é necessário reconhecer os limites e fragilidades que atravessam esta pesquisa. Em primeiro lugar, a análise concentrou-se em um conjunto específico de documentos – o manual “**Alfabetecemos**”, a cartilha “**¡Venceremos!**” e nos discursos de Fidel Castro –, o que, embora metodologicamente justificável, restringe o campo empírico a uma parte dos materiais produzidos no contexto da Campanha de Alfabetização. Outros registros orais, relatos de alfabetizadores, documentos governamentais e registros de resistência local poderiam ter enriquecido ainda mais o contraste entre teoria, discurso e prática.

Além disso, a própria natureza da análise de conteúdo implica um trabalho de interpretação que, por mais criterioso que seja, carrega em si a marca da mediação do pesquisador. A tentativa de aplicar o método de Bardin (1977) com rigor e em

consonância com o materialismo histórico-dialético exigiu escolhas interpretativas, recortes e aproximações que, em determinados momentos, enfrentaram os limites da legibilidade dos documentos e da ausência de informações contextuais adicionais.

Outra fragilidade reconhecida diz respeito ao recorte temporal. Ao focar no ano de 1961 e nos documentos da campanha, a pesquisa não contemplou os desdobramentos posteriores da política educacional cubana nem estabeleceu um estudo comparativo com outros períodos ou experiências. Embora essa delimitação tenha garantido profundidade na análise, ela restringiu a possibilidade de observar continuidades e rupturas no projeto formativo da Revolução.

Por fim, destaca-se que, ao privilegiar a análise textual e imagética dos materiais, a tese não acessou diretamente a experiência vivida dos sujeitos alfabetizados ou alfabetizadores, o que limita a compreensão do modo como os conteúdos analisados foram apropriados, contestados ou resignificados na prática.

Tais limites não anulam a relevância dos resultados obtidos, mas indicam caminhos e desafios para pesquisas futuras que queiram aprofundar, ampliar ou tensionar as leituras aqui desenvolvidas. Esta pesquisa abre possibilidades para diversos desdobramentos investigativos que podem aprofundar ou expandir a compreensão crítica sobre o papel da educação em contextos de ruptura política e de reconfiguração social. Um primeiro encaminhamento possível diz respeito à ampliação do *corpus* documental, com a inclusão de relatos de alfabetizadores e alfabetizados, arquivos institucionais, fotografias de campo, registros de resistência ou documentos posteriores à Campanha de 1961. Tais fontes poderiam oferecer uma perspectiva mais complexa e dialógica sobre os efeitos da campanha na vida concreta dos sujeitos envolvidos.

Outro caminho importante seria a realização de estudos comparativos com outras experiências de alfabetização na América Latina, como a proposta de Paulo Freire no Brasil e na Nicarágua, a campanha na Venezuela ou os processos populares de letramento em contextos indígenas e camponeses. Comparar as estratégias discursivas, os dispositivos pedagógicos e os projetos de formação de sujeito entre essas experiências pode contribuir para uma compreensão mais ampla das disputas em torno da linguagem e da subjetividade na educação popular latino-americana.

Ainda no plano das investigações futuras, destaca-se a relevância de aprofundar o uso da análise de conteúdo como ferramenta metodológica para o estudo de documentos educacionais, especialmente em contextos nos quais os materiais didáticos operam como vetores de direção política. A sistematização desse método, aliada a uma crítica da ideologia e da linguagem, pode ser útil para analisar políticas educacionais atuais, em especial aquelas que associam alfabetização, valores morais e identidade nacional.

Assim, diante dos atuais debates sobre educação crítica, liberdade pedagógica e produção de subjetividades, esta pesquisa convida à retomada da análise dos materiais escolares como espaços de disputa simbólica e como lugares privilegiados para compreender as tensões entre projeto político, linguagem e formação humana. Nesse sentido, as investigações futuras poderão não apenas reconstruir processos históricos, mas também intervir criticamente nos rumos da educação contemporânea.

A leitura e a reinterpretação das fontes – frente às contradições internas dos materiais e aos limites impostos pela própria historicidade do processo educativo cubano – provocaram transformações no olhar investigativo. O pesquisador foi sendo, ele também, atravessado pelas tensões do objeto: entre a admiração pela mobilização social da campanha e a crítica à padronização ideológica imposta por seus materiais; entre o reconhecimento do avanço educacional e a necessidade de denunciar os limites da homogeneização simbólica.

Nesse processo, confirmou-se o que Vito (2016) propõe ao refletir sobre o conhecimento como construção histórica e dialógica: não há análise neutra, nem pesquisa concluída sem que o pesquisador também se transforme. O percurso desta tese reafirma, assim, que toda investigação crítica carrega consigo uma dimensão ética, reflexiva e formativa. Ao analisar os instrumentos que moldaram subjetividades, esta pesquisa também se constituiu como instrumento de autoconstrução do pesquisador no campo do pensamento crítico.

A experiência cubana de alfabetização, embora situada historicamente no início dos anos 1960, permanece como referência provocadora para o campo da educação popular latino-americana. Sua capacidade de mobilização coletiva, de articulação entre educação e transformação social, e de valorização da linguagem como instrumento de reinvenção do sujeito histórico continuam a inspirar projetos

educacionais comprometidos com a justiça social em diversos contextos do continente.

Contudo, os achados desta tese – especialmente no que diz respeito às contradições entre emancipação e conformação, entre letramento e adesão ideológica – também convidam a uma leitura crítica e atenta sobre os riscos da centralização política da educação e da padronização da subjetividade. Como aponta Peroni (2000), é fundamental refletir sobre o papel da escola, do Estado e do discurso pedagógico na produção de sujeitos, sobretudo em contextos de ruptura ou de reorganização social e política.

Neste sentido, os resultados aqui alcançados não se restringem ao contexto cubano. Eles dialogam com debates contemporâneos sobre liberdade pedagógica, formação crítica, uso de materiais didáticos como dispositivos ideológicos e o lugar da educação na consolidação (ou contestação) de projetos hegemônicos. Em tempos de disputas acirradas pelo conteúdo e pelos sentidos da educação, a leitura crítica da experiência cubana pode contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas democráticas, dialógicas e comprometidas com a pluralidade.

A tese, portanto, não apenas reconstrói criticamente um processo histórico, mas também se inscreve como intervenção analítica nos desafios pedagógicos do presente. Ao explicitar os mecanismos que sustentaram a produção do *homem ideal* revolucionário, esta pesquisa oferece ferramentas para o desmonte de outras normatizações, ainda vigentes, que seguem moldando sujeitos por meio da linguagem escolar e dos aparatos do Estado.

A escolha da categoria analítica *homem ideal* revelou-se decisiva para a interpretação dos materiais pedagógicos analisados nesta tese. Mais do que uma abstração teórica, essa categoria funcionou como instrumento de leitura da educação enquanto processo de construção de subjetividades social e historicamente situadas. Ao adotar tal perspectiva, a tese posiciona a prática educativa como lugar privilegiado de disputa simbólica, onde se modelam condutas, afetos, valores e formas de pertencimento.

Em diálogo com a tradição das teorias sociais, a categoria permitiu compreender a articulação entre pedagogia, ideologia e hegemonia – ou seja, a maneira pela qual os dispositivos educacionais operam para consolidar um projeto de sujeito alinhado à ordem social pretendida. O *homem ideal* delineado pela Revolução Cubana não é apenas o letrado funcional, mas o cidadão forjado

segundo os princípios da coletividade, da disciplina, do trabalho voluntário e da lealdade à pátria. Essa figura é continuamente reproduzida nos materiais da campanha como horizonte normativo da formação.

Como reforça Vito (2016), a categoria do *homem ideal* é útil justamente porque torna visível o nexos entre linguagem, consciência e transformação social. Ela permite compreender como a educação, ao mesmo tempo em que ensina a ler, ensina a ver, a julgar, a desejar e a agir conforme um padrão determinado. Foi essa potência explicativa que orientou o percurso da pesquisa e consolidou a análise crítica dos conteúdos linguísticos e visuais da cartilha “**¡Venceremos!**” e do manual “**Alfabetecemos**”.

A escolha metodológica, portanto, não foi meramente conceitual, mas estratégica: ao iluminar os sentidos projetados nos materiais didáticos, a categoria *homem ideal* tornou possível revelar o projeto político-pedagógico de formação da subjetividade revolucionária e, com isso, contribuir para a reflexão mais ampla sobre os modos como a educação participa da produção de sujeitos no interior das lutas de classe.

Para finalizar e firmar, o *homem ideal* para a Revolução Cubana e, por extensão, para a Campanha de Alfabetização de 1961, é aquele que responde às exigências históricas do seu tempo. Para os líderes revolucionários, esse homem deveria encarnar a síntese entre consciência política, compromisso social e disciplina moral – atributos indispensáveis à consolidação do novo Estado socialista. Tratava-se de um sujeito em permanente formação, moldado pela prática do trabalho, pela participação coletiva e pela compreensão crítica da realidade.

O ideal revolucionário não se restringia, portanto, à aquisição do conhecimento formal, mas à construção de uma nova subjetividade: a do cidadão que se reconhece parte da coletividade, que age movido pelo dever social e que faz da educação o instrumento de transformação de si e do mundo. Nesse sentido, o *homem ideal* é o homem historicamente situado – aquele que, ao compreender as demandas de seu tempo, torna-se agente da história e expressão viva da utopia socialista.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Tradução de Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa, Portugal: Presença; Martins Fontes, 1980.
- ALVAREZ, Maria Eugênia Batista. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: McGraw-Hill, 1991. v. 2.
- AYERBE, Luis Fernando. **A revolução cubana**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004 (Coleção Revoluções do Século XX).
- BALDI, Agostinho de Paula. A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 631-640, set./dez. 2019 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/wVGTjr8gbDLb8fNGgWBJcSB/>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Alfabetização de jovens e adultos: desafios do século 21. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 84, n. 206, p. 34-42, jan./dez. 2003. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/download/1372/1111/>. Acesso em: 29 abr. 2025
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Tradução de João Ferreira; REwvisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 1998.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRUN, J. **O estoicismo**. São Paulo: Edições 70, 1986.
- CAÑADELL, Rosa. Educação e transformação social. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 197-216, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/22486/14622>. Acesso em: 1 jul. 2025.
- CASTRO RUZ, Fidel. **Discurso proferido por el comandante Fidel Castro Ruz, primer ministro del gobierno revolucionario, em la sede de las Naciones Unidas, Estados Unidos, el 26 de septiembre de 1960**. Estados Unidos, 1960. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f260960e.html>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- CASTRO RUZ, Fidel. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité central del partido comunista de cuba y primer ministro del gobierno revolucionario, en la velada solemne en memoria del comandante Ernesto Che Guevara, en la plaza de la Revolución, el 18 de octubre de 1967**. Departamento de Versiones Taquigraficas del Gobierno Revolucionario. Estados Unidos, 1967. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1967/esp/f181067e.html>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CASTRO RUZ, Fidel. **A história me absolverá**. Tradução de Pedro Pomar. 5. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

CODATO, Adriano. O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 32, p. 311-331, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p311>. Acesso: 13 jun. 2025.

CUBA. Ministerio de la Educación. **Alfabetizamos manual para el Alfabetizador**. La Habana: Imprenta Nacional, 1961a.

CUBA. Ministério de la Educación. **!Venceremos!**. La Habana: Imprenta Nacional, 1961b.

CUBA. **Cuba territorio libre de analfabetismo**. Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 1981.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012. p. 52-71

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GILLES, Thomas Ranson. **Filosofia da Educação**. São Paulo: EPU, 1983.

GILLETTE, Arthur. **A revolução educacional cubana**. Tradução de Alexandre C. Cordeiro. São Paulo: Moraes, 1977 (Título original: Cuba's educational revolution. Tradução do original publicado em 1972).

GUEVARA, Ernesto Che. **O socialismo e o homem em Cuba**. Montevideo, Semanário Marcha, mar. 1965.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUTEAU, Michel; LAUTREY, Jacques. **Cuba**: revolução no ensino. Tradução de Manuela Leandro e Fernanda Campos. Coimbra: Centelha, 1976.

KOLÉSNIKOV, Nikita. **Cuba**: educación popular y preparación de los cuadros nacionales 1959-1982. Tradução de Edgar Timor Sánchez. Moscú: Editorial Progreso, 1983.

LUKÁCS, Georg. **Introdução à uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- MARTÍ, José. **Educação em Nossa América**: textos selecionados. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007 (Organização e apresentação de Danilo R. Streck).
- MARTÍ, José. Maestros ambulantes. *In*: MARTÍ, José. **Obras Completas**: edición crítica. Habana: CLACSO, 2016. p. 119-158.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. Tradução de Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MENDONÇA, Onaide Schwartz. Percurso histórico dos métodos de alfabetização. *In*: MENDONÇA, Onaide Schwartz. **Conteúdo e didática de alfabetização**. Presidente Prudente: UNESP, 2007. p. 23-35.
- MIRES, Fernandes. **La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1982.
- NETTO, José Paulo. **Ensaio de uma marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, 2017 (Seleção, organização e apresentação Marcelo Braz).
- NETTO, José Paulo (org.). **O leitor de Marx**. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- PAULILO, André Luiz. Os manuais do professor como fonte de pesquisa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 56, p. 181-206, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/28617/18822>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- PEREIRA MELO, José Joaquim. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. *In*: COSTA, Célio Juvenal; PEREIRA MELO, Joaquim José; FABIANO, Luiz Hermenegildo (org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: UFGD, 2010. p. 13-35.
- PEREIRA, Manuel. **Rebeldes sem armas**: alfabetizadores cubanos em ação. São Paulo: Ática, 1989.
- PÉREZ-CRUZ, Felipe de Jesús. La Campaña Nacional de Alfabetización en Cuba. **Varona**, Habana, n. 53, p. 10-23, Julio-Diciembre, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3606/360635575003.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- PÉREZ-GALDÓS, Víctor. **Un hombre que actua como piensa**. La Habana: Editora Política, 1988.
- PERONI, Vera Maria Vidal. **A campanha que erradicou o analfabetismo em Cuba**. Campo Grande: UFMS, 2000.
- POROLONICZAK, Juliana Aparecida. **História e fundamentos do método de alfabetização cubano “Yo, si puedo”**. 2019. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bits/treams/3e9fc535-7623-49fc-b97b-749d9ed50d6f/content>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- QUADROS, Eduardo. A letra e a linha: a cartografia como fonte histórica. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 27-40, jan./jun. 2008. Disponível em:

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/227/181>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RIVEREND, Julio Le. **Breve história de Cuba**. Havana, Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 1980.

ROSA, Dayane de Freitas Colombo. **Cuba e a formação docente revolucionária: a construção do homem novo**. 2019. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1/dissertacoes/2019/2019_dayane.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025

ROSA, Dayane de Freitas Colombo. **Alfabetização como condição de liberdade: uma análise da Cartilha *¡Venceremos!* como recurso pedagógico na formação do homem novo em Cuba**. 2023. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023. Disponível em: https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1?b_start:int=20. Acesso: 20 jun. 2025.

ROSA, Dayane de Freitas Colombo; AMARAL, Roseli Gall do; MELO, José Joaquim Pereira. A construção do homem novo em Cuba (1959-1961): um processo de transformação por meio da alfabetização como prática de liberdade. **Revista Histedbr**, Campinas, v. 21, e021033, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660363/27069>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SADER, Emir. **A revolução cubana**. São Paulo: Moderna, 1985 (Projeto Passo à Frente: Coleção Guerra e Paz).

SANTOS, Brenda Maria Rodrigues dos; SILVA, José Santana da. Revolução Cubana: contrapontos. *In*: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 4., 2019. Anápolis. **Anais** [...]. Anápolis: UEG, 2019. p. 1-7.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Educação comparada Brasil\Canadá: o ensino no século XIX. **Revista da FAEEDBA**, Salvador, v. 7, n. 9, p. 211-227, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

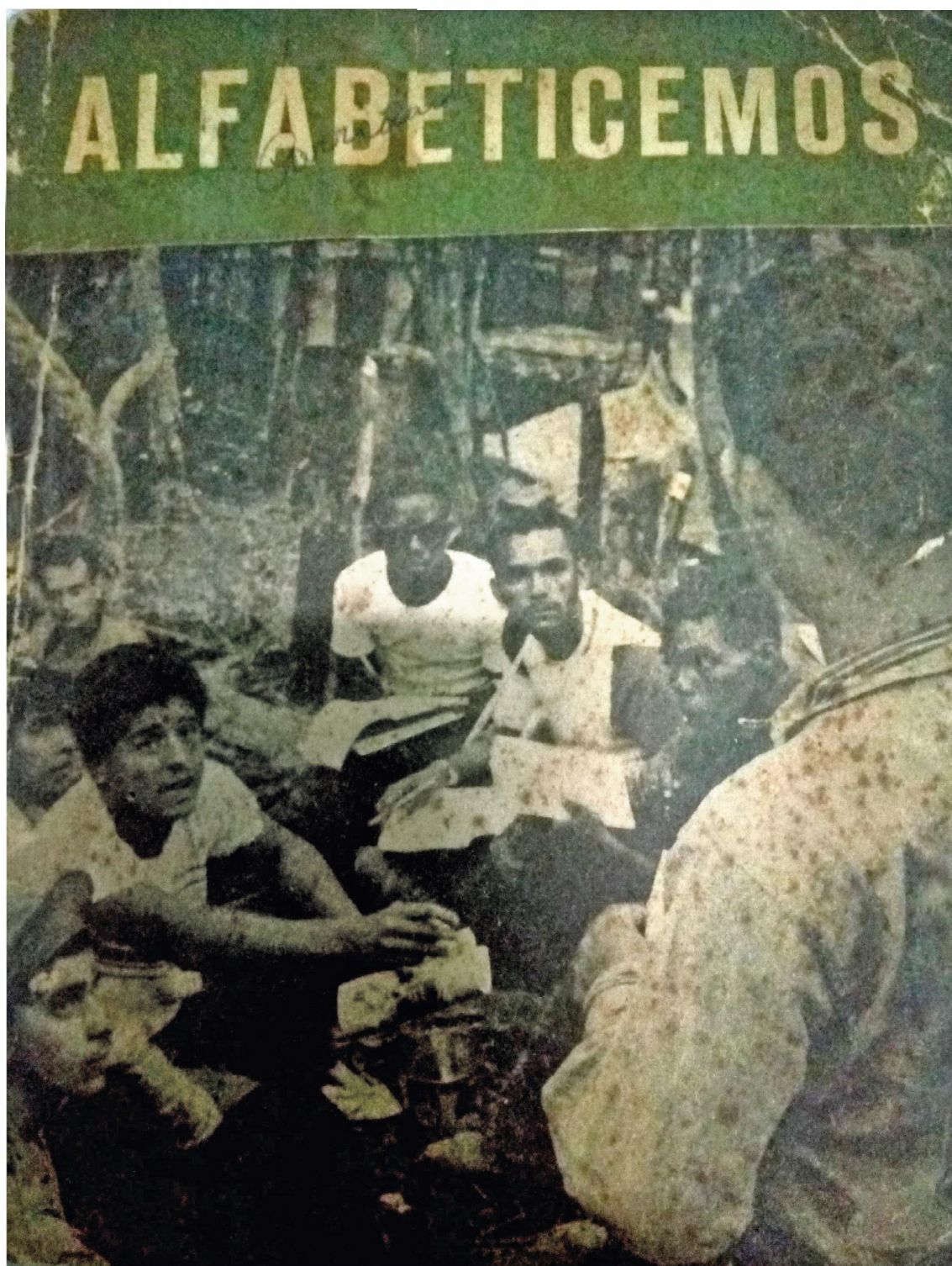
VITO, Rosana Vasconcelos. **A formação do homem moral em Sêneca: pressupostos educativos na contemporaneidade**. Curitiba: Appris, 2016.

WASSERMAN, Claudia. Historiografia sobre a Revolução Cubana no Brasil. **História Caribe**, Barranquilla, n. 2, p. 57-76, 2007. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/claudiawasserman/files/historiografia_sobre_a_revolucao_cubana_no_brasil_in_revista_a_historia_caribe.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

ZOTTA, Donatella. **Experiencias pedagógicas en Cuba**. Tradução de Loly Morán y Juan Antonio P. Millán. Madrid, Espanha: Sociedad de Educación Atenas, 1976.

ANEXOS

Anexo A – “Alfabeticemos”



La portada es un mensaje.
Significa que,
en el Año de la Educación,
alfabetizaremos. ¿Dónde?
"Lo importante es establecer
el sitio y crear la escuela.
La escuela no es, por supuesto,
el edificio. La escuela es
esa comunión entre el maestro
y los alumnos de cualquier lugar.
Las clases se pueden dar
a veces debajo de un árbol".
Estas palabras de nuestro líder
describen nuestra portada.
No importa el lugar,
con patriotismo y fuerza de voluntad
se puede contribuir a
elevar el nivel cultural
de nuestro pueblo,
enseñando a leer al que no sabe.

MANUAL
PARA EL
ALFABETIZADOR

Gobierno Revolucionario
MINISTERIO DE EDUCACION
Comisión Nacional de Alfabetización

... Y me hice maestro,
que es hacerme creador.

JOSE MARTI

Compañero alfabetizador!

Una de las metas más ambiciosas que se ha propuesto el Gobierno Revolucionario es la erradicación del analfabetismo en 1961, "Año de la Educación". Con ello se propone incorporar a casi la tercera parte de nuestra población a la comprensión del proceso revolucionario y a su rápida evolución, así como incrementar la producción por medio de una mayor capacitación cultural y técnica.

Esta campaña es labor de todo el pueblo, pues sólo con la solidaridad del mismo, con su más estrecha cooperación lograremos obtener el triunfo. La labor de alfabetización hay que realizarla tanto en los sitios cercanos como en los más apartados, aunque para ello alfabetizadores y analfabetos tengan que hacer mutuos sacrificios.

El analfabetismo, producto del subdesarrollo provocado por la intervención del imperialismo y producto indirecto del atraso económico-político del país, es un enemigo poderoso que debemos vencer y, así como nos unimos cubanos de todos los sectores para defender la soberanía de nuestra patria, nos uniremos también para liberar a nuestro país de ese enemigo interno y lograr con su liquidación una plena libertad y una unidad incorruptible.

Para facilitar la labor de alfabetización, labor de pueblo, es que ofrecemos este Manual, el cual consta de tres partes:

1ra.—Orientaciones para el trabajo del alfabetizador.

2da.—Una serie de temas que en forma sencilla y concreta abarcan las cuestiones fundamentales del proceso de nuestra Revolución y que tienen como fin proporcionar al alfabetizador información sobre los asuntos que se tratan en la cartilla "Venceremos".

3ra.—Vocabulario. En esta última parte se encuentra un vocabulario integrado por aquellas palabras cuyo contenido es conveniente aclarar.

Tenemos el convencimiento de que el pueblo no fracasará en las metas trazadas. Por tanto, comenzaremos esta campaña con la seguridad de que pese a todos los inconvenientes que podamos tener, pese a todas las agresiones que tengamos que afrontar,

"¡VENCEREMOS!"



INDICE DEL MANUAL

	<u>Págs.</u>
Palabras al alfabetizador	5
Relación entre los asuntos de la Cartilla y los temas del Manual	8
Orientaciones para el alfabetizador	11
Temas de Orientación Revolucionaria.	
Tema I La Revolución	23
Tema II Fidel es nuestro líder	24
Tema III La tierra es nuestra	25
Tema IV Las cooperativas	29
Tema V El derecho a la vivienda	31
Tema VI Cuba tenía riquezas y era pobre	32
Tema VII La Nacionalización	34
Tema VIII La Industrialización	36
Tema IX La Revolución convierte cuarteles en escuelas	38
Tema X La Discriminación	41
Tema XI Amigos y Enemigos	43
Tema XII El Imperialismo	45
Tema XIII El comercio internacional	47
Tema XIV La guerra y la paz	49
Tema XV La unidad internacional	51
Tema XVI La Democracia	54
Tema XVII Obreros y campesinos	55
Tema XVIII El pueblo unido y alerta	58
Tema XIX La libertad de cultos	59
Tema XX La salud	60
Tema XXI La recreación popular	62
Tema XXII La Alfabetización	64
Tema XXIII La Revolución gana todas las batallas	65
Tema XXIV La Declaración de la Habana	68
Vocabulario	79

A continuación establecemos una relación entre los asuntos de la Cartilla y los temas del Manual, en los cuales Ud. encontrará el material de información necesario para la conversación inicial.

CARTILLA	MANUAL
O E A	Tema XV "La Unidad Internacional".
I N R A	Tema III "La Tierra es Nuestra".
Las cooperativas de la Reforma Agraria	Tema IV "Las cooperativas".
La Tierra	Tema I y III "La Revolución" y "La Tierra es Nuestra".
Los Pescadores Cubanos	Tema IV "Las Cooperativas".
La Tienda del Pueblo	Tema IV "Las Cooperativas".
Cada Cubano dueño de su casa	Tema V "El derecho a la Vivienda".
Un pueblo sano en una Cuba libre	Tema XX "La Salud".
El I N I T	Tema XXI "La Recreación Popular".
Las Milicias	Tema XVIII "El Pueblo Unido y Alerta".
La Revolución gana todas las batallas	Temas I-II-XXIII "La Revolución", "Fidel es Nuestro Líder" y "La Revolución gana todas las batallas".
El pueblo trabaja	Temas VIII-XVIII "La Industrialización" y "Obreros y Campesinos".
Cuba no está sola	Temas XV-XXIII "La Unidad Internacional" y "La Revolución gana todas las batallas".
Ya llegó el Año de la Educación	Temas IX-XXII "La Revolución convierte Cuarteles en Escuelas" y "La Alfabetización".

PRIMERA PARTE
ORIENTACIONES PARA EL
ALFABETIZADOR

I. Orientaciones de carácter general.

1. Establezca relaciones de amistad con sus alumnos dentro de una cordialidad respetuosa, porque ellos necesitan su ayuda.
2. Muéstrese interesado por sus problemas. Compréndalos y estímúelos para que no se desanimen.
3. Hágalos comprender que este es el mejor momento para aprender a leer y escribir y los beneficios que esto representa para la Patria y para él. Para la Patria, porque ayudará con su esfuerzo a aumentar la producción agrícola e industrial y para él, porque con la lectura no sólo adquirirá conocimientos sino que podrá informarse de lo que sucede en Cuba y en el mundo. Y con la escritura estará en condiciones de comunicarse con los demás por medio de las cartas, telegramas, notas; llenando solicitudes, recibos, giros y otros documentos que le permitirán mejorar en su trabajo.
4. Hágalos saber la importancia que tiene para él y para usted la asistencia a clase.
5. Recuerde también que muchos alumnos tienen defectos de la vista y el oído que dificultan el aprendizaje.
6. Los problemas económicos o familiares causan también distracciones en los alumnos.
7. Siga estas indicaciones para su trabajo:
 - a) Muéstrese animoso ante las dificultades, piense que trabaja para la Patria combatiendo la ignorancia.

- b) Evite dar órdenes. Diga: Vamos a trabajar. Vamos a estudiar.
Use expresiones estimulantes como:
¡Va muy bien!
¡Adelante!
¡Perfecto! etc.
- c) Evite el tono autoritario, recuerde que la labor de alfabetización se realiza en común entre alfabetizador y analfabeto.
- d) Si observa fatiga o cansancio cámbieles de trabajo.
- 8) En cuanto al tiempo y al material:

Es conveniente que las sesiones de trabajo sean diarias, siempre que sea posible, y de una duración aproximada de dos horas. No pase a otro ejercicio sin que los anteriores hayan sido dominados, aunque no debe demorar demasiado para pasar de uno a otro. Procure estudiar bien este Manual "Alfabetemos" y la Cartilla "Venceremos" para realizar una labor eficaz. Cuide de estar provisto del Manual y la Cartilla y que sus alumnos tengan lo indispensable: Cartilla, libreta y lápiz.

II. *Cómo usar la Cartilla.*

El material que hemos preparado para la alfabetización consta de este Manual y la Cartilla "Venceremos". En la redacción de la Cartilla se han tenido en cuenta tres puntos fundamentales:

- 1° La realidad de nuestra Patria.
- 2° El analfabeto.
- 3° El alfabetizador.

Hemos tomado quince asuntos de interés nacional que forman las quince lecciones de que consta "Venceremos", y a través de ellas hemos proporcionado la ejercitación necesaria para lograr el mecanismo de la lectura y la escritura.

El método es fácil y ajustado a la realidad del analfabeto cubano, que es excepcional por cuanto domina

un amplio vocabulario y tiene madurez y conciencia ciudadana bien probadas.

Es indispensable seguir en la propia Cartilla lo que se va explicando en estas Orientaciones a fin de lograr una correcta interpretación.

Si analizamos cualquiera de las quince lecciones de "Venceremos" observamos que:

- 1° Cada lección o asunto va precedido de una fotografía que lo ilustra. Alrededor de esa fotografía establezca una conversación que dé oportunidad para:
 - a) Conocer la experiencia de los alumnos sobre el tema.
 - b) Aclarar sus conceptos.
 - c) Ejercitarlo en la expresión oral.
- 2° En la página que está frente a la fotografía aparece el asunto o lección.
 - a) Una vez terminada la conversación dígales que va a leer la lección alto, claro y despacio, que atiendan para que ellos lo hagan después. Repita la lectura haciendo las observaciones necesarias.
 - b) Lea ahora la lección con sus alumnos.
 - c) Que lean ellos solos. Aclare que esta forma de leer es sólo un reconocimiento de palabras puesto que no conocen las letras.
- 3° Invítelos a realizar los ejercicios que aparecen en las páginas siguientes:
 - a) Cada lección tiene varios ejercicios. Así vemos ejercicios A, B, C, etc.
 - b) Observe que cada ejercicio tiene 6 puntos excepto el último ejercicio de cada lección, que tiene 9. Todos los ejercicios se desarrollan en la misma forma.

A continuación vamos a explicar cómo se trabajan los diferentes puntos de todos los ejercicios:

Punto 1. En cada ejercicio dice siempre: *Vamos a leer.*
En cada lección se ha tomado como motivo de estudio una frase u oración que sirve de base para el estudio de los sonidos. Esa frase u oración se descompone en sílabas. Por ejemplo, en la lección I N R A tomamos la frase *La Reforma* y la dividimos así:

La Re-for-ma.

Observe que cada sílaba se estudia en un ejercicio distinto. Ejemplo: En el Ejercicio *A* de la lección citada se estudia la sílaba *la*. En el Ejercicio *B* la sílaba *re* y así sucesivamente.

Punto 2. En cada ejercicio dice siempre: *Vamos a leer primero y a leer y escribir después:*

Aquí aparecen una serie de palabras en las que están combinadas las sílabas nuevas con las ya conocidas. Lea estas palabras usted primero, después con sus alumnos y por último ellos solos. Después invite a los alumnos a leer cada palabra y según las van leyendo las van escribiendo. Haga esta lectura - escritura en la siguiente forma:

Escriba las palabras de este punto en letra cursiva (de carta) sencilla y clara, semejante a la muestra que aparece en el punto 6 de cada ejercicio. Escríbalas en la pizarra o en la libreta de los alumnos, invitándolos a leer lo escrito y a tratar de que copien las palabras imitando la letra hecha por usted. En los primeros ejercicios haga observar las diferencias y semejanzas entre la letra impresa (Cartilla) y la letra que usted hizo, hasta lograr que identifiquen ambas clases de letras (impresa y cursiva).

Este trabajo lo harán los alumnos en sus libretas.

Punto 3. En cada ejercicio dice siempre: *Vamos a leer primero y a leer y escribir después:*

En este punto hay varias frases y oraciones formadas con las palabras que aparecen en el punto 2 y otras ya estudiadas.

Lea usted primero las frases y oraciones que allí aparecen. Luego lea con sus alumnos y por último ellos solos.

Después los alumnos las leen una por una y las van escribiendo en sus libretas a medida que las van leyendo.

Realice esta lectura-escritura en la siguiente forma: escriba estas frases y oraciones en letra cursiva sencilla y clara, semejante a la muestra que aparece en el punto 6 de cada ejercicio. Escriba en la pizarra o libretas de los alumnos, invitándolos a leer lo escrito. En los primeros ejercicios hágalos observar las diferencias y semejanzas entre la letra impresa (Cartilla) y la letra que usted hizo, en la pizarra o en las libretas, hasta lograr que ellos identifiquen ambas. Trate de que copien en sus libretas las frases y oraciones leídas.

Punto 4. En cada ejercicio dice siempre: *Ponga la palabra que falta:*

Aquí aparecen las mismas frases y oraciones del punto anterior, pero a cada una le falta una palabra que está representada por una raya.

Para encontrar la palabra que falta invite a leer las frases y oraciones del punto 3 en la Cartilla primero y en la pizarra o en las libretas después. Una vez encontrada la palabra, la copiarán por imitación sobre la raya que aparece en la Cartilla.

Punto 5. En cada ejercicio dice siempre: Se dictará lo anterior.

En este punto las frases y oraciones que se van a dictar son las mismas trabajadas en los puntos 3 y 4, lo que hace suponer que los alumnos las conocen. Para comprobar hacemos el dictado.

Dicte despacio y claro cada frase u oración. Vaya observando cómo escriben sus alumnos. Los puede auxiliar, ya que ellos tendrán dificultades y serán lentos al principio. Repita cada palabra cuantas veces sea necesario. Haga observaciones alentadoras sobre cómo progresan.

En las primeras lecciones no sea exigente con el resultado. Este dictado se realizará en las libretas de los alumnos.

Punto 6. En cada ejercicio dice siempre: Copie con su mejor letra:

En este punto del ejercicio aparece una muestra que es siempre una de las frases u oraciones estudiadas. Esta muestra debe ser copiada por los alumnos. Está hecha con una letra sencilla y fácil de imitar, aunque es deseable que el alumno tenga su propia letra. En los ejercicios iniciales en que tienen dificultades en trazar las letras guíelos en la siguiente forma:

- 1° Lean la frase usted y sus alumnos.
- 2° Haga observar que la letra cursiva es distinta a la letra impresa en rasgos, enlaces, etc.
- 3° Copie en la pizarra o en la libreta de los alumnos la citada frase u oración. Esta copia la realizará lentamente y describiendo cada trazo que haga en voz alta, a fin de que a ellos les sea fácil imitarlo después.
- 4° Tan pronto termine invítelos a copiar. En este momento présteles ayuda individual.

Procure que ellos sean los que hagan las observaciones en la muestra para arreglar los defectos.

Punto 7. En cada ejercicio dice siempre: *Vamos a leer.*

Aquí aparecen varias frases y oraciones. Se ha escogido una del punto 3 de cada uno de los ejercicios.

Es propósito de este Punto hacer una lectura de repaso.

Punto 8. En cada ejercicio dice siempre: *Se dictará lo anterior.*

Dicte las frases y oraciones del punto 7 y proceda del mismo modo que en el punto 5 de todos los ejercicios. Aquí puede lograr mejores resultados.

Punto 9. En cada ejercicio dice siempre: *Vamos a leer otra vez toda la página N° . . .*

Haga una nueva lectura de la lección en la misma forma que la hizo la primera vez.

Aproveche este momento para aclarar conceptos y propiciar nuevas oportunidades para que los alumnos se expresen.

III. Observaciones.

1. *Cómo enseñar las vocales.*

Inicie la clase en la forma indicada para todas las lecciones. Destaque la frase *Organización de Estados Americanos*. Haga observar que O E A son las letras iniciales de cada una de estas palabras.

En esta lección aparecen dos ejercicios: A y B:

El ejercicio A tiene 6 puntos.

Punto 1. Dice: *Vamos a leer.*

Leerá usted la frase Organización de Estados Americanos y O E A. Leerá después con sus alumnos y por último la leerán ellos solos.

Punto 2. Dice: Vamos a leer:

Lea usted en la misma forma del punto anterior las vocales que aparecen (O E A, o e a). Enséñeles a distinguir las minúsculas de las mayúsculas.

Punto 3. Dice: Vamos a escribir:

Escriba en el pizarrón o en la libreta de los alumnos O E A-o e a en letra cursiva, haciendo observar la diferencia que hay entre esta letra y la de imprenta en cuanto a forma, enlaces, etc. Después haga que las copien en sus libretas por imitación.

No sea exigente con los resultados; tenga en cuenta que es la primera escritura. Présteles toda la ayuda que necesiten.

Punto 4. Dice: Señale las letras estudiadas en:

A continuación aparece la frase Organización de Estados Americanos. En estas palabras los alumnos señalarán primero todas las mayúsculas conocidas y después las minúsculas.

Punto 5. Dice: Ponga la letra que falta:

Aquí aparece la sigla O E A incompleta, es decir, una de las letras está sustituida por una raya. Los alumnos deben escribir en esta raya la letra que falta para completar O E A.

Punto 6. Dice: Copie con su mejor letra:

Aquí aparecen en letra cursiva, mayúsculas y minúsculas, las vocales conocidas que los alumnos deben copiar en su libreta. Siga en este punto las instrucciones que se dan para trabajar el

*Punto 6 de todos los ejercicios:
El ejercicio B tiene 5 puntos.*

Punto 1. Dice: *Vamos a leer las letras que conozca y señalar las letras nuevas:*

Aquí aparecen las 5 vocales. Haga que lean las vocales ya estudiadas O E A (mayúsculas y minúsculas) y que señalen las vocales nuevas (IU). Dígales como se llaman esas vocales.

Punto 2. Dice: *Vamos a buscar esas letras en estas palabras:*

Aquí aparecen cuatro palabras que usted leerá, después hará que los alumnos señalen en ellas las vocales que acaban de estudiar (IU—iu).

Punto 3. Dice: *Vamos a leer primero y a leer y escribir después:*

Proceda del mismo modo que en el **Punto 2** de todos los ejercicios.

Punto 4. Dice: *Señale todas las letras estudiadas:*

Aquí aparecen varias palabras. Lea usted primero y haga que ellos señalen en cada palabra la vocal que encuentren.

Punto 5. Dice. *Copie con su mejor letra:*

Aparece una muestra de las vocales en escritura cursiva (mayúsculas y minúsculas). Haga que la copien siguiendo las indicaciones del **Punto 6** de todos los ejercicios.

2. Sobre las sílabas inversas

A partir de la página 8 encontramos sílabas inversas. Ejemplo El ala. Enséñeles cómo suenan las vocales delante de las consonantes siempre que se le presente este caso.

3. Sobre las sílabas mixtas

Aparecen sílabas mixtas a partir de la página 12. Ejemplo: *for*. Léalas completas y, después lea la parte subrayada solamente. Encontrará otras como *nos*, *ños*, *jun* etc. que debe tratar en la misma forma.

4. Sobre las sílabas *güe, güi*.
En la página 84 aparecen las sílabas *güe, güi*. Aproveche este momento para enseñar *güe, güi*. Dígales que la u con dos puntos suena:

5. Sobre diversas cuestiones.

- a) A través de las distintas lecciones y ejercicios de la Cartilla usted encontrará que se usa punto y seguido, punto final, dos puntos, acento, mayúsculas, minúsculas, admiración, interrogación, y comillas. Haga con sus alumnos las correspondientes observaciones y explíqueles la función de los signos y el uso de las mayúsculas. Procure que apliquen todo esto de una manera sencilla y natural sin complicaciones ortográficas.
- b) En la Cartilla aparecen los números al final, con propósito de escritura solamente.
- c) Desde el primer momento enseñe a sus alumnos a escribir su propio nombre, esto es, a firmar. Para ello siga las indicaciones dadas para la escritura. Puede utilizar varios procedimientos como preparar muestras en forma de tarjetas, etc. Ejemplo:

Pedro García

- d) En la Cartilla no aparecen tratadas la K y la W por su escaso uso en nuestro idioma. No obstante si se le presenta la oportunidad, trabaje estos sonidos en la misma forma que los demás.

SEGUNDA PARTE
TEMAS DE
ORIENTACION. REVOLUCIONARIA

"Revolución quiere decir destrucción del privilegio, desaparición de la explotación, creación de una sociedad justa".

FIDEL CASTRO

TEMA I

LA REVOLUCION

Los pueblos necesitan la revolución para desarrollarse y avanzar. Cuando una nación es dominada por otra nación más poderosa, solamente mediante la revolución puede expulsar el dominio extranjero y establecer un gobierno propio que no esté sometido a él.

Cuando las riquezas de una nación están en manos de otra nación, hace falta una revolución para recuperar esas riquezas.

Cuando los hombres y mujeres humildes de un país viven sin trabajo, sin tierras que cultivar, sin educación, necesitan hacer una revolución.

Cuando el trabajo de los humildes sirve para que un pequeño grupo de explotadores se llene de riquezas, entonces los humildes deben hacer su revolución para que las riquezas que produce el trabajo deje de ser de los explotadores y pertenezca al pueblo que trabaja.

Eso es la revolución: libertad, trabajo, tierra, escuela, respeto al que lucha y trabaja. Y para lograr esto no basta tomar las armas contra una tiranía, sino que es necesario hacer todos esos cambios que se realizan actualmente en nuestro país.

"Así se es hombre: vertido en todo un pueblo".

JOSE MARTI

TEMA II

FIDEL ES NUESTRO LIDER

Nuestro pueblo es un pueblo valiente que ha luchado muchos años por su libertad y su bienestar social. Nuestro pueblo ha vencido frente a enemigos muy poderosos, como los gobernantes españoles y los imperialistas norteamericanos.

Los cubanos han dado muchas muestras de talento en la cultura, en el arte militar, en las luchas sociales y revolucionarias.

Y como todos los grandes dirigentes que conoce la Historia, Fidel Castro reúne las mejores cualidades de su pueblo y tiene una inmensa fe en la sabiduría, la fuerza, y el valor del pueblo.

Los cubanos respetamos y queremos al jefe que levantó al pueblo en armas contra la tiranía y el dominio extranjero. Respetamos y queremos a quien nos guía en la lucha por hacer de Cuba un país libre y próspero, en el que vivamos cultos y felices.

Y junto al máximo líder de la Revolución, también respetamos y queremos a los dirigentes que comparten su responsabilidad, como el Presidente Dorticós, Raúl Castro, Che Guevara, Juan Almeida y otros.

"Venturosa es la tierra en que cada hombre posee y cultiva un pedazo de terreno".

JOSE MARTI

TEMA III

LA TIERRA ES NUESTRA

Cuba es un país agrícola. La mayor parte de su población es campesina, se dedica al cultivo de la tierra. Sin embargo, nuestros campesinos en su mayoría no eran dueños de la tierra que cultivaban y tenían que pagar por ellas altas rentas o dar a sus dueños una parte de las cosechas para tener derecho a cultivarlas.

En cambio, unas cuantas compañías extranjeras y unos cuantos terratenientes nacionales tenían acaparadas enormes extensiones de tierra llamadas latifundios, que en gran parte mantenían sin cultivar.

El latifundio era la causa del atraso de nuestra agricultura y de la miseria de nuestros campesinos.

Cuando la Revolución llegó al poder se propuso resolver el grave problema agrario del país, por considerarlo fundamental para el desarrollo de la economía nacional y dictó la Ley de Reforma Agraria.

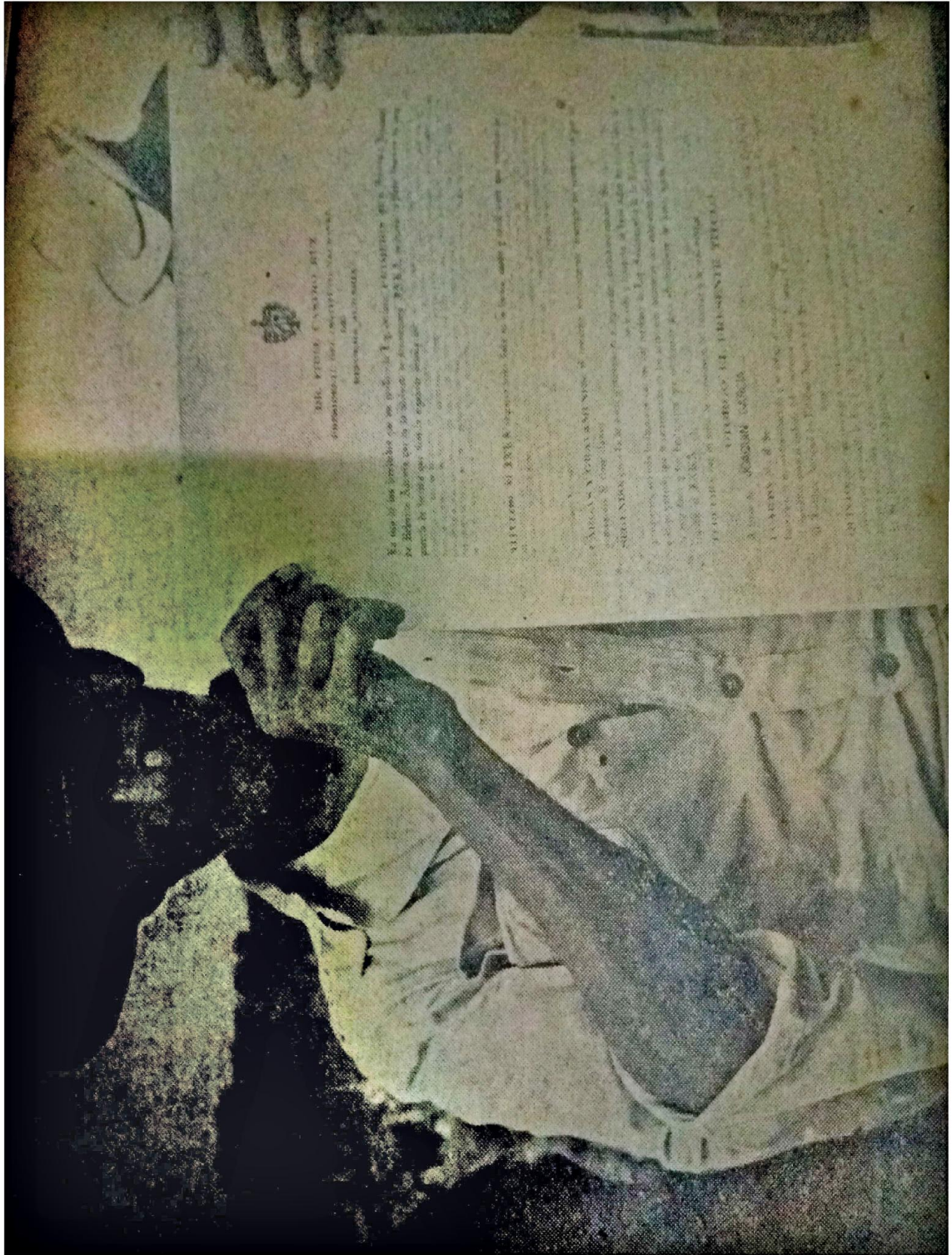
La Reforma Agraria tiene dos objetivos: dar la tierra al que la trabaja y poner fin al latifundio, que tan dañino había sido para la economía nacional.

En efecto, la Reforma Agraria ha convertido a miles de arrendatarios, aparceros y precaristas en propietarios de las tierras que cultivaban, y ha fijado un límite de 30 caballerías a la posesión de las tierras, erradicando así el latifundio.

La Reforma Agraria, al darle seguridad al campesino y al poner a producir miles de caballerías antes ociosas, ha dado a la economía cubana un formidable impulso, sentando las bases para el futuro desarrollo industrial de nuestro país.

La Reforma Agraria ha hecho realidad el postulado martiano:

"Ancha es la tierra en Cuba inculta, y clara la justicia de abrirla a quien la trabaje y esquivarla de quien no la haya de usar".





"En Cuba ha desaparecido ya el latifundio para dar paso a las cooperativas".

FIDEL CASTRO

TEMA IV

LAS COOPERATIVAS

No todos los hombres que vivían en el campo, dedicados a actividades agrícolas, podían cultivar tierras propias o ajenas aun cuando tuvieran que pagar por ellas. Muchos hombres de campo, carentes de tierras que cultivar, se veían forzados a trabajar a cambio de un miserable salario, de un modo esporádico, en el corte de la caña, en la recogida del arroz o el café, etc. Estos eran los obreros agrícolas que permanecían desocupados la mayor parte del año, viviendo en condiciones sumamente miserables.

¿Qué hacer con estos obreros agrícolas?

- El Gobierno Revolucionario los estableció en las tierras expropiadas a los latifundistas y creó allí las cooperativas de producción cultivándose así miles de caballerías, antes abandonadas.

Las cooperativas ofrecen múltiples ventajas al campesino y facilitan el desarrollo de la economía agraria. La tierra cultivada colectivamente produce más con menos esfuerzo. En las cooperativas se facilita el empleo de tractores y métodos modernos de cultivo, la utilización de regadíos y otros sistemas que hacen más económica la producción. En las cooperativas también se facilita la construcción de casas cómodas e higiénicas, escuelas y consultorios

médicos, la apertura de círculos sociales, etc., todo lo cual permite al campesino llevar una vida feliz.

Se han creado distintos tipos de cooperativas de producción. Hay cooperativas agrícolas entre las cuales se encuentran las cooperativas cañeras, situadas en las tierras expropiadas a los magnates azucareros; cooperativas agropecuarias donde además de la crianza de ganado se realizan algunos cultivos; cooperativas carboneras que han permitido mejorar el nivel de vida de los fabricantes de carbón, etc.

Entre las cooperativas de producción se destacan las cooperativas pesqueras. En el pasado los pescadores vivían en la mayor miseria y sometidos a la explotación de los intermediarios. En su mayor parte carecían de barcos pesqueros y avíos adecuados, y después de pasarse largas horas afrontando los peligros del mar, recibían sólo unos cuantos centavos por el producto de su trabajo.

Hoy esos pescadores se han unido en cooperativas. Allí, con créditos facilitados por el INRA, han construido astilleros para fabricar sus barcos, frigoríficos para conservar fresco el pescado, viviendas decorosas para mantener una vida mejor, etc. Pero sobre todo, la cooperativa pesquera ha servido para liberar al pescador de la explotación de los intermediarios. El INRA les compra el producto de su trabajo a un precio justo, lo que les permite mejorar su nivel de vida, al mismo tiempo que el pueblo puede consumir los productos del mar a un precio más bajo.

Además de las cooperativas de producción existen cooperativas de consumo, como las Tiendas del Pueblo. En las Tiendas del Pueblo, el campesino encuentra todo aquello que necesita para satisfacer sus necesidades a un precio justo, terminando así la explotación a que los sometían los intermediarios que les vendían los productos a precios abusivos.

Las cooperativas han creado mejores condiciones de vida, han permitido aumentar la producción agrícola y han eliminado para siempre la explotación del trabajo campesino.

“Un derecho más hemos creado: el derecho de cada familia a una vivienda decorosa”.

FIDEL CASTRO

TEMA V

EL DERECHO A LA VIVIENDA

El problema de la vivienda es un problema de difícil solución en la mayoría de los países.

En Cuba, antes de la Revolución, había que pagar elevados alquileres que permitían el enriquecimiento de unos cuantos señores de un modo fácil y seguro.

Las familias más pobres tenían que vivir hacinadas en miserables cuarterías que no reunían ni las más elementales condiciones de comodidad e higiene.

El Gobierno Revolucionario desde el comienzo trató de resolver el grave problema de la vivienda en Cuba. Primero creó el INAV, que ha emprendido un gigantesco plan de construcción de viviendas populares; luego rebajó en un 50% los alquileres, aumentando así la capacidad adquisitiva de nuestras familias, y por último, dictó la Ley de Reforma Urbana.

La Ley de Reforma Urbana hace a los inquilinos propietarios de las casas que habitan, amortizando el costo de la misma con las mensualidades que antes se pagaban por concepto de alquiler.

La Ley de Reforma Urbana garantiza también a los que viven en cuarterías y ciudadelas su derecho a viviendas decorosas y cómodas que pronto se construirán.

Ya cada cubano vive seguro en su casa y para siempre ha desaparecido de nuestros hogares la terrible amenaza del desahucio.

"Cuba, un país rico, habitado por un pueblo pobre".

NUÑEZ JIMENEZ

TEMA VI

CUBA TENIA RIQUEZAS Y ERA POBRE

Cuba tiene muchas riquezas naturales.

Sus tierras son muy fértiles, y aptas para numerosos cultivos. En ellas se cría con facilidad el ganado vacuno, los cerdos, las aves de corral y otros animales útiles.

Los mares que nos rodean son ricos en peces, crustáceos y moluscos que nos pueden proporcionar un alimento nutritivo y barato.

En el subsuelo cubano abundan los minerales como el hierro, el níquel, el cobre, el cromo y el manganeso, que son muy apreciados por la industria moderna para la construcción de maquinarias, aviones, etc.

Tenemos también ríos numerosos, que aunque no tienen mucho caudal, fertilizan las tierras. Además, algunos de ellos pueden ser utilizados como fuente de energía eléctrica.

Sin embargo, el pueblo cubano vivía en la mayor miseria, porque muchas de estas riquezas se mantenían sin explotar y las otras se explotaban por capitales extranjeros, que extraían del país esas riquezas sin que el pueblo, que era su verdadero dueño, pudiera disfrutarlas.

Nuestras fértiles tierras, por ejemplo, permanecían sin cultivar en muchas ocasiones, mientras que había que traer del extranjero productos agrícolas como el arroz, la cebolla y los ajos, que se podían cultivar aquí. Las tierras cultiva-

das se dedicaban a la caña en su mayor parte, y casi siempre eran propiedad de poderosas compañías norteamericanas.

Los abundantes recursos minerales de nuestro subsuelo permanecían como reserva de la economía norteamericana y sólo eran explotados en épocas de guerra o de peligro bélico, además de que siempre eran compañías norteamericanas las que lo hacían y en muchas ocasiones, como sucedía con la "Moa Bay", no pagaban ni los impuestos al Estado cubano por la explotación de los minerales.

La pesca, la ganadería, la avicultura, no se explotaban tampoco convenientemente, y así el pueblo cubano que habitaba un país rico en recursos materiales, vivía sin embargo en la mayor miseria.

Hoy las riquezas naturales, nuestros suelos, nuestras minas, nuestros ríos, han pasado a manos cubanas, ya no serán más explotadas por capitales extranjeros para beneficio de intereses extranjeros.

Esas riquezas están ahora en manos de la nación y la nación se ocupará de explotarlas convenientemente, no para beneficio de unos cuantos, sino para beneficio de todo el pueblo de Cuba, dueño hoy, por primera vez, de sus destinos, porque por primera vez es dueño de sus riquezas.

"Nacionalizar quiere decir pasar a poder de la nación".

FIDEL CASTRO

TEMA VII

LA NACIONALIZACION

La economía cubana estaba controlada en su mayor parte por unas cuantas compañías extranjeras que explotaban nuestras tierras, nuestras minas, nuestras principales industrias, nuestro comercio, etc.

Había además algunas grandes empresas manejadas por capitales cubanos. Estos nunca se orientaron a buscar el bienestar nacional por el camino del desarrollo económico del país, sino que sólo se ocuparon de enriquecerse a costa de las necesidades del pueblo.

El Gobierno Revolucionario lleva a cabo una política encaminada a rescatar las riquezas del país de manos extranjeras y dictó una serie de medidas que beneficiaron directamente a los industriales nacionales. Por ejemplo, la Reforma Arancelaria, que al elevar los aranceles a los productos extranjeros permitió a los productos nacionales ir al mercado, en condiciones ventajosas; la Reforma Tributaria, que cambió el viejo sistema de impuestos y contribuciones haciéndolo racional; la campaña de "Consuma Productos Cubanos", que movió la conciencia nacional y llevó al pueblo a preferir los productos del país en lugar de los productos extranjeros.

Los capitalistas nacionales resultaron, pues, altamente beneficiados con las medidas revolucionarias y el Gobierno

consideró en un principio que esta clase social estaría dispuesta a sumarse a la Revolución y cooperar al desarrollo económico del país. Sin embargo otra fue la actitud de los industriales. Se empeñaron en crearle al Gobierno Revolucionario problemas y dificultades; abandonaron en muchos casos la dirección de sus empresas, se mostraron negligentes en la adquisición de materias primas, provocaron conflictos con los obreros y trataron por todos los medios de ocasionarle serios problemas económicos al Gobierno Revolucionario.

El Gobierno Revolucionario tiene como tarea fundamental la de emprender el desarrollo económico nacional. Para ello es preciso que el Estado tenga la dirección y dominio de la economía.

Nacionalizar es, no sólo recuperar las riquezas que estaban en manos extranjeras. Nacionalizar es poner en manos de la nación todos los recursos básicos del país y utilizarlos en desarrollar nuestra economía; es poner la riqueza del país en manos del pueblo; es utilizar nuestros múltiples recursos no para enriquecer a unos cuantos sino para fomentar el bienestar de la nación en su conjunto, o sea, para enriquecer al pueblo.

"La industrialización es un planazo al imperialismo".

NUÑEZ JIMENEZ

TEMA VIII

LA INDUSTRIALIZACION

Ya hemos dicho que Cuba es un país agrícola, es decir, un país donde la mayoría de la población vive de la agricultura o de labores relacionadas con ella.

Cuba es un país de pocas industrias. Nuestras industrias son escasas y destinadas a producir artículos de consumo y que requieren poca elaboración.

Los países con poco desarrollo industrial son países atrasados, pobres, que no pueden valerse por sí mismos y que tienen que depender de otros países que les proporcionan los productos industriales que no fabrican.

Los países más ricos y más desarrollados del mundo son países altamente industrializados como sucede con los Estados Unidos y la Unión Soviética. Por eso el Gobierno Revolucionario se propone crear muchas industrias y hacer de Cuba un país altamente industrializado.

La creación de nuevas industrias traerá a Cuba muchas ventajas.

En primer término, dará empleo a muchos obreros y contribuirá así a elevar el nivel de vida de nuestra población, hará también más sólida nuestra economía y menos dependiente del mercado exterior.

En el pasado, nuestros opresores imperialistas inventaron múltiples pretextos para justificar el escaso desarrollo

llo industrial de Cuba. Se decía que la falta de petróleo y otros combustibles, la poca iniciativa del pueblo cubano, etc., eran los causantes de nuestro atraso en el campo industrial. La causa verdadera nunca se expresó. Y es que a los intereses extranjeros que controlaban nuestra economía, no les convenía que nos desarrolláramos industrialmente para mantener a nuestro país como importador de productos industriales y exportador de materias primas.

La falsedad de esos pretextos se pone de manifiesto hoy día en que, con la ayuda de los países socialistas, Cuba se dispone a construir por todo el país multitud de fábricas que darán trabajo a miles de obreros y nos convertirán en un pueblo próspero y feliz.

Los obreros, por su parte, tienen que rendir una importante tarea en la batalla de la industrialización.

Los obreros tienen que comprender que al trabajar en las empresas del Estado no están trabajando para un patrón que los explota y contra el cual tienen que luchar para sacarle unos centavos de aumento en salarios. Tienen que comprender que al trabajar en las empresas del Estado están trabajando para el beneficio de la patria y para lograr que en un futuro cercano otros obreros tengan también oportunidad de hallar trabajo.

Por eso el obrero tiene hoy que rendir el máximo. Tiene que esforzarse por producir más, para que el Estado pueda invertir esas riquezas que los obreros producen en crear nuevas industrias. Por eso el obrero tiene hoy que ahorrar más para evitar los gastos inútiles y tiene además que organizarse para poder rendir más a la Revolución.

Esos son los tres deberes fundamentales que en el campo económico tiene la clase obrera y que el Comandante Guevara les señala:

AHORRAR, PRODUCIR Y ORGANIZARSE.

"Mi cuartel es el pueblo".

FIDEL CASTRO

TEMA IX

LA REVOLUCION CONVIERTE LOS CUARTELES EN ESCUELAS

Durante la tiranía y aún antes, en nuestro país se construían muchos cuarteles, poderosas fortalezas militares donde se atrincheraban soldados y policías enemigos del pueblo, para defender los intereses de los latifundistas y de los explotadores en general.

El pueblo siempre veía con odio las fortalezas militares, pues de allí partían los que apaleaban a los obreros, los que desalojaban a los campesinos de sus tierras, los que cometían abusos contra el pueblo, llegando inclusive hasta el asesinato.

Sin embargo en la ciudad y en los campos no había escuelas suficientes y muchos niños se quedaban sin aprender a leer y escribir.

Al triunfar la Revolución, ésta, que cuenta con el apoyo de todo el pueblo, no necesita de cuarteles fortificados para defenderse. Cada cubano es un soldado de la Revolución y cada casa un cuartel. Por eso la Revolución convierte los cuarteles en escuelas y ahora, en los mismos lugares en que los antiguos esbirros apalearon y asesinaron a muchos hombres del pueblo se abren cientos de aulas, donde concurren felices los niños de hoy, hombres del mañana, a recibir alborozados la educación que los ayudará a construir una Patria mejor.





"Hombre es más que blanco, más que mulato, más que negro. Dígase hombre y ya se han dicho todos los derechos".

JOSE MARTI

TEMA X

LA DISCRIMINACION RACIAL

La discriminación racial tiene siempre un origen económico. Los países explotadores, con el fin de justificar la explotación que mantienen sobre otros pueblos, los consideran pertenecientes a una raza inferior, y por ello no tiene derecho a la libertad ni a la dignidad plena del hombre.

La discriminación racial no tiene razón de ser. La ciencia ha demostrado que todos los hombres son iguales, que no hay diferencias esenciales entre un hombre blanco, un hombre negro o un hombre de raza amarilla. La formación del cuerpo, la estructura de los huesos, la composición de la sangre, el funcionamiento de los órganos, la inteligencia, etc., son similares en todos los hombres. Las diferencias externas como el color de la piel, la formación de la nariz y el rizo del pelo se deben a las transformaciones que han sufrido los organismos al adaptarse a los distintos climas.

Si la ciencia ha demostrado que no hay diferencias de razas, no hay por qué mantener entre los hombres el odio de razas y menos entre nosotros los cubanos.

El pueblo de Cuba está formado por diversos grupos étnicos. De una parte se encuentran los blancos, descendientes de los españoles, que al conquistar y colonizar nuestro país, exterminaron casi por completo a la primitiva po-

blación indígena; de otra parte, los negros, que fueron traídos del Africa para ser utilizados como esclavos.

El hecho de la esclavitud llevó a los colonizadores a considerar al esclavo un ser inferior, casi una cosa. A pesar de ello los dos grupos fundamentales de nuestra población se fueron mezclando con el transcurso de los siglos dando origen al mulato, que puede considerarse como el tipo más característico de nuestro pueblo.

El pueblo cubano ha dado siempre muestras de unidad en las luchas que hemos sostenido por nuestra libertad e independencia donde juntos hemos combatido blancos y negros.

Tanto en la Guerra de los Diez Años como en la del noventa y cinco, tanto en la lucha contra la tiranía machadista, como en la lucha contra el batistato, blancos y negros han empuñado las armas en defensa de un ideal común.

Los cubanos no debemos olvidar nunca que juntos lucharon Martí y Maceo, Guillermo Moncada y Calixto García, Fidel Castro y Juan Almeida y que como dijera Martí: "No hay odio de razas porque no hay razas".

"Tenemos fe en la solidaridad de todos los pueblos del mundo".

FIDEL CASTRO

TEMA XI

AMIGOS Y ENEMIGOS

Cuba, al igual que todos los países que luchan por su plena independencia, tiene muchos amigos y grandes enemigos. Como amigos tiene aquellos pueblos que como ella, aspiran a lograr una verdadera independencia y una completa libertad. En este caso están los pueblos latinoamericanos y ciertos pueblos afroasiáticos que luchan también contra el común enemigo imperialista. Esta amistad la fomentamos a través del trato directo con ellos, ya que no siempre los gobiernos responden a los anhelos íntimos de esos pueblos.

Consideramos también amigos a aquellos pueblos que han logrado ya su absoluta libertad y ayudan honesta y desinteresadamente a las naciones que luchan contra el yugo colonialista que el imperialismo les impuso. En este caso están la Unión Soviética, la China Popular y los demás estados socialistas.

Como máximo enemigo tenemos al imperialismo. Enemigo, porque ve en nuestra Patria el ejemplo para que se levanten en pie de lucha, sin temores, todos los pueblos por ellos oprimidos. Enemigos, porque no saben resignarse a perder las fuentes de sus jugosas ganancias a costa de la vida, el sacrificio y el trabajo del pueblo explotado. Enemi-

gos, porque saben que hasta su propio pueblo encontrará en el ejemplo de Cuba el camino de su verdadera liberación.

Nosotros, como dijera Fidel Castro, tenemos suficiente honor para no ser amigos de los que nos atacan, nos hieren, nos ofenden, y quieren interponerse en el futuro y en el progreso de nuestro pueblo.

Los cubanos aspiramos a las mejores relaciones con los demás pueblos de la tierra, incluyendo al pueblo norteamericano. Los cubanos no somos enemigos de ese pueblo por los agravios que recibimos de los malos políticos yanquis, representantes de los intereses monopolistas de los Estados Unidos, que dañan a su pueblo casi tanto como al nuestro.

“El imperialismo yanqui está representado por un águila con las uñas gastadas por la rapiña”.

RAUL CASTRO

TEMA XII

EL IMPERIALISMO

El imperialismo es un fenómeno típico de nuestra época. Son imperialistas aquellos países que teniendo un gran desarrollo económico, llegan a centralizar en pocas manos capitales enormes; después invierten esos capitales en otros países a los cuales explotan económicamente y los obligan a vender sus materias primas y a comprar productos industriales. Así deforman su economía y los convierten en países sometidos. Puede haber un país imperialista que no tenga el dominio político aparente de otro país, es decir, que no tenga colonias. Todo país que explota a otros países es un país imperialista; todo país que controla la riqueza de otros países es un país imperialista.

Cuba era en apariencia un país independiente, pero no lo era en la realidad porque los Estados Unidos controlaban y explotaban nuestras riquezas. Poseían nuestras mejores tierras, nuestras minas, nuestros mejores centrales azucareros y casi todas nuestras fábricas, controlaban las finanzas y nuestras relaciones comerciales. De hecho Cuba era una colonia de los Estados Unidos. Estaba bajo el dominio del imperialismo norteamericano.

Los Estados Unidos tienen invertido grandes capitales en todos los países latinoamericanos, en muchos países

afroasiáticos y aun en algunos países europeos y, aunque poseen pocas colonias, como el Puerto Rico hermano, son el más poderoso país imperialista del mundo.

En la XV Asamblea de la ONU el Primer Ministro soviético Nikita Jrushov, dijo que su país no tenía colonias, ni tenía tampoco capitales invertidos en ninguna nación, y nuestro Primer Ministro Fidel Castro declaró que ojalá todos los países allí reunidos pudieran expresar lo mismo.

La lucha de los pueblos del mundo contra el imperialismo es una lucha por la libertad y la independencia. El día en que el imperialismo sea definitivamente derrotado será un día grande para la humanidad, pues se habrá terminado para siempre la explotación de los países pequeños por los países poderosos y la paz mundial será una realidad.

"Hay que equilibrar el comercio para asegurar la libertad".

JOSE MARTI

TEMA XIII

EL COMERCIO INTERNACIONAL

Todos los países venden a otros una parte más o menos elevada del total de su producción y al mismo tiempo, con el dinero que reciben por esas ventas compran a otros mercados aquellos artículos que no producen. Estas operaciones de vender y comprar constituyen la base del comercio.

Cuba produce enormes cantidades de azúcar de la cual consume sólo una pequeña parte y el resto la vende. Así mismo produce grandes cantidades de tabaco, café y otros productos que también vende. Por otra parte se ve obligada a comprar muchos artículos que ella no produce como petróleo, maquinarias, medicinas, etc.

• En el pasado Cuba vendía casi todo su azúcar y demás artículos que producía en el mercado norteamericano y compraba allí casi todos los productos que necesitaba.

Los Estados Unidos controlaban alrededor del 80% del total de nuestro comercio de exportación e importación. Como era casi nuestro único mercado, mantenía sobre nuestro país una posición sumamente ventajosa, fijándonos precios e imponiéndonos condiciones que día a día iban gravando nuestra economía.

En los últimos diez años la balanza de pagos había sido favorable a los Estados Unidos con respecto a Cuba en mil millones de dólares. Como dijera nuestro Primer Ministro

en su discurso en la ONU, "Cuba, el país pobre y subdesarrollado del Caribe, que tenía seiscientos mil desempleados, contribuyó al desarrollo económico del país más industrializado del mundo".

Para que un país sea realmente libre debe mantener relaciones comerciales con todos los países del mundo. Los países que mantienen relaciones comerciales con un solo país, están atados a los intereses de éste.

El Gobierno Revolucionario, recordando las palabras del Apóstol: "El pueblo que quiera ser libre, sea libre en negocios", ha planteado claramente su derecho a comerciar libremente con todos los pueblos del mundo.

Hoy llegan a nuestros puertos multitud de barcos procedentes de todos los países y mantenemos relaciones comerciales con todos aquellos que quieran hacerlo en condiciones de igualdad.

Con esta política de abrir a todos los países nuestros puertos nos hemos liberado del monopolio comercial de Estados Unidos. La libertad de comercio es parte de la libertad política recientemente alcanzada.

*“Desaparezca la filosofía del despojo y
desaparecerá la filosofía de la guerra”.*

FIDEL CASTRO

TEMA XIV

LA GUERRA Y LA PAZ

El mundo en que vivimos se ve periódicamente azotado por la guerra. La ambición y el deseo de apoderarse de las riquezas de otros países, lanzan al mundo a una lucha destructiva.

Las guerras no son gratas a los pueblos porque ocasionan destrucción y muerte y porque detienen el progreso de la humanidad. Por eso todos los pueblos del mundo ansían la paz. Sólo los gobiernos imperialistas, que pretenden continuar su política de rapiña y explotación ponen oídos sordos a los clamores populares y se aprestan a preparar una nueva guerra que traería como consecuencia la destrucción de muchas vidas y de casi toda la riqueza y la cultura que la humanidad ha ido acumulando a través de siglos.

Hay sin embargo algunas guerras justas. Son las que sostienen los pueblos por su liberación. Es una guerra justa la que sostiene el pueblo argelino contra el gobierno colonialista francés.

Fue una guerra justa la que sostuvo el pueblo cubano contra la tiranía batistiana. Cuando tengamos que tomar las armas frente a los invasores del imperialismo, será una guerra justa la que haremos.

Estas guerras cuentan con la simpatía popular, porque la libertad y la soberanía son aspiraciones de todos los pueblos del mundo.

El pueblo cubano apoya a todos aquellos que, como el pueblo argelino, luchan por su libertad. El pueblo cubano también está al lado de aquellos países que proclaman una política de paz y entendimiento entre las naciones; política que plantea la URSS y los países socialistas y que se conoce con el nombre de coexistencia pacífica.

"La unión con el mundo y no con una parte de él".

JOSE MARTI

TEMA XV

LA UNIDAD INTERNACIONAL

Todos los pueblos del mundo tienen los mismos intereses, todos tienen las mismas aspiraciones, todos luchan por alcanzar las mismas metas como son el derecho al trabajo, a la educación, a la seguridad, a la libertad y sobre todo el supremo derecho a vivir en paz.

Pero los gobiernos no cumplen siempre las aspiraciones de los pueblos. A menudo sucede que no las atienden y siguen una política que fomenta la desunión y muchas veces el odio y la guerra entre los pueblos.

Es frecuente también que los gobiernos se unan y creen instituciones encaminadas a combatir los movimientos populares y verdadera unión entre los pueblos, aunque proclaman falsamente la paz y la concordia entre los estados.

Tal es el caso de la Organización de Estados Americanos, (OEA), institución que agrupa a los países latinoamericanos, países subdesarrollados y llenos de miseria, junto a los Estados Unidos, país imperialista y opresor.

De más está decir que los intereses de los Estados Unidos no son los mismos que los intereses de los países latinoamericanos, pues mientras el primero es un país explotador, los segundos son países oprimidos por el imperialismo, y aunque se dice que en las reuniones de la OEA todos los países tienen los mismos derechos y las mismas oportuni-

des. a la hora de la votación la presión económica y militar de los Estados Unidos es la que decide, y los delegados de los distintos países ante este organismo, que no son más que lacayos del imperialismo, obedecen siempre la voz del amo y votan los acuerdos que a éste convienen.

Durante muchos años la falsa armonía en las deliberaciones de la OEA fue perfecta; pero a partir del triunfo en Cuba de las fuerzas populares que combatieron a la tiranía, empezó a oírse una voz dentro de ella: la voz de la Revolución Cubana.

La Revolución Cubana ha acudido a la OEA a plantear la justicia de nuestra causa, las agresiones de que somos víctimas por parte del imperialismo y el derecho que tienen todos los pueblos de América Latina a alcanzar su plena y absoluta liberación.

En la OEA, pese a la postura digna y valiente de nuestra delegación y de nuestro canciller, doctor Raúl Roa, el imperialismo y los gobiernos títeres de Latinoamérica, votaron en contra de Cuba y su revolución, mientras en sus respectivos países el pueblo organizaba mítines, manifestaciones y huelgas en respaldo de la Revolución Cubana, demostrando con ello que con excepción de nuestro país, en ningún otro de América Latina se ha logrado la identificación entre los gobiernos y los pueblos.

Existe también una organización mundial: La Organización de las Naciones Unidas (ONU), creada al finalizar la Segunda Guerra Mundial con el propósito de mantener la paz. En la ONU encontramos dos grandes bloques: de un lado están los países socialistas y aquellos que sin serlo, mantienen una política de paz y entendimiento entre las naciones. Del otro, el bloque de países imperialistas, seguidos por aquellos que mantienen bajo su total dominio y explotación y que siguen una política guerrerista y hacen funcionar la maquinaria de la mayoría mecánica con lo cual han impedido que el legítimo gobierno del pueblo chino, el de la República Popular China, ocupe el sitio que allí le corresponde, usurpado por el gobierno títere de Formosa.

Ante la ONU Cuba también ha presentado su protesta por la cobarde agresión del imperialismo y aunque la cuestión no ha sido completamente resuelta, el caso de Cuba permitirá demostrar ante el mundo si la ONU sirve para defender a los países pequeños de los ataques de los países poderosos, como muy certeramente planteó ante la XV Asamblea de ese organismo nuestro Primer Ministro.

"Democracia es ésta, que le entrega un fusil a cuanto ciudadano esté dispuesto a defender una causa justa".

FIDEL CASTRO

TEMA XVI LA DEMOCRACIA

En el pasado y entre nosotros, la democracia consistía en el derecho que se le daba al pueblo de "votar en las elecciones". Pero en esa democracia, los obreros y campesinos, que son la mayoría del país, que son los que crean la riqueza, no tenían apenas derechos. Los campesinos no tenían derecho a la tierra; los obreros no tenían derecho al producto de su trabajo; los niños y los jóvenes no tenían el pleno derecho a la enseñanza y el pueblo en general no tenía derecho a una buena salud, ni a recibir una atención médica adecuada.

Por eso, aquello no era democracia. Democracia, como ha dicho Fidel Castro, es aquella en que las mayorías gobiernan, en que los intereses de las mayorías se defienden.

Democracia es aquella en que los campesinos reciben la tierra, en que los obreros tienen asegurado el derecho al trabajo, y en que los hijos de los obreros y los campesinos tienen la oportunidad de recibir educación. Democracia es aquella en que blancos y negros tienen iguales oportunidades de trabajo, y la mujer adquiere plena igualdad civil, social y política.

Una verdadera Democracia, como ha hecho nuestra Revolución, no vacila en dar armas a los obreros, a los campesinos, a las mujeres y a los estudiantes para que la defiendan, ya que al luchar por ella, defienden sus propios intereses.

Los obreros y campesinos están muy claros, como también en los sacrificios, están a la vanguardia”.

FIDEL CASTRO

TEMA XVII

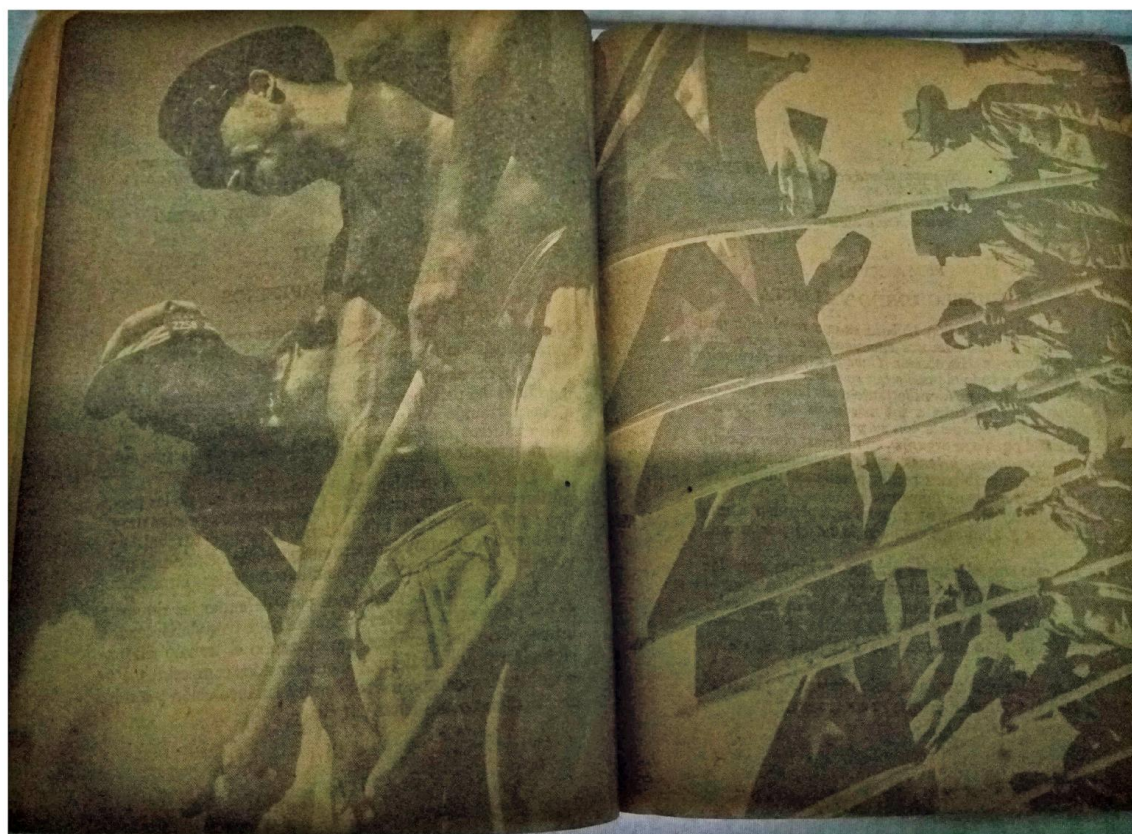
OBREROS Y CAMPESINOS

Los obreros son aquellos trabajadores que reciben sueldo o salario a cambio de su trabajo en la industria. Los campesinos son los que cultivan la tierra.

Los obreros y campesinos, que son los sectores más humildes del país, han sido explotados a través del tiempo. Con su trabajo crean la riqueza y sin embargo perciben una cantidad muy pequeña de ella, solamente la que les permite seguir viviendo.

• Los obreros recibían salarios miserables que no les permitían cubrir sus necesidades y los campesinos, precios muy bajos por los productos de la tierra. A costa del trabajo de los obreros y los campesinos, se enriquecían una minoría privilegiada de cubanos y unas cuantas compañías extranjeras.

La Revolución no se hace para defender las riquezas de los poderosos. La Revolución se hace para defender los intereses de los humildes, garantizando el trabajo sin explotación y dando tierra y bienestar a los campesinos. Por eso, obreros y campesinos defienden la Revolución y son los más dispuestos a luchar por ella.



*¡Siempre alerta cada soldado del Ejército
Rebelde!
¡Siempre alerta cada miliciano, cada cam-
pesino, cada obrero!*

FIDEL CASTRO

TEMA XVIII

EL PUEBLO UNIDO Y ALERTA

Como la Revolución Cubana es una revolución anti-imperialista, tiene poderosos enemigos que se aprestan a atacarla. Como la Revolución Cubana es una revolución popular, tiene a todo el pueblo que se dispone a defenderla.

El pueblo todo está unido junto a sus líderes, sabe que esta Revolución da cima a sus más caras aspiraciones y está dispuesto a defenderla con su propia vida.

Por eso el pueblo se organiza en milicias: obreros, campesinos, profesionales, jóvenes, mujeres, acuden a los centros de entrenamiento para recibir enseñanza militar, renunciando a sus horas de descanso.

Los milicianos aprenden a marchar, aprenden a manejar las armas y aprenden también la razón por la cual deben hacerlo.

Las milicias son el pueblo armado y junto con las Fuerzas Armadas Revolucionarias, que también son el pueblo armado porque están para defender los intereses del pueblo y porque surgieron del propio pueblo, se disponen a defender el territorio nacional de cualquier agresión extranjera.

El pueblo está alerta con una sola consigna: ¡Patria o Muerte! y con la seguridad de que ¡Venceremos!

"A nosotros no nos pueden estorbar nunca los sentimientos religiosos, lo que estorba a la Revolución son los sentimientos contrarrevolucionarios".

FIDEL CASTRO

TEMA XIX

LA LIBERTAD DE CULTOS

Nuestra Revolución es democrática y por ello es respetuosa de todos los sentimientos religiosos.

Si la religión abriga sentimientos nobles y justos, si la religión sigue las prédicas de Cristo de igualdad, amor y trabajo para todos, la Revolución, que encarna todos esos sentimientos, es por lo tanto, la culminación de esa doctrina.

Las leyes revolucionarias han favorecido por igual a los católicos, a los protestantes, a los ateos; es decir, no han establecido discriminación alguna a la hora de poner al alcance de todos, sus beneficios.

La Revolución está convencida de que el pueblo humilde, independientemente de sus ideas religiosas, está dispuesto a defender sus principios y sus leyes.

Sin embargo, la Revolución no puede permitir que grupos mal intencionados, escudándose en falsos sentimientos religiosos, realicen actos contrarrevolucionarios, pues, como dijo nuestro líder Fidel Castro "no puede haber una sola medida justa en la sociedad humana, no creo que pueda haber una sola obra buena en la sociedad civil de los hombres, que no quepa en una sana y justa conciencia religiosa".

"Nuestro pueblo está recibiendo hoy la asistencia de cientos de médicos que luchan por mejorar las condiciones de la nación".

FIDEL CASTRO

TEMA XX

LA SALUD

Los países subdesarrollados, sometidos a la explotación imperialista, están habitados por pueblos poco sanos. La miseria y el hambre que siempre hallamos en estos países traen como consecuencia la existencia de numerosas enfermedades entre la gente humilde.

Es frecuente, sobre todo en los medios campesinos y entre aquella parte de la población urbana que vive en condiciones de miseria, que la mayoría padezca de enfermedades tales como tuberculosis, desnutrición, avitaminosis, anemia, raquitismo, etc., debido a la mala alimentación. También es frecuente en esos lugares el parasitismo, que ocasiona muchas muertes entre la población infantil, provocado por las malas condiciones higiénicas en que se vive.

Estas condiciones se ven agravadas por la falta de recursos económicos, médicos y medicinas, que no es posible hallar en los parajes más apartados del país y por la ignorancia y la superstición de la población que acude a espiritistas y curanderos pensando hallar algún remedio a sus males.

Todos estamos obligados a encontrar la solución de los problemas de la salud popular y esto es posible mediante una revolución que vaya al fondo mismo de estos problemas.

Por eso la Revolución Cubana hace posible el mejoramiento de la salud popular al cambiar las condiciones económicas de nuestro país, al eliminar el tiempo muerto, al dar mejores viviendas a los campesinos, al aumentar en términos generales, el nivel de vida del pueblo.

Estos cambios de la estructura económica junto con el envío de médicos a todos los lugares de nuestro territorio harán que pronto sea una realidad el lema del Ministerio de Salud Pública.

¡Un pueblo sano en una Cuba libre!

"Y es propósito del Gobierno Revolucionario seguir creando centros de recreación para el pueblo".

FIDEL CASTRO

TEMA XXI

LA RECREACION POPULAR

El Instituto Nacional de la Industria Turística es un organismo creado por el Gobierno Revolucionario. Este organismo se ocupa de proporcionar al pueblo medios sanos y económicos de recreación.

El turismo siempre había sido en Cuba una importante fuente de ingresos. Algunos lo llamaban la segunda zafra. Todos los años llegaban a nuestras costas multitud de turistas norteamericanos que dejaban muchos dólares en el país.

Pero en el pasado el turismo se planeó sobre bases falsas. Los turistas eran atraídos hacia nuestro país por el juego, la prostitución y el vicio, y eso, aunque nos producía buenas entradas, nos desacreditaba internacionalmente.

El Gobierno Revolucionario quiere atraer el turismo a nuestra patria sobre bases distintas. Sobre la base de venir a contemplar las bellezas de nuestro suelo, la hermosura de nuestras playas, el azul sin igual de nuestro cielo, la alegría y satisfacción que siente hoy nuestro pueblo.

Claro que el turismo en nuestro país ha disminuído considerablemente debido a la campaña intensa que se realiza en los Estados Unidos para desacreditarnos.

Pero eso no importa. El INIT se esfuerza cada día más en crear nuevos centros turísticos, nuevos lugares de recreo,

que serán disfrutados por el pueblo que antes se veía privado de esas sanas diversiones, porque estaban fuera de sus posibilidades económicas.

Ahora cualquier cubano puede ir a las playas como "Mar Verde", "El Mégano", "Jibacoa", etc. También puede viajar a través de toda la isla para conocer todos los rincones bellos de nuestra tierra como Soroa, San Vicente, Yumurí, La Gran Piedra, etc.

Hoy, ante el pueblo cubano se abren hermosas perspectivas no sólo de bienestar material, sino también de bienestar espiritual a través de estas oportunidades que el INIT brinda de disfrutar de las bellezas de nuestra Patria.

"Cuba será el primer país de América que a la vuelta de algunos meses pueda decir que no tiene un solo analfabeto".

FIDEL CASTRO

TEMA XXII

LA ALFABETIZACION

El analfabetismo es un problema grave en los países subdesarrollados, consecuencia de la espantosa miseria a que los someten los países explotadores.

En este estado de abandono en que se encontraba nuestro país, mientras un grupo de señores latifundistas poseían grandes extensiones de terreno que no cultivaban, mientras sus hijos iban a los Estados Unidos a estudiar y rodaban lujosos automóviles, nuestros guajiros se morían de hambre a la puerta de sus bohíos sin tierra que cultivar y sus hijos no tenían hospitales, ni parques, ni escuelas, y aun cuando casualmente tuvieran alguna escuela cercana no podían asistir a ella porque tenían que trabajar para contribuir al ingreso familiar, dados los escasos recursos que poseían.

En este régimen, el sistema escolar estaba estructurado, no para beneficiar al pueblo, sino para cubrir las apariencias y para satisfacer los intereses de un pequeño grupo de privilegiados, como sucedía con las escuelas construídas a la orilla de la carretera, mientras en los montes y en los lugares apartados no había escuelas a donde los niños pudieran asistir.

Esta grave situación se veía empeorada por las enfermedades infantiles como la anemia, el raquitismo, el parasitismo, etc., producto del hambre y la miseria, y por la falta de recursos, como ropa y zapatos, que imposibilitaban la asistencia a clases de muchos niños aun cuando la escuela estuviera cerca.

Esta situación, que se mantuvo durante todo nuestro anterior período republicano, trajo como consecuencia que hoy, al arribar a esta etapa revolucionaria nos encontremos con cientos de miles de adultos analfabetos.

Un cambio social radical sólo podrá hacerlo una revolución donde se supere el nivel económico del pueblo y como el analfabetismo es un producto de ese estado de miseria, sólo será efectiva una Campaña de Alfabetización cuando antes se haya hecho un cambio en la estructura económica del país.

La Revolución Cubana, al sentar las bases del desarrollo económico de nuestro país, ha creado las condiciones necesarias para erradicar definitivamente el analfabetismo. Por eso el año 1961 se ha denominado "Año de la Educación" y durante él se trabajará en firme por eliminar el analfabetismo de nuestro medio.

En esta tarea se ha comprometido el pueblo todo; mujeres y hombres, jóvenes y viejos. Nuestro máximo líder ha hecho un llamamiento para que todos acudan; los que saben leer y escribir, para que enseñen a los que no saben, los que aún no han aprendido, para que aprendan rápidamente y hagan una realidad esa aspiración de todos los cubanos.

¡Que el 31 de diciembre de 1961 no quede en Cuba un solo cubano analfabeto!

*"Una por una iremos ganando las batallas. Nuestra consigna es:
¡Venceremos!"*

FIDEL CASTRO

TEMA XXIII

LA REVOLUCIÓN GANA TODAS LAS BATALLAS

La Revolución Cubana ha tenido que librar muchas batallas en el camino de su definitiva consolidación. En todas ellas ha logrado vencer gracias al valor y firmeza de nuestro pueblo y a la ayuda que nos han prestado numerosos pueblos y gobiernos amigos.

La supresión de más de un millón de toneladas de azúcar de nuestra cuota en el mercado norteamericano, constituyó la primera agresión económica por parte del imperialismo, que pretendía con ello debilitar nuestra resistencia, pero países amigos como la Unión Soviética y la República Popular China se apresuraron a comprar-nos el azúcar que el Gobierno de Estados Unidos se negó a adquirir.

Más tarde las refinerías petroleras se negaron a refinar el petróleo que el Estado Cubano había comprado a la Unión Soviética a un precio menor, al mismo tiempo que los monopolios norteamericanos se negaban a vendernos este combustible tan necesario en la vida moderna. Esto provocó la intervención de las refinerías por parte del Gobier-

no cubano y de nuevo la Unión Soviética prestó su cooperación y se dispuso a facilitarnos todo el petróleo que necesitáramos.

Una de las últimas agresiones económicas del imperialismo fue el bloqueo que trataron de imponernos al negarse a comprar nuestros productos y vendernos los suyos; esta medida fracasó pues otros muchos países como China, Checoslovaquia, Canadá, Japón, Unión Soviética, etc., han incrementado sus relaciones comerciales con nuestro país.

El Gobierno Revolucionario respondió a estas agresiones nacionalizando todas las empresas que se encontraban en manos del imperialismo yanqui.

Otras agresiones podrán venir de parte de nuestro principal enemigo, incluso la invasión de nuestro territorio, pero estamos seguros de que con la solidaridad de todos los pueblos del mundo, con el respaldo de algunos países amigos y sobre todo con la actitud firme y decidida de nuestro pueblo de resistir todas las agresiones que se nos hagan, ¡Venceremos!

"... y ya no fue el programa de un grupo de hombres sino fue la síntesis de las aspiraciones de todo un pueblo".

FIDEL CASTRO

TEMA XXIV

LA DECLARACION DE LA HABANA

El imperialismo quiso condenar a la Revolución Cubana en la reunión de Cancilleres de Costa Rica y aprobó allí la Declaración de San José pasando por encima del sentimiento de los pueblos de América que están junto a Cuba.

Ante esa cobarde agresión imperialista, más de un millón de cubanos se reunieron en la Plaza Cívica en Asamblea General Nacional del Pueblo el día 2 de septiembre de 1960 y aprobaron, alzando sus manos, la Declaración de la Habana que después respaldaron con sus firmas.

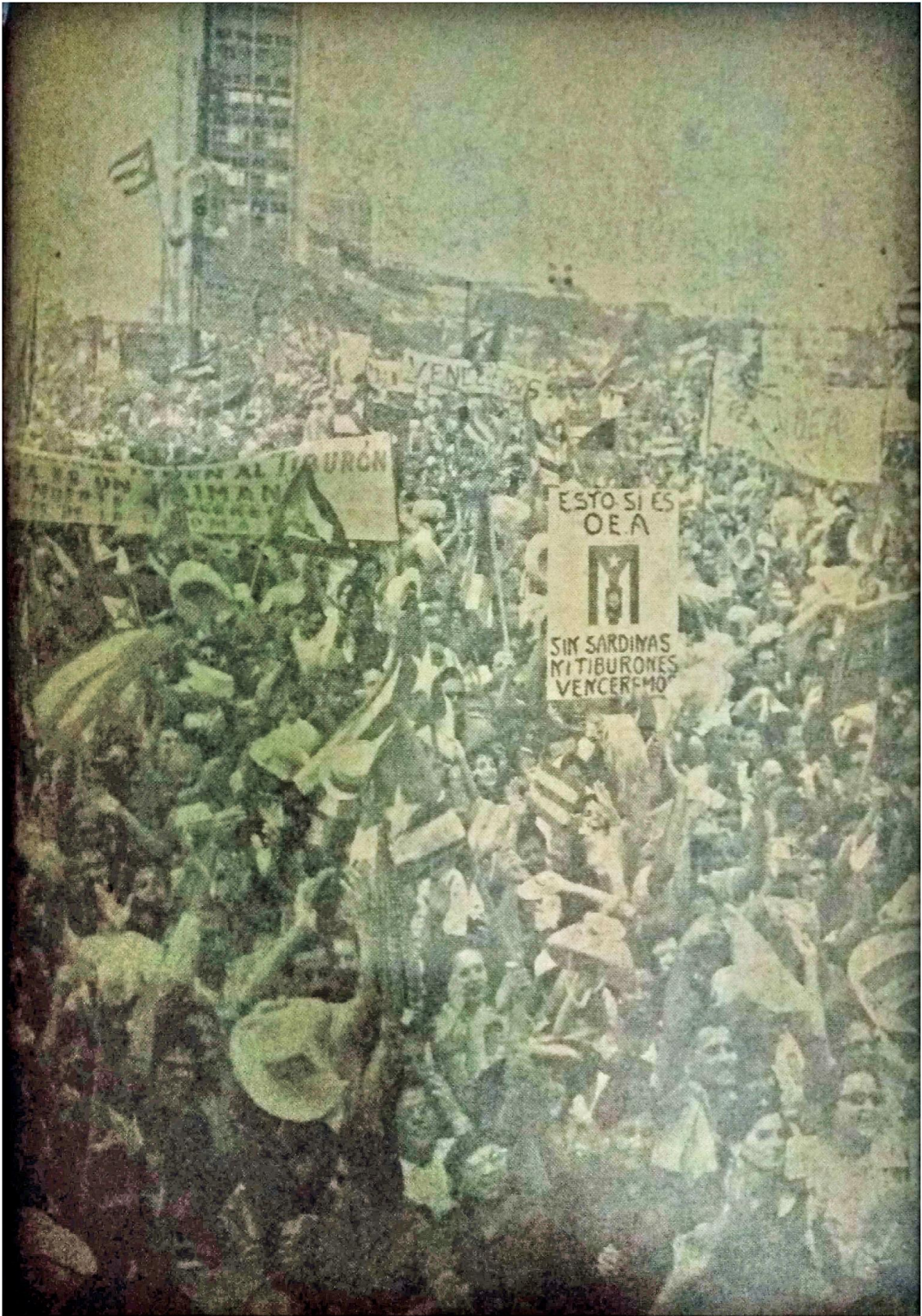
La Declaración de la Habana recoge los más caros anhelos del pueblo de Cuba y de todos los pueblos oprimidos del mundo.

La Declaración de la Habana contiene el programa y el ideario de nuestra Revolución, como señalara Fidel en la ONU.

En ella se reconocen los derechos del campesino a la tierra, del obrero a su trabajo, del niño y del joven a tener escuelas, de la mujer a un trato igual, del negro y del indio a la plena dignidad humana, del anciano a una vejez segura, de todos los países a su plena soberanía.

La Declaración de la Habana a su vez, condena la explotación del hombre por el hombre y la política imperialista que siguen algunos países poderosos contra los países pequeños y subdesarrollados.

La Declaración de la Habana plantea ante el mundo la lucha por conseguir la existencia de un hombre plena y verdaderamente libre en un mundo también libre de explotación y de miseria.





DECLARACION DE LA HABANA

Junto a la imagen y el recuerdo de José Martí, en Cuba territorio libre de América, el pueblo, en uso de las potestades inalienables que dimanán del efectivo ejercicio de la soberanía expresada en el sufragio directo, universal y público, se ha constituido en Asamblea General Nacional.

En nombre propio y recogiendo el sentir de los pueblos de Nuestra América, la Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba:

1) Condena en todos sus términos la denominada «Declaración de San José de Costa Rica», documento dictado por el imperialismo norteamericano y atentatorio a la autodeterminación nacional, la soberanía y la dignidad de los pueblos hermanos del Continente.

2) La Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba, condena enérgicamente la intervención abierta y criminal que durante más de un siglo ha ejercido el imperialismo norteamericano sobre todos los pueblos de la América Latina, pueblos que más de una vez han visto invadido su suelo en México, Nicaragua, Haití, Santo Domingo o Cuba, que han perdido ante la voracidad de los imperialistas yanquis, extensas y ricas zonas como Tejas, centros estratégicos vitales como el Canal de Panamá, países enteros como Puerto Rico convertido en territorio de ocupación; que han sufrido, además, el trato vejaminoso de los Infantes de Marina, lo mismo contra nuestras mujeres e hijas que contra los símbolos más altos de la historia patria, como la efigie de José Martí.

Esa intervención, afianzada en la superioridad militar, en tratados desiguales y en la sumisión miserable de gobernantes traidores, ha convertido a lo largo de más de cien años a Nuestra América, —la América que Bolívar, Hidalgo, Juárez, San Martín, O'Higgins, Sucre y Martí quisieron libre— en zona de explotación, en traspatio del imperio financiero y político yanqui, en reserva de

votos para los organismos internacionales en los cuales los países latinoamericanos hemos figurado como arrias de «el Norte revuelto y brutal que nos desprecia».

La Asamblea General Nacional del Pueblo declara que la aceptación por parte de gobiernos que asumen oficialmente la representación de los países de América Latina de esa intervención continuada e históricamente irrefutable, traiciona los ideales independentistas de sus pueblos, borra su soberanía e impide la verdadera solidaridad entre nuestros países, lo que obliga a esta Asamblea a repudiarla a nombre del pueblo de Cuba y con voz que recoge la esperanza y la decisión de los pueblos latinoamericanos y el acento liberador de los próceres inmortales de Nuestra América.

3) La Asamblea General Nacional del Pueblo rechaza así mismo el intento de preservar la Doctrina de Monroe, utilizada hasta ahora, como lo previera José Martí, «para extender el dominio en América» de los imperialistas voraces, para inyectar mejor el veneno también denunciado a tiempo por José Martí, «el veneno de los empréstitos, de los canales, de los ferrocarriles...» Por ello, frente al hipócrita panamericanismo que es sólo predominio de los monopolios yanquis sobre los intereses de nuestros pueblos y manejo yanqui de gobiernos prosternados ante Washington, la Asamblea del Pueblo de Cuba proclama el latinoamericanismo liberador que late en Martí y Benito Juárez. Y, al extender la amistad hacia el pueblo norteamericano —el pueblo de los negros linchados, de los intelectuales perseguidos, de los obreros forzados a aceptar la dirección de gangsters— reafirma la voluntad de marchar «con todo el mundo y no con una parte de él».

4) La Asamblea General Nacional del Pueblo declara que la ayuda espontáneamente ofrecida por la Unión Soviética a Cuba en caso de que nuestro país fuera atacado por fuerzas militares imperialistas, no podrá ser considerada jamás como un acto de intromisión, sino que constituye un evidente acto de solidaridad y que esa ayuda, brindada a Cuba ante un inminente ataque del Pentágono yanqui, honra tanto al gobierno de la Unión Soviética que la ofrece, como deshonran al gobierno de los Estados Unidos sus cobardes y criminales agresiones contra Cuba. Por tanto, la Asamblea General del Pueblo declara ante América y el mundo, que acepta y agradece el apoyo de los cohetes de la Unión Soviética si su territorio fuere invadido por fuerzas militares de los Estados Unidos.

5) La Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba niega categóricamente que haya existido pretensión alguna por parte de la Unión Soviética y la República Popular China de «utilizar la

posición económica, política y social de Cuba... para quebrantar la unidad continental y poner en peligro la unidad del hemisferio». Desde el primero hasta el último disparo, desde el primero hasta el último de los veinte mil mártires que costó la lucha para derrocar la tiranía y conquistar el poder revolucionario, desde la primera hasta la última ley revolucionaria, desde el primero hasta el último acto de la Revolución, el pueblo de Cuba ha actuado por libre y absoluta determinación propia, sin que, por tanto, se pueda culpar jamás a la Unión Soviética o a la República Popular China de la existencia de una Revolución que es la respuesta cabal de Cuba a los crímenes y las injusticias instaurados por el imperialismo en América.

Por el contrario, la Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba entiende que la política de aislamiento y hostilidad hacia la Unión Soviética y la República Popular China preconizada por el gobierno de los Estados Unidos e impuesta por éste a los gobiernos de la América Latina y la conducta guerrillera y agresiva del gobierno norteamericano y su negativa sistemática al ingreso de la República Popular China en las Naciones Unidas, pese a representar aquélla la casi totalidad de un país de más de seiscientos millones de habitantes, sí ponen en peligro la paz y la seguridad del hemisferio y del mundo.

Por tanto la Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba ratifica su política de amistad con todos los pueblos del mundo, reafirma su propósito de establecer relaciones diplomáticas también con todos los países socialistas y desde este instante en uso de su soberana y libre voluntad, expresa al gobierno de la República Popular China, que acuerda establecer relaciones diplomáticas entre ambos países y que, por tanto, quedan rescindidas las relaciones que hasta hoy Cuba había mantenido con el régimen títere que sostienen en Formosa los barcos de la Séptima Flota yanqui.

6) La Asamblea General Nacional del Pueblo reafirma —y está segura de hacerlo como expresión de un criterio común a los pueblos de la América Latina—, que la democracia no es compatible con la oligarquía financiera, con la existencia de la discriminación del negro y los desmanes del Ku Klux Klan, con la persecución que privó de sus cargos a científicos como Oppenheimer, que impidió durante años que el mundo escuchara la voz maravillosa de Paul Robenson, preso en su propio país, y que llevó a la muerte, ante la protesta y el espanto del mundo entero y pese a la apelación de gobernantes de diversos países y del Papa Pío XII, a los esposos Rosemberg.

La Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba expresa la convicción cubana de que la democracia no puede consistir sólo en el ejercicio de un voto electoral que casi siempre es ficticio y está manejado por latifundistas y políticos profesionales, sino en el derecho de los ciudadanos a decidir, como ahora lo hace esta Asamblea del Pueblo, sus propios destinos. La democracia, además, sólo existirá en América Latina cuando los pueblos sean realmente libres para escoger, cuando los humildes no estén reducidos — por el hambre, la desigualdad social, el analfabetismo y los sistemas jurídicos —, a la más ominosa impotencia.

Por eso, la Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba:

Condena el latifundio, fuente de miseria para el campesino y sistema de producción agrícola retrógrado e inhumano; condena los salarios de hambre y la explotación inicua del trabajo humano por bastardos y privilegiados intereses; condena el analfabetismo, la ausencia de maestros, de escuelas, de médicos y de hospitales, la falta de protección a la vejez que impera en los países de América; condena la discriminación del negro y del indio; condena la desigualdad y la explotación de la mujer; condena a las oligarquías militares y políticas que mantienen a nuestros pueblos en la miseria, impiden su desarrollo democrático y el pleno ejercicio de su soberanía; condena las concesiones de los recursos naturales de nuestros países a los monopolios extranjeros como política entreguista y traidora al interés de los pueblos; condena a los gobiernos que desoyen el sentimiento de sus pueblos para acatar los mandatos de Washington; condena el engaño sistemático a los pueblos por órganos de divulgación que responden al interés de las oligarquías y a la política del imperialismo opresor; condena el monopolio de las noticias por agencias yanquis, instrumentos de los trusts norteamericanos y agentes de Washington; condena las leyes represivas que impiden a los obreros, a los campesinos, a los estudiantes y los intelectuales, a las grandes mayorías de cada país, organizarse y luchar por sus reivindicaciones sociales y patrióticas; condena a los monopolios y empresas imperialistas que saquean continuamente nuestras riquezas, explotan a nuestros obreros y campesinos, desangran y mantienen en retraso nuestras economías y someten la política de la América Latina a sus designios e intereses.

La Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba condena, en fin, la explotación del hombre por el hombre, y la explotación de los países subdesarrollados por el capital financiero imperialista.

En consecuencia, la Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba proclama ante América:

El derecho de los campesinos a la tierra; el derecho del obrero al fruto de su trabajo; el derecho de los niños a la educación; el derecho de los enfermos a la asistencia médica y hospitalaria; el derecho de los jóvenes al trabajo; el derecho de los estudiantes a la enseñanza libre, experimental y científica; el derecho de los negros y los indios a «la dignidad plena del hombre»; el derecho de la mujer a la igualdad civil, social y política; el derecho del anciano a una vejez segura; el derecho de los intelectuales, artistas y científicos a luchar, con sus obras, por un mundo mejor; el derecho de los Estados a la nacionalización de los monopolios imperiales, rescatando así las riquezas y recursos nacionales; el derecho de los países al comercio libre con todos los pueblos del mundo; el derecho de las naciones a su plena soberanía; el derecho de los pueblos a convertir sus fortalezas militares en escuelas, y a armar a sus obreros, a sus campesinos, a sus estudiantes, a sus intelectuales, al negro, al indio, a la mujer, al joven, al anciano, a todos los oprimidos y explotados, para que defiendan, por sí mismos, sus derechos y sus destinos.

7) La Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba postula:

El deber de los obreros, de los campesinos, de los estudiantes, de los intelectuales, de los negros, de los indios, de los jóvenes, de las mujeres, de los ancianos, a luchar por sus reivindicaciones económicas, políticas y sociales; el deber de las naciones oprimidas y explotadas a luchar por su liberación; el deber de cada pueblo a la solidaridad con todos los pueblos oprimidos, colonizados, explotados o agredidos, sea cual fuere el lugar del mundo en que éstos se encuentren y la distancia geográfica que los separe. ¡Todos los pueblos del mundo son hermanos!

8) La Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba reafirma su fe en que la América Latina marchará pronto, unida y vencedora, libre de las ataduras que convierten sus economías en riqueza enajenada al imperialismo norteamericano y que le impiden hacer oír su verdadera voz en las reuniones donde Cancilleres domesticados hacen de coro infamante al amo despótico. Ratifica, por ello, su decisión de trabajar por ese común destino latinoamericano que permitirá a nuestros países edificar una solidaridad verdadera, asentada en la libre voluntad de cada uno de ellos y en las aspiraciones conjuntas de todos. En la lucha por esa América Latina liberada, frente a las voces obedientes de quienes usurpan su representación oficial, surge ahora, con potencia invencible, la voz genuina de los pueblos, voz que se abre paso desde las entrañas de sus minas de carbón y de estaño, desde sus fábricas y centrales azucareros, desde sus tierras enfeudadas donde rotos, cholos,

gaucho, jibaros, herederos de Zapata y de Sandino, empuñan las armas de su libertad, voz que resuena en sus poetas y en sus novelistas, en sus estudiantes, en sus mujeres y en sus niños, en sus ancianos desvelados.

A esa voz hermana, la Asamblea del Pueblo de Cuba le responde:

¡Presente! Cuba no fallará. Aquí está hoy Cuba para ratificar ante América Latina y ante el mundo, como un compromiso histórico, su dilema irrenunciable: Patria o Muerte.

9) La Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba resuelve que esta Declaración sea conocida con el nombre de «Declaración de La Habana».

CUBA

La Habana, Territorio Libre de América,
septiembre 2 de 1960,

TERCERA PARTE
VOCABULARIO

VOCABULARIO

— A —

- Actividades agrícolas.* Trabajos que se desarrollan en torno a la agricultura.
- Agravios.* Ofensa que se hace a alguien en sus derechos e intereses.
- Agresión.* Provocación o ataque.
- Agresión extranjera.* Ataque de los extranjeros.
- Agricultura.* Cultivo de la tierra.
- AJR.* Asociación de Jóvenes Rebeldes. Organización que agrupa a todos los jóvenes revolucionarios.
- Alborozados.* Contentos, alegres.
- Alerta.* Vigilante, con atención.
- Alfabetización.* Enseñanza de la lectura, escritura y nociones de aritmética a los adultos.
- Alquileres.* Cantidad que se paga por disfrutar de algo por tiempo determinado. Renta que se paga por la casa.
- Ambición.* Deseo desenfrenado de conseguir riquezas, poder, etc.
- Amortizar.* Pagar el capital de una deuda.
- Anemia.* Empobrecimiento de la sangre provocado generalmente por la carencia de alimentos adecuados.
- Anti-imperialista.* Que está contra el imperialismo, contra la opresión de los países pequeños por los países poderosos.
- "Año de la Educación".* Nombre dado al año 1961 porque durante él se liquidará el analfabetismo en Cuba.

- AP.* Associated Press. Prensa Asociada. Agencia de noticias norteamericana al servicio de los intereses del imperialismo yanqui.
- Aparceros.* Los que pagan una parte de la cosecha por el derecho de cultivar las tierras.
- Aranceles.* Impuestos que se ponen a los productos que se traen de otro país.
- Argelia.* País del Norte de Africa, colonia francesa que lucha esforzadamente por su liberación.
- Aroma.* Arbusto que abunda en los campos de Cuba. Se extiende con mucha rapidez, es de difícil exterminación.
- Arte militar.* Conjunto de reglas por las que se rige un ejército.
- Arrendatario.* El que paga rentas en metálico por el disfrute de algo.
- Arriero.* El que trajina con bestias de carga.
- Asamblea.* Reunión de numerosas personas para tratar y resolver sobre determinados asuntos.
- Aspiraciones.* Deseos, pretensiones, anhelos. Deseos justos y legítimos que tienen los pueblos de alcanzar su pleno desarrollo social, económico y político.
- Ataque.* Agresión. Ofensiva para tomar una plaza.
- Atarraya.* Red para pescar.
- Atraso.* Falta de progreso.
- Atrincherarse.* Ponerse a cubierto del enemigo.
- Autoagresión.* Agredirse a sí mismo con el fin de tener un pretexto para agredir a los demás. Táctica usada por el imperialismo.
- Avicultura.* Cuidado y explotación de las aves de corral.
- Avitaminosis.* Carencia de vitaminas.
- Azotados.* Castigados.
- Aguinaldo.* Regalo de Navidad. Planta que florece en Navidad.

— B —

Baluarte de libertad. Que sirve de defensa y sostén de la independencia y la soberanía.

Banco de Comercio Exterior. Institución creada por el Gobierno Revolucionario para atender a todo lo relativo a las importaciones como un medio de aumentar las divisas.

Barbarie. Crueldad, fiereza, falta de cultura.

Batey. Lugar ocupado por las casas de vivienda en los centrales azucareros.

Bienestar Social. Comodidad y satisfacción que experimentan todos los miembros de una sociedad. Ministerio creado por el Gobierno Revolucionario para resolver los problemas sociales, mientras no alcancemos nuestro pleno desarrollo.

Bloqueo económico. Estado de sitio que el imperialismo ha impuesto a la Revolución Cubana, cuando se niega a comprarle o venderle artículos a nuestro país, para crearnos dificultades económicas. Este bloqueo lo hemos superado gracias a aquellos países que comercian con nosotros.

Bohío. Casa típica de Cuba construída con yaguas de palma y techo de guano.

Brigadas. Unidad del ejército formada por varios regimientos o batallones. Grupos de trabajadores.

Brigadas Internacionales de Trabajo. Grupo voluntario de trabajadores de distintos países, que vinieron a cooperar, con su trabajo, en las obras que realiza el pueblo de Cuba.

— C —

Caballería. Medida de superficie que equivale a 1,343 áreas.

Cacao. Arbol originario de Méjico que produce el fruto del cual se saca el chocolate.

Canciller. Ministro de Estado o de Relaciones Exteriores de un país.

Cancillería. Ministerio de Relaciones Exteriores.

Capacidad adquisitiva. Posibilidad que tiene la población para adquirir los artículos de consumo.

- Capitales cubanos.* Riquezas acumuladas en manos de ciudadanos cubanos.
- Capitales extranjeros.* Riquezas, propiedades de extranjeros que se aplican a la explotación de la riqueza de otro país.
- Censura.* Intervención que ejercía la tiranía batistiana en los escritos y comunicaciones de carácter público con el fin de impedir que el pueblo conociera la verdad.
- Central azucarero.* Fábrica de azúcar.
- Centralizar.* Reunir en un centro común.
- Centros turísticos.* Lugares dedicados a esparcimiento y recreo.
- Cima.* El lugar más alto, la cúspide, el logro, la culminación.
- Círculos sociales.* Asociaciones de obreros y campesinos dedicados a actividades de recreo y cultura populares.
- Circunstancias ambientales.* Las propias del medio, del lugar.
- Ciudadano.* Que goza de los derechos propios de los habitantes de un país.
- Ciudadelas.* Solares, lugar donde se alquilan cuartos para familias.
- Clamores populares.* Quejas de los pueblos.
- Cobre.* Metal de color rojo pardo brillante de bastante dureza.
- Colonia.* País que está bajo el total dominio político-económico de otro.
- Colonialismo.* Sistema que siguen algunos países poderosos por el cual mantienen bajo su dominio político-económico a otros países más débiles.
- Columna.* Tropas dispuestas de modo que tengan más fondo que frente.
- Combatiente.* El que toma parte en una lucha o combate.
- Comerciar libremente.* Comprar y vender mercancías a todos los países.
- Comercio.* Relaciones que se establecen entre hombres y pueblos a base de la compra y venta de los productos.

Comercio Internacional. El que se realiza entre los distintos países del mundo.

Compañías extranjeras. Asociaciones para el comercio y los negocios formadas por capitales de otros países con fines de lucro y explotación.

Concentración. Reunión voluntaria de grandes grupos en un lugar determinado. En Cuba a menudo se realizan grandes concentraciones para respaldar al Gobierno Revolucionario.

Concordia. Unión, común acuerdo.

Condenar. Rechazar una doctrina, opinión, hecho o persona, declarándola nociva.

Condiciones de igualdad. Situación de igualdad en que se encuentran dos cosas o personas.

Condiciones miserables. Estado de pobreza o miseria.

Condiciones ventajosas. Circunstancias que dan superioridad a un producto o hecho cualquiera.

Confinar. Obligar a una persona a residir en un lugar determinado.

Conjura. Conspiración, complot.

Consigna. Lema que en un momento dado levanta un sector o todo un pueblo.

Conspiración. Acción realizada por un grupo contra un gobierno establecido.

Contra-ataque. Pasar rápidamente de la defensiva a la ofensiva.

Cooperativa. Asociación de varias personas para obtener un mejoramiento social y económico a través del trabajo en común.

Cooperativas agrícolas. Asociación de campesinos que se dedican al cultivo de la tierra en común y la obtención de distintos frutos.

Cooperativas agropecuarias. Asociaciones de campesinos donde además de cultivar la tierra se cría ganado.

Cooperativas cañeras. Cooperativas agrícolas destinadas fundamentalmente al cultivo de la caña.

Cooperativas de producción. Asociaciones destinadas a la producción agrícola e industrial.

Cooperativas pesqueras. Asociaciones de pescadores destinadas a obtener productos del mar.

Cosecha. Frutos de la tierra obtenidos por el trabajo del hombre.

Costa Rica. País de América Central donde se reunió la Conferencia de Cancilleres de la OEA a fines de agosto de 1960.

Cromo. Metal cuyas combinaciones se usan en las pinturas.

Crustáceos. Animales invertebrados, con el cuerpo protegido por un carapacho duro, como el cangrejo.

CTC. Confederación de Trabajadores de Cuba. Organismo obrero que reúne a todos los sindicatos del país.

Cualidades. Caracteres que distinguen a las personas o cosas.

Cuarteles. Lugar de alojamiento de las tropas.

Cuarterías. Solares, lugares donde se alquilan cuartos para familias.

Cultivar la tierra. Realizar labores en la tierra para obtener frutos de ella.

Curandero. Persona que hace de médico sin serlo. Intruso profesional.

Cochino. Persona sucia; puerco, cerdo, macho.

— CH —

China. País de Asia que ha realizado una revolución social, la cual le ha permitido, en diez años, salir del atraso en que vivía y convertirse en uno de los países más desarrollados de ese continente.

Chucho. Aguja del ferrocarril.

Churro. Fritura que se hace de harina y manteca.

— D —

Declaración. Manifiesto o exposición.

Defensiva. Ponerse en situación de defenderse.

- Deliberaciones.* Estudiar y decidir sobre una cuestión.
- Democracia.* Tipo de gobierno o política que se basa en el gobierno del pueblo, por el pueblo y para el pueblo.
- Desahucio.* Procedimiento por el cual se desalojan de sus viviendas a los que la habitan. Abolido en Cuba por la Revolución.
- Desalojar.* Despojar a los campesinos de sus tierras.
- Desarme mundial.* Proposición hecha por la Unión Soviética a fin de terminar con la carrera armamentista de los países y la supresión de las armas, propiciando así la coexistencia pacífica.
- Desarrollo de la economía nacional.* Aumento de la producción y de la riqueza de un país.
- Desinteresadamente.* Con desprendimiento o dejación de todo provecho personal.
- Desnutrición.* Estado en que se encuentran los individuos que no consumen suficiente cantidad de alimentos.
- Despotismo.* Sistema de gobierno basado en la autoridad absoluta y arbitraria.
- Destrucción.* Ruina, desolación.
- Discriminación.* Separar por motivos raciales, económicos o sociales a una persona o grupo, del resto.
- Divisas.* Recursos monetarios en oro o documentos que los representan.
- Doctrina de Monroe.* Doctrina expuesta por un presidente de Estados Unidos hace más de cien años, por la cual los países de Europa no podían intervenir en los países de América y utilizada más tarde por los gobiernos norteamericanos para justificar sus intervenciones en la América Latina.

— E —

Enmienda Platt. Ley aprobada por el Congreso Norteamericano que se impuso a Cuba incorporándola a nuestra Constitución. Por esa ley los Estados Unidos se dieron el derecho de intervenir en nuestro país.

ER. Ejército Rebelde. Ejército Revolucionario de Cuba formado en la lucha insurreccional contra la tiranía batistiana.

Erradicar. Arrancar de raíz.

Eslabón. Cada uno de los anillos de una cadena. Símbolo de enlace.

Estrategia. Habilidad para dirigir las operaciones militares.

Estructura económica. Organización de la economía de un país.

E U A. Estados Unidos de América.

Explotación. Acción de aprovecharse del trabajo de otros en beneficio propio.

Explotación de minerales. Extracción de la riqueza minera de un país.

Explotadores. Aquellos que aprovechan el trabajo de otros para enriquecerse.

Extraer. Sacar.

Excusa. Disculpa.

Experto. Práctico, hábil, experimentado.

Expone. Pone de manifiesto. Explica algo.

— F —

FAR. Fuerzas Armadas Revolucionarias.

FBI. Buró Federal de Investigaciones. Institución norteamericana dedicada a la investigación de la delincuencia y además a la persecución política.

Fenómeno. Cambios que sufren los cuerpos.

FIEL. Frente Independiente de Emisoras Libres. Organismo formado por estaciones de radio y televisión de Cuba.

FMC. Federación de Mujeres Cubanas. Organización que agrupa a las mujeres revolucionarias de Cuba.

FNTA. Federación Nacional de Trabajadores Azucareros. Organismo donde se han unido todos los obreros azucareros.

Fraternidad. Hermandad. Sentimiento de unión entre los hombres.

FSM. Federación Sindical Mundial. Organización que agrupa a todos los sindicatos del mundo que luchan por el mejoramiento de la clase obrera.

Fuente de ingreso. Procedencia de los recursos obtenidos para el sostenimiento de una familia o país.

Finanzas. Recursos monetarios.

— G —

Genocidio. Crimen que consiste en la exterminación de grupos humanos. Ej.: la destrucción llevada a cabo por los esbirros batistianos en el pueblo de Sagua de Tánamo.

Gobierno títere. Aquel gobierno que es manejado por un gobierno extranjero y está por tanto, al servicio de sus intereses.

Gravar nuestra economía. Contraer deudas en perjuicio de la economía.

Gringo. Palabra despectiva con que se denomina a los norteamericanos.

Grupos étnicos. Grupos de personas que presentan los mismos caracteres, como color de la piel, forma de la nariz, color y rizo del pelo, etc.

Guerras justas. Las que sostienen los pueblos por su independencia o soberanía.

Guerrerristas. Los que mantienen la amenaza de guerra en el mundo.

Guía. Persona que dirige, que conduce.

Género. Especie, conjunto de cosas que tienen los mismos caracteres. Sirve para indicar el sexo de las personas, animales y el que se les da a las cosas.

Giro. Movimiento circular. Modelo que se utiliza para enviar dinero de una oficina de Correos a otra.

Guisar. Cocinar.

Guisa. Pueblo de Oriente donde el Ejército Rebelde libró una importante batalla.

— H —

Hacinadas. Forma en que vivían las familias humildes, muchos en una misma habitación.

Hatuey. Cacique indio que se rebeló contra los españoles. Fue condenado a morir quemado vivo. La sentencia se cumplió en Yara, Oriente.

Henequén. Planta textil.

Higiene. Medidas de conservación de la salud. Limpieza, aseo.

Hanabanilla. Río de Las Villas que tiene un bello salto de agua. Allí se está construyendo una represa.

Hortaliza. Verdura que se cultiva en el huerto.

— I —

Industria. Conjunto de operaciones necesarias para transformar la materia prima en artículos elaborados.

Industrialización. Proceso que consiste en la creación de industrias.

INIT. Instituto Nacional de la Industria Turística. Institución creada por el Gobierno Revolucionario que se ocupa de crear centros de atracción turística y de todo lo relativo al turismo y recreo popular.

Inquilinos. Los que viven en una casa y pagan renta o alquiler por ella.

INRA. Instituto Nacional de la Reforma Agraria, creado por la Ley de Reforma Agraria. Tiene a su cargo todo lo relativo a la cuestión agraria del país.

Insurrección. Levantamiento en armas contra un gobierno establecido.

Integración Nacional. Unión de todos los sectores del país, en torno a un programa para el cumplimiento de los fines de la Revolución.

Intermediarios. Individuos o empresas que mediaban entre el productor y el consumidor, en perjuicio de ambos por el lucro que extraían de esa operación.

Intervención. Acto por el cual un país o gobierno dirige los asuntos interiores de otro país.
Invasión. Acción de penetrar en el territorio enemigo.
Invertido. En sentido económico, empleado o gastado.
Independencia. Libertad, en sentido político y económico.
Ingeniero. Profesional que se dedica a proyectar o dirigir, caminos, puentes, ferrocarriles.

— J —

Justo trato. Trato adecuado, sin privilegios y sin explotaciones.
Jején. Insecto más pequeño que el mosquito y de picada irritante.

— K —

K K K. Ku Klux Klan, Organización racista norteamericana que persigue a los ciudadanos negros.

— L —

Lacayo. Criado, sirviente, el que está sometido a alguien.
Latifundios. Grandes extensiones de tierra en manos de una sola persona o compañía.
Latinoamericanismo. Política que sigue el Gobierno Revolucionario cubano y que tiende a unir a todos los países de América Latina en contra del imperialismo.
Ley de Reforma Agraria. Ley del Gobierno Revolucionario Cubano que cambia la estructura agraria del país. Da la tierra al que la trabaja y erradica el latifundio.
Ley de Reforma Urbana. Ley dictada por el Gobierno Revolucionario por la cual se hace propietarios a los inquilinos de las casas que viven, mediante el pago de la antigua renta durante un reducido número de años.
Liberación. Poner en libertad.
Libertad. Independencia. Facultad de regirse sin estar sometidos a otros.
Libertad de prensa. Derecho de exponer libremente por medio de la prensa los pensamientos. La revolución

cubana garantiza la libertad de prensa siempre que no se utilice para atacar los intereses del pueblo.
Las Villas. Provincia central de Cuba. Antiguamente se llamaba Santa Clara.

— M —

- Manganeso.* Metal muy duro. Se utiliza en el proceso de fabricación del acero.
- Materias primas.* Materiales que se utilizan en las industrias para la elaboración de otros productos.
- Máximo.* Lo más grande.
- Máximo Líder de la Revolución.* Jefe superior de la Revolución (Fidel Castro).
- Mensualidades.* Pagos mensuales.
- Mercado.* Conjunto de personas o países que están en disposición de comprar o vender los productos agrícolas e industriales.
- Mercenario.* El que hace la guerra a cambio de paga.
- Métodos modernos de cultivo.* Formas nuevas y mecanizadas que facilitan el cultivo de la tierra. Ej.: uso del tractor.
- Milicias.* Ejército voluntario formado por el pueblo: campesinos, obreros, jóvenes, mujeres, organizados para la defensa de la patria.
- Mina.* Lugar de donde se extraen los minerales.
- Minerales.* Sustancias inorgánicas que se encuentran en el subsuelo.
- Moa Bay.* Compañía norteamericana destinada a la explotación de níquel y cobalto en la bahía de Moa, Baracoa, Oriente.
- Modo esporádico.* De vez en cuando. Lo que no se produce periódicamente.
- Moluscos.* Animales invertebrados de cuerpo blando a veces protegidos por conchas. Ejemplos: calamar, pulpo, almejas, etc.

Monopolios extranjeros. Empresas que tratan de controlar toda la producción de un país en determinadas ramas de la industria, el comercio y las finanzas, para lograr así excesivas utilidades.

— N —

Nación. Conjunto de habitantes de un país que se sienten unidos material y culturalmente, y que tienen conciencia de formar una unidad distinta de los demás países.

Nacionalización. Convertir las riquezas de un país en propiedad de la nación para ser utilizadas en provecho de todo el pueblo.

Nikita Jruchov. Primer Ministro de la Unión Soviética.

Níquel. Metal que tiene color y brillo parecido a la plata. Tiene muchos usos industriales.

Niveles de consumo. Mayor o menor grado de adquisición de productos por el pueblo.

Nota diplomática. Comunicación que envía un país a otro a través de uno de sus representantes diplomáticos.

— O —

Obrero. Trabajador que percibe un salario.

Obreros agrícolas. Los que reciben un salario a cambio de un trabajo realizado en el campo.

Objetivos. Finalidades o propósitos con los que algo se realiza.

Óciosas. Que se mantienen sin hacer nada; en el caso de las tierras, aquellas que se mantienen sin cultivar.

OEA. Organización de Estados Americanos. Organismo que agrupa a los países de América, utilizada por el imperialismo yanqui para imponer su política en los países latinoamericanos.

Ofensiva. Tomar la iniciativa en el ataque.

ONU. Organización de las Naciones Unidas. Organismo mundial que agrupa casi todos los países del mundo. Entre sus fines está el mantenimiento de la paz mundial.

Oxido. Combinación del oxígeno con un metal u otro cuerpo.

— P —

- Paraje.* Sitio o lugar.
- Parasitismo.* Enfermedades provocadas por la presencia de parásitos en el organismo.
- Patrulla.* Destacamento encargado de la vigilancia.
- Paz Mundial.* El cese de la guerra en el mundo.
- Peligros bélicos.* Peligros de guerra.
- Perspectiva.* Forma de apreciar algo a distancia.
- Petróleo.* Aceite mineral de color oscuro que se utiliza como combustible, principalmente para mover las maquinarias.
- Pipa.* Tonel. Utensilio para fumar.
- P. L.* Prensa Latina. Agencia de noticias creada para mantener correctamente informados a los pueblos y contrarrestar las mentiras de la AP y la UPI.
- Población indígena.* Población originaria de un país.
- Poder.* Ejercer dominio o autoridad.
- Policia.* Guardador del orden.
- Política.* Lo relativo al Gobierno de los países.
- Política de paz.* La que siguen los países que anhelan que la paz reine en el mundo.
- Popa.* Parte posterior de un barco.
- Popular.* Del pueblo.
- Prostitución.* Envilecimiento. Uso infame que se hace de algo. Corrupción de la mujer.
- Pueblo.* Conjunto de habitantes de un país, especialmente los de condición humilde.
- Pueblos afroasiáticos.* Los de los países de Asia y Africa.
- Pueblos latinoamericanos.* Los correspondientes a los países de América de origen español, francés o portugués.
- Puerto.* Bahía habilitada para la entrada y salida de los buques.

- Plaza.** Espacio ancho y sin casas dentro de la ciudad o pueblo. Mercado. Ciudad fortificada.
- Plan.** Proyecto.
- Pleno.** Lleno, completo.
- Plomo.** Metal blando, pero muy pesado, de color gris.
- Plomero.** El que trabaja con el plomo.
- País agrícola.** Aquel cuya principal fuente de riqueza es la agricultura.
- País exportador de materias primas.** El que vende o envía a otros países productos sin elaborar.
- País importador.** País que compra a otros países.
- Países atrasados.** Aquellos que por su baja condición económica no han alcanzado adelanto cultural ni social.
- Países dependientes.** Países que carecen de libertad económica o política.
- Países desarrollados.** Aquellos que han logrado un gran desarrollo económico.
- Países semicoloniales.** Son aquellos que aunque aparentemente no son colonias tienen su riqueza y su política controladas por extranjeros.
- Países socialistas.** Aquellos que tienen un régimen político y económico en los cuales la propiedad de los bienes de producción, como las tierras, las industrias, etc., pertenecen al pueblo.
- Países subdesarrollados.** Países que no han alcanzado su completo desarrollo económico por la explotación de sus riquezas por un país extranjero.
- Postulado martiano.** Idea o pensamiento fundamental expuesto por el Apóstol Martí.
- Prebenda.** Pago, servicio o favor que se concede a una persona o institución sin que tenga derecho a ello.
- Precaristas.** Los que ocupan una finca sin derecho legal.
- Presupuesto.** Cálculo anticipado de los gastos e ingresos de una familia o país.
- Problema agrario.** Problema relativo a la propiedad y uso de las tierras de cultivo.

Profesionales. Los que tienen una profesión. Médicos, maestros, etc.

Producción. Conjunto de los productos del suelo o la industria.

Producción agrícola. Conjunto de productos del campo.

Programa. Exposición previa de lo que se piensa hacer.

Progreso. Desarrollo, perfeccionamiento.

Propiedad colectiva. Dominio de la sociedad sobre las riquezas.

Propiedad privada. Dominio particular sobre las riquezas.

Propietarios. Dueños de las casas, etc.

— Q —

Quinqué. Especie de lámpara con tubo de cristal que se alimenta con luz brillante.

Quintal. Medida de peso equivalente a 100 libras.

— R —

Rapiña. Robo, saqueo.

Raquitismo. Enfermedad infantil caracterizada por la deformación de los huesos, provocada por la falta de calcio debido a una alimentación deficiente.

RAU. República Árabe Unida. Estado formado por la unión de Egipto y Siria, cuyo presidente es Gamal Abdel Nasser.

Recuperar. Recobrar lo perdido.

Recreación. Diversión, distracción.

Recursos. Medios de subsistencia o fuentes de riquezas.

Recursos económicos. Los que el hombre pone en explotación.

Recursos naturales. Son aquellos que se encuentran en la naturaleza y que el hombre no ha puesto en explotación.

Reforma Arancelaria. Ley del Gobierno Revolucionario por la cual se han elevado los aranceles a los productos extranjeros que pueden competir con los nacionales.

Reforma Tributaria. Ley del Gobierno Revolucionario por la cual se modificó el sistema de impuestos.

Regadíos. Obras realizadas en los campos que facilita el aprovisionamiento y distribución del agua necesaria para la agricultura.

Responsabilidad. Obligación que se contrae de llevar a cabo una tarea.

Responsable. El encargado de una tarea.

Reserva monetaria. Divisas que guardan los países en los bancos nacionales y que se obtienen de los saldos comerciales favorables.

Retaguardia. Parte de la tropa que va detrás.

Revolución. Cambio violento y profundo de tipo económico, político y social que ocurre en un país.

Riquezas. Bienes económicos que posee un país o persona.

Relaciones comerciales. Las que se mantienen entre los países a través de la compra-venta de sus productos.

Renglones de la producción. Distintos productos de la industria y la agricultura.

Rentas. Precio que percibe el dueño por lo que alquila.

Rescatar las riquezas del país. Recobrar las riquezas nacionales que estaban en manos extranjeras.

Roa. Primer apellido del Ministro de Relaciones Exteriores de Cuba, doctor Raúl Roa García.

— S —

Sabiduría. Acopio de conocimientos profundos.

Sabotaje. Acción que se realiza con el propósito de perjudicar.

Salario. Cantidad de dinero que se da a alguien en su trabajo.

Salario miserable. Sueldo o jornal muy pobre o escaso.

San José de Costa Rica. Capital de la República de Costa Rica.

Seguridad. Sentimiento de confianza. Protección.

Sentimiento. Estado de ánimo.

- Seso.* Cerebro.
- Similares.* Parecidos.
- Sindicatos.* Sociedad o agrupación de personas que tienen la misma ocupación u oficio y que se unen para defender sus intereses.
- Soberanía.* Derecho que tiene el pueblo de regir sus propios destinos.
- Sobornar.* Corromper a una persona por medio del dinero.
- Soldado.* Miembro de un ejército.
- Sometido.* Que está bajo el dominio de otro.
- Soviet.* Forma de gobierno en la URSS. Consejo local formado por delegados de los obreros, campesinos y soldados.
- Soviético.* Que pertenece al Soviet.
- State Department.* Departamento de Estado del gobierno de los EE. UU., encargado de las relaciones con los demás países. Esas relaciones están basadas en la imposición a causa de su poderío militar y económico.
- Subsidio.* Socorro que presta el Estado a algunas empresas que no pueden hacer frente a sus gastos. También se le otorga a los obreros desempleados.
- Subsuelo.* Lo que está debajo del suelo.
- Superstición.* Creencias falsas, contrarias a la razón.
- Sano.* Saludable.
- Súplica.* Ruego.
- Soplete.* Instrumento que tiene un tubo por el que sale gas destinado a avivar una llama.
- Social.* Perteneciente a la sociedad.

— T —

- Talento.* Calidad intelectual de una persona. Entendimiento, inteligencia.
- TASS.* Agencia de noticias soviética.
- Terratenientes.* Dueños de grandes extensiones de tierra.
Latifundistas.

Tierras cultivadas colectivamente. Tierras que se ponen a producir mediante el trabajo de grupos y cuya producción se reparte entre todos.

Tierras expropiadas. Tierras que adquiere el Estado y dedica a la producción agrícola para beneficio social.

Tierras fértiles. Las que reúnen buenas condiciones para el cultivo.

Típico. Característico.

Tiranía. Gobierno injusto, cruel, usurpador, ilegal, ejercido por la fuerza.

Torna. Vuelve, regresa.

Trabajo. Actividad o esfuerzo que se realiza a cambio de un sueldo o jornal.

Tractores. Máquinas empleadas para tirar de los arados y otros implementos agrícolas.

Turismo. Viajes de recreo. En algunos países constituyen una fuente de riqueza nacional.

— U —

Unidad Internacional. Unión entre los países.

UPI. Prensa Unida Internacional. Agencia de noticias norteamericana al servicio de los intereses del imperialismo yanqui.

URSS. Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nación formada por la unión de varias repúblicas, que tienen un régimen socialista y donde no existe la explotación del hombre por el hombre, ya que en ella los bienes de producción pertenecen al pueblo.

Universitario. Que ha estudiado en una Universidad.

Usurpar. Apoderarse de algo con violencia. Poseer algo sin derecho. Invadir.

— V —

Vacila. Que no está firme.

Vanguardia. Parte de una tropa que camina delante del cuerpo principal y lo protege.

Vigilancia Colectiva Revolucionaria. Organización de las masas populares encaminadas a cortar la acción de los elementos contrarrevolucionarios por medio de la actuación de todos.

Vigilar. Velar, atender cuidadosamente algo.

— Y —

Yanqui. Nombre que se les da a los norteamericanos.

Yarey. Especie de palma cuyas hojas se usan para tejer sombreros, etc.

Yugo colonialista. Sujeción, atadura al dominio de los países imperialistas.

Yunta. Par de bueyes u otros animales que trabajan juntos.

— Z —

Zapateo. Baile típico de nuestros campos.

Zapote. Fruto comestible de masa suave y dulce.

Zumo. Jugo.

ESTE LIBRO SE IMPRIMIO
EN LOS TALLERES DE LA
IMPRESA NACIONAL DE
CUBA

1961
AÑO DE LA EDUCACION

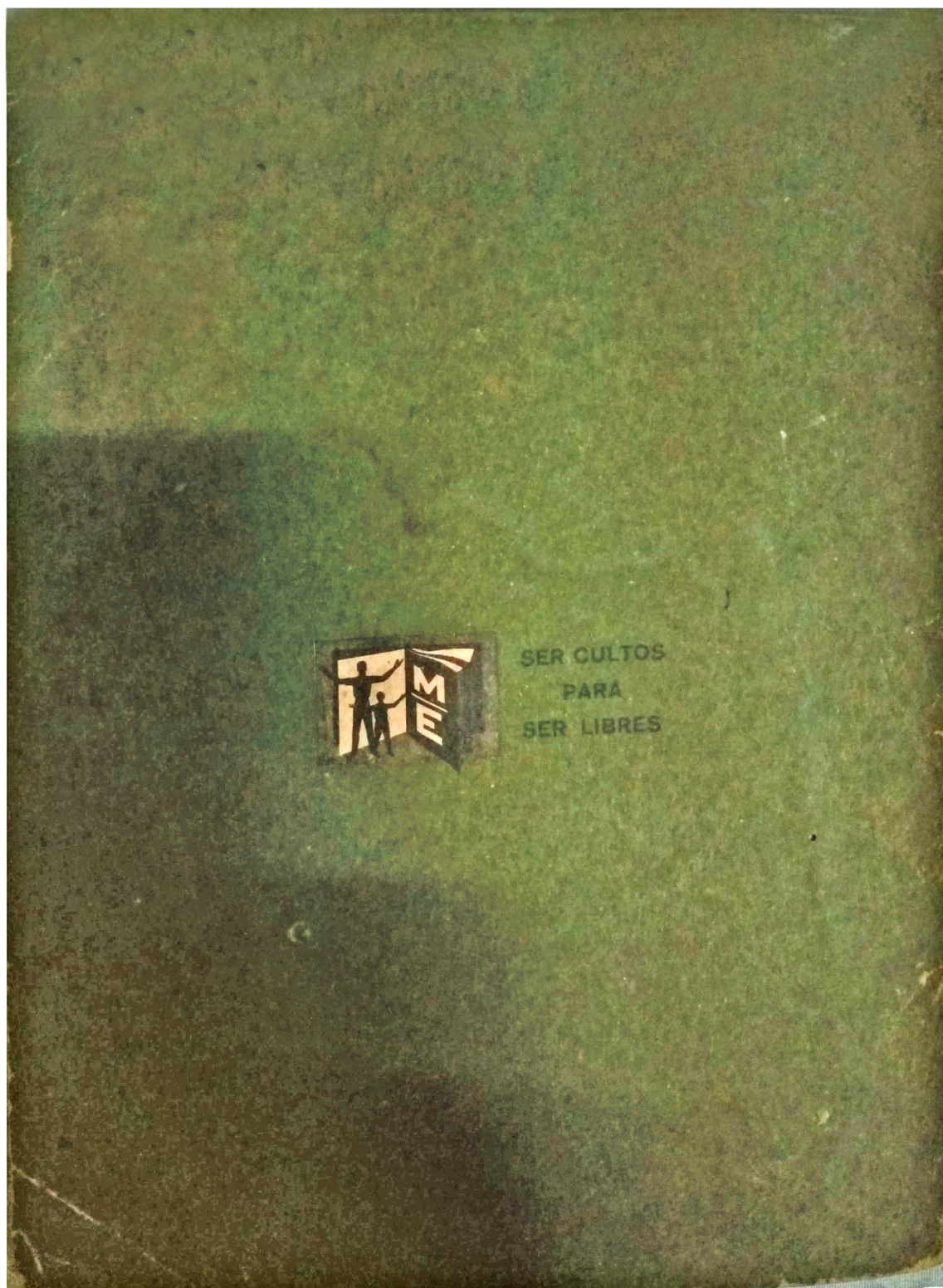
“Hay que librar la batalla contra el
enemigo del pueblo,
que es el analfabetismo”.

FIDEL CASTRO

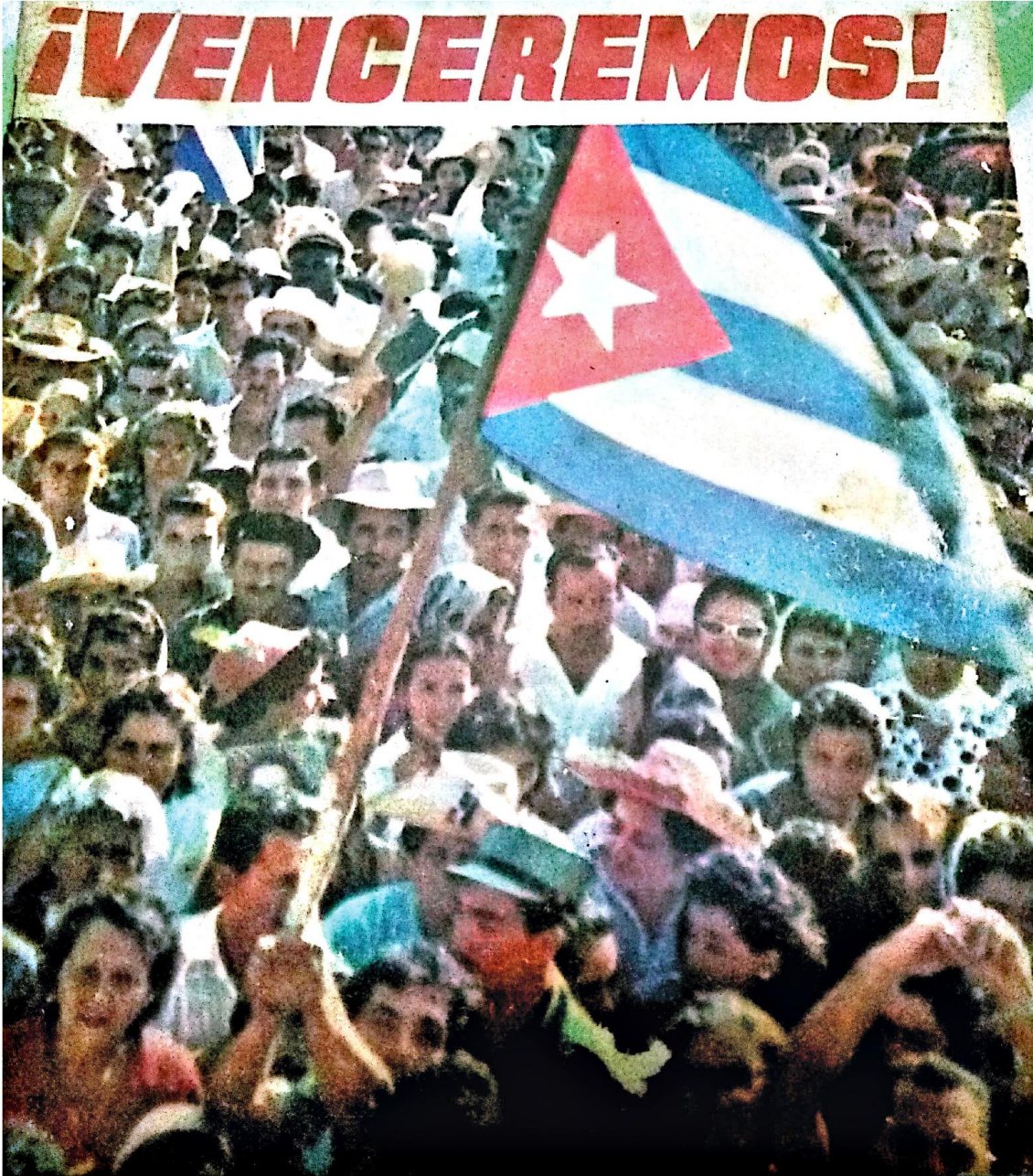


“Al venir a la tierra, todo hombre
tiene derecho a que se le eduque,
y después en pago,
el deber de contribuir a
la educación de los demás”.

JOSE MARTI



Anexo B – “¡Venceremos!”



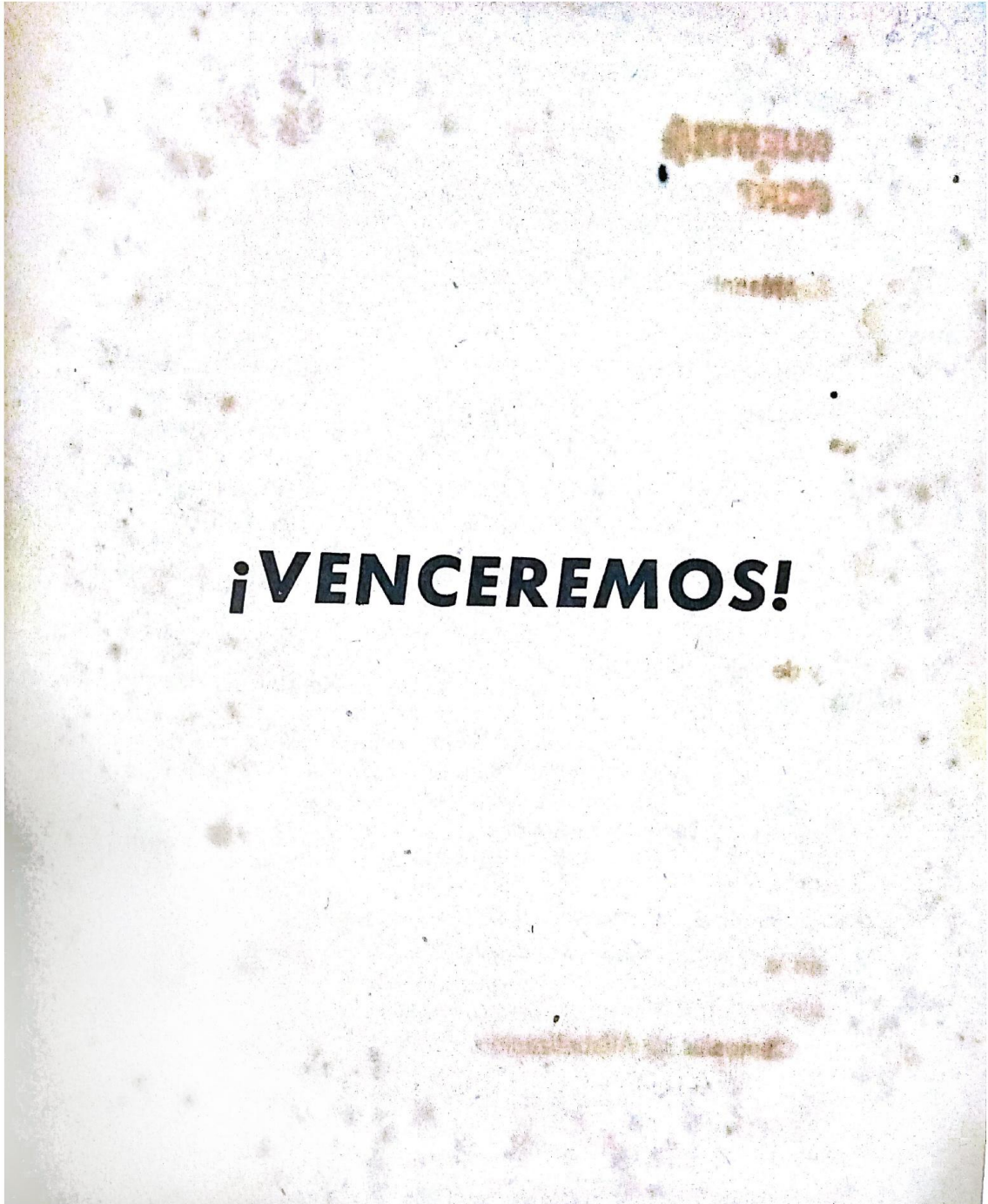
NUESTRA PORTADA:

Representa al pueblo en lucha
por vencer el analfabetismo,
diciendo presente: ejército rebelde,
milicias, campesinos, obreros,
profesionales, estudiantes,
mujeres, niños, blancos y negros.

La bandera enarbolada
como símbolo de libertad
y de unión nacional.

¡Venceremos!

El título responde a la firme
determinación en que estamos
comprometidos. ¡Vencer! No sólo
en la defensa de nuestra Patria,
sino también en
la Campaña de Alfabetización.





Organización de Estados Americanos

O E A

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

Organización de Estados Americanos

O E A

2.- Vamos a leer:

O E A

o e a

3.- Vamos a escribir:

O E A

o e a

4.- Señale las letras estudiadas en:

Organización de Estados Americanos

5.- Ponga la letra que falta:

O E _ O _ A _ E A

6.- Copie con su mejor letra:

O E A
o e a

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer las letras que conozca
y señale las letras nuevas:

A E I O U
a e i o u

2.- Vamos a buscar esas letras en estas palabras:

Cuba	Camilo
Fidel	Raúl

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

I U

i u

4.- Señale todas las letras estudiadas:

si no tu yo el la

Patria pueblo cubano

5.- Copie con su mejor letra:

A E I O U
a e i o u



I N R A

La Reforma Agraria nació en
la Sierra.

La Reforma Agraria da tierra
a los campesinos.

La Reforma Agraria avanza.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

La Reforma Agraria

La Re - for - ma

la le li lo lu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Lala ala leo

Lola ele lea

Lula ola leí

Lila Ela lío

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El ala

La ola

El lee.

4.- Ponga la palabra que falta:

El _____

_____ ola

El _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

El lee.

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

La Reforma Agraria

La Re - for - ma
re ra ri ro ru

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

ríe	reía	ir
río	Raúl	oír
roe	real	leer

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El río

Lola reía.

Raúl ríe.

4.- Ponga la palabra que falta:

El _____

Lola _____

_____ ríe.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Raúl ríe.

EJERCICIO C

1.- Vamos a leer:

La Reforma Agraria

La Re - for - ma

for far fer fir fur

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

feo fila Ofelia

fue filo fiel

Fefa Fela Rafael

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Fela y Fefa

¡A la fila!

El fue fiel.

4.- Ponga la palabra que falta:

Fela y _____

¡A la _____

El _____ fiel.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

El fue fiel.

EJERCICIO D

1.- Vamos a leer:

La Reforma Agraria

La Re - for - ma

ma me mi mo mu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

amo mal Emilia

mío miel remo

mulo mar firma

loma amor forma

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

La loma

El mar

Mi firma

4.- Ponga la palabra que falta:

La _____

El _____

_____ firma

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Mi firma

7.- Vamos a leer:

La ola

El río

¡A la fila!

Emilia firma.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 7.



LAS COOPERATIVAS DE LA REFORMA AGRARIA

Hay cooperativas formadas
por campesinos.

En estas cooperativas se
cultiva la tierra.

Los campesinos trabajan en
la cooperativa.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

Los campesinos trabajan en la
cooperativa.

• co - o - pe - ra - ti - va

co cu ca

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

coco cuela cacao

caco café cama

Cuco como Camilo

Cuca comer calma

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Café y cacao

Como coco.

Cuca cuela café.

4.- Ponga la palabra que falta:

Café y _____
_____ coco.
_____ cuela café.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Café y cacao

EJERCICIO 1

1.- Vamos a leer:

Los campesinos trabajan en la
cooperativa.

co - o - pe - ra - ti - va

pe pa pi po pu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Pepe pie pico

papa púa poco

pipa mapa ropa

popa palo palma

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El pico y la pala

El ala de la paloma

La palma real

4.- Ponga la palabra que falta:

El pico y la _____

El ala de la _____

La _____ real

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

La palma real

EJERCICIO C

1.- Vamos a leer:

Los campesinos trabajan en la
cooperativa.

co - o - pe - ra - ti - va

ra re ri ro ru

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

caro farol aro

loro Pura aura

ara Mario mira

aroma arma marea

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Él farol era caro.

Mario limpia el arma.

Pura mira el mar.

4.- Ponga la palabra que falta:

El _____ era caro.

Mario limpia el _____

Pura _____ el mar.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Mario limpia el arma.

EJERCICIO D

1.- Vamos a leer:

Los campesinos trabajan en la
cooperativa.

co - o - pe - ra - ti - va

ti ta te to tu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

tu tiro pato

totí Tula lata

tomate tapa rata

tela mata toma

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Toma tu café.

La loma alta

La tela rota

4.- Ponga la palabra que falta:

Toma _____ café.

La loma _____

La _____ rota

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Toma tu café.

EJERCICIO E

1.- Vamos a leer:

Los campesinos trabajan en la
cooperativa.

co - o - pe - ra - ti - va

va ve vi vo vu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

vaca vela Violeta

vara ave voy

lava vivo polvo

malva vio vuela

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Violeta va con la tía.

Va a la Feria de la Vaca.

Fue a la Cooperativa.

4.- Ponga la palabra que falta:

_____ va con la tía.

Va a la Feria de la _____

Fue a la _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Violeta va con la tía.

7.- Vamos a leer:

Como coco.

La palma real

Pura mira el mar.

Violeta va con la tía.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 17.



LA TIERRA

Ya los campesinos son
dueños de la tierra.

Los campesinos cultivan
su tierra.

La tierra cubana es rica.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

Los campesinos cultivan su tierra.

cam - pe - si - nos

si sa se so su

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

sale sitio seca

sapo suela fusil

sopa rocosa costa

seso sol este

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El sol sale por el este.

La costa es rocosa.

La seca es mala.

4.- Ponga la palabra que falta:

El _____ sale por el este.

La costa es _____

La _____ es mala.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

La seca es mala.

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

Los campesinos cultivan su tierra.

cam - pe - si - nos

nos nas nes nis nus

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

nata	maní	canta
novia	luna	avión
enero	mano	viento
René	minuto	sinsonte

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

La luna salió.

El sinsonte canta.

René visita a su novia.

4.- Ponga la palabra que falta:

La _____ salió.

El _____ canta.

René visita a su _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

La luna salió.

EJERCICIO C

1.- Vamos a leer:

Los campesinos cultivan su tierra.

tie - rra

rra rre rri rro rru

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

amarra arrima arriero

carro carreta perro

sierra corre tierra

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Ramón ara la tierra.

Arrima su carreta.

Amarra las vacas.

4.- Ponga la palabra que falta:

Ramón ara la _____

Arrima su _____

_____ las vacas.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Ramón ara la tierra.

7.- Vamos a leer:

El sol sale por el este.

René visita a su novia.

Ramón ara la tierra.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 29.



LOS PESCADORES CUBANOS

La cooperativa pesquera
ayuda al pescador.

El pescador ya no es
explotado.

Los pescadores ahora
viven mejor.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

La cooperativa pesquera ayuda al pescador.

pes - que - ra

que qui

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

quema pesquera mosquito

queso ataque quintal

quieto parque quinqué

quiero pesquería Quintín

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El mar está quieto.

Las naves pesqueras salen.

Quieren pescar en alta mar.

4.- Ponga la palabra que falta:

El mar está _____

Las naves _____ salen.

_____ pescar en alta mar.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

El mar está quieto.

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

La cooperativa pesquera ayuda al pescador.

a - yu - da

yu ya ye yi yo

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Yara	raya	cayo
yuca	rayo	mayo
yunta	arroyo	cocuyo
yarey	atarraya	Yumuri

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El tira la atarraya.

Volvió ayer al cayo.

El arroyo corre.

Yara y Yumuri son ríos.

4.- Ponga la palabra que falta:

El tira la _____

Volvió ayer al _____

_____ y Yumurí son ríos.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Yara y Yumurí son ríos.

EJERCICIO C

1.- Vamos a leer:

La cooperativa pesquera ayuda al pescador.

a - yu - da

da de di do du

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

dame día venden

Daniel dos arado

dinero médico radio

duda pescado vida

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Venden pescado en la cooperativa.

Daniel ayuda a vender.

El dinero es para todos.

Nueva vida para el pescador.

4.- Ponga la palabra que falta:

Venden _____ en la cooperativa.

_____ ayuda a vender.

El _____ es para todos.

Nueva _____ para el pescador.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Daniel ayuda a vender.

7.- Vamos a leer:

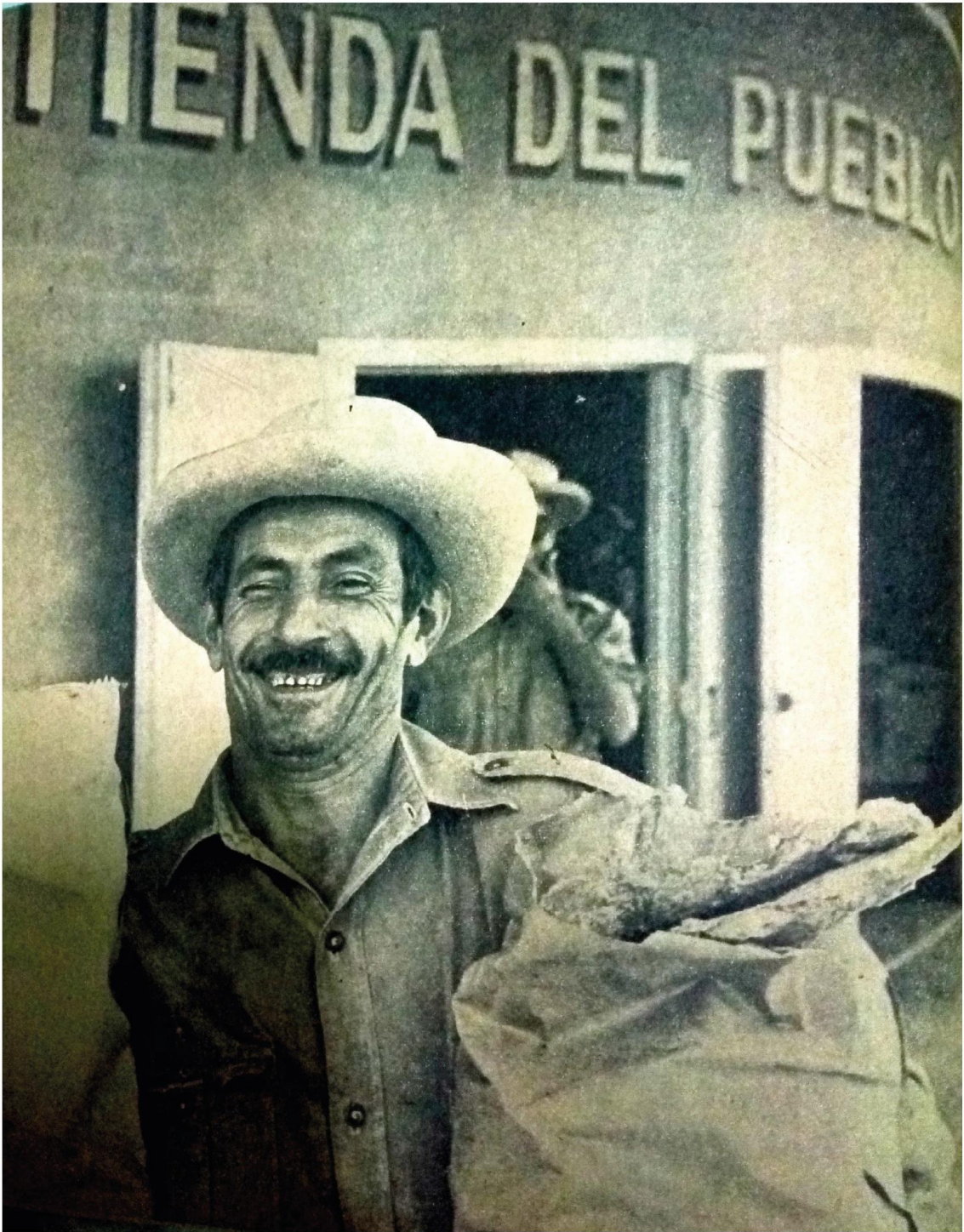
El mar está quieto.

Yara y Yumurí son ríos.

Daniel ayuda a vender.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 37.



LA TIENDA DEL PUEBLO

El campesino compra bueno
y barato en la tienda del pueblo.

En la tienda del pueblo hay
de todo.

La tienda del pueblo es una
cooperativa también.

Ya tenemos más de dos mil
tiendas del pueblo.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

El campesino compra bueno y barato
en la tienda del pueblo.

ba - ra - to

ba be bi bo bu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

bala beso cubana

baile bebe bonito

tabaco Benito burro

batey bien buey

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El baile cubano es bonito.

La cubana es bonita y baila bien.

Todos bailan en el batey.

4.- Ponga la palabra que falta:

El baile cubano es _____

La cubana es bonita y _____ bien.

Todos bailan en el _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Todos bailan en el bateo

1.- Vamos a leer:

El campesino compra bueno y barato en
la tienda del pueblo.

pue - blo

blo bla ble bli blu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

bloque	blanca	blando
blusa	roble	emblema
tabla	mueble	Blas
pueblo	mueblería	obligo

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

"El Pueblo" es una mueblería.

Tiene muebles finos.

Muebles de caoba y roble.

4.- Ponga la palabra que falta:

El _____ es una mueblería.

Tiene _____ finos.

Muebles de caoba y _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Muebles de caoba y roble

7.- Vamos a leer:

El baile cubano es bonito.

"El Pueblo" es una mueblería.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 45.



CADA CUBANO DUEÑO
DE SU CASA

No habrá bohíos ni solares
en años venideros.

Ahora se hacen muchas
casas.

Muchas casas para todos.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

No habrá bohíos ni solares
en años venideros.

ha - brá

ha he hi ho hu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

había	helado	hielo
hamaca	henequén	hora
Habana	héroe	bohíos
Hatuey	hilo	humo

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

En Cuba había indios.

Vivían en bohíos.

Dormían en hamacas.

Hatuey fue un héroe.

4.- Ponga la palabra que falta:

En Cuba _____ indios.

Vivían en _____

Dormían en _____

_____ fue un héroe.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Hatuey fue un héroe.

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

No habrá bohíos ni solares en años venideros.

ha - brá

bra bre bri bro bru

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

bravo bruto libre

brasa abre habrá

brisa abril fábrica

Bruno obrero abrirán

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El cubano de hoy es libre.

Los obreros fabrican sus casas.

Habrán casas para todos.

Se abrirán nuevas fábricas

4.- Ponga la palabra que falta:

El cubano de hoy es _____.

Los _____ fabrican sus casas.

_____ casas para todos.

Se abrirán nuevas _____.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Se abrirán nuevas fábricas.

EJERCICIO C

1.- Vamos a leer:

No habrá bohíos ni solares
en años venideros.

a - ños

ños ñas ñes ñis ñus

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

ñame	piña	cabañita
niño	muñeca	campaña
año	cañada	buñuelo
baño	mañana	piñón

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Mañana iré a Viñales.

Alquilé una cabañita.

Iré con los niños.

Veremos la cañada.

4. Ponga la palabra que falta:

_____ iré a Viñales.

Alquilé una _____

Iré con los _____

Veremos la _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Mañana iré a Viñales.

7.- Vamos a leer:

Hatuey fue un héroe.

Se abrirán nuevas fábricas.

Mañana iré a Viñales.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 51.



UN PUEBLO SANO
EN UNA
CUBA LIBRE

Muchos médicos van al
campo.

Hay muchos hospitales y
medicinas.

El médico lucha junto al
pueblo.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

El médico lucha junto al pueblo.

lu - cha

cha che chi cho chu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

chapea machete muchacho

hacha palmiche chofer

lucha China chucho

mocha cochino churro

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El chapea con su machete.

Corta la caña con la mocha.

Busca palmiche para los cochinos.

Sus muchachos lo ayudan.

4.- Ponga la palabra que falta:

El _____ con su machete.

Corta la caña con la _____

Busca _____ para los cochinos.

Sus _____ lo ayudan.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

El chapea con su machete.

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

El médico lucha junto al pueblo.

jun - to

jun jan jen jin jon

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

jarro joven mujer

jején jamás ajiaco

jícara juntos viejo

jinete abeja juramos

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Unidos jóvenes y viejos,

juramos con Fidel:

juntos defender a Cuba.

¡Jamás nos derrotarán!

4.- Ponga la palabra que falta:

Unidos _____ y viejos,

_____ con Fidel:

_____ defender a Cuba.

¡_____ nos derrotarán!

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

¡Jamás nos derrotarán!

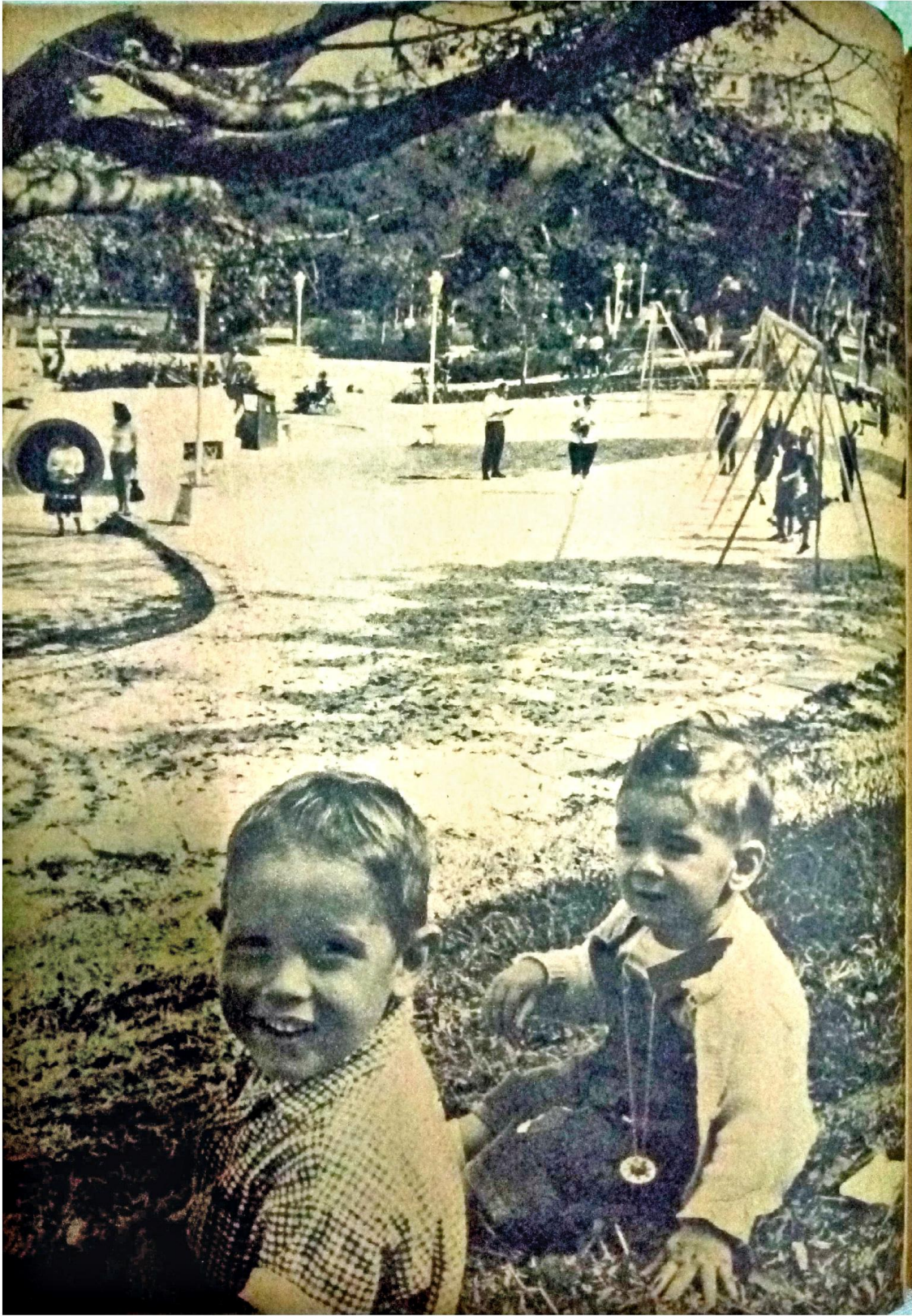
7.- Vamos a leer:

Corta la caña con la mocha.

¡Jamás nos derrotarán!

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 59.



I N I T

Ahora el pueblo feliz
se divierte.

Hay playas y parques
populares.

Cuba expone su belleza
al mundo.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

Cuba expone su belleza al mundo.

ex - po - ne

ex ox ax

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

expone externo éxito

exportar excavar óxido

experto excusa laxante

exquisito examen máximo

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El artista expuso paisajes.

Su arte es exquisito.

Tuvo mucho éxito.

4.- Ponga la palabra que falta:

El artista _____ paisajes.

Su arte es _____

Tuvo mucho _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Su arte es exquisito.

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

Cuba expone su belleza al mundo.

be - lle - za

lle lla lli llo llu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

lleva llover pollo

llena lluvia belleza

llave ella Las Villas

llanura valle Hanabanilla

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Vivo en Las Villas.

Amo sus bellezas naturales.

Su famoso Hanabanilla,

sus montañas, valles y llanuras.

4.- Ponga la palabra que falta:

Vivo en Las _____

Amo sus _____ naturales.

Su famoso _____

sus montañas _____ y llanuras.

8.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Vivo en Las Villas.

EJERCICIO C

1.- Vamos a leer:

Cuba expone su belleza al mundo.

be - lle - za
za zo zu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

zapote	zona	calabaza
zapato	zumo	hortaliza
zapateo	azúcar	maíz
zanja	riqueza	arroz

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Ahora no vivimos sólo de la caña de azúcar.
Cultivamos arroz, maíz, maní y calabaza.
Comemos más hortalizas.
Así aumenta la riqueza del país.

4.- Ponga la palabra que falta:

Ahora no vivimos sólo de la caña de _____
Cultivamos arroz _____ maní y calabaza.

Comemos más _____

Así aumenta la _____ del país.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Comemos más hortalizas.

7.- Vamos a leer:

Su arte es exquisito.

Vivo en Las Villas.

Comemos más hortalizas.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 65.



LAS MILICIAS

Estamos unidos en la defensa
de la Patria.

La milicia es el pueblo.

Cada cubano un miliciano.

Un miliciano vigilante y
disciplinado.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

Un miliciano vigilante y disciplinado.

vi - gi - lan - te
gi ge

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después.

giro	género	ingenio
girasol	geranio	ingeniero
Gibara	vigila	coger
genio	dirige	Gilberto

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Gilberto es ingeniero.

Dirige un ingenio.

Vigila las maquinarias.

4.- Ponga la palabra que falta:

_____ es ingeniero.

Dirige un _____

_____ las maquinarias.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Gilberto es ingeniero

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

Un miliciano vigilante y disciplinado.

dis - ci - pli - na - do

ci ce

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

cine	Celso	social
cena	nació	decir
ciudad	milicia	necesario
cerca	hace	Mercedes

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Cecilia lee las noticias nacionales.

Lee también las internacionales.

Oye con atención la radio.

Quiere conocer de todo.

4.- Ponga la palabra que falta:

_____ lee las noticias nacionales.

Lee también las _____

Oye con _____ la radio.

Quiere _____ de todo.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Cecilia lee las noticias.

EJERCICIO C

1.- Vamos a leer:

Un miliciano vigilante y disciplinado.

dis - ci - pli - na - do

pli pla ple plo plu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

playa	pleno	pluma
plata	aplica	soplete
plaza	súplica	disciplina
plan	plomo	plomero

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El plomo y la plata son metales.

Los plomeros usan el plomo.

Tienen sopletes para soldar.

Lo aplican con cuidado.

4.- Ponga la palabra que falta:

El plomo y la _____ son metales.

Los _____ usan el plomo.

Tienen _____ para soldar.

Lo _____ con cuidado.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Los plomeros usan el plomo.

7.- Vamos a leer:

Gilberto es ingeniero.

Cecilia lee las noticias.

Los plomeros usan el plomo.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 73.



LA REVOLUCION GANA
TODAS LAS BATALLAS

Ganamos la libertad guiados
por Fidel.

A nuestro pueblo lo gobierna
el pueblo.

Somos dueños de nuestra
riqueza.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

Ganamos la libertad guiados por Fidel.

ga - na - mos

ga go gu

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

ganó guarapo mango

ganado guayaba llega

gorra amigo fuego

guante aguacate juego

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Los jugadores llegan al terreno.

Llevan guantes y gorras.

Ha comenzado el juego.

Han hecho una buena jugada.

¡Ganó el Cienfuegos!

4.- Ponga la palabra que falta:

Los jugadores _____ al terreno.

Llevan _____ y gorras.

Ha comenzado el _____

Han hecho una buena _____

_____ el Cienfuegos!

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

¡Ganó el Cienfuegos!

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

Ganamos la libertad guiados por Fidel.

guia - dos

gui gue güi güe

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

guisar	Guillermo	güira
guineo	aguinaldo	Güines
guitarra	Guisa	Jagüey
guía	lleguen	Camagüey

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Cuando lleguen los invitados,
Guillermo tocará la guitarra;
tenemos guineos asados y guanajos rellenos.
Los aguinaldos adornan la mesa.

4.- Ponga la palabra que falta:

Cuando _____ los invitados.

Guillermo tocará la _____

Tenemos guineos asados y _____
relleno.

Los aguinaldos adornan la _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Guillermo tocará la guitarra.

7.- Vamos a leer:

Llevan guantes y gorras.

Guillermo tocará la guitarra.

Güines y Camagüey son ciudades.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- **Vamos** a leer otra vez toda la página 81.



EL PUEBLO TRABAJA

Los obreros son el pueblo.

Los obreros producen.

La industria crece.

Los obreros tienen tres deberes:

PRODUCIR

AHORRAR

ORGANIZARSE

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

Los obreros producen.

pro - du - cen

pro pra pre pri pru

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

propio	prudente	aprecia
prado	pronto	apropiado
prepara	prensa	reproduce
primero	aprisa	compra

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

La prensa reproduce noticias.

El obrero sabe apreciar la prensa.

El hace un juicio apropiado.

4.- Ponga la palabra que falta:

La prensa _____ noticias.

El obrero sabe _____ la prensa.

El hace un juicio _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

La prensa reproduce noticias.

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

La industria crece.

in - dus - tria

tri tra tre tro tru

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

trillo tropa construye

trabaja trusa centro

trepar tractor industria

tren adiestra pupitre

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

La industria adiestra al obrero.

El obrero construye y aprende.

Así su centro trabaja mejor.

4.- Ponga la palabra que falta:

La _____ adiestra al obrero.

El obrero _____ y aprende.

Así su centro _____ mejor.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

El obrero construye.

EJERCICIO C

1.- Vamos a leer:

La industria crece.

cre - ce

cre cra cri cru cro

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

crece	cruz	Anacleto
crecido	cruzada	cloro
crin	cráneo	recluta
criollo	clase	clima

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Ese potro es criollo.

Tiene brillante crin.

Es de raza cruzada.

Ha crecido mucho.

Es de buena clase.

4.- Ponga la palabra que falta:

Ese potro es _____

Tiene brillante _____

Es de raza _____

Ha _____ mucho.

Es de buena _____

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Ese potro es criollo.

7.- Vamos a leer:

La prensa reproduce noticias.

El obrero construye.

Ese potro es criollo.

Es de buena clase.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 87.



CUBA NO ESTA SOLA

Todos los pueblos nos ayudan.

Unidos venceremos la agresión.

No podrán frenar la Revolución.

Clamores de libertad vienen de
todos los pueblos.

EJERCICIO A

1.- Vamos a leer:

Unidos venceremos la agresión.

a - gre - sión

gre gra gri gro gru

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

gracias gris gladiolo

grumete agresión Gloria

grupo alegre globo

grita peligro Regla

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Ese grumete es alegre.

No teme al peligro.

El grita con gracia: ¡A la mar!

4.- Ponga la palabra que falta:

Ese _____ es alegre.

No teme al _____

El _____ con gracia: ¡A la mar!

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Ese grumete es alegre.

EJERCICIO B

1.- Vamos a leer:

No podrán frenar la Revolución.

po - drán

dran dren drin dron drun

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

draga	padre	Pedro
ladra	dril	Madruga
podrán	ladrillo	madrugada
madre	droguería	piedra

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

El albañil se levanta de madrugada.

Su padre también madruga.

Harán un muro de ladrillos.

Hoy podrán terminar la obra.

4.- Ponga la palabra que falta:

El albañil se levanta de _____

Su _____ también madruga.

Harán un muro de _____

Hoy _____ terminar la obra.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Harán un muro de ladrillos.

EJERCICIO C

1.- Vamos a leer:

No podrán frenar la Revolución

fre - nar

fre fra fri fro fru

2.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

freno fruta flojo

fragua zafra influye

frita refresco aflije

frota flaco rifle

3.- Vamos a leer primero y a leer y escribir después:

Estamos en la zafra.

Tomo guarapo frío.

Es un refresco criollo,

como el de fruta fresca.

4.- Ponga la palabra que falta:

Estamos en la _____

Tomo guarapo _____

Es un _____ criollo,

como el de _____ fresca.

5.- Se dictará lo anterior.

6.- Copie con su mejor letra:

Tomo guarapo frío.

7.- Vamos a leer:

Ese grumete es alegre.

Regla tiene un ramo de gladiolos.

Harán un muro de ladrillos.

Estamos en la zafra.

Ese tornillo está flojo.

8.- Se dictará lo anterior.

9.- Vamos a leer otra vez toda la página 95.

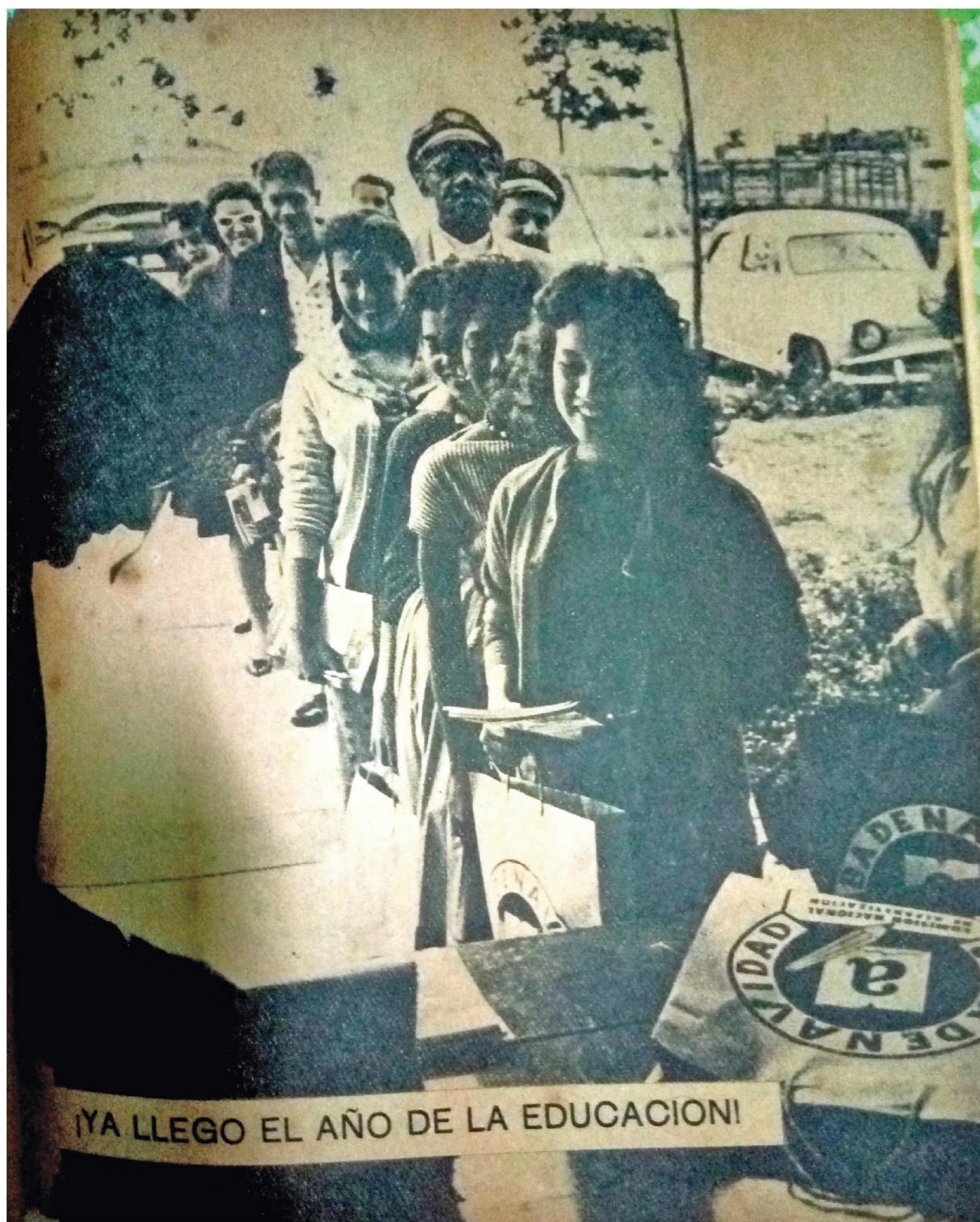
¡YA LLEGO EL AÑO DE
LA EDUCACION!

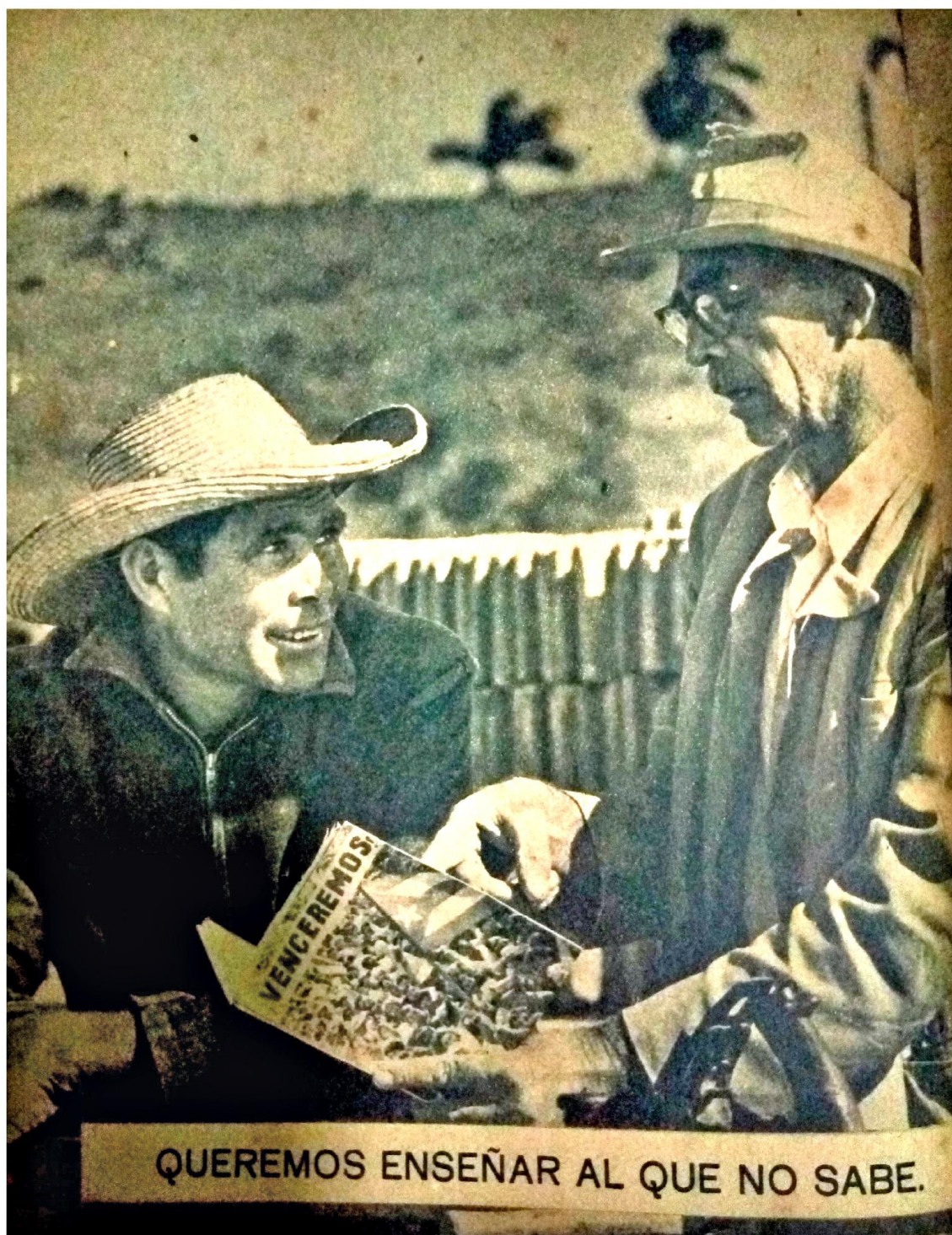
Miles de cubanos quieren
aprender.

Queremos enseñar al que
no sabe.

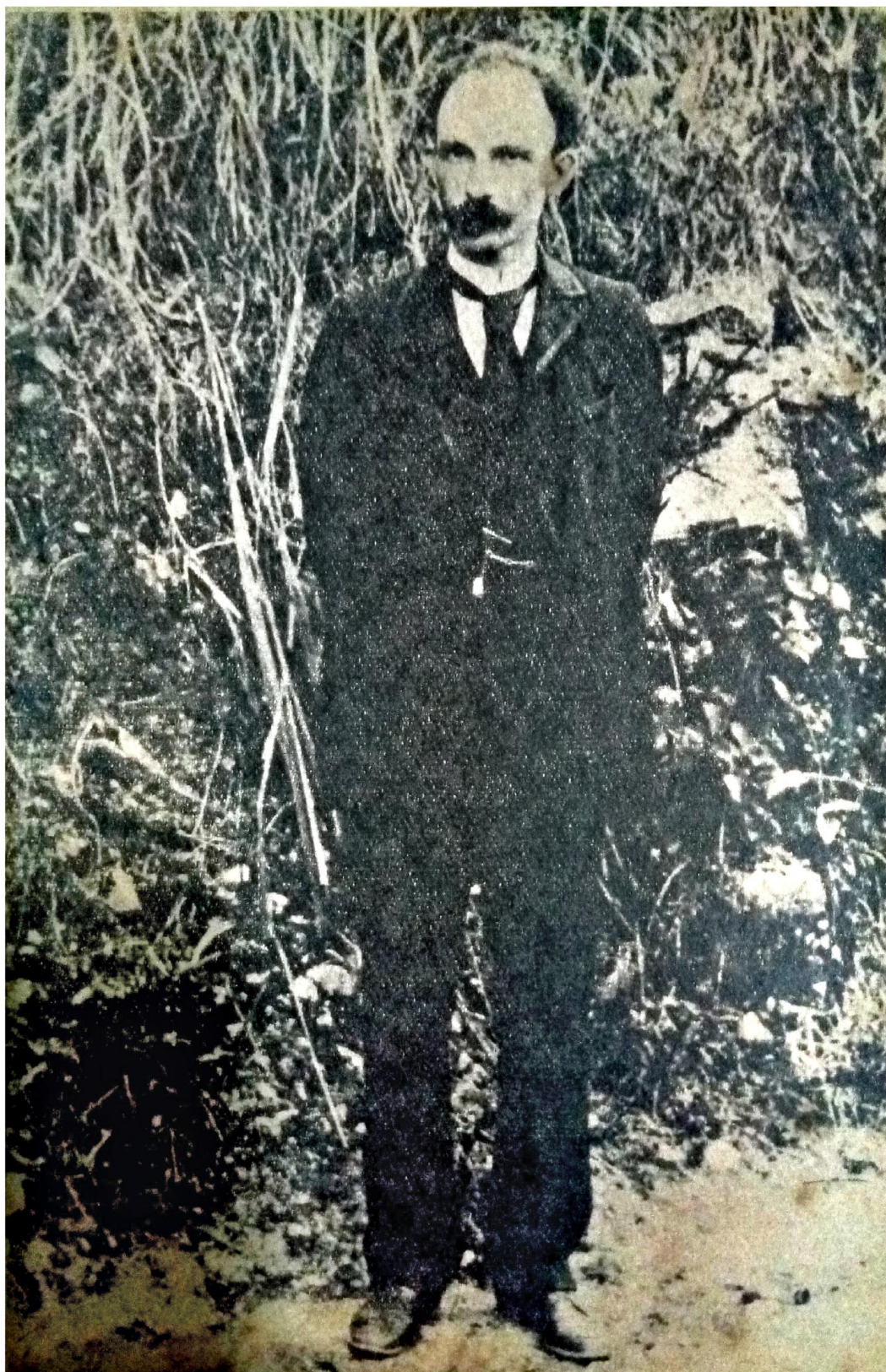
¿Qué podemos leer?

¡PATRIA O MUERTE!
¡VENCEREMOS!









—Vino Fidel y cumplió
lo que prometió Martí.

¡Ay, qué limpia mi bandera,
mi banderita cubana,
sin que la manden de afuera,
ni venga un rufián cualquiera
a pisotearla en La Habana!

Nicolás Guillén.



A B C Ch D

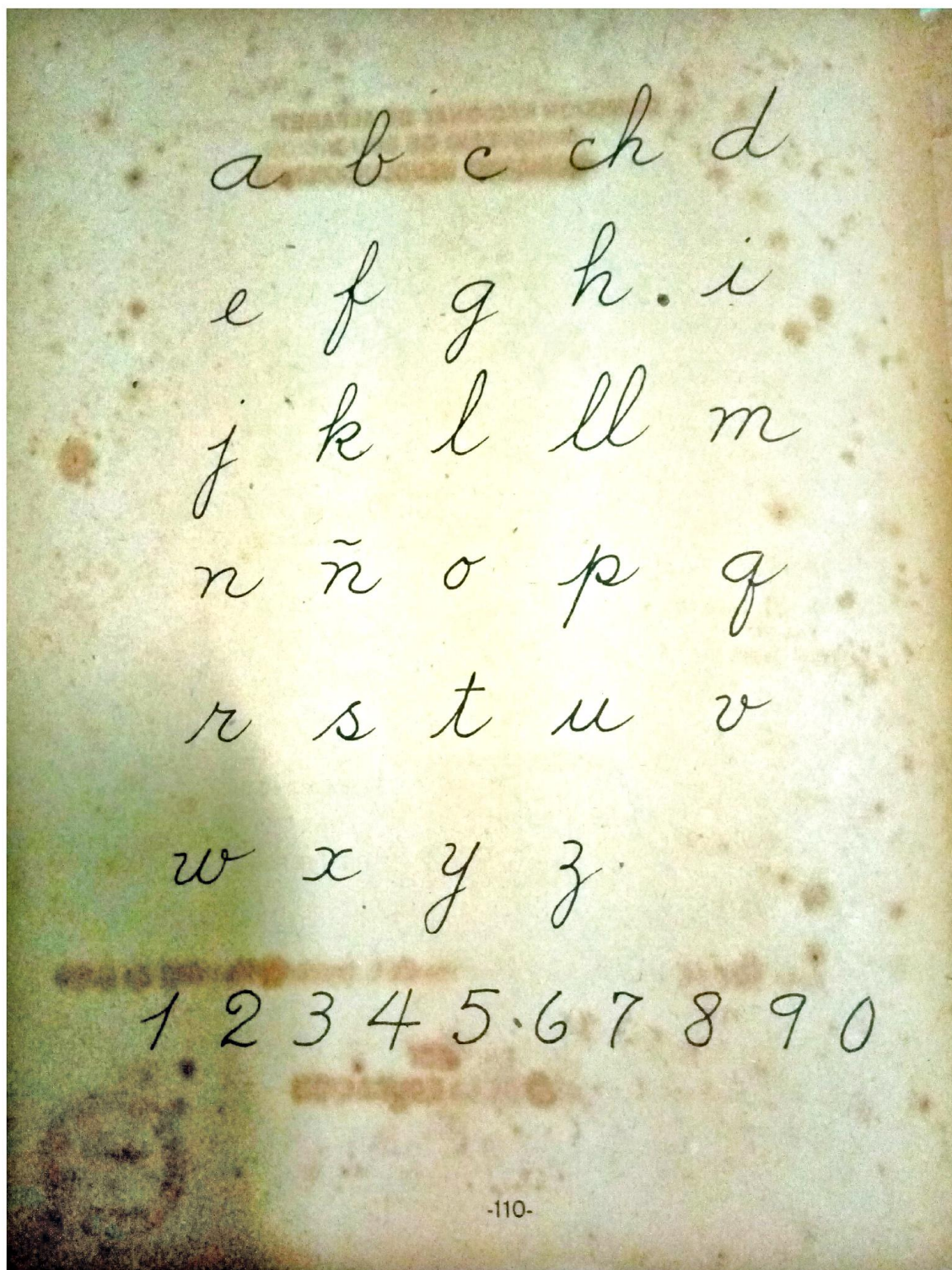
E F G H I

J K L Ll M

N Ñ O P Q

R S T U V

W X Y Z



COMISION NACIONAL DE ALFABETIZACION
MINISTERIO DE EDUCACION
GOBIERNO REVOLUCIONARIO



SER CULTOS
PARA
SER LIBRES

Este libro se imprimió en los talleres de la Imprenta Nacional de Cuba

1961
AÑO DE LA EDUCACION



"Saber leer es saber andar.
Saber escribir es saber ascender."

JOSE MARTI

"Hay que convertir la educación en
una virtud y la ignorancia en un vicio."

FIDEL CASTRO

"La ignorancia mata a los pueblos
y es preciso matar a la ignorancia."

JOSE MARTI